

**LUCAS DE ALMEIDA PEREIRA**

**ENTRE CLIO E SOPHIA: um mapeamento das relações entre história e filosofia  
através dos diálogos entre Michel Foucault e os historiadores dos Annales**

**Assis**

**2013**

**LUCAS DE ALMEIDA PEREIRA**

**ENTRE CLIO E SOPHIA: um mapeamento das relações entre história e filosofia através dos diálogos entre Michel Foucault e os historiadores dos Annales**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP - Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História. Área de conhecimento: História e Sociedade

Orientador: HÉLIO REBELLO CARDOSO JR.

**Assis 2013**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista

P436 e Pereira, Lucas de Almeida  
Entre Clio e Sophia: um mapeamento das relações entre história e filosofia através dos diálogos entre Michel Foucault e os historiadores dos Annales / Lucas de Almeida Pereira. Assis, 2013.

203 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Dr. Hélio Rebello Cardoso Jr.

1. Teoria da história. 2. Foucault, Michel, 1926-1984. 3. Annales. 4. Historiografia. 5. Filosofia. I. I. Cardoso Jr., Hélio Rebello, orient. II. Título.

PEREIRA, L. de A. **ENTRE CLIO E SOPHIA: um mapeamento das relações entre história e filosofia através dos diálogos entre Michel Foucault e os historiadores dos Annales**. 2013. 203 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

Apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História na área de concentração História e Sociedade.

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e Orientador \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Jr.

Segundo Examinador \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José D'Assunção Barros

Terceiro Examinador \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. André Joaquinho

Quarto Examinador \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Paulo Alves

Quinto Examinador \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Milton Carlos Costa

Assis,  
15 de agosto de 2013

Dedico este trabalho a uma jovem aventureira e a um adolescente trabalhador que se encontraram em algum ponto do passado e possibilitaram cada letra aqui escrita. Seu trabalho, esforço e dedicação correm em minhas veias. Obrigado por me guiarem até aqui

Para vocês, meus primeiros passos

## Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o professor Hélio Rebello Cardoso Jr. Principal influência não apenas na escolha do campo de pesquisa, mas de uma profissão. Quando o procurei no início do meu terceiro ano de graduação tinha dúvidas se queria mesmo me tornar um professor de história e agora, seis anos após o primeiro encontro, esta dúvida tornou-se um anseio para entrar em sala de aula. Aos membros da banca por aceitarem tão prontamente o convite, em especial aos professores Milton Costa e André Joanilho pelas leituras em minha banca de qualificação.

Aos funcionários da FCL Assis que me viram crescer de um moleque que andava sem camisa e descalço a um professor ainda desarrumado, Áureo, Toninho, Clarice, Regina.

Aos amigos de todas as horas de todos os lugares. Em Maceió agradeço a meus amigos de infância pelas longas conversas filosóficas que moldaram nosso caráter e nosso destino. Ao Fellipe, ao Thiago, ao Vitor, Anderson, Sávio e Nalber. Ao Ari meu amigo amicíssimo postal pelo carinho e pelos cinco anos de cartas trocadas durante toda a graduação.

Aos amigos de Assis pelo companheirismo e pelo suporte nos anos de graduação e de pós: ao Binho pelas risadas, ao Rafael Andrade meu irmão de quarto, ao pessoal da casa azul por uma experiência incomparável, Carol, Letícia, Marcelle, Ximiti, Doc. Ao Léo e família pelas viagens, pela poeira da estrada, pelos Vermes Moto clube de Campinas e pela esposa, Valentina Drago, que gritava “A mangiare índio!”. Maria Amélia pela dedicação e por ajudar a colocar em ordem pessoas tão dispersas. Ao Tiago Viotto que conheci nos últimos anos, mas que sabe que em qualquer lugar do mundo “mi casa, su casa”.

Aos amigos em Sampa pela paciência nos últimos meses e por aceitarem tranqüilamente meu “retiro” para terminar de escrever a tese. Douglinhas que não sai da minha casa, Kátia minha irmã branca e anã, Pato meu professor favorito, Rafael Zanatto meu ogrinho. Um agradecimento especial para o Luiz pelo trabalho de revisão do texto e pelas lições valiosas de redação, sua ajuda foi imensurável.

Aos familiares espalhados pelo Brasil, minhas raízes e sangue. A dona Edite minha índia velha, que tanto batalhou para criar os filhos e vê agora os netos criando

asas. Às minhas madrinhas, Denise e Clarice, pelo carinho desde que eu era Luquinhas. Ao Lino, meu irmãozinho de outra espécie.

Ilaria Tosi, a brisa mediterrânea cujo sopro veio alegrar um índio litorâneo. Obrigado pelo apoio, pelo carinho e pela paciência, que venham ainda muitas aventuras.

Mas, sobretudo, agradeço e dedico este trabalho a meus pais Hermínia e Altair. Minha mãe por me contar estórias e histórias e por sempre apoiar meus planos, e pela ajuda incomensurável nos momentos finais da elaboração desta tese. Ao meu pai pelo trabalho que tantas vezes o manteve longe, pelo orgulho de vê-lo num palco, de dançar ciranda no Jaraguá, por fazer os ninhos quando eu ficava doente. O mundo perdeu um artista e eu perdi um grande amor.

PEREIRA, L. de A. **ENTRE CLIO E SOPHIA: um mapeamento das relações entre história e filosofia através dos diálogos entre Michel Foucault e os historiadores dos Annales**. 2013. 203 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

## **RESUMO**

A relação entre história e filosofia passou por transformações marcantes ao longo do século XX, partindo da rejeição às filosofias da história no começo do século, período no qual a história se tornou progressivamente científica, até uma reaproximação nas últimas décadas. Neste período a relação entre historiadores e filósofos foi tensa, marcada por desconfianças de ambas as partes. No entanto alguns autores conseguiram romper essa desconfiança e empreender o diálogo entre os oficiais de Clio e de Sophia. Como um filósofo-historiador, assim denominado tanto por Gilles Deleuze quanto por Jacques Le Goff, Foucault abriu um campo profícuo de pesquisas que orientaram as transformações teóricas da chamada “Nova História”. Notamos aí a presença constante das teses de Foucault entre os historiadores dos Annales, periódico que estabeleceu por tradição, justamente, a rejeição à filosofia. O intuito da presente tese é o de compreender como Foucault foi alçado à posição de “filósofo-historiador” através da recepção de seus textos pelos autores ligados aos Annales, em função do amplo diálogo entre ambos a partir de meados da década de 1960 e que se estendeu até a morte do filósofo em 1984.

**Palavras-Chaves:** Teoria da história; Foucault; Annales; Historiografia; Filosofia

PEREIRA, L. de A. **ENTRE CLIO ET SOPHIA: une cartographie des relations entre l'histoire et la philosophie à travers des dialogues entre Foucault et les historiens des Annales**. 2013. 203 f. Thèse (Doctorat) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

### **Resumé**

La relation entre l'histoire et la philosophie a traversé plusieurs phases tout au long du XXe siècle, à partir d'un rejet explicite au début du siècle, temps de scientificité de l'historiographie, à un rapprochement au cours des dernières décennies. Durant cette période, la relation entre les historiens et les philosophes était tendue, marquée par la méfiance des deux parties. Cependant, certains auteurs ont pu briser cette méfiance et engager un dialogue entre les fonctionnaires de Clio et Sophia. Comme un philosophe-historien, ainsi nommée par les deux Gilles Deleuze et de Jacques Le Goff, Foucault a ouvert un champ fertile de la recherche qui a guidé les transformations théoriques de la 'nouvelle histoire'. Nous notons la présence constante des théories de Foucault parmi les historiens des Annales, journal qui a établi par tradition le refus de la philosophie. L'objectif de cette thèse est comprendre comment Foucault a été promu au poste de "philosophe-historien" par la réception de leurs textes par les historiens liés aux Annales, en raison de la vaste dialogue entre les deux depuis le milieu des années 1960 et qui a duré jusqu'à la mort du philosophe en 1984.

**Mots-clés:** Théorie de l'histoire; Foucault; Annales; Historiographie; Philosophie

## Abreviaturas

<b>CF</b>	<b>Collège de France</b>
<b>EPHE</b>	<b>École Pratique des Hautes Études</b>
<b>EHESS</b>	<b>École de Hautes Études en Sciences Sociales</b>
<b>GIP</b>	<b>Groupe d'information sur les prisons</b>
<b>NH</b>	<b>Nova História</b>

## SUMÁRIO

<b>Introdução - Filosofia e história: o diálogo difícil.....</b>	<b>12</b>
<b>I. Clio Versus Sofia: a ruptura entre história e filosofia.....</b>	<b>23</b>
1.1 Entre filosofia e história: Foucault e os Annales.....	23
1.2 Os Annales, fundação e os primeiros “projetos intelectuais” .....	30
1.3 Os Annales: as vicissitudes do periódico de sua fundação à “Era Fernand Braudel” .....	42
<b>II. O arqueólogo no sótão: a arqueologia foucaultiana e o diálogo com os Annales.....</b>	<b>50</b>
2.1 As primeiras publicações de Foucault e suas ressonâncias com os Annales.....	51
2.2 Da arqueologia à genealogia: a posição da história no sistema teórico de Foucault.....	66
2.3 Jacques Le Goff, a sistematização das críticas de Foucault e seu impacto na Nova História.....	80
<b>III. A década de 1970 e a transformação do diálogo.....</b>	<b>92</b>
3.1 Entre a estagnação do diálogo e a consolidação de Foucault como teórico da	

Nova História.....	93
3.2 Genealogia e Hermenêutica: formas de resistência e práticas cotidianas..	117
3.3 A genealogia como história crítica.....	126
<b>IV. Os últimos diálogos: a década de 1980.....</b>	<b>142</b>
4.1 Da subjetividade à coragem da verdade: a concepção de história nos últimos textos de Foucault.....	144
4.2 Da hegemonia às migalhas: os Annales na década de 1980 .....	162
<b>Conclusão.....</b>	<b>175</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>180</b>
<b>Apêndice – A recepção de Foucault na revista dos Annales.....</b>	<b>188</b>

## Introdução: Filosofia e história: o diálogo difícil

***Acreditava em infinitas séries de tempos, numa rede crescente e vertiginosa de tempos divergentes, convergentes e paralelos. Essa trama de tempos que se aproximam, se bifurcam, se cortam, ou que secularmente se ignoram, abrange todas as possibilidades. Não existimos na maioria desses tempos; nalguns existe o senhor e não eu.***

**Jorge Luís Borges**

As relações entre história e filosofia têm sido marcadas, já há algum tempo, pelo distanciamento e pela aparente impossibilidade em convergirem num diálogo sólido. Em termos gerais, o que mais costuma afligir os pesquisadores de ambas as áreas é o medo da dissolução da especificidade de cada disciplina. Em primeiro lugar muitos historiadores se pautam na imprescindibilidade da pesquisa empírica, associando a filosofia a pesquisas que levantam apenas problemas de lógica e epistemologia. Além disso, as filosofias da história, muitas vezes, se apresentaram como sistemas metodológicos fechados, que engessariam a liberdade do historiador em seu ato de produzir história. Por fim, para complicar um pouco mais esta articulação, os filósofos, ao produzirem sua história, o fazem automaticamente, sem referências aos historiadores. Chartier nos alertou que

Tecer um diálogo entre filosofia e história supõe, portanto, que se conheçam melhor os desconhecimentos recíprocos e suas razões. Para os historiadores, a filosofia tem como que duas faces: de um lado, a história da filosofia, do outro a filosofia da história. Ora, nem um nem outro gênero encontra-se no mesmo plano da história tal como ela se construiu nos últimos cinquenta anos (CHARTIER, 2002: p. 224).

Sendo assim, a maioria dos livros e textos que relacionam filosofia e história

tem em seu parágrafo inicial a missão de elucidar esse afastamento<sup>1</sup>. Tal necessidade de justificava denota a dificuldade em se estabelecer o diálogo entre os campos. As razões motivadoras de tal distanciamento apontadas pelos autores de ambos os campos também apresentam semelhanças: do lado dos filósofos havia a reivindicação daquilo que os historiadores menosprezavam, a dimensão abstrata do ser e do conhecer históricos. Os historiadores, por sua vez, argumentam que a filosofia, ou melhor, que a filosofia da história é um duplo engano: engano quanto à questão do sentido, já que construiriam sentido artificial para o processo histórico; engano quanto aos procedimentos epistemológicos, pelo fato de apoiarem-se nas “evidências” e nos “fatos”, ou seja, por se apoiarem mais em suas próprias teses do que em parâmetros de crítica documental.

Essa divergência nos diálogos originou diversos posicionamentos desanimadores entre os historiadores franceses. Para Lucien Febvre, o historiador deveria atuar em torno de problemas e não de especulações filosóficas, conforme afirmou em *Combates pela história* "Aliás, permiti-me dizer muitas vezes: os historiadores não têm grandes necessidades filosóficas" (FEBVRE, 1989, p. 4). Já March Bloch confessava haver uma “lacuna” em sua formação referente à filosofia<sup>2</sup>. Jacques Le Goff, por sua vez, temia que a associação entre história e filosofia produzisse ideologias que distanciassem a história da ciência, por isso, partilhava,

Com a maioria dos historiadores de uma desconfiança, nascida do sentimento da nocividade de misturar os gêneros e dos malefícios de todas as ideologias que façam recuar a reflexão histórica, no difícil caminho da cientificidade. (LE GOFF, 1990, p 77).

No entanto, tais recusas se davam em torno não da filosofia como um todo, mas do conjunto de pensamentos agrupados sob a denominação “filosofias da história”, expressão genérica que engloba sistemas de pensamento que visavam atribuir à história um *sentido*, profundamente ideológico, ou um *método* de se atingir a inteligibilidade historiográfica. Inserimos a expressão entre aspas para diferenciá-

---

<sup>1</sup> Entre as obras de história e filosofia, ou filosofia da história, que apresentam essa justificativa inicial podemos arrolar *Introduction à l'histoire* (ARON, 1981), *História da consciência histórica ocidental contemporânea* (Reis, 2011), *Histoire et vérité* (RICOEUR, 1955), *Ontologia de la existência histórica* (PUELLES, 1955), *L'Archeologie du savoir* (FOUCAULT, 1969), apenas para citar alguns.

<sup>2</sup> Bloch comentou o seu distanciamento da formação filosófica em *Apologia da história* (BLOCH, 2001). Segundo Bloch “esse estudo dos métodos em si mesmos constitui, à sua maneira, uma especialidade, da qual os técnicos se nomeiam filósofos. É um título ao qual não posso pretender. Em função dessa lacuna em minha formação inicial, o ensaio aqui apresentado sem dúvida perde muito”.

la da filosofia como um todo, pois como nos lembra Gardner:

É de fato enganador falar como se existisse um único ramo de estudo chamado “A Filosofia da História”, ao qual vários pensadores, em épocas diferentes, tivessem dado a sua contribuição; nem o seu objeto pode ser definido indicando-se um grupo específico de problemas axiais, como poderia fazer-se (...), por exemplo, a filosofia da moral. (GARDNER, 2004, p. 8)

Ao estabelecer um olhar mais aprofundado sobre a história da historiografia, notamos que filosofia e história por vezes se confundem desde a antiguidade, não se resumindo, portanto, às filosofias da história. Estas, por seu turno, definiram os elementos metodológicos gerais pelos quais a historiografia se orientou até meados do século XIX. A partir de então estas formas de conhecimento passaram a sofrer fortes distinções. Os historicistas adotaram a ciência como referencial de validação da história, a partir do apoio na crítica documental, afastando a influência da filosofia, em especial das filosofias iluministas. Para Bourdê e Martin, em seu livro sobre *As escolas históricas* (BOURDÉ, 1983), as filosofias da história operam como métodos que buscam um princípio de inteligibilidade único para a história:

Quer sejam religiosas ou ateias, otimistas ou pessimistas, tem todas (as filosofias da história) em comum descobrir um sentido para a história. As doutrinas de Hegel e de Comte representam modelos do gênero: organizam os períodos, apreciam as mudanças ou as permanências, interpretam a evolução geral do mundo com o auxílio de um princípio único – a marcha do espírito ou a lei dos três estados. (BOURDÉ & MARTIN, 1983, p. 44)

As filosofias históricas do século XIX buscavam um elemento denominador comum do qual emanasse a história e que também lhe fornecesse um sentido, seja a luta de classes, seja a providência divina, ou a marcha do progresso. Podemos considerá-las, portanto, como filosofias da história “especulativas”,

As filosofias da história de tipo especulativo floresceram durante um período em que a atividade filosófica considerava ainda a construção de complicadas teorias metafísicas como seu modo de expressão mais óbvio (GARDNER, 2004, p. 323).

A história seria a narrativa desse movimento bem orquestrado em direção a seu fim, formando sistemas unitários decodificáveis a partir de um *a priori*. Ainda que muitos de seus elementos tenham permanecido, sob diversas formas, no discurso

---

(BLOCH, 2001, p. 50)

dos historiadores, as filosofias da história foram combatidas desde meados do século XIX. Mesmo Langlois e Seignobos, alvos de palavras ríspidas de Lucien Febvre, afirmaram em sua *Introdução aos estudos históricos* “Dela (da filosofia da história) não cuidaremos aqui” (LANGLOIS, 1946: p.5). Entre os autores ligados aos *Annales*, essa recusa da filosofia levou os historiadores a buscarem seus referenciais teóricos nas ciências sociais; segundo Rogério Forastieri “A história como disciplina vai ingressando na modernidade pela porta das ciências sociais” (SILVA, 2001, p. 161).

Durante boa parte do século XX, portanto, os historiadores buscaram as respostas e as ferramentas, para executar as operações próprias ao seu ofício nas relações de interdisciplinaridade. Tal aproximação se deu com ciências sociais, como a sociologia, a psicologia e a geografia, aliadas a certa recusa das perspectivas filosóficas em história e o apego ao documento cuja crítica conteria o referencial científico da história.

A proximidade da História com as Ciências Sociais até meados dos anos 1980 distanciou os historiadores de um necessário diálogo com a filosofia. Aliás, as desconfianças dos primeiros em relação à Filosofia da História impediu que a disciplina evoluísse em direção a uma maior conceituação e reflexão. (SILVA, 2007, p. 168)

A filosofia desapareceu do discurso dos historiadores à medida que estes pretendiam tornar a história uma ciência. Essa articulação com as ciências sociais definiu boa parte do perfil da historiografia ao longo do século XX, “Contra esta *história filosófica, especulativa, a história científica* afirmava-se fundada no *concreto*, ou seja, entendia este *concreto, o acontecimento*, concebido a partir de *documentos*” (SILVA, 2001, p. 47). No entanto, a cientificidade da história sempre surgiu de modo pouco preciso. Os historiadores metódicos já admitiam que a história não era uma ciência exata, ou seja, representava uma forma particular de ciência (ainda que o método para análise proposto por Langlois e Seignobos fosse fechado e com pretensões universais). Febvre definiu a história como uma “ciência mole”, cujas particularidades precisavam ser enfatizadas e que não se reduziram aos métodos e abordagens das ciências exatas. Bloch, por sua vez afirmou que “a história não apenas é uma ciência em marcha. É também uma ciência na infância” (BLOCH, 2001 p. 47). Paul Veyne, já na década de 1970, pensou a história como uma narrativa com *núcleos de cientificidade* (Cf. VEYNE, 2012).

Entre os Annales, a cientificidade da história ajudou a reforçar seu distanciamento com a filosofia, legando aos próprios historiadores a tarefa de definir seus parâmetros metodológicos e teóricos, desvalorizando questionamentos fundamentais que envolviam a narrativa, a temporalidade, as descontinuidades, o sentido histórico, etc. Assim, a tradição epistemológica dos Annales se apoiou no empirismo como base que conferia solidez à cientificidade histórica.

A década de 1980 foi apontada como ponto de ruptura com a hegemonia dos grandes modelos teóricos que até então sustentavam a historiografia. Na França, como salientou Helenice Rodrigues da Silva, os Annales sofreram essa transição através dos *tournant critique* – guinadas críticas – nas quais os historiadores reformularam seus pressupostos epistemológicos. Para Silva, “o final do modelo hegemônico dos Annales abre espaços teóricos para uma necessária discussão sobre o estatuto mesmo da história, a partir de um diálogo com filósofos que pensaram a historicidade” (SILVA, 2007, p. 181).

Neste ponto delimita-se uma segunda fase da articulação entre filosofia e história. A partir do fim do século XIX já observamos censuras às filosofias da história que ofereciam modelos teóricos ou sistemas metafísicos ao historiador. Esta nova guinada, a partir da década de 1980, questionou a segurança com a qual os historiadores passaram a apoiar-se na ciência como modelo de explicação e validação da história como disciplina<sup>3</sup>. Esse movimento não representou um “retorno” às filosofias da história, pois manteve ainda o repúdio às metafísicas. O que se almejou foi a renovação do território do historiador, seja na forma de novos objetos, seja como novas ferramentas teóricas. Logo, a filosofia deixou de ser uma opositora ou uma disciplina auxiliar, enriquecendo o referencial crítico dos historiadores.

O ato de se *fazer* história implica em si operações reflexivas por parte do historiador, operações de corte, de seleção: é necessário estabelecer um objeto a ser pesquisado; delimitar a periodização à qual se refere; definir as fontes que utilizará; o método por meio do qual essas fontes deverão ser tratadas; apenas para

---

<sup>3</sup> Sobre a desconfiança em relação ao caráter científico da história destacamos duas correntes: de um lado os chamados “pós-estruturalistas” ou “pós-modernos”, cujo foco das críticas costuma ser a idéia de racionalidade contida no discurso histórico, Keith Jenkins (JENKINS,1999;2003), Frederic Jameson (JAMESON, 2006) e Frank Ankersmit (ANKERSMIT, 2010); por outro os teóricos que sublinharam o caráter narrativo do conhecimento histórico, como Paul Ricoeur (RICOEUR, 1983;1984;1985) e Lawrence Stone (STONE, 1991)

citar algumas das inúmeras operações reflexivas relativas ao ofício do historiador. É justamente em torno da *operação histórica* que os novos diálogos entre filosofia e história se estabelecem:

Conceptualizar tais problemas supõe um necessário e proveitoso companheirismo com a filosofia, pelo próprio fato que esta obriga a inscrever os debates metodológicos referentes à legalidade ou à pertinência das técnicas históricas em um questionamento epistemológico sobre a relação existente entre o discurso produzido por tais operações e o referente do qual ele pretende estabelecer conhecimento. (CHARTIER, 2002, p. 242)

Nesse caso, o estabelecimento de uma relação renovada entre filosofia e história deve ser pautado, prioritariamente, na mutualidade e na valorização da singularidade inerente a cada campo do saber, assim, “a cooperação entre filosofia e história deve, em princípio, acolher a autonomia de ambas em suas relações de convivência” (CARDOSO JR., 2003, p.13).

Recentemente a relação entre história e filosofia tem sido analisada sob diferentes escopos. Um dos principais temas nessa retomada tem sido o campo da hermenêutica, principalmente ao modelo desenvolvido por Paul Ricoeur. Poderíamos citar neste caso os livros de José Carlos Reis (REIS, 2003; REIS, 2010) e François Dosse (DOSSE, 1999). Outro modelo hermenêutico, o de Martin Heidegger, também tem sido confrontado com a historiografia, citamos neste caso o recente artigo de Rubén Dario Salas “Impostura historiográfica y desafío hermenéutico: la huella de Heidegger” (SALAS, 2012). Outros tratam o tema sob uma perspectiva mais generalista, neste caso poderíamos citar Olabarri (OLABARRI, 1995) que analisou a relação entre as autodenominadas “Novas histórias” e a filosofia assim como o historiador argentino Elias Paltí que buscou compreender as transformações da historiografia através da análise das “idades da história” (PALTÍ, 2004, 2009, 2010).

Acreditamos que uma das saídas possíveis para esses impasses entre história e filosofia se encontra nas pesquisas de Michel Foucault e sua filosofia da diferença. Ao contrário das filosofias da história de que tratamos até agora, ele não buscava determinismos nem emitia comentários de ordem metafísica ou teleológica. Em linhas gerais, suas teses contêm reflexões acerca do ofício do historiador e a sua relação com o documento. Ele também desenvolveu pesquisas marcadas por uma singular fusão entre história e filosofia, uma história conceitual que enfatizava

tanto a mudança no tempo e a diacronia, elementos indispensáveis ao historiador, quanto ao que Deleuze definia como a função da filosofia: criar conceitos.

Foi na Nova História<sup>4</sup>, composta pelos historiadores ligados aos Annales entre o final da década de 1960 e o final dos anos 1980, que Foucault encontrou o maior número de interlocutores ligados à disciplina histórica. Relação ambígua que propiciou tanto apropriações quanto críticas severas. É dentro deste contexto que centramos o foco de nossa tese, trabalhando com os usos que autores relacionados à NH fizeram de ideias e conceitos de Foucault. Nossa intenção nesse caso é delimitar o modo pelo qual a NH se mostrou aberta a dialogar com a filosofia por meio das teses foucaultianas. Em seguida, traçaremos um mapa de como o pensador francês utilizou a história em seu trabalho, em especial a história “dos historiadores de ofício”. Observamos que tal aproximação não foi episódica e não se refere a um ou outro diálogo, mas a uma série de conexões por meio de trabalhos coletivos, debates, e referências mútuas. Aproximamos-nos neste caso da postura de Peter Burke ao afirmar que

O débito de Foucault em relação aos Annales pode ter sido menor do que deve a Nietzsche, ou aos historiadores da ciência como Georges Canguilhem, através de quem tomou conhecimento da noção de descontinuidade intelectual, mas é mais substancial do que ele próprio jamais admitiu. (BURKE, 1997, p.119).

Nosso objetivo é traçar a análise pormenorizada de um desses novos caminhos abertos para a reconfiguração do diálogo história-filosofia por meio dos encontros entre Michel Foucault e os historiadores ligados ao periódico Annales. Quanto a estes, enfatizaremos o caminho por meio do qual Foucault tornou-se teórico da NH; por outro, ao analisar os cursos ministrados pelo filósofo, notamos um pensamento histórico que trava diálogo com historiadores, e extraí desse diálogo delimitações importantes. Uma análise cruzada, portanto, entre história e filosofia.

Até a terceira geração, os autores dos Annales empreendiam uma recusa ativa da(s) filosofia(s) da história. Na década de 1970, contudo, Foucault foi alçado à posição de teórico de uma escola que recusava a filosofia. Esse aparente paradoxo se esclarece à medida que analisarmos detidamente as configurações que possibilitaram esses diálogos. As relações entre Foucault e a NH vão além das

---

<sup>4</sup> A partir deste momento utilizaremos a abreviatura NH quando nos referirmos à terceira geração de historiadores ligados aos Annales.

influências teóricas, atingem dimensões práticas referentes à vida intelectual. Bourdieu nos lembra que seu primeiro livro, *A história da loucura* (FOUCAULT, 1962), foi publicado pela editora Gallimard, na coleção “Bibliothèque historique”, dirigida por Pierre Nora, um dos expoentes da NH, responsável pela direção de várias pesquisas coletivas e editor de livros de sucesso como *Montaillou* (LADURIE, 1992) e *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 1966). Nora, por sinal, foi o editor de todos os livros do filósofo. Vale lembrar também que, ao passo que Allan Megill<sup>5</sup> afirmou que os primeiros livros de Foucault teriam sofrido uma “não-assimilação” em seu país de origem, passando despercebidos em meio à comunidade acadêmica, encontramos na década de 1960 alguns artigos nos *Annales* que já inseriam *A história da loucura* (FOUCAULT, 1961) como referência nos estudos sobre história e psicologia<sup>6</sup>.

Temos como meta elaborar essa análise entre produção intelectual e vida acadêmica, aspectos que, acreditamos, não podem ser lidos em separado. Se, por um lado, Foucault foi o “teórico” da transição entre a era Braudel e a terceira geração, por outro, suas opções intelectuais o afastaram do grupo, mas nunca o separaram. Tal qual sua famosa amizade com Deleuze (posta em suspenso por divergências políticas), Foucault nunca rompeu com os historiadores dos *Annales*, já que trabalhou com vários deles ao longo de sua vida, como Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Jacques Revel, Pierre Nora, Michelle Perrot, Arlette Farge, e Paul Veyne, desde a publicação de *A história da loucura* (FOUCAULT, 1961) até o último volume de *A história da sexualidade* (FOUCAULT, 1984).

Esta tese se estrutura em quatro capítulos: no primeiro pretendemos delinear os antecedentes que possibilitaram a leitura de Foucault como o teórico da terceira geração dos pesquisadores ligados ao periódico *Annales*. Para traçar a relação entre Foucault e os *Annales* é fundamental ler também textos mais antigos, como *Introdução aos estudos históricos* (LANGLOIS, 1946) de Langlois e Seignobos, além de manifestos de François Simiand e Henri Berr, para compreender as teses referentes ao método histórico e à função da história sob a perspectiva metódica, bem como sua oposição. A partir dessa série de reflexões, acreditamos obter uma

---

<sup>5</sup> Em 1985, Meggill publicou um artigo que trazia alguns dados da recepção de Foucault entre historiadores de todo o mundo

<sup>6</sup> Sobre o levantamento da presença de Foucault nos *Annales* entre as décadas de 1960 e 1980 consultar o apêndice.

visão mais precisa da rejeição dos fundadores dos Annales, March Bloch e Lucien Febvre, àqueles a quem denominaram “historiadores tradicionais”. Tal recorte é ainda mais consequente dadas as ressonâncias entre as propostas de Febvre e Bloch e algumas idéias de Foucault sobre a história, que na introdução da *Arqueologia do saber* também distanciou sua pesquisa da dos historiadores tradicionais e dos filósofos da história.

O segundo capítulo se refere ao ponto direto de debate entre Foucault e historiadores que se deu no período entre 1967 e 1971, momento marcado pelas críticas e propostas de Foucault e os direcionamentos tomados pela então NH, de cunho culturalista representada pelos autores da terceira geração dos Annales. O interlocutor privilegiado nesta aproximação entre Foucault e a NH é Jacques Le Goff, dado sua posição de co-diretor do periódico nesta fase e sua preocupação na produção de textos de cunho teórico. Nos anos 1970, Le Goff atribuiu a Foucault um caráter específico de “filósofo-historiador” e um dos teóricos da terceira geração do periódico.

Conhecer os limites dessa relação também é fundamental e será o tema do terceiro capítulo. Embora tenha sido alçado à posição de “teórico da NH” os diálogos entre o filósofo e os historiadores não foi sempre amistoso. Estes rejeitavam, principalmente, as histórias produzidas por Foucault e se voltaram às suas reflexões epistemológicas. Ao ler, por exemplo, Jacques Le Goff, temos a sensação de que a relação entre Foucault e a história esgota-se na introdução de *A arqueologia do saber*, sendo seus textos históricos pouco relevantes (Cf. LE GOFF, 2003, p. 198). Assim, tão fundamental quanto apontar os pontos de contato é compreender as razões do afastamento mútuo entre o filósofo e os autores dos Annales e buscar, também na recusa, na diferença, elementos que singularizem a historicidade da genealogia foucaultiana.

Dentre os críticos de Foucault, deteremo-nos na leitura de Michel de Certeau, defensor da circularidade cultural e das resistências cotidianas aos poderes. Nele destacamos duas perspectivas: primeiramente as aproximações entre suas teses e as de Foucault quanto ao questionamento dos parâmetros sobre os quais os historiadores estruturam seu ofício; em seguida, enfatizaremos as críticas de Certeau acerca da disseminação dos mecanismos de controle nas teses foucaultianas, opondo as estratégias cotidianas e culturais às formas de resistência

ao poder. A partir das posições dos historiadores, concentrar-nos-emos na leitura dos cursos do filósofo no Collège de France<sup>7</sup>, buscando compreender suas concepções pessoais de história. As histórias produzidas por Foucault guardam muitos aspectos dos diálogos com a NH, seja no uso de alguns artigos publicados nos *Annales*, seja na resposta aos questionamentos que recebeu dos historiadores.

Por fim, no quarto capítulo, a ênfase recai sobre a última mudança nas pesquisas de Foucault em direção à história antiga, na qual ressaltamos a influência de alguns autores ligados aos *Annales*, em especial Paul Veyne, que ajudou a guiar o filósofo pela Roma e Grécia antigas, bem como Michelle Perrot e Arlette Farge, com quem desenvolveu pesquisas coletivas. Ao mesmo tempo, observamos uma consolidação da posição de Foucault entre os autores ligados aos *Annales* na década de 1980, com uma presença ainda mais constante no periódico no mesmo momento em que a NH passou a sofrer ataques de diversos autores que denunciavam a fragmentação que estes autores trouxeram ao campo da história.

Por fim, consta como apêndice a esta tese um levantamento sobre a presença de Foucault na revista dos *Annales* entre os anos de 1962 e 1989. Justificamos este recorte por se estender desde a primeira menção ao filósofo, com uma resenha de *A história da loucura* escrita por Braudel e Mandrou, até o fim da década de 1980 que marca o final do modelo hegemônico da NH no periódico. Neste sentido, nossa análise se apoiará na revisão bibliográfica na qual priorizaremos textos referentes à teoria da história. Quanto aos *Annales*, além de textos sobre historiografia, também enfatizaremos as obras coletivas como *A nova história* (LE GOFF, 1980) e *A história da vida privada* (DUBY, 1985; PERROT, 1999; VINCENT, 1999) e artigos publicados na revista, cujo acesso se deu por meio da consulta de coleções da biblioteca Florestan Fernandes na USP e na biblioteca da FCL UNESP ASSIS, e no banco de dados virtual Persée<sup>8</sup>. Ainda sobre o uso da bibliografia selecionada daremos ênfase, no caso de Foucault, aos cursos ministrados no CF.

Nosso intuito ao longo desses capítulos será sublinhar os debates entre Foucault e os historiadores ligados aos *Annales*, ressaltando que não houve apenas

---

<sup>7</sup> A partir deste ponto abreviaremos o nome da instituição para CF

<sup>8</sup> Banco de dados mantido pelo governo francês que disponibiliza diversos periódicos em coleções completas e parciais, endereço eletrônico: <http://persee.fr> Além deste banco de dados também foram feitas pesquisas no Scielo: [www.scielo.org](http://www.scielo.org) e no Jstor: [www.jstor.org](http://www.jstor.org)

um, mas diversos contatos e posicionamentos, à medida que as leituras, por exemplo, de Le Goff, Braudel, Certeau e Veyne sobre o filósofo apresentam diferenças latentes – o que indica a complexidade de sua recepção entre os historiadores. Quanto a Foucault, avaliaremos o impacto deste diálogo com os historiadores para o desenvolvimento de suas teses, por meio da análise dos cursos ministrados no CF.

Pretendemos assim trazer uma contribuição para o campo da teoria da história. Acreditamos que estas reflexões colaboram para a análise da articulação entre história e filosofia mediante o diálogo entre duas potências de cada campo visando demonstrar que, para além da mútua recusa, Clio e Sophia muitas vezes caminham na mesma direção.

## I. Clio Versus Sofia: a ruptura entre história e filosofia

### 1.1 Entre filosofia e história: Foucault e os Annales

Esta tese se propõe a mapear um dos diálogos mais profícuos entre história e filosofia no século XX através da análise das relações entre Michel Foucault e os historiadores ligados aos Annales. Embora seja uma temática que poderíamos denominar quase clássica, dado o número de referências já produzidas sobre o assunto, esse diálogo sempre apresentou contornos um tanto pontuais. A maior parte dos historiadores que trabalhou com Foucault e os Annales apontou para o íterim entre 1966, data de publicação de *As palavras e as Coisas* (FOUCAULT, 1966), e 1970, como o ponto nodal deste diálogo<sup>9</sup>.

Contudo, se observarmos atentamente as diversas publicações ligadas aos Annales atestamos formas distintas de recepção às teses do filósofo. Encontramos posturas de rejeição às teses foucaultianas em autores como Pierre Vilar (VILAR, 1973) e Michel de Certeau (CERTÉAU 1990). Outros mantiveram uma postura de desconfiança com o filósofo, caso de Jacques Le Goff (LE GOFF, 1990) e Roger Chartier (CHARTIER, 1989) que embora considerassem suas teses estimulantes rejeitaram as histórias produzidas por Foucault. Já Paul Veyne (VEYNE, 2012) e Arlette Farge (FARGE, 2009) trabalharam com o filósofo e o consideraram um historiador “de ofício”.

Logo não existiu apenas uma assimilação, uma recepção, mas diversos posicionamentos dos autores ligados aos Annales em relação a Foucault. Tal assertiva seria óbvia, na medida em que cada historiador carregava consigo uma opinião particular acerca do filósofo, mas notamos que Foucault foi constantemente citado nas produções coletivas, bem como nas historiografias sobre os Annales, sempre apontado como teórico da terceira geração, da auto-intitulada NH<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Entre os autores que sustentam tal perspectiva poderíamos citar Le Goff (LE GOFF, 1995) e Rojas (ROJAS, 2006)

<sup>10</sup> Encontramos referências a essa posição de Foucault entre os Annales em Le Goff (1990;1995;) Revel (1979),

Se Foucault foi presença marcante entre as produções ligadas aos *Annales*, notamos também que o diálogo com os historiadores desempenhou um papel fundamental nas modificações teóricas de suas pesquisas. Ele não apenas escreveu histórias, mas teve o auxílio de historiadores ligados aos *Annales* como Paul Veyne (VEYNE, 2012), Arlette Farge (FARGE, 2010), e Michelle Perrot (FOUCAULT, 1980) em suas pesquisas. Além disso, os ríspidos debates com historiadores ao longo da década de 1970 surgem de forma contundente nos cursos ministrados por Foucault no CF.

Acreditamos então que a pesquisa que ora propomos venha a contribuir na discussão que ainda circula entre os historiadores sobre o papel de Foucault na disciplina da história<sup>11</sup>. A relação entre Foucault e os historiadores tem sido tema de pesquisas por todo o mundo. Peter Burke trata da influência de Foucault na historiografia contemporânea ao afirmar que “Foucault enfatizou as ‘rupturas’ epistemológicas” (BURKE, 2006, p. 13) e ao destacar seu pioneirismo em abordar áreas até então marginais na história como a questão da loucura (BURKE, 2006, p. 41).

O que chama a atenção nesse diálogo é o fato de um filósofo tornar-se teórico de uma escola histórica que propunha o afastamento entre história e filosofia. Para compreendermos este aparente paradoxo é necessário traçar uma história dos *Annales*, centrada na relação entre história e filosofia. Nossa base neste percurso é formada por textos de autores ligados aos *Annales*, de críticos e comentaristas, visando enfatizar de que forma os *Annales* se constituíram a partir da apropriação de métodos e objetos das ciências sociais.

A primeira geração dos *Annales*, também conhecida como “Era dos fundadores”, teve como principais teóricos Lucien Febvre e Marc Bloch. Os *Annales* se propunham, à época de sua formação, estabelecer um olhar diferenciado sobre a história, pautado na cientificidade e colocando o homem como principal referencial. Esta forma científica e social de história teria por função suplantar a ênfase nas análises da chamada Escola Metódica entre os historiadores. A história metódica praticada por autores como Gabriel Monod, Charles Langlois e Charles Seignobos, era essencialmente política e narrativa e derivava seus métodos do historicismo alemão e do positivismo de Comte.

---

Burguière (BURGUIERE, 1979),

É fundamental salientar que a proposta de uma história não metódica já existia antes da fundação da revista e seu principal pensador foi Henri Berr que em 1900 criou a *Revista de síntese* (BOURDÉ, 1983, p. 120). A *Revista de síntese* possuía um caráter teórico e propunha que a história deveria aliar-se às ciências sociais, embora seus membros divergissem quanto ao caráter desta aliança:

Para H. Berr, a história, balanço das experiências humanas, tem vocação de se tornar a ciências das ciências. Para F. Simiand, a história deve antes fundir-se numa ciência social dando-lhe uma profundidade temporal (BOURDÉ, 1983, p. 120).

Os *Annales* incorporaram e expandiram tais metas, dando ênfase à metodologia histórica. Entretanto, a tarefa da revista não se limitou a propor um novo olhar, mas a combater diretamente as formas de escrita da história que lhes eram contemporâneas. De acordo com Burke

(...) a revista foi planejada, desde o seu início, para ser algo mais do que outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história (BURKE, 1997, p. 33).

François Dosse também estudou a história dos *Annales* em sua obra *A história em migalhas* (DOSSE, 1991). Dosse defendeu que para cumprir com o projeto de romper com a escola metódica e inserir a interdisciplinaridade na perspectiva da história, os fundadores dos *Annales* teriam produzido duas rupturas fundamentais. A primeira seria uma descentralização da história política factual, tão cara aos metódicos e suas aspirações de fomentar o nacionalismo. Nas palavras de Dosse “Os *Annales* vão definir-se, em primeiro lugar, como hostis ao discurso e à análise políticos. Daí temos como resultado o desmoronamento da história política” (DOSSE, 1992, p.54).

A segunda ruptura fundamental dos *Annales* com a escola metódica foi a rejeição da passividade do historiador diante dos acontecimentos devido à primazia da documentação, da postura metódica de “deixar o documento falar”. Bloch e Febvre, ao contrário, foram a favor da intervenção ativa do historiador perante documentos e arquivos (Cf. DOSSE, 1992, p.56). Entretanto, a partir do segundo

capítulo Dosse nos mostra que os historiadores comprometidos com os *Annales* nunca tiveram um eixo teórico comum visto que cada um absorvia influências de diferentes disciplinas tais como psicologia, antropologia, etc., interdisciplinaridade que se tornaria uma das principais marcas dos *Annales* (Cf. DOSSE, 1992, p. 85). Em outras palavras, Bloch e Febvre não compartilhavam uma metodologia, liberdade esta que se tornou uma das características dos *Annales*: seus autores eram mais ligados por um movimento com elementos comuns do que por propostas metodológicas, ao contrário dos metódicos.

Para José Carlos Reis, uma terceira inovação deve ser atribuída à primeira geração dos *Annales*, trata-se da ruptura com a ideia corrente de temporalidade. Uma das mais influentes contribuições teóricas de Lucien Febvre foi o pensamento de “História-problema”, que significa a problematização do passado (REIS, 1994, p. 35), ou, nas palavras de Febvre “organizar o passado em função do presente: é aquilo que poderíamos chamar a função social da história” (FEBVRE, 1989, p. 258). Desta forma, a terceira ruptura dos *Annales* seria a da temporalidade, da concepção plural de tempo histórico.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o falecimento de March Bloch, outro historiador despontou e foi considerado o herdeiro da primeira geração dos *Annales*. Trata-se de Fernand Braudel. Este destacou-se num período singular da historiografia: a ascensão das ciências sociais. O próprio Braudel lecionou história na USP no mesmo período que Claude Lévi-Strauss lecionava antropologia, e, segundo Dosse, “Ambos (...) destacavam a superioridade de sua disciplina” (DOSSE, 1991, p.109). Se Lévi-Strauss atacava a história questionando sua capacidade de enxergar as estruturas profundas da sociedade, o que seria tarefa do etnólogo, Braudel responde que o etnólogo não possui noção da longa duração que condiciona os acontecimentos históricos. Assim “A história braudeliiana pretende ser antes de tudo síntese, como a antropologia, mas com a superioridade do pensamento espaço-temporal” (DOSSE, 1991, p.109).

Braudel se manteve fiel aos fundadores dos *Annales* em sua ambição de absorver influências de outras disciplinas para reforçar a metodologia histórica. Entretanto, a proposta de Braudel não se limita a analisar os processos de longa duração como estrutura, mas pluralizar o conceito de temporalidade, que já havia sido modificado por Bloch e Febvre. Braudel teorizou três dimensões temporais

distintas: a factual, a conjuntural e a estrutural que interagiam entre si e formavam uma dialética das durações que se refere a “interrelações que se estabelecem entre as diferentes durações históricas, isto é, entre os diferentes padrões rítmicos a partir dos quais se processam as mudanças históricas” (BARROS, 2012, p. 267)

Braudel comandou os *Annales* num período de conflitos entre a história e as ciências sociais. Para se posicionar em meio a este debate, ele ampliou o caráter interdisciplinar do periódico como forma de manter a disciplina histórica na qualidade de grande ciência social em face das demais ciências emergentes. Quanto à filosofia, Braudel mantinha a rejeição, afirmando que os filósofos pensavam demais nos aspectos subjetivos do tempo, se distanciando do tempo empírico do historiador.

No fim da década de 1960, houve um desgaste dentro da direção dos *Annales* marcado especialmente pelo rompimento entre Jacques Le Goff e Braudel. Este abandonou a liderança da revista, apesar de manter-se por algum tempo no Comitê de Direção, legando a liderança do grupo a um diretório composto por André Burguière, Marc Ferro e Jacques Le Goff. Este rompimento com Braudel e o surgimento de uma diretoria conjunta marcam o início da terceira geração dos *Annales* que, posteriormente, seria conhecida como NH.

Em termos teóricos, as duas principais vertentes de estudo associados à nova história foram a história serial e a história das mentalidades. O estudo serial, já forte à época de Braudel, ganhou uma proposta diferenciada na NH. Os dados estatísticos, que na época de Braudel referiam-se principalmente à economia, passaram a ser utilizados no estudo da prática religiosa, da história do livro e da alfabetização (BURKE, 1997, p. 88).

O projeto de história das mentalidades já existia desde Febvre e passou a ser mais abordado a partir da década de 60. Autores como Phillip Áries, Robert Mandrou e Emmanuel Le Roy Ladurie debruçaram-se sobre história e psicologia (BURKE, 1997, p. 85); Le Goff e Georges Duby sobre ideologias e o imaginário social no medievo (BURKE, 1997, p. 85-88). A terceira geração dos *Annales* manteve assim como seus antecessores, uma grande influência das ciências sociais, em especial da antropologia e da psicologia, disciplinas indispensáveis para se fundamentar a “história das mentalidades”, influências estas que permitiram à NH uma abertura fundamental a temas antes suprimidos como a história do amor (Cf.

VEYNE, 1978), da morte (ARIÈS, 1976), da família (Cf. CORBIER, 1987) e, até mesmo, da culinária (Cf. BONNET, 1976) etc.

Observamos, em termos gerais, o impacto das perspectivas de Durkheim e Simiand na primeira geração e da antropologia de Levi-Strauss na segunda geração. Na terceira geração, marcada pela ruptura com Braudel e pela multiplicidade de temáticas e abordagens, se esboça uma nova postura perante a relação entre e história filosofia devido ao impacto das obras de Michel Foucault, filósofo que transitava, tal como os autores dos Annales, por diferentes disciplinas. Seu livro *A arqueologia do saber* esboçou uma alternativa à maneira corrente de escrever história que foi bem assimilada, em especial pela historiografia francesa. Atestamos o impacto de Foucault entre a NH a partir da leitura e dos comentários que Jacques Le Goff fez de sua obra, “Foucault propõe uma filosofia original da história, estritamente ligada à prática e à metodologia da disciplina histórica” (LE GOFF, 1990, p. 104).

Foi neste contexto que a figura de Michel Foucault passou a interessar os historiadores. Se suas primeiras obras não receberam atenção suficiente por parte dos historiadores – de acordo com Allan Meggill “Historians long neglected Foucault's work, notwithstanding his substantial publication record and growing fame, because he did not seem to be one of their own” (MEGILL, 1983, p.127) –, a partir de 1966, com a publicação de *As palavras e as coisas*, o filósofo passou a se aproximar cada vez mais dos historiadores e dos Annales especificamente. Tal aproximação pode ser constatada por meio de sua presença contínua nas produções coletivas da NH como *A nova história* (LE GOFF, 1988) e *A história da vida privada* (DUBY, 1985). Foucault também foi figura recorrente nos livros de historiadores ligados aos Annales, poderíamos citar neste caso Le Goff (LE GOFF, 2005, p. 90), Chartier (CHARTIER, 2002;1991); Revel (REVELxx). Além disso, constatamos a presença do filósofo no periódico Annales. Na revista, ele foi citado em 74 artigos entre 1962, data da primeira referência em uma resenha de Robert Mandrou sobre *A história da loucura*, e 1989, ano em que os Annales anunciaram uma *guinada crítica* que transformou seu estatuto.

Objetivamos demonstrar que, apesar de nunca ter sido um historiador de ofício, Foucault sempre produziu teses nas quais a história recebia um peso fundamental. Sua meta, quanto à história era problematizar o presente, buscar

alternativas para tratar do presente. Neste sentido, ele afirmou,

Meu projeto não é o de fazer um trabalho de historiador, mas descobrir por que e como se estabelecem relações entre os acontecimentos discursivos. Se faço isso é com o objetivo de saber o que somos hoje. Quero concentrar meu discurso no que nos acontece hoje, no que somos, no que é nossa sociedade. Penso que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda e (...) os acontecimentos que se produziram há séculos ou há anos são muito importantes (...) Em um certo sentido não somos nada além daquilo que foi dito há séculos, meses, semanas (FOUCAULT, 2006, p. 258).

Assim, embora possamos aceitar a esquivia do filósofo ao afirmar que não realizou um “trabalho de historiador”, argumentamos que os questionamentos presentes em seu trabalho pressupõem certo uso da história e um método para produção de conhecimento histórico. As reflexões históricas referentes a Foucault, usualmente, tratam da abertura que suas pesquisas proporcionaram ao estudo de novos temas, novos objetos, em especial a loucura, a exclusão, o gênero. Ele costuma ser saudado como o filósofo que possibilitou a abertura a novas temáticas aos historiadores. Margareth Rago sintetizou esse movimento:

Foucault projetou luz sobre campos até então ignorados pela historiografia – seja por serem considerados como “perfumarias” remetendo à superfície da superestrutura, seja simplesmente por nem sequer serem percebidos como capazes de serem historicizados – e criou expressões capazes de traduzí-los e pensá-los. (RAGO, 1995, p. 70).

Além de abrir espaço a novas fontes e objetos, suas teses também expandiram as possibilidades do pensar a própria história. Ele foi ouvido pelos historiadores dos Annales que passaram a se preocupar mais com a naturalidade com que tratavam objetos e documentos. Ele não produziu uma filosofia da história à maneira tradicional, mas empreendeu críticas à própria práxis do historiador. Sua importância consiste, portanto, na renovação da prática histórica em direção a uma análise cultural, apesar de seus textos serem bem mais políticos do que desejariam os historiadores ligados Annales.

Outro legado do filósofo francês para os historiadores foi um olhar desnaturalizador de evidências, que questionava as categorias até então aceitas *a priori*. Os modos de pesquisa pensados por ele (arqueologia/genealogia/estética) enfatizavam as discontinuidades, não buscavam narrar o acontecimento, mas compreendê-lo como um ponto em um mapa onde cada coordenada revela uma

possibilidade única de análise. Chartier avaliou o impacto dessa perspectiva “desnaturalizadora” para os historiadores

Depois de Foucault, torna-se claro, com efeito, que não se podem considerar esses ‘objetos intelectuais’ como ‘objetos naturais’ em que apenas mudariam as modalidades históricas de existência (...) Por detrás da permanência enganadora de um vocabulário que é o nosso, é necessário reconhecer, não objetos, mas objetivações que constroem de cada vez uma forma original (CHARTIER, 1988, p. 65).

Foucault, finalmente, assinala a renovação da relação entre filosofia e história, pois suas teses se articulam concretamente em torno do ofício do historiador, questionando o uso de fontes, o conceito de temporalidades, enfim forçando os historiadores a repensarem seu fazer. Logo não se trata apenas de novos métodos ou objetos de estudo, mas de uma relação renovada com a filosofia, que não busca instituir um sentido histórico, mas que pretende por meio da análise documental responder a questões filosóficas. Segundo Gilles Deleuze “Foucault é um filósofo que inventa com a história uma relação que difere totalmente da dos filósofos da história” (DELEUZE, Gilles. *Pourparlers*, Paris: Minuit, 1990, p. 130).

O primeiro passo nesta empreitada consiste em analisar a recusa dos historiadores ligados aos *Annales* em relação à reflexão filosófica. Delinear o percurso entre a fundação do periódico, no final dos anos 1920 com Bloch e Febvre, até sua consolidação no cenário intelectual francês na década de 1960 sob o comando de Fernand Braudel. Buscamos com essa análise explicar o contexto que permitiu a ascensão de Foucault, um filósofo, na década de 1960, como teórico de uma escola histórica pautada, justamente, na rejeição à filosofia.

## **1.2 Os *Annales*, fundação e os primeiros “projetos intelectuais”**

O primeiro ponto que precisamos justificar em nossa tese se refere ao panorama da relação entre história e filosofia na França ao longo do século XX, na medida em que esse contexto é o que afeta diretamente aos autores de quem tratamos. Para compreender o aparente paradoxo da recepção de Foucault entre os *Annales* é importante ressaltar os diálogos que tangem à relação entre história e filosofia do início do século XX, com os ataques dos cientistas sociais às filosofias da história, até meados da década de 1950.

No início do século XX os historiadores identificaram em suas bases

epistemológicas elementos que permitissem a afirmação da história enquanto ciência. Se, de fato, esse movimento pode ser atribuído, em sua emergência, ao historicismo alemão e autores como Ranke, foi no decorrer do século XX que a articulação entre história e ciência se demonstrou mais efetiva.

No entanto esse referencial científico da história jamais alcançou um denominador comum. Langlois e Seignobos, alvos dos fundadores dos *Annales*, que em sua *Introdução aos estudos históricos* (LANGLOIS, 1946) esforçavam-se em elaborar uma história científica já alertavam: “Em história, o conhecimento não é obtido, portanto, por processos diretos, como nas outras ciências, mas indiretos. A história não é uma ciência de observação, mas uma ciência de raciocínio” (LANGLOIS, 1946, p. 070). Esse processo de cientificação da história teria como consequência sua separação da filosofia.

Langlois e Seignobos já afirmavam, portanto, a especificidade da história perante as demais ciências propondo um método empírico para esta ciência de raciocínio, distante da filosofia. Quase paradoxalmente, observamos que os fundadores dos *Annales*, cuja primeira edição contém um ácido manifesto contra a história “historicizante” desenvolvida por Langlois e Seignobos, mantiveram, neste caso, uma postura semelhante à de seus adversários. Febvre definiu a história como uma “ciência mole”, cujas particularidades precisavam ser enfatizadas e que não se reduziriam aos métodos e abordagens das ciências exatas. Bloch, por sua vez afirmou que a história seria uma ciência em seu estágio inicial (Cf. BLOCH, 2001 p. 47). Mantém-se, em todos os casos, uma concepção de ciência como promessa a ser consolidada, como marcha, infância ou progresso, enfim, como devir.

A principal matriz teórica entre os historiadores franceses do início do século XX foi a chamada escola metódica ou positivista. Quanto à nomenclatura, existem discrepâncias na medida em que apesar de utilizarem alguns elementos do pensamento de Comte os historiadores franceses da época mantiveram posturas distintas em relação ao “pai” do pensamento positivo. Duas destas diferenças são significativas para compreendermos a distância entre ambos: em primeiro lugar, os historiadores franceses não compartilhavam do primado concebido à sociologia como “linha mestra” das ciências sociais como pretendia Comte. Em segundo lugar, os historiadores não concordavam com a ideia de ciências “exatas”, totais, conferindo à história certas peculiaridades que a tornavam uma ciência “especial”,

na medida em que embora apresente certas regularidades a história não chegaria a produzir leis.

Desta forma, os historiadores não se referiram ao cientificismo contido nas teses de Comte que, como ressaltam Guy Bourdè e Hervé Martin, “não foram tão impactantes assim pra o ofício histórico” (BOURDE E MARTIN, 1983, p. 170), mas a Monod, Langlois e Seignobos, autores que almejavam atingir um conhecimento histórico que pudesse “despertar na alma da nação a consciência de si mesma pelo conhecimento aprofundado na história” (MONOD, 1976, p. 324).

O pensamento positivo aplicado à história se caracterizou por sua base factual e política que se pautava na legitimação (e manutenção) de uma nação, de um povo. Em função disto, os dois grandes trabalhos que orientaram a história metódica na França foram um manifesto, redigido por Monod, para a fundação da *Revista histórica* em 1876 (MONOD, 1976) e um manual escolar produzido por Charles Langlois e Charles Seignobos (LANGLOIS, 1946). No entanto, a influência dos historiadores metódicos foi imensa na academia e lançou as bases para a produção do conteúdo didático cuja orientação, de certa forma, persiste até hoje em grande parte dos livros didáticos cercados por datas, batalhas e grandes nomes.

Em seu manifesto Monod reconheceu certo atraso da França em relação à historiografia alemã de Mommsen e Ranke, se opôs a perspectivas teológicas e propôs análises históricas embasadas no cientificismo e na análise documental. A função da história surge nesta perspectiva como a narração do progresso da nação em direção a seu desenvolvimento pleno. Não apenas história do Estado, mas também receituário moral, a história mediria o progresso, simultaneamente, das nações e dos sujeitos. Para Monod:

É assim que a história sem propor outro fim e outro objetivo a não ser o lucro que se tira da verdade, trabalha de uma maneira secreta e segura para a grandeza da pátria ao mesmo tempo que para o progresso do gênero humano (MONOD, 1976, p. 324)

Trinta anos depois os historiadores metódicos franceses receberam seu guia. Redigido por Langlois e Seignobos *Introdução aos estudos históricos* (LANGLOIS, 1946) foi destinado à formação de historiadores procurando definir “as condições e os processos do conhecimento histórico, bem como indicar-lhe o caráter e os limites” (LANGLOIS, 1946: p.6). Os autores propuseram uma análise metodológica

da história embasada pela crítica documental se afastando das perspectivas filosóficas. Esse traço se torna claro ao tratar dos documentos, que consideram matéria-prima do historiador “A história se faz com documentos. Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado” (LANGLOIS, 1946, p. 15).

Talvez a maior marca de Comte nos metódicos franceses seja a idéia de idade positiva: a de que a ciência alcança a positividade ao se diminuir progressivamente as regras gerais que orientam a pesquisa. Para Comte as buscas metafísicas em torno da “essência” e das “causas finais” dos fenômenos estão além de nosso conhecimento, são pretensões sem garantia. O conhecimento científico deve abandonar tais abstrações e centrar-se no conhecimento empírico aliando razão e experiência para assim “descobrir as regras que governam a sucessão e a coexistência dos fenômenos” (GARDNER, 2004, p. 89).

Para Langlois e Seignobos, “O raciocínio *positivo* parte de um fato (...) estabelecido pelos documentos, para daí inferir outro fato (...) não indicado nos documentos” (LANGLOIS, 1946, p. 180). Os documentos são observados diretamente pelo historiador, é verdade; mas, depois de examiná-los, nada mais há a observar; a partir daí o historiador procede por via de raciocínio, para tentar extrair de suas fontes, até onde isto for possível, a verdade dos fatos. “O documento é o ponto de partida; o fato passado o de chegada” (LANGLOIS, 1946. p. 45).

Este documento raro deve passar por uma série de operações analíticas. Em primeiro lugar uma análise externa (crítica de erudição) que o date, confirme sua autenticidade e seu local de produção. Em seguida uma análise hermenêutica (interna) que deve reconstituir o contexto no qual o documento foi produzido e apresentar qual sua verdade intrínseca para “discernir nos documentos o que pode ser aceito como verdadeiro” (LANGLOIS, 1946. p. 100). A regra geral deste método de validação documental proposto por Langlois e Seignobos é expressa na seguinte afirmação: “O estudo de qualquer documento deve começar por uma análise de seu conteúdo, sem outro objetivo que o de determinar o pensamento real do autor” (LANGLOIS, 1946. p. 103).

Depois de submetido a tal sistema avaliativo o documento pode proceder às *operações sintéticas* no qual deve ser comparado a outros documentos com o intuito de estabelecerem relações entre si. Na segunda fase os eventos dispersos devem

ser reagrupados em quadros gerais. Na terceira fase deve-se, seja por analogia, seja por dedução, achar pontes que possam preencher as eventuais lacunas impostas pelo documento, “Dizer que um documento é autêntico é afirmar exclusivamente que sua procedência é certa, não que seu conteúdo é exato” (LANGLOIS, 1946. p. 113).

Como boa parte destes documentos verdadeiros eram também oficiais essa história metódica se revelava essencialmente política, cuja missão era coletar e reconstituir acontecimentos-chave para traçar a linha contínua e segura que constitui a história de uma nação. Para que a história tome esse caráter oficial é necessário apoiar-se também em uma bibliografia oficial, baseada nos documentos que a própria nação, a ser defendida ou atacada, produzia. A seleção desta bibliografia garante um teor científico à prática histórica ao impor um método de validação e, por sua vez, de desqualificação de determinados documentos.

A documentação que orientava os historiadores cientificistas deveria ser, portanto, Verdadeira, Escrita e Limitada para depois ser registrada e qualificada passando por uma crítica interna e externa (Cf. BOURDÉ&MARTIN, 1983, p. 113). Sob tais condições, a liberdade do historiador-cientista se define sob dois aspectos: nos elementos racionais (dedutivos) do processo de análise documental: Qual elemento dentro do documento é mais preponderante? A qual processo deve ser agrupado determinado evento? Além disso, pelos limites que o documento lhe oferece posto que “a concepção muito estreita do documento limita a ambição da disciplina” (BOURDÉ & MARTIN, 1983, p. 103).

Observamos, portanto, que os historiadores chamados “metódicos” partilhavam de uma concepção científica distante das filosofias da história e já instituíam a rejeição à relação entre filosofia e história. Para José Carlos Reis, esta seria, contudo, uma postura falsa, “pois ainda filosófica, e de maneira perniciosa, pois não assumida, não confessada” (REIS, 2000, p. 38). O espírito civil e nacionalista ditava o horizonte da pesquisa, tendo assim a história uma função filosófica e especulativa de antecipar o futuro, de fornecer um sentido, através da narrativa de eventos: “a forma tomada pela história é a narrativa, que explica o passado, o presente e o futuro por um final já antecipadamente conhecido. O sentido dado aos eventos vem do epílogo da história humana” (REIS, 2000, p. 38).

Numa investigação que se propõe a mapear as relações entre história e

filosofia é fundamental traçar aqui uma ressalva. De fato os metódicos praticaram exageros, no entanto, não nos parece correta a interpretação de tais autores como “monstros epistemológicos”. Ao contrário, se pensarmos a teoria da história sob uma perspectiva de longa duração fica evidente que os historiadores metódicos apresentaram algumas ideias que seriam aplicadas inclusive por seus opositores. Da mesma forma que seus futuros opositores os historiadores metódicos iam contra as filosofias da história (entendida aqui enquanto metafísica ou como conhecimento especulativo, não embasado cientificamente) e também estabeleciam um estatuto particular de cientificidade para a historiografia (ciência inexata, regulada por mecanismos próprios).

Langlois e Seignobos não confundiram o conteúdo do documento com a verdade em si. Antes disso, partiram de uma profunda desconfiança do documento que os levou a submeter suas fontes a séries de operações analíticas descritas acima. Em termos teóricos, portanto, os metódicos marcam a ruptura da historiografia com a filosofia especulativa e metafísica e a adoção da ciência como elemento explicativo primordial do discurso histórico.

A filosofia da história se tornou uma disciplina à parte da historiografia sendo praticada, quase em sua totalidade, por filósofos e com objetivos distintos dos historiadores. Enquanto estes buscavam ampliar o referencial científico da história, centrando-se em problemas técnicos, como a crítica documental e a periodização, os filósofos da história tinham por objetivo refletir sobre o sentido histórico, ou seja, sobre a síntese entre progresso histórico e humanidade (Cf. BARROS, 2011, p. 119-125). A filosofia da história sempre coexistiu com a história “dos historiadores” e sempre caminhou em paralelo com esta<sup>12</sup>.

A perspectiva metódica em história foi bastante influente na academia francesa nas primeiras décadas do século XX, e constituía a principal corrente histórica em uma época de alta competitividade entre disciplinas. Esses embates se deram entre a história, acadêmica e socialmente poderosa e as novas ciências sociais emergentes, em especial a sociologia, em momento de afirmação de suas bases. Frequentemente encontramos o ponto de fratura com a história metódica atrelado ao surgimento dos Annales, no entanto, a oposição à historiografia metódica não era novidade em 1929, data de publicação da primeira edição do

---

<sup>12</sup> Sobre a filosofia da história poderíamos enumerar sucintamente, Introdução á história de Raymond Aron; Do

periódico. Como argumentou José Carlos Reis, Durkheim ainda no século XIX já atacava a história metódica e atrelada às filosofias da história. Durkheim rejeitava, entre outros aspectos, a filosofia da história pela construção de “pré-noções” e a descrição de uma evolução geométrica da sociedade.

Ao rejeitarem a história metódica, os sociólogos travaram também um duelo de prestígio com a história. Para os sociólogos os historiadores estariam defasados, pois não eram bem preparados em termos metodológicos, apoiando-se numa hermenêutica simplista para realizar seu ofício. A história deveria servir, portanto, como ferramenta para a sociologia, mais bem definida e teorizada assim, “pelo projeto Durkheimiano, a história perderia toda a sua autonomia” (REIS, 2002, p.51).

Ainda nas primeiras décadas do século XX encontramos outra oposição fundamental ao projeto histórico metódico: trata-se da *Revue de synthèse historique* fundada Henri Berr em 1900, cujo objetivo inicial foi o de se afastar do excesso de centralização das ciências humanas. O objetivo de Berr era o de fundar um espaço interdisciplinar de pesquisas. Seria desta forma, um veículo de discussão e de inovação em termos teóricos e metodológicos para as ciências humanas, e, também, um meio de divulgação de saber marcado pela colaboração coletiva, daí o conceito de síntese, “A síntese se daria pelo trabalho de equipe, pela colaboração entre os cientistas sociais” (REIS, 2000, p. 57).

O manifesto de fundação, contido no primeiro volume do periódico intitulado “Sur notre programme”<sup>13</sup>(BERR, 1990), expõe melhor os objetivos de Berr que não recusou a influência da história dita metódica, nem do modelo sociológico aplicado à história. Ele reconhecia os méritos destes modelos, mas pretendia ir além trazendo ao debate também campos como a psicologia e a geografia. Para Berr, a interdisciplinaridade poderia balancear as relações entre o social e o individual na história. A tensão entre essas duas dimensões, o social e o individual, estaria na base da explicação dos historiadores, segundo Berr:

Il y a un premier degré des études historiques, qui est l'érudition brute, ou les faits sont soumis à la critique. Les faits éprouvés, matière première de l'histoire, peuvent être ensuite traités de deux façons, soit qu'on les groupe par rapport à certaines unités - grans hommes, peuples, époques, institutions - en séries, pour ainsi dire, individuelles; soit qu'on les compare, pour connaitre ce qui partout dans l'histoire est semblable, pour découvrir le

---

conhecimento histórico de Henri-Iréne Marrou (MARROU); História e verdade (RICOEUR, 1955),

<sup>13</sup> O programa está disponível on-line através do link <http://www.revue-de-synthese.eu/doc/RSH-programme.pdf&title=1900>.

général dans la succession des événements particuliers, dans la diversité des individus et des peuples. Il est nécessaire - et cela peut être, étant éminemment social, partout et toujours; qu'il cherche les étapes - s'il en est - qui se reproduisent partout et toujours dans l'évolution des sociétés. Mais il n'est pas moins nécessaire peut-être que l'historien s'attache dans une certaine mesure aux particularités individuelles qui différencient l'histoire et par lesquelles s'expliquent les transformations même les plus générales des sociétés (BERR, 1900, p. 5)

A Revue de Synthèse possuía, entre suas características, uma inclinação aos textos mais teóricos, como confirmou seu fundador “Les études théoriques seront peut-être nombreuses au début : à moins de redites, c'est une veine qui ne saurait tarder à s'appauvrir” (BERR, 1900, p. 1). Para José Carlos Reis “O objetivo da Revue de Synthèse historique era promover uma discussão teórica sobre a história-ciência e deveria contribuir à elaboração de uma teoria da história, afastada da filosofia da história e orientada para a observação empírica” (REIS, 1999, p. 57). Ao se afastar da filosofia da história, Berr não a excluía da “Síntese”, mas buscava pender a balança para o lado empírico, aumentar o perfil metodológico da história antes de estabelecer grandes sínteses, enfim substituir a reflexão filosófica pela sociológica em história:

Or, sans vouloir nier l'intérêt qui peut s'attacher à certaines considérations et spéculations de philosophie sociale, nous croyons que la sociologie, pour se constituer, doit être, avant tout, une étude positive de ce qui est social dans l'histoire ; nous croyons qu'elle doit partir des données concrètes de l'histoire (BERR, 19910, p. 4)

Outro texto precursor dos Annales foi publicado pela Revista de Síntese em 1903, trata-se de “Méthode historique et Science sociale” do economista François Simiand (SIMIAND, 1903). Simiand, que também demonstrava pouca simpatia pelas filosofias da história, propôs que os historiadores deveriam renunciar ao que denominou “ídolos históricos”

Mais pourtant une orientation immédiate pourrait être tentée vers le but aperçu. Il serait temps et il serait bon, semble-t-il, de renoncer dès maintenant à un certain nombre d'habitudes bien définies et sans aucun doute condamnées, de caractériser ce qu'on pourrait appeler, en em ployant la métaphore de Bacon, des « idoles de la tribu des historiens » et d'entamer sans retard une lutte contre elles (SIMIAND, 1903, p.)

Seriam três os “ídolos da tribo dos historiadores” a serem despossuídos: em primeiro lugar o “ídolo político”, a centralidade da dimensão política entre os

historiadores que obliterava as demais dimensões da sociedade, “Il ne faut pas que les faits politiques soient ignorés, mais il faut qu'ils perdent la place éminente, tout à fait injustifiée, qu'ils conservent même dans les recherches des autres branches de l'histoire” (SIMIAND, 1903); em segundo lugar o “ídolo individual”, ou “l'habitude invétérée de concevoir l'histoire comme une histoire des individus et non comme une étude des faits, habitude qui entraîne encore communément à ordonner les recherches et les travaux autour d'un homme” (SIMIAND, 1903); em terceiro lugar o “ídolo cronológico”, cuja característica era se perder em particularidades e desviava o foco do historiador para os processos que estruturaram as sociedades, “l'habitude de se perdre dans des études d'origines, dans des investigations de diversités particulières, au lieu d'étudier et de comprendre d'abord le type normal, en le cherchant et le déterminant dans la société et à l'époque où il se rencontre” (SIMIAND, 1903). Logo, não foi propriamente no campo dos historiadores, mas no das ciências sociais que surgiram as primeiras objeções àquela que passaria a ser denominada “história tradicional”.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e as resoluções do pacto de Versalhes a França retomou várias províncias que haviam sido perdidas na guerra franco-prussiana de 1870. Entre estes territórios estava Estrasburgo cuja universidade passou por um processo de reformulação e de contratação maciça de professores franceses. Em Estrasburgo ocorreu o encontro entre um colaborador regular da *Revue de Synthèse*, até 1913, Lucien Febvre, e um jovem medievalista, oito anos mais novo que Febvre, Marc Bloch. Na universidade também lecionaram Maurice Halbwachs, sociólogo durkheimiano cujo trabalho mais influente foi sobre memória coletiva e Charles Blondel, psicólogo que trabalhava com mentalidades coletivas. Logo havia na universidade de Estrasburgo um contexto ideal para o florescimento de um periódico de história de caráter interdisciplinar.

Os historiadores associados ao periódico *Annales*, ao longo de suas trajetórias, buscaram executar pesquisas que não partissem de uma filosofia transmissora de um sentido de unidade e transitavam pelos caminhos abertos por outras ciências assimilando suas tecnologias à perspectiva histórica. Essa relação, indissolúvel, com as ciências sociais permitiu aos *Annales* suprirem suas demandas metodológicas a partir da apropriação de conceitos próprios de outros campos, de acordo com Bloch e Febvre, no manifesto de fundação do periódico, “Non pas à

coup d'articles de méthode, de dissertations théoriques. Par l'exemple et par le fait. Réunis ici, des travailleurs d'origines et de spécialités différentes, mais tous animés d'un même esprit d'exacte, impartialité" (BLOCH; FEBVRE, 1929, p. 2)

As ciências sociais, portanto, proveram os referenciais teóricos dos Annales que, por apostar na interdisciplinaridade, nunca chegaram a constituir um método ou um programa único. Lucien Febvre aumentou o abismo entre o ofício do historiador e a filosofia. Para ele, os historiadores "tradicionais" retiravam seus referenciais filosóficos das teses de Comte. Sobre esta perspectiva, o combate de Febvre era para que a autonomia do historiador permitisse que a história se constituísse como disciplina, já que para os "tradicionais" era mais abordada como uma metodologia:

Tandis qu'aux documents du passé les historiens appliquent leurs bonnes vieilles méthodes éprouvées, des hommes de plus en plus nombreux consacrent, non sans fièvre parfois, leur activité à étude des sociétés et des économies contemporaines : deux classes de travailleurs faites pour se comprendre et qui, à l'ordinaire, se côtoient sans se connaître. Ce n'est pas tout. (BLOCH; FEBVRE, 1929, p. 1)

Foi acerca da transformação (e não da supressão) das teorias da história que Febvre apontou. Para ele não seria possível a construção de um trabalho científico sem o estabelecimento de uma teoria. A mudança fundamental se dá em torno do objetivo dessas teorias que não devem ter "por objeto último descobrir leis, mas permitir-nos compreender" (FEBVRE, 1990, p. 120). A oposição entre descoberta de leis e possibilidade de compreensão enquadra-se na proposta de Febvre de produzir uma história-problema partindo de questionamentos e não de sistemas metodológicos.

Para Marc Bloch esta perspectiva não é diferente. Na introdução de sua *Apologia à história* (BLOCH, 2001), Bloch definiu como uma das funções do filósofo a crítica aos sistemas de pensamento, deixando claro que este é um elemento que não pertence às atribuições designadas aos historiadores. Bloch justificou que o historiador deveria se pautar mais no real do que no ideal, fugindo assim das abstrações proporcionadas pela filosofia. Esse

(...) estudo dos métodos em si mesmos constitui, à sua maneira, uma especialidade, da qual os técnicos se nomeiam filósofos. É um título ao

qual não posso pretender. Em função dessa lacuna em minha formação inicial, o ensaio aqui apresentado sem dúvida perde muito (BLOCH, 2001: p.50).

Há, portanto, uma profunda similitude nas posturas de Bloch e Febvre no tocante à relação entre filosofia e história. Encontramos em ambos uma recusa das teorias e métodos pré-estabelecidos em prol de uma construção teórica baseada na própria *práxis* do historiador. Essa postura se tornou, de certa forma, uma regra geral na formação dos historiadores franceses, como afirmou Le Goff na introdução de *Apologia da história*

Podemos ver aí, também e sobretudo, uma característica tradicional dos historiadores franceses. Em sua maioria, eles não têm — prudência ou falha? — gosto pela filosofia em geral e pela filosofia da história em particular. Este livro é um tratado de método, não um ensaio de filosofia histórica. (LE GOFF, *in* BLOCH, 2001, p. 23)

A partir desta ilustração sucinta das críticas dos *Annales* à história metódica encontramos aspectos que se mantiveram por todas as fases do periódico e podem ser considerados fios condutores que ligam as pesquisas, tão dispersas entre si. Primeiramente a desvalorização da história política, história de nações, baseada no evento.

Os autores dos *Annales* propuseram uma leitura mais verticalizada, em termos de transformações da sociedade a longo prazo. Tais transformações não ocorrem apenas no campo político, derivando também da economia, da sociedade e da cultura. Para dar conta destes fenômenos que passaram a compor o território histórico, o historiador deveria manter constante diálogo com outros saberes, com outras ciências sociais.

Para Febvre a história não deveria ser automática (baseada na aplicação rígida do método à documentação), mas problemática, apoiada em questionamentos que suscitem a pesquisa histórica “o historiador não vagueia ao acaso pelo passado, como um trapeiro à procura de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar” (FEBVRE, 1989, p. 21).

Tal postura amplia as possibilidades de ação do historiador sobre seu ofício, desvinculando-o da simples análise documental, transformando-o em agente ativo da pesquisa. O texto histórico deixa de ser uma narração de cunho objetivista de um processo exterior, mas a problematização pensada de um contexto definido. A

história assim praticada não deixa de se pretender científica, mas altera seu referencial de cientificidade, deixa de se preocupar com a constituição de Leis Gerais e passa a ter em conta outras duas operações científicas: “formular problemas e construir hipóteses” (FEBVRE, 1989, p. 22).

A própria noção de ciência na década de 30 do século XX estava abalada pelas descobertas no campo da física e da biologia que questionavam a rigidez da precisão científica, valorizando os relativismos, pondo em xeque o valor da “lei”. A ciência passa a se constituir cada vez menos exata já que “qualquer fato científico é ‘inventado’ – e não um dado bruto que se apresenta ao sábio” (FEBVRE, 1989, p. 63).

Lucien Febvre definiu a história como: “o estudo cientificamente elaborado das diversas atividades e das diversas criações dos homens de outros tempos” (FEBVRE, 1989: p. 30). Assim, ele manteve a história a partir de uma perspectiva científica, mas sob um novo estatuto de ciência, que não ambicionava desvelar leis gerais que coordenassem os fenômenos. Marc Bloch se posicionou de acordo com esse novo referencial de cientificidade na história:

Não sentimos mais a obrigação de buscar impor a todos os objetos do conhecimento um modelo intelectual uniforme, inspirado nas ciências da natureza física, uma vez que até nelas esse gabarito deixou de ser integralmente aplicado (BLOCH, 2001: p.49)

Febvre também propôs uma profunda transformação na análise do documento. A história metódica automatizava o ofício do historiador, confiando-lhe a análise mecânica de documentos a partir de uma metodologia rígida. “Os textos sem dúvidas: mas *todos os textos*. E não só os documentos de arquivo em cujo favor se cria um privilégio” (FEBVRE, 1989, p. 24). Tal perspectiva imputa oposições à leitura metódica, desconsiderando a necessidade de se validar um documento posto que qualquer rastro do passado, com as devidas técnicas, é passível de ser aproveitado pelo historiador.

Essa ampliação da perspectiva documental vai além. “Os textos, evidentemente: mas *não apenas os textos*” (FEBVRE, 1989, p.24). Outras formas de linguagem, de vestígios foram deixadas pelo ser humano podendo (e devendo) ser considerados pelos historiadores. Essa ampliação da noção de documentação está fortemente atrelada à perspectiva interdisciplinar que se tornou marca dos autores

ligados aos Annales. Os historiadores devem passar a se referir a outras disciplinas para abordar sua documentação, podendo assim “concentrar em feixe sobre um mesmo assunto a luz de várias ciências heterogêneas” (FEBVRE, 1989, p. 24).

### **1.3 Os Annales: as vicissitudes do periódico de sua fundação à “Era Fernand Braudel”**

Se, em seus primeiros anos, os autores dos Annales se apresentaram como alternativa a uma forma dominante de história, que, como vimos, englobava tanto as filosofias da história, quanto os historiadores ditos “metódicos”, os anos subsequentes trariam ao periódico o estatuto de hegemonia na produção historiográfica na França.

Bloch e Febvre que em seus primeiros anos como pesquisadores atacavam o *establishment* historiográfico parisiense, não demorariam a atingir posições de destaque nas duas principais instituições francesas de ensino. Em 1933, apenas quatro anos após a fundação do periódico, Febvre foi aprovado no Collège de France, ao passo que Bloch em 1937 seria efetivado na Sorbonne.

Destacam-se nessa primeira década dos Annales o caráter mais experimental da revista que não possuía uma linha mestra, ao contrário, tinha por principal característica a variedade e a interdisciplinaridade. Nesta primeira fase o periódico foi batizado como “Annales d'histoire économique et sociale”, título que enfatiza suas duas grandes linhas teóricas: a história econômica, cujo projeto remetia ao de Simiand, e a história social aos moldes de Durkheim e Henri Berr, a ênfase nos fenômenos históricos coletivos. Essas linhas foram adotadas em textos como *Os reis taumaturgos* (BLOCH, 1924), famosa pesquisa de Marc Bloch sobre o suposto poder de cura da escrófula com o toque atribuído aos reis ingleses entre os séculos XII e XVIII.

As primeiras edições dos Annales eram razoavelmente curtas, pouco mais de cem páginas por edição, se levarmos em conta as proporções que o periódico tomaria a partir da década de 1950, atingindo, em média, 250 páginas por edição. O periódico era composto mais por resenhas e comentários de obras do que propriamente por artigos, e possuía quatro seções principais: “Enquêtes” cujo foco eram debates do que hoje classificaríamos como “história do presente”; “La vie

scientifique” dedicada à questões de epistemologia; “Du passé au présent : à travers livres et revues” seção de resenhas de livros e revistas; por fim “Articles”, sessão menos volumosa do periódico que contava com média de três a quatro artigos por edição.

Nessa primeira fase encontramos as supracitadas influências das ciências sociais e quase nenhuma referência à filosofia, salvo algumas resenhas. Poderíamos citar neste caso a de A. Renaudet sobre o livro “Storia d’ Italia dal 1871 al 1915” (RENAUDET, 1930) de Benedetto Croce e um breve artigo sobre Jean Bodin assinado por Henri Hauser (HAUSER, 1931). Destacamos também nesta primeira fase a proeminência das contribuições de Bloch e Febvre que publicaram em todas as edições até 1937.

Essa configuração se manteve até 1937, ano em que a revista foi interrompida e voltou à circulação em 1939, com a exclusão do termo “économique” em seu título abreviado para “Annales d’histoire sociale”. Essa nova configuração dos Annales teve como maior característica sua persistência face à guerra. É notável, neste sentido, a apresentação da última edição de 1939 intitulada “À nos lecteurs, à nos amis” (FEBVRE, 1939), no qual Febvre buscava alertar para a catástrofe iminente que recairia sobre França na forma da ocupação nazista, bem como deixava clara sua disposição a manter a revista ativa durante o período da guerra.

Os Annales foram publicados durante toda a segunda guerra mundial, a um ritmo de quatro edições anuais, passando por mais uma troca de nomes em 1942 para “Mélanges d’histoire sociale”. Este título perdurou até o final da segunda guerra, quando, em 1945, foi substituído pelo anterior, “Annales d’histoire sociale”. Essa fase foi marcada pelo pequeno volume na publicação e pela freqüência de alguns autores chaves como o próprio Febvre e Charles Morazé que produziram boa parte do conteúdo.

Foi apenas em 1946 que os Annales se re-estabeleceram como periódico sob seu título mais conhecido “Annales. Économies, Sociétés, Civilisations”, com uma tiragem anual fixa de quatro edições até 1960. A primeira edição de 1946 também marca a volta de Fernand Braudel como colaborador e editor. Braudel à época havia sido recém-libertado de um campo de prisioneiros de guerra no qual foi mantido durante cinco anos, período no qual escreveu, sob condições extremas, o esboço

principal da obra que o consagraria *O mediterrâneo* (BRAUDEL, 1948)

Esse período também marca uma importante transformação: a criação da VI seção da École Pratique des Hautes Etudes (EPHE). A VI seção da EPHE foi patrocinada pela fundação Rockefeller que, à época, executava seu programa de auxílio aos países recém saídos da guerra e que não aderiram ao comunismo<sup>14</sup>. Inicialmente pensada como uma escola ligada às ciências sociais a VI seção acabou assumida pelos historiadores dos Annales, sendo fundada por Febvre e Morazé e tendo como secretário Braudel, “Fernand Braudel é designado como o organizador da hegemonia dos Annales enquanto secretário da VI seção e responsável pela sua organização” (DOSSE, 1991, p. 126)

A partir da fundação da EPHE os Annales deixaram de ser apenas um periódico, se tornando também um importante centro de pesquisa e ensino, que balizaria a carreira de inúmeros historiadores nas décadas seguintes<sup>15</sup>. Para Antonio Carlos Aguirre Rojas, este período, caracterizado como os “Annales de Febvre” teria constituído um hiato entre os projetos intelectuais dos Annales de 1939-1956, animados

por el mismo impulso de su fundación, pero desplegados en un nuevo y diferente contexto, que serán entonces unos claros "Annales de transición", y por tanto, la etapa en la que habrán de madurar, lentamente y sin prisas, los futuros Annales conducidos por Fernand Braudel (AGUIRRE ROJAS, 2000, p. 21).

Para o historiador mexicano, esse período não corresponderia apenas a uma transição, mas a uma ruptura, não no sentido de recusa total de um projeto, mas de uma superação hegeliana, nas palavras do autor, na qual

no implica una simple negación y ruptura con lo anterior, que en este caso quedaría sencillamente al margen del proyecto ulterior, sino más bien una verdadera Aufhebung, que construyendo un nuevo proyecto intelectual, recupera bajo otra forma y en otra dimensión, los mismos elementos del viejo proyecto superado, movimiento entonces de negación/conservación/superación de los primeros Annales (AGUIRRE ROJAS, 2000, p. 21)

---

<sup>14</sup> Sobre a relação entre a fundação Rockefeller e a academia francesa ver o excelente artigo de Bertrand Chavaux “EHESS : les sciences sociales françaises sous perfusion de la CIA” (CHAVAUX, 2004), disponível on-line em <http://www.voltairenet.org/article14465.html>.

<sup>15</sup> Entre os historiadores que passaram pela VI seção podemos arrolar Fernand Braudel, Lucien Febvre, Charles Morazé, Jacques Le Goff, Jacques Revel, Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie, entre outros. Foucault quase lecionou na instituição a convite de Braudel em 1964, mas optou por lecionar na Argélia.

Em termos de estrutura os chamados Annales de Febvre apresentam ao menos uma adição importante, tanto para o periódico quanto para o argumento desta tese, trata-se da seção “Débats et combats” dedicada a temáticas teóricas e a debates intelectuais, que surgiu a partir de 1946 e na qual encontramos mais referências à filosofia e teoria da história.

Em 1956 Lucien Febvre faleceu aos 78 anos e teve início o período de maior expansão e internacionalização do periódico sob a direção de Fernand Braudel. O primeiro número de 1957 trouxe a nota “Les Annales continuent” na qual Braudel além de saudar os fundadores Bloch e Febvre se atribuiu a missão de seguir em frente com o periódico, mas já deixando evidente seu traço pessoal ao afirmar “maintenir l'histoire à sa place nécessaire aux rencontres évidentes de toutes les sciences sociales, dans un courant qui, sans elle, serait terriblement incomplet” (BRAUDEL, 1957, p. 2). Para Braudel, portanto, o lugar da história estaria em uma posição privilegiada entre as ciências sociais, imbuída da função de organização e explicação, dada sua visão não apenas sincrônica, mas diacrônica. Em outras palavras, Braudel propunha a história como a ciência social dominante.

Essa dupla função da história seria esmiuçada um ano depois, em 1958, em seu mais famoso artigo, aquele que caracterizaria sua “fase” como diretor do periódico. Trata-se de “Histoire et Sciences sociales: La longue durée” (BRAUDEL, 1958) publicado justamente na seção dedicada a teoria Débats et combats.

O texto-manifesto de Braudel também nos permite fazer algumas ponderações sobre a posição da filosofia nesta fase do periódico, marcada, novamente, pela recusa no diálogo. A primeira mudança de tom se deu em relação às ciências sociais: para Braudel o diálogo com as jovens ciências em ascensão precisaria de um maior respeito, uma maior referência às formas de saber mais consolidadas “Encore faut-il que le rassemblement des sciences sociales soit complet, que l'on ne néglige pas les plus anciennes au bénéfice des plus jeunes, capables de tant promettre, sinon de toujours tenir.” (BRAUDEL, 1958, p. 726).

A renovação do estatuto do periódico, da parte de Braudel, além de manter o diálogo com as ciências sociais, embora estabeleça entre elas, como vimos, uma hierarquia baseada na idade, das mais velhas para as mais novas, também se manteve em sua rejeição à filosofia como fonte útil ao historiador. Para Braudel, ao pensar a história, os filósofos se restringiam ao acontecimento, revestindo-o de

significados que ultrapassariam a própria história.

Les philosophes nous diraient, sans doute, que c'est vider le mot d'une grosse partie de son sens. Un événement, à la rigueur, peut se charger d'une série de significations ou d'accointances. Il porte témoignage parfois sur des mouvements très profonds, et par le jeu factice ou non des « causes » et des « effets », chers aux historiens d'hier, il s'annexe un temps très supérieur à sa propre durée. Extensible à l'infini, il se lie, librement ou non, à toute une chaîne d'événements, de réalités sous-jacentes, et impossibles, semble-t-il, à détacher dès lors les uns des autres. (BRAUDEL, 728)

Após recusar a curta duração classificando-a como “fumaça”, Braudel considerou as formas de análise com um escopo temporal maior levantando, neste caso duas abordagens: a primeira seria a conjuntura, representada pelo ciclo e as “tendências seculares” (Cf. BRAUDEL, 1958, p. 730) que, contudo, não se distanciam muito da relação de curta duração na medida em que buscam explicar grandes temas (uma crise econômica, um período de escassez de alimentos) a partir de curtos estratos temporais (em média, de trinta a cinquenta anos), “elles sont une première clef.” (BRAUDEL, 1958, p. 731).

O segundo estrato temporal, o mais profundo, seria o que as ciências sociais denominavam “estruturas” e que Braudel conceituou como “longa duração” (Cf. BRAUDEL, 1958, p.731). A longa duração, contudo, guarda uma diferença fundamental quanto às estruturas: a longa duração, por mais estática, evidencia mudança, não caracteres elementares ou um grau zero.

A principal característica da estrutura, em relação ao acontecimento, é sua solidez, a dificuldade de quebrar e decompor seus processos. Se o acontecimento não era mais que o fogo de artifício, brilhante no início, mas que rapidamente se torna nada mais que fumaça, a estrutura estaria mais perto do farol, do qual para nos aproximarmos de sua luz fugidia precisamos imergir num mar de relações, e uma vez nos mar é necessário esforço para lutar contra suas intempéries. Ao contrário, do acontecimento fugaz, Braudel propôs o foco nas estruturas rígidas, afinal “Songez à la difficulté de briser certains cadres géographiques, certaines réalités biologiques, certaines limites de la productivité, voire telles ou telles contraintes spirituelles : les cadres mentaux, aussi, sont prisons de longue durée.” (BRAUDEL, 1958, p. 50).

Braudel também alertou que essa sua reflexão particular sobre as durações não seria um conjunto de regras para o ofício do historiador mas a extensão de uma

forma particular de história que remete ao início do século XX,

une « science » historique nouvelle est née, qui continue à s'interroger et à se transformer. Elle s'annonce, chez nous, dès 1900 avec la Revue de Synthèse historique et avec les Annales à partir de 1929. L'historien s'est voulu attentif à toutes les sciences de l'homme (...) Toutes les sciences de l'homme, y compris l'histoire, sont contaminées les unes par les autres. Elles parlent le même langage ou peuvent le parler. (BRAUDEL, 1958, p. 734)

O destino inevitável desta forma particular de “ciência histórica”, nas palavras de Braudel, seria a valorização das múltiplas formas de duração, enfatizando, neste sentido, “une notion de plus en plus précise de la multiplicité du temps et de la valeur exceptionnelle du temps long” (BRAUDEL, 1958, p. 727). É necessário também frisar a importância da matemática social, cuja principal manifestação é a teoria dos jogos, cujos efeitos foram cruciais nos argumentos de Claude Lévi-Strauss e que Braudel sugeriu ser aplicada à história<sup>16</sup>. A aplicação de um modelo matemático traria uma maior relevância científica à história que, embora continuasse uma ciência “singular” na visão de Braudel, deveria aliar-se a modelos de conhecimento mais precisos.

Com Braudel na direção a expansão do periódico foi certamente impressionante, como assinalaram Barros e Rojas. A primeira edição da década de 1960 nos dá a dimensão dessa expansão: a revista passou de trimestral a bimestral, bem como passou por uma ampliação considerável no número de páginas que ultrapassam 200 por edição. A primeira edição da década de 1960 também apresentou uma publicação significativa na seção Débats et combats: a reedição do texto “Méthode historique et science sociale” de Simiand, apresentado como texto precursor dos Annales. Desta forma, Braudel, justificou de forma mais contundente sua posição no periódico através da referência aos “antepassados”. Com Braudel os Annales não eram mais uma revista de historiadores, mas a ponta de lança da disciplina em seu enfrentamento com as ciências sociais e ao modelo estruturalista.

A presença de Braudel também se fez marcante em relação aos temas abordados no periódico sob sua direção. Notamos a diminuição de artigos sobre a idade média e sobre mentalidades e uma maior ênfase em duas temáticas:

---

<sup>16</sup> Sobre esta relação entre história, matemática e estruturas Braudel afirmou “le temps en imaginant au terme d'une 'science de la communication' une formulation mathématique de structures quasi intemporelles. Cette dernière démarche, la plus neuve de toutes, est évidemment la seule qui puisse nous intéresser profondément”

estruturas e economia. De fato, boa parte dos artigos publicados na sessão “Études” referia-se a uma das duas temáticas, ou a ambas. com contribuições de autores de diversos países, do Brasil, o artigo de Celso Furtado “Développement et stagnation en Amérique latine : une approche structuraliste” (FURTADO, 1966), a China “Le Punyavantajâtaka : analyse structurale d'un jâtaka” de Atsuhiko Yoshida (YOSHIDA, 1964).

Os anos sob a direção de Braudel apresentam uma certa ambigüidade: por um lado houve uma restrição temática, na medida em que a revista passou a publicar, em sua quase totalidade, temáticas ligadas aos dois temas caros a seu diretor: a relação entre história e estruturas e a análise econômica cuja ênfase se deu nas matemáticas sociais; por outro lado, a contribuição de cientistas sociais e de autores estrangeiros trouxe um caráter mais diversificado, embora estes tenham se adequado à proposta do periódico, como notamos no artigo de Celso Furtado.

A concepção de história científica, de dialética das temporalidades e de civilização material marcaram a década de 1960 nos Annales. Havia ainda pouco espaço para a filosofia no periódico e uma das raras exceções seria a de um filósofo que havia acabado de publicar sua tese de doutorado que chamou a atenção de Braudel e Mandrou editores dos Annales à época. A tese de Michel Foucault, *A história da loucura*(FOUCAULT, 1961) parecia a estes historiadores um exemplo da aplicação das teses de Lucien Febvre, sobre as estruturas mentais de uma sociedade. Nas palavras de Braudel “Je n'y vois pas seulement une de ces études de psychologie collective si rarement abor dées par l'historien et qu'après Lucien Febvre, nous appelons de tous nos voeux” (BRAUDEL, 1964, p. 771).

Braudel foi um dos primeiros “cânones” a saudar os trabalhos de Foucault, considerando-os uma nova aventura nas ciências humanas. É a partir deste ponto que detectamos o início do diálogo entre Foucault e os Annales, através dos rastros deixados em livros, entrevistas, prefácios, enfim, toda uma rede contatos que auxiliaram a firmar a posição do filósofo na agenda dos historiadores. A leitura que os autores dos Annales elaboraram acerca das teses de Foucault ampararam em grande parte a recepção do filósofo em meio à comunidade dos historiadores. Por outro lado, as relações entre Foucault e os historiadores dos Annales, de Braudel a Veyne, passando por Le Goff, Revel e Pierre Nora, podem ser medidas no texto do

---

(BRAUDEL, 1958, p. 735)

filósofo seja no uso de algumas de suas teses, seja nas nos debates e nas posições conflitantes.

Buscamos neste primeiro momento caracterizar os Annales até a década de 1960 chamando atenção para sua rejeição às reflexões filosóficas, visando tornar mais evidente o paradoxo que se instauraria na década de 1970, quando um filósofo foi elevado à posição de teórico de uma forma de reflexão histórica marcada, justamente, por sua recusa à filosofia. Os diálogos e os encontros entre Foucault e Braudel serão temas de nosso capítulo seguinte.

## **II. O arqueólogo no sótão: a arqueologia foucaultiana e o diálogo com os Annales**

A década de 1960 trouxe a ascensão e a retração do modelo braudeliano nos *Annales*. Anos também marcados pela ascensão de Foucault como personalidade intelectual de destaque no cenário francês, especialmente após a publicação do sucesso editorial *As palavras e as coisas*. O encontro entre o filósofo e os historiadores do periódico, contudo, ocorreu antes desse sucesso, mais precisamente desde a publicação de seu primeiro livro *A história da loucura*.

Foucault foi inserido na estratégia dos *Annales* de dialogar com autores de fora do âmbito da história. Entre 1966 e 1971, período que compreende desde *As palavras e as coisas* até a publicação do artigo “Nietzsche, a genealogia, a história”, essa aproximação é direta e toma forma de diálogo. Ele esteve atento à produção histórica dos *Annales* e dialogou com os historiadores para definir as especificidades de seus projetos pessoais.

O momento em que o filósofo, em plena ascensão no meio intelectual, refletiu acerca do modelo corrente de história coincidiu também com a ruptura entre Braudel e a direção dos *Annales*. Período em que a revista passou por profundas reformulações, as quais foram desde novas estratégias de publicação à fragmentação da diretoria do periódico, que desde então deixou de ser associado a uma figura e passou a representar um coletivo. Momento, portanto, de reciclagem e de necessidade de legitimação.

Nossa análise neste capítulo será dividida em três partes: a primeira diz respeito ao diálogo entre Foucault e Braudel e suas ressonâncias em termos teóricos e profissionais; no segundo momento a ênfase recai sobre textos e entrevistas publicados no intervalo entre 1969 e 1971, nos quais ele situou melhor seu campo de análise e, para isso, dialogou com a história; por fim, trataremos da recepção de Jacques Le Goff, que alcançou a posição de diretor do periódico após o afastamento de Braudel e ajudou a solidificar a posição de Foucault como teórico da história. Evidenciaremos o modo pelo qual um arqueólogo adentrou ao sótão dos historiadores<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> A expressão o “sótão da história” refere-se ao fato dos autores da terceira geração dos *Annales* terem se afastado das bases da economia e da sociedade em prol da análise do elemento cultural, até então considerado como produto da base sócio-econômica. De acordo com Burke: “O itinerário intelectual de alguns historiadores dos *Annales* transferiu-se da base econômica para a ‘superestrutura’ cultural, ‘do porão ao sótão’” (BURKE, 1997, p. 81).

## 2.1 As primeiras publicações de Foucault e suas ressonâncias com os Annales

O diálogo entre Foucault e historiadores ligados aos Annales remonta ao início da trajetória intelectual do filósofo no começo da década de 1960. Antes disso, ele já havia publicado uma tese de doutorado em psicologia intitulada *Maladie Mentale et personnalité* (FOUCAULT, 1954) em 1954, demonstrando, contudo, descontentamento com a tese, desejando afastar-se da psicologia e abordar o tema da loucura sob uma perspectiva histórica.

Após terminar seus estudos na França, ele dirigiu-se à Suécia onde tornou-se adendo cultural francês, estabelecendo a biblioteca de Uppsala como seu centro de trabalho. Os anos na Suécia foram de pesquisa e elaboração para o seu primeiro livro “oficial”, *A história da loucura*.

Embora Alan Meggil (Cf. MEGILL, 1987) tenha caracterizado a década de 1960 como de “não recepção” das idéias do filósofo por parte dos historiadores notamos que, para um autor iniciante, *A história da loucura* obteve uma excelente repercussão entre os historiadores franceses, a começar pelo autodenominado “historiador domingueiro” Phillipe Áries. De acordo com François Dosse,

Desde sua primeira produção, a de sua tese sobre a historia da loucura, Foucault reencontrou, sem querer, os historiadores profissionais. É um franco-atirador da história das mentalidades, defensor improvável de Foucault, por sua formação ideológica de direita, “ultra-conservadora” monárquica, que defende o manuscrito para publicação, pela Plon, em 1961: Philippe Áries. (DOSSE, 2003, p. 209)

A peregrinação de Foucault para publicar seu primeiro livro cessou no encontro entre duas figuras tão distintas. Após ver seu texto rejeitado pela editora Gallimard, ele levou o manuscrito para a editora Plon que também não prestou atenção à longa tese do jovem autor, a ponto de perdê-la. Meses após submeter o manuscrito, o autor tentou recuperar a cópia na editora, após um longo silêncio, “when he went to Plon's offices in the rue Garancière to reclaim his manuscript, he was told they would have to find it before they could give it to anyone. It was eventually found languishing in a drawer and was passed on to Philippe Ariès” (MACEY, 2004, p. 57).

Ariès, que naquele período ainda não era colaborador dos *Annales*<sup>18</sup>, trabalhava à época no corpo editorial da Plon e era responsável pela área de história, ficou muito impressionado com o manuscrito, mas não encontrou a mesma reação entre seus pares. Contudo, sua perseverança em dissuadir os demais membros do corpo editorial da Plon surtiu efeito, "His superiors were rather less impressed and it took a great deal of persuasion on his part to have the manuscript accepted. Ariès persevere, and in may 1961 the book appeared in his 'Civilisations d'hier et d'ajourd'hui series" (MACEY, 2004, p. 58).

Contudo, a *A história da loucura* não obteve êxito editorial, passando, no geral, despercebido na França em termos de público, como observou o biógrafo David Macey em seu livro *Michel Foucault* "Despite his increased visibility, Foucault's *Histoire de la folie* was not particularly sucessful. It was only in 1964 that the original print run of 3000 copies finally sold out. It was not widely reviewed, but most of the noticies were favourable" (MACEY, 2004, p. 58).

A despeito de sua recepção modesta em termos editoriais, *A história da loucura* teve excelente repercursão no meio intelectual. Pouco depois de seu lançamento recebeu uma resenha extremamente elogiosa de Robert Mandrou e do então diretor dos *Annales*, Fernand Braudel (BRAUDEL, 1962, p. 761 – 772), no quarto número de 1962 do periódico. Braudel saudou o caráter pioneiro do texto, atribuindo-lhe o adjetivo "maravilhoso" (CF. BRAUDEL, 1962, p. 771), por parte do teórico da longa duração "cet 'écrivain orchestre', qui réussit avec un bonheur égal à être tout à la fois philosophe, psychologue et historien, nous offre sur la folie sept cents pages d'une rare beauté" (BRAUDEL, 1962, p. 761) Para Braudel, a capacidade de articular diversos eixos para a solução de um problema - no caso, as diferentes caracterizações da loucura na Europa moderna – caracteriza a grande inovação trazida por Foucault aos historiadores

Já a leitura da Mandrou sobre *A História da loucura* enfatizou algumas noções que serviriam de reflexão para os historiadores. Primeiramente, a problematização

---

<sup>18</sup> Phillipe Ariès passou de fato a integrar a equipe dos *Annales* apenas em 1978, um ano após a publicação de seu livro mais bem sucedido *L'Homme devant la mort* (ARIÈS, 1977), de acordo com seu biógrafo, Patrick Hutton, "In 1977, Ariès was offered and accepted a position at the Ecole des Hautes Etudes, now the institutional home of the *Annales* movement whose founders he had discovered during the Vichy years" (HUTTON, 2004, p.26). Há de se notar também que, embora fosse um presença certa entre os autores da chamada "terceira geração" dos *Annales*, Ariès publicou no periódico, uma única vez, uma nota crítica sobre o livro de Le Goff que tratava do nascimento do purgatório sob o título "Le purgatoire et la cosmologie de l'au-delà" (ARIÈS, 1983, p. 151-157).

do conceito de verdade em história. Esta seria a consequência mais filosófica das teses foucaultianas, posto que o conceito de verdade, à época, não constituía tema recorrente entre os historiadores<sup>19</sup>. Ao traçar uma história vertical das representações da cultura ocidental sobre a loucura, Foucault demonstrou que não existe uma verdade singular, substancial, acerca da experiência da loucura; esta é formada mediante a estrutura histórica à qual se associa.

Além disso, Mandrou frisou a originalidade em apresentar a internação (*renfermement*) como objeto histórico, logo uma novidade em termos de objeto de análise, a possibilidade de tratar dos espaços institucionais de reclusão a partir da crítica documental. Essa relação entre verdade histórica, estatística e subjetividade constitui a formação de “estruturas da exclusão” (*La structure d'exclusion*), ou seja, de estruturas que embora subjetivas, poderiam ser medidas por meio dos documentos.

Após os destaques de Mandrou, Braudel acrescentou uma nota na qual também saudou a originalidade do trabalho do filósofo. Além de sublinhar as questões levantadas por Mandrou, Braudel destacou a forma como o livro articulava a relação entre história e psicologia. Essa junção, por sinal, levou o diretor dos *Annales* a associar Foucault a Lucien Febvre um dos pilares da história desenvolvida pelo periódico,

J'ajoute quelques lignes au compte rendu qui précède pour souligner l'originalité, le caractère pionnier du livre de Michel Foucault. Je n'y vois pas seulement une de ces études de psychologie collective si rarement abordées par l'historien et qu'après Lucien Febvre, nous appelons de tous nos vœux. J'y reconnais et j'y admire une aptitude singulière à aborder un problème par trois ou quatre biais différents, dans une ambiguïté qui a le tort de se refléter parfois dans la démarche matérielle du livre (il faut être très attentif à en suivre le fil), mais qui est l'ambiguïté même de tout phénomène collectif : une vérité de civilisation plonge dans l'obscurité de motivations contradictoires, conscientes et inconscientes (BRAUDEL, 1962, p. 770)

A relação entre Braudel e Foucault ultrapassou o âmbito teórico e se estende para o campo acadêmico. De fato, embora as perspectivas teóricas entre os dois apontasse para um distanciamento inevitável, a relação pessoal entre ambos pode

---

<sup>19</sup> A questão da verdade em história não foi uma temática relevante entre os historiadores de ofício até a década de 1970 e o retorno das questões filosóficas. Havia, contudo, uma tradição diversos filósofos da história até a década de 1960. Dentre estes trabalhos poderíamos citar *De La connaissance historique* de Henri Irené Marrou, *História e verdade* de Paul Ricoeur.

ser caracterizada como amistosa, tendo o historiador um peso considerável na carreira profissional do filósofo. O biógrafo de Braudel, Pierre Daix, afirmou “Cabe frisar que Foucault não é um novato aos olhos de Braudel. Conheceram-se quando Foucault foi nomeado diretor do centro cultural francês na Universidade de Varsóvia. Estávamos em 1958” (DAIX, 1999, p. 488).

Como vimos, após este primeiro encontro, Braudel elogiaria *A história da loucura*, na resenha publicada nos *Annales*, e essa relação apenas se expandiria. Ainda em 1964 Braudel convidou Foucault a elaborar um livro que seria publicado na coleção intitulada “Nova biblioteca científica”, mas o filósofo abandonou o projeto logo após firmar seu contrato

En efecto, Foucault firmará un contrato en febrero de 1964 con la editorial Flammarion, para un libro que iba a aparecer en la “Nouvelle bibliothèque scientifique”. Se trataba de una Historia de la histeria. Rápidamente deberá renunciar a ese proyecto<sup>10</sup> y modificar su contrato para encarar esta vez un estudio sobre la “idea de decadencia”, que también abandonará muy pronto una vez firmado el contrato (ERIBON, 1995, p. 215)

A despeito da desistência deste projeto, a confiança de Braudel no jovem filósofo não se abalou. Logo após a publicação de *As palavras e as coisas*, Foucault lecionava na Tunísia e ficou interessado em retornar a Paris, quando foi convidado por Braudel para integrar a VI sessão da EPHE (Cf. ERIBON, 1990, p. 184), instituição que, como vimos no capítulo anterior, consistia no meio físico que poderíamos considerar como a “verdadeira” escola dos *Annales*<sup>20</sup>. Por fim, destacaríamos nessa série de encontros, a posição fundamental de Braudel na eleição do filósofo ao CF em 1970.

Foucault contava com a concorrência de Paul Ricoeur que, embora gozasse de grande desprestígio entre os intelectuais franceses, dadas suas posições nos eventos de maio de 68<sup>21</sup>, se tratava de um filósofo com mais tempo no cenário intelectual francês. Com entrada de seu candidato no CF, Braudel tratou de reforçar esta relação afirmando que “Meu colega Michel Foucault – que é, quero aqui lembrar, do ponto de vista da história cultural, o único sucessor de Lucien Febvre”

---

<sup>20</sup> Grande parte dos autores ligados aos *Annales*, em especial na geração da Nouvelle Histoire manteve ligações estreitas com a EPHE, seja como docente ou discente. Dentre eles, podemos citar Jacques Le Goff, Paul Veyne, Fernand Braudel, Philippe Ariès, Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby, dentre outros.

<sup>21</sup> Ricoeur solicitou a presença da polícia para reprimir uma manifestação estudantil em 1969 e sua atitude foi amplamente condenada, sobre este episódio ver REIS, 2010, p. 240-243.

(BRAUDEL apud DAIX, 1999, p. 585).

A única publicação de Foucault nos *Annales* remete justamente ao início da década de 1960, mais precisamente no ano de 1964. Trata-se de um artigo publicado na edição número 5 de 1964 (FOUCAULT, 1964) sobre o livro o “*Universo imaginário de Mallarmé*” escrito pelo crítico literário Jean Pierre Richards, publicado em 1962, que consistia na publicação da tese de doutorado. Em seu livro, Richards buscou inserir a linguagem truncada do poeta Mallarmé numa perspectiva que ultrapassasse, simultaneamente, uma reflexão psicológica (que explicasse o autor por meio de sua biografia) e uma leitura histórica (que evitasse que o poeta se perdesse em meio a seu século). Para o filósofo “Cette conscience et la méthode qui s'articulerait sur elle nous font encore actuellement défaut. Nous faisons du moins défaut, car il me semble bien que c'est là que vient se loger l'originalité du livre de Richards” (FOUCAULT, 1964, p. 998)

Cabe, neste ponto, a interrogação, afinal, qual a relevância desta leitura de um filósofo a uma tese de crítica literária para seu diálogo com a história? Muita, se observarmos atentamente os meandros deste texto que, em poucas páginas, adiantou ideias que seriam publicadas no livro de maior sucesso editorial de Foucault, *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 1966).

Destacamos três importantes elementos deste artigo: Em primeiro lugar as considerações acerca do modo de pesquisa aplicado por Richards para estruturar o difícil pensamento do poeta Mallarmé<sup>22</sup>, marcado pelo simbolismo em seus poemas e pela ironia na prosa. Para Foucault, o principal mérito de Richards seria o de desenvolver um modo original de pesquisa em termos de crítica literária na qual eram trabalhados elementos de psicanálise e estruturalismo, mas sem se estabilizar em nenhuma dessas formas de saber

Autour de ces deux reproches se sont organisées finalement toutes les critiques qu'on a adressées à Richard : l'ambiguïté d'une psychologie existentielle, l'équivoque sans cesse entretenue entre l'oeuvre et la vie, la lente fusion et comme l'empatement des structures dans la continuité temporelle de leurs métamorphoses, l'hésitation entre le point de vue du signifiant et celui du signifié (FOUCAULT, 1964, p. 997)

As críticas endereçadas a Richards foram bastante semelhantes, por sinal,

---

<sup>22</sup> Stéphane Mallarmé foi um poeta e crítico literário que viveu na França entre os anos de 1842 e 1898, frequentemente apontado como o maior expoente do simbolismo francês. Os textos de

àquelas que Foucault receberia apenas alguns anos depois em relação a suas teses históricas. Para o filósofo, tais considerações, em relação a Richards, seriam injustificadas posto que reduziam os méritos da leitura de Richards a aspectos técnicos e pouco relevantes, desprezando a originalidade do livro que apresentava um método inovador para se pensar a literatura, lidando simultaneamente com um arquivo e com os textos de Mallarmé, buscando evidenciar a distinção entre o homem e a obra.

De acordo com Foucault, até meados do século XIX a principal forma de estruturar uma obra era por meio da formação de um *Opus*. Estabelecer um *opus* consiste numa forma qualitativa de se ordenar os escritos que pertenceriam à obra de um autor, geralmente dando mais ênfase aos textos consagrados, relegando outros escritos, como memórias, escritas de si, ou textos escritos sob pseudônimos a elementos marginais, menores em relação à grande obra. No final do século XIX, a mudança em direção a uma concepção de documento mais abrangente colocaria esta forma de organização na berlinda, “Or, le XIX<sup>e</sup> siècle a inventé la conservation documentaire absolue : il a créé avec les « archives » et la « bibliothèque » un fonds de langage stagnant qui n'est là que pour être redécouvert pour lui-même, en son être brut” (FOUCAULT, 1964, p. 997-998).

Essa “linguagem estagnante” se refere ao desafio que esses documentos, antes considerados menores, trouxeram a partir do momento em que foram incorporados aos arquivos e bibliotecas. A multiplicação dos tipos de escrita a serem considerados para se estabelecer um *opus* trouxe o seguinte questionamento: eles serviriam para estruturar a biografia de um autor, ou melhor quais documentos (cartas, anotações, rascunhos) deveriam figurar como partes de uma obra?

Até o século XIX o uso da documentação por parte dos críticos literários se dava de uma forma mais prescritiva, mais moralizante, ou seja, os arquivos eram utilizados para justificar a *Opus* ou a vida do autor, “Bien sûr, il y a longtemps que les critiques et les historiens de la littérature ont pris l'habitude de se servir des documents. Le recours au document est devenu depuis bien des années une prescription morale” (FOUCAULT, 1964, p. 998). Contra essa forma “moralizante” de análise documental, Foucault reclamou que não havia um sistema de pesquisa que englobasse de modo mais claro a diversidade documental aberta após o século XIX.

Para o filósofo, essa situação não era diferente em relação à história das idéias.

Le problème est le même dans le domaine de ce qu'on appelle l'histoire des idées. La conservation documentaire a fait apparaître à côté des sciences, des philosophies, des littératures, une masse de textes, qu'on traite à tort comme de fausses sciences ou des quasi philosophies, ou des opinions faiblement exprimées, ou encore comme l'esquisse préalable et le reflet ultérieur de ce qui va devenir et de ce qui était auparavant littérature, philosophie ou science (FOUCAULT, 1964, p. 998).

Neste sentido, o que ele elogiou na tese de Richards foi a originalidade do autor de evitar as categorias de obra (*Opus*) e de autor (*Vie*), e se preocupar mais com as palavras, que restituísse a originalidade, o assombro que causam a linguagem. Em suma, trata-se de estabelecer em relação à linguagem uma nova forma de abordagem que não se reduzia à procura de um sentido

C'est en ce point, me semble-t-il, que le livre de Richard découvre ses plus profonds pouvoirs. Il a mis au jour, hors de toute référence à une anthropologie constituée ailleurs, ce qui doit être l'objet propre, de tout discours critique : le rapport non d'un homme à un monde, non d'un adulte à ses fantasmes ou à son enfance, non d'un littérateur à une langue, mais d'un sujet parlant à cet être singulier, difficile, complexe, profondément ambigu (puisqu'il désigne et donne leur être à tous les autres êtres, lui-même compris) et qui s'appelle le langage (FOUCAULT, 1964, p. 1004)

Assim, embora o artigo tenha por base um texto de crítica literária, Foucault nele expôs importantes elementos de cunho metodológico e histórico que se desenvolveriam em seu livro seguinte, *As palavras e as coisas*, publicado em 1966. O filósofo deixou claro que pretendia trabalhar não com a idéia de obra, nem com psicologia, seu campo de formação, nem com as concepções correntes de estrutura; pelo contrário, apresentaria um novo sistema que, à época da publicação, ainda não tinha um nome próprio e que foi designado “arqueologia”. A leitura de Richards apresentou ao filósofo uma forma de analisar a regularidade própria dos discursos sem submetê-los ao crivo de outros campos, base do que se tornaria uma reflexão “arqueológica” sobre o saber.

O primeiro grande ponto de inflexão entre Foucault e os historiadores dos *Annales* se deu no íterim entre o fim da década de 1960 e o início dos anos 1970, conforme costumam relatar os historiadores. Trata-se do período de publicação de *As palavras e as coisas*, livro que, ao contrário de seu antecessor, *A história da*

*loucura*, alcançou êxito editorial notório<sup>23</sup> e o inseriu no centro do debate francês sobre o estruturalismo.

François Dosse (Cf. DOSSE, 1994), lembra que o subtítulo original de *As palavras e as coisas* seria uma análise estrutural das ciências humanas e foi substituído por “Uma arqueologia das ciências humanas”. A contraposição do termo arqueologia à estrutura ganha um contorno bastante relevante neste caso. Ainda em 1966 ele já se distanciava da onda estruturalista, apesar de manter importantes vínculos com estas.

*As palavras e as coisas* trata da transformação na ordem geral dos saberes que possibilitou a emergência de uma forma bastante particular do conhecimento, as ciências humanas entre os séculos XVIII e XIX. Para Foucault, até esse ponto de ruptura, na emergência da figura do homem, a linguagem se estruturava de um modo diferente, possuía um modo diferente de ordenação. Sua tese, neste caso, gira em torno da relação entre os ordenamentos criados para se estruturar a linguagem,

Dans l'étude que voici, c'est cette expérience qu'on voudrait analyser. Il s'agit de montrer ce qu'elle a pu devenir, depuis le XVIe siècle, au milieu d'une culture comme la nôtre: de quelle manière, en remontant, comme à contre-courant, le langage tel qu'il était parlé, les êtres naturels tels qu'ils étaient perçus et rassemblés, les échanges tels qu'ils étaient pratiqués, notre culture a manifesté qu'il y avait de l'ordre, et qu'aux modalités de cet ordre les échanges devaient leurs lois, les êtres vivants leur régularité, les mots leur enchaînement et leur valeur représentative; quelles modalités de l'ordre ont été reconnues, posées, nouées avec l'espace et le temps, pour former le socle positif des connaissances telles qu'elles se déploient dans la grammaire et dans la philologie, dans l'histoire naturelle et dans la biologie, dans l'étude des richesses et dans l'économie politique. Une telle analyse, on le voit, ne relève pas de l'histoire des idées ou des sciences (FOUCAULT, 1966, p.13)

Essa forma específica de análise foi intitulada arqueologia: “Plutôt que d'une histoire au sens traditionnel du mot, il s'agit d'une 'archéologie'” (FOUCAULT, 1966, p. 13). Arqueologia, neste caso, representa a forma como o filósofo procede em seu

---

<sup>23</sup> À época da publicação de *Les mots et les choses*, Foucault temia uma recepção semelhante à da *História da loucura*, acreditando que o livro despertaria interesse apenas em especialistas da área - previsão totalmente equivocada tendo em vista que *Les mots* se tornaria um dos maiores sucessos editoriais da década de 1960. Segundo Macey, “Foucault genuinely thought he had written a book for at best a few specialists; the original print run of 3,000 copies sold out within a week, and in August, La Hune, a well known bookshop in Saint-Germain, reported that it was 'selling like hot cakes'. In the first fortnight of the month, *Les Mots et les choses* entered the non-fiction bestseller list of L'Express” (MACEY, 2004, p. 72)

modo de pesquisa: dividindo o tempo em estratos e os analisando sincronicamente, ter-se-ia uma forma mais apurada, mais precisa de se medir a diferença entre essas configurações de saber. Desta forma ele questionou a inserção do homem no jogo do saber como o acontecimento que permitiu dividir “estratos” (para usar uma metáfora que envolva a arqueologia) do saber.

A famosa leitura que Foucault elaborou do quadro “As meninas”, de Velázquez, na qual destaca o fato de o pintor aparecer em primeiro plano e as “personagens” do quadro, o rei e a rainha da Espanha, surgirem ao fundo, serve como um exemplo da transição de uma sociedade: “peut-être y a-t-il, dans ce tableau de Vélasquez, comme la représentation de la représentation classique, et la définition de l'espace qu'elle ouvre” (FOUCAULT, 1966, p.31).

Podemos afirmar que não foi em torno das estruturas do pensamento que ele direcionou sua análise, mas aos pontos de transformação, de ruptura dentro dos sistemas do pensamento. A estratégia metodológica para sustentar essa tese foi feita por meio da decupagem de estratos temporais em relação a uma rede de saber, denominada episteme (épistémè) Cada episteme conteria, assim, os limites do saber de uma determinada época

Dans une culture et à un moment donné, il n'y a jamais qu'une épistémè, qui définit les conditions de possibilité de tout savoir. Que ce soit celui qui se manifeste en une théorie ou celui qui est silencieusement investi dans une pratique (FOUCAULT, 1966, p.230).

Em *As palavras e as coisas*, Foucault distinguiu três epistemes, seus efeitos e limites: a do Renascimento (que vai do século XV ao XVI), a da idade Clássica (que se estende entre os séculos XVII e XVIII) e a da Modernidade (que se iniciaria no século XIX e perduraria até nossos dias). Para cada uma das epistemes corresponderia um modo particular de configuração dos saberes, respectivamente, a similitude em relação ao renascimento, a representação em relação à idade Clássica, e a antropologia – o posicionamento do homem como denominador comum dos campos de saber – em relação à modernidade. O que ele delimitou foi menos as continuidades, a evolução do saber, do que as rupturas mediante as quais os saberes se transformaram completamente em espaços de tempo consideravelmente curtos.

Podemos exemplificar tal postura ao enfatizar a transição entre a episteme

clássica e a moderna. Foucault a datou com certa precisão, “certes, l'ensemble du phénomène se situe entre des dates aisément assignables, les points extrêmes sont les années 1775 et 1825” (FOUCAULT, 1966, p.233), e afirmou que esta rápida transição instituiu o que era impossível pensar na idade clássica: a centralidade da vida em relação ao saber. Para ele, a idade clássica fora marcada pela representação, pela relação de signos, na qual as palavras representavam coisas; para utilizar o exemplo da história natural, tratava-se de classificar, de distinguir as características do reino animal. Já na idade moderna, a partir de Curvier, o problema da vida entrou no campo do saber o que possibilitou a emergência da biologia, que mantém a função de organização do saber, mas de um modo totalmente diverso da história natural, baseado na relação entre sistema e órgãos. Não se tratava mais de nomear os órgãos, de decompô-los, mas de inseri-los numa lógica dentro de um sistema. Por exemplo, órgãos tão diversos quanto as brânquias e os pulmões passam a fazer parte de um mesmo sistema que é “respirar”

En considérant l'organe dans son rapport à la fonction, on voit donc apparaître des 'ressemblances' là où il n'y a nul élément 'identique'; ressemblance qui se constitue par le passage à l'évidente invisibilité de la fonction. Les branchies et les poumons, peu importe après tout s'ils ont en commun quelques variables de forme, de grandeur, de nombre: ils se ressemblent parce qu'ils sont deux variétés de cet organe inexistant, abstrait, irréel, inassignable, absent de toute espèce descriptible, présent pourtant dans le règne animal en son entier et qui sert à respirer en général (FOUCAULT, 1966, p. 277).

Em *As palavras e as coisas*, contudo, Foucault não se referiu a historiadores de “ofício” e pouco falou do campo da historiografia, limitando-se a apresentar a emergência, em meados do século XIX, entre a história como campo de saber e da história como ritmo de vida, como condição ontológica. Todavia, alguns historiadores notaram nessas ideias sobre os limites do pensável e sobre a estrutura do saber, ressonâncias com o estilo de Lucien Febvre. Para Aguirre Rojas,

Sin embargo, y paradójicamente, si en la obra de Foucault de los años sesenta, se contiene todo el programa, los elementos y hasta los primeros estudios ejemplares de una novedosa y original línea de historia de las mentalidades, es claro que no ha sido esta línea la que ha sido seguida por los historiadores franceses que en los años 69-89 se han ocupado de este vasto campo de lo mental dentro de la historia. Lo cual explica la afirmación repetida en varias ocasiones por Fernand Braudel, en el sentido de que el único verdadero heredero de la historia de las mentalidades practicada por Lucien Febvre, ha sido precisamente Michel Foucault (AGUIRRE ROJAS,

É neste ponto em que se costumam traçar a aproximação entre Foucault e Febvre, na medida em que ambos perscrutariam os limites do pensável em relação à história; contudo, ambos o faziam sob perspectivas diferentes. Febvre buscava a solução pontual para um dado problema; por exemplo, seria factível o processo atribuído a Rabelais como ateu? Não, respondeu-nos Febvre, na medida em que a “utensilagem mental” contemporânea a Rabelais era impregnada por um sentimento místico e religioso inescapável, ou seja, poderia haver a sátira em relação ao divino, ou mesmo o desgosto, o ódio em relação a Deus, mas sua existência não poderia ser questionada em “Un siècle qui veut croire” (FEBVRE, 1947, p. 464). Para Febvre

Parler de rationa-lisme et de libre pensée, s'agissant d'une époque où, contre une reli-gion aux prises universelles, les hommes les plus intelligents, les plus savants et les plus audacieux étaient incapables vraiment de trouver un appui soit dans la philosophie, soit dans la science : c'est parler d'une chimère (FEBVRE, 1947, p. 361)

O conceito de episteme difere bastante da utensilagem mental de Febvre, principalmente em função de sua abrangência. Ao contrário de um determinado problema localizado, o conceito de episteme era muito mais generalista em relação às configurações de saber e tinha por objetivo apreender a mecânica própria do saber em um determinado estrato temporal. Por exemplo, em relação à moeda, o filósofo afirmou que

Si on admet que l'échange, dans le système des besoins, correspond à la similitude dans celui des connaissances, on voit qu'une seule et même configuration de l'épistémè a contrôlé pendant la Renaissance le savoir de la nature, et la réflexion ou les pratiques qui concernaient la monnaie (FOUCAULT, 1966, p. 183)

Foucault à época conhecia bem alguns historiadores ligados aos Annales, em especial Bloch e Febvre, conforme lembrou seu biógrafo Didier Eribon (Cf. ERIBON, 1995). Contudo, a historiografia não surgiu como um problema teórico em suas teses até 1966, quando passaram a surgir os comentários negativos acerca de *As palavras e as coisas*. Momento que o filósofo passou a dialogar com os historiadores franceses na medida em que sua arqueologia foi apresentada como

uma forma de reflexão histórico-filosófica.

Para Rojas, a postura de Foucault de se posicionar frente à historiografia pode ser considerada comum aos intelectuais ligados às humanidades na França, “muchos son los proyectos intelectuales que, venidos de los más diversos horizontes de las distintas ciencias sociales contemporáneas, se han visto forzados a tomar posición frente a la historiografía” (AGUIRRE ROJAS, 2002, p. 178).

Essa necessidade de tomar posição em relação à historiografia decorria, na leitura de Rojas, da posição central da disciplina na hierarquia das ciências humanas, “historiografía que en aquellos tiempos afirmaba progresivamente ese rol central y hasta dominante que llegó a conquistar dentro de ese mismo espectro de las ciencias del hombre” (AGUIRRE ROJAS, 2002, p. 178). Enfim, “Foucault sitúa entonces su obra, al igual que los autores recién mencionados, en torno al referente específico de la historiografía francesa. Y al hacerlo, la concibe, para seguir su propia metáfora, como una nueva variante de la historia crítica” (AGUIRRE ROJAS, 2002, p. 178).

Em uma entrevista publicada em junho de 1967 (FOUCAULT, 2001, p. 585-593), um ano após a publicação de *As palavras e as coisas*, intitulada “Sobre as maneiras de escrever a história”, Foucault buscou precisar melhor suas teses em meio às diversas modalidades de pesquisa histórica em voga na década de 1960. Em linhas gerais, ele destacou a importância, da história das ideias, da história dos *Annales* e de autores considerados estruturalistas,

On sait que les livres de Dumézil, de Lévi-Strauss et de Lacan comptent parmi les livres majeurs de notre époque; mais sait-on de même que, parmi les travaux qui assurent aujourd'hui dans le savoir une aventure nouvelle, il faut mettre les livres de Braudel, de Furet et de Denis Richet, de Le Roy Ladurie (FOUCAULT, 2001 p.585).

A concepção de história de Foucault, nesta época, foi baseada na recusa de uma história tradicional e por um ecletismo em termos teóricos. Sobre a história que considerou tradicional, afirmou: “l'histoire, je crois, s'est trouvée être l'objet d'une curieuse sacralisation” (FOUCAULT, 2001, p. 586). Essa “sacralização” corresponderia à conservação de um pensamento marcado pela necessidade de traçar cadeias homogêneas entre os acontecimentos. A história seria o modo de apagar as diferenças ao demonstrar a forma precisa, contínua, mediante a qual as coisas se transformam, mas se transformam de um modo necessário; o que o

filósofo denominou uma ‘contradição racional’: “or, aux yeux de certains, l'histoire en tant que discipline constituait le dernier refuge de l'ordre dialectique: en elle, on pouvait sauver le règne de la contradiction rationnelle” (FOUCAULT, 2001, p. 586).

Na década de 1960, autores de campos e perspectivas distintas ofereceram alternativas a essas leituras tradicionais que transformava a história em um monumento, para ser vislumbrado e não pensado. Esse caminho seria o trilhado tanto pelos autores estruturalistas, como Lévi-Strauss, Althusser e Dumézil, quanto pelos historiadores ligados aos Annales, caso de Braudel e Ladurie.

Algumas características desses historiadores chamaram a atenção do filósofo: a começar pela capacidade de romper com o estatuto solitário que a história tradicional relegaria aos seus profissionais. Os historiadores seriais em seu diálogo com as ciências sociais trouxeram ao campo do historiador um novo vocabulário, além de valorizarem a pluralidade de tempos e de formas de periodização da história, “ces historiens se posent le très difficile problème de la périodisation. On s'est aperçu que la périodisation manifeste scandée par les révolutions politiques n'était pas toujours méthodologiquement la meilleure forme de découpe possible” (FOUCAULT, 2001, p. 583). Além disso, ao refletirem acerca dos problemas ligados à periodização, às temporalidades, os historiadores seriais também introduziram mudanças cruciais quanto ao conceito de documento

Chaque périodisation découpe dans l'histoire un certain niveau d'événements, et, inversement, chaque couche d'événements appelle sa propre périodisation. C'est là un ensemble de problèmes délicats, puisque, selon le niveau qu'on choisit, on devra délimiter des périodisations différentes, et que, selon la périodisation qu'on se donne, on atteindra des niveaux différents. On accède ainsi à la méthodologie complexe de la discontinuité (FOUCAULT, 2001, p. 586).

As ressonâncias entre as pesquisas do filósofo e o campo da história serial podem ser evidenciadas em uma conferência ministrada no Japão ainda em 1970, e publicada em 1972 sob o título “Retornar à história”. A história serial, da qual Foucault foi um leitor atento - sobretudo Braudel e Chaunu -, foi aludida na introdução de *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1969) e em alguns trechos de *A Ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996) e surge como o principal campo de interlocução entre suas pesquisas e a história praticada pelos Annales.

A história serial é uma forma de história problema “l'histoire sérielle définit son

objet à partir d'un ensemble de documents dont elle dispose” (Foucault, 2001, p. 1144). Essas pesquisas revelavam oscilações de preço, curvas de natalidade, crescimentos, estagnações, evidenciando a existência de diferenças, de descontinuidades, ali onde aparentemente havia estabilidade. A noção de acontecimento passou a ser questionada. Na história denominada “tradicional”<sup>24</sup>, praticada pelos historiadores metódicos e pelos filósofos da história, o acontecimento era o evento grandioso e visível, cuja causa e sentido, cabia aos historiadores resgatar. A partir da história serial, o acontecimento passou a receber um novo estatuto, pois as curvaturas nas estatísticas indicavam que alguns acontecimentos que não receberam a devida atenção, uma súbita explosão demográfica ou uma inflação, ou ainda períodos enormes de imobilidade como demonstrou Ladurie, foram fundamentais para a constituição das sociedades, “On voit donc, dans l'histoire sérielle, non pas du tout l'événement se dissoudre au profit d'une analyse causale ou d'une analyse continue, mais les couches d'événements se multiplier” (FOUCAULT, 2001, p. 1146)

Para Foucault, a história tal como praticada pelos autores ligados aos Annales promoveu um verdadeiro processo de descontinuidade temporal ao focar os processos em longa duração. Embora o intuito inicial desses historiadores fosse buscar pelas regularidades, pelo simultâneo através da análise massiva de documentos, não foram apenas continuidades que os historiadores seriais evidenciaram, mas também, e fundamentalmente, descontinuidades. Por exemplo, ao se analisar a história dos preços sob uma perspectiva de longa duração é possível perceber grandes oscilações e movimentos em períodos considerados de estabilidade e, simetricamente, períodos de maior atividade financeira em momentos considerados de crise. Desta forma, apesar de buscarem as continuidades, o que os historiadores seriais acabaram desvelando também foi a multiplicidade das rupturas, dos acontecimentos.

L'histoire apparaît alors non pas comme une grande continuité sous une discontinuité apparente, mais comme un enchevêtrement de discontinuités superposées. L'autre conséquence, c'est qu'on est amené par là à découvrir à l'intérieur de l'histoire des types de durées différentes (FOUCAULT, 2001 293).

---

<sup>24</sup> Observaremos na análise de *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1969) que a concepção de Foucault de “história tradicional” é bastante próxima da mesma definição proposta pelos historiadores dos Annales (Cf. FOUCAULT, 1969, p. 3-8)

O tempo tripartido de Braudel foi aludido por Foucault ao elaborar um resumo da história dos preços sob ciclos de curta, média e longa duração. No entanto, e aqui percebemos uma cisão entre o filósofo e o historiador, o tempo tripartido de Braudel não parecia suficiente. Era necessário reconhecer a história não como unidade, mas como multiplicidade temporal, “ce n'est donc pas une durée, c'est une multiplicité de durées qui s'enchevêtrent et s'enchevêtrent et s'enveloppent les unes les autres” (FOUCAULT, 2001, p. 1147). Le Goff ressaltou esse distanciamento, já que o interesse de Foucault pela noção de longa-duração se deu “essencialmente porque ela permitia, justamente, perceber melhor as discontinuidades, as rupturas, o folhear das diversas durações temporais” (LE GOFF, 2003, 205).

Neste sentido, Foucault desafiou os historiadores a “multiplier les types d'événements comme on multiplie les types de durée” (FOUCAULT, 2001, 1149). Embora tenha censurado o tempo tripartido de Braudel, ele reconheceu a importância dos autores ligados aos Annales em ampliar o debate em torno das temporalidades,

En effet, aujourd'hui, les historiens, et je pense bien sûr à l'école des Annales, Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, ont essayé d'élargir les périodisations que pratiquent d'ordinaire les historiens: Braudel, par exemple, est arrivé à définir une notion de civilisation matérielle qui aurait une évolution extrêmement lente: l'univers matériel des paysans européens depuis la fin du Moyen (FOUCAULT, 2001, p. 773)

Além disso, há mais um traço importante sobre Braudel e Foucault em relação às teses desenvolvidas por ambos. É certo que várias teses de Braudel foram refutadas, principalmente a partir da publicação de *A Arqueologia do saber*, há, contudo, um traço da história braudeliana que o filósofo absorveu bem: Braudel mostrou a possibilidade da elaboração de uma história “estrutural”, definindo como estrutura não as associações sincrônicas dos antropólogos, mas os elementos inconscientes cuja associação exercem um impacto direto na prática, no real. Afinal, não é Felipe II, mas o Mediterrâneo o protagonista de sua tese. São esses mesmos elementos estruturais que Foucault atribuiu à história na introdução da *A Arqueologia do saber*, elementos que não permitem que se fale de uma “estruturalização da história, “ou du moins d'une tentative pour surmonter un 'conflit' ou une 'opposition' entre structure et devenir” (FOUCAULT, 1969, p. 20).

Embora tenha se distanciado das teses braudelianas, observa-se que esse período de seu percurso intelectual foi profundamente marcado pela presença do historiador da longa duração. Apesar das diferenças na forma de abordagem, Foucault se identificava com Braudel na medida em que ambos foram críticos da continuidade histórica:

Il faut se garder, en somme, d'une conception linéaire excessivement simple de l'histoire. On considère comme un problème spécifiquement historique la compréhension de la manière dont un certain événement succède à un autre, et l'on ne considère pas comme historique un problème qui pourtant l'est également: celui de comprendre comment il est possible que deux événements puissent être contemporains (FOUCAULT, 2001, 607)

Foi neste ínterim entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970 que Foucault começou a trabalhar com um terceiro eixo de justificativa de seus trabalhos. Trata-se da história dos “historiadores”, notadamente a história desenvolvida pelos autores ligados aos *Annales*. Se, como vimos no texto sobre Mallarmé, ele se referia à história das ideias e à história da literatura, após *As palavras e as coisas*, o filósofo passou a inserir o problema da história serial, da relação documento/monumento.

(...) em todos os textos que vão partir de *As Palavras e as Coisas*. Uma Arqueologia das ciências humanas, até o artigo “Nietzsche, a genealogia, a história”, Foucault se posicionará em relação à história, esclarecendo o sentido de seu projeto intelectual dentro do horizonte da produção historiográfica em curso. Assim, vai definir seu trabalho como um elo novo numa velha corrente (AGUIRRE ROJAS, 2000:308).

Observamos o peso de Braudel e da história serial no desenvolvimento das teses de Foucault ao longo dos anos 1960, principalmente no fim desta década. A concepção de história do filósofo, à época, orbitava em torno de três referenciais distintos: em primeiro lugar a história da ciência de Canguilhem; em segundo lugar os estruturalismos de Lacan, Lévi-Strauss e Barthes; em terceiro, a história serial. Essa configuração se assentaria nos anos seguintes quando o filósofo passou a inserir seus trabalhos no campo da história, com o objetivo de fundir estes três referenciais em um sistema de pesquisa denominado “arqueologia do saber”.

## **2.2 Da arqueologia à genealogia: a posição da história no sistema teórico de**

## Foucault

Publicado em 1969, *A Arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1969) ocupa uma posição de transição teórico-metodológica entre a sistematização do pensamento arqueológico e, posteriormente, a partir da leitura de Nietzsche, a transição para o que Foucault denominaria genealogia. O texto surgiu, originalmente, como resposta direta a alguns questionamentos feitos pelo círculo de epistemologia da Rue D'ulm<sup>25</sup>. Para responder não apenas a tais críticas, após a publicação de *As palavras e as coisas*, ele decidiu escrever um livro essencialmente teórico que articulasse as teses de seus livros anteriores abrindo, também, perspectivas para futuras pesquisas.

Desta forma, o livro cumpre o papel de transição, de fechar um ciclo, pois, por um lado busca amarrar suas três obras anteriores, a saber, *A história da loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas*, sob o eixo comum do pensamento arqueológico; por outro lado, esse balanço também o permitiu desprender-se de vários conceitos, sem ainda excluir a arqueologia, transformando-a em uma ferramenta secundária. A reflexão que Foucault fez de seus trabalhos anteriores não tinha em vista colocá-los simplesmente em perspectiva, mas definir o que possibilitou tais pesquisas a partir de uma forma, de um modelo de análise intitulado arqueologia.

Embora, como vimos na leitura de *As palavras e as coisas*, o filósofo já utilizasse o termo "arqueologia", este surgia de forma bastante vaga. O termo era ambíguo: *Arché* significa origem<sup>26</sup> - conceito refutado ao longo da obra - e *arqueologia* remete a escavações, pesquisas na profundidade. Pelo contrário, a função da arqueologia de foucaultiana é fazer uma análise na própria *superfície* do discurso, ou seja, não procurar por debaixo dos discursos o que é o pensamento dos homens, mas tomar o discurso em sua existência manifesta.

Foucault buscou analisar a regularidade própria dos discursos, em detrimento de tentar interpretá-los. Para justificar seu projeto o comparou à historiografia. Em poucas páginas, traçou o percurso paralelo entre as pesquisas empreendidas pela história "dos historiadores" e as histórias produzidas pelas disciplinas (história das ciências, da filosofia etc.). Por um lado, no campo da história "oficial",

---

<sup>25</sup> Boa parte da introdução está presente no texto publicado em 1968, sendo os outros elementos discutidos ao longo de *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 1969).

<sup>26</sup> FALAR DE ARISTÓTELES

Voilà des dizaines d'années maintenant que l'attention des historiens s'est portée, de préférence, sur les longues périodes comme si, au-dessous des péripéties politiques et de leurs épisodes, ils entreprenaient de mettre au jour les équilibres stables (...) les grands socles immobiles et muets que l'enchevêtrement des récits traditionnels avait recouverts de toute une épaisseur d'événements (FOUCAULT, 1969: p.9)

Destaque para o trecho “há dezenas de anos”. Ora, tal procedimento – história de longa duração, recusa do acontecimento – se refere às análises empreendidas pelos autores relacionados aos *Annales*, desde os anos 30 e, principalmente, aos estudos demográficos e seriais e sua vasta produção entre as décadas de 50 e 70. No mesmo período as histórias das ciências, entendidas aqui como as histórias das disciplinas produzidas de maneira “autônoma”, normalmente sem a presença de historiadores de ofício, tomavam um direcionamento oposto. Tais “histórias” não buscavam mais evidenciar o equilíbrio temporal, as continuidades encontradas em processos de longa evolução, mas, justamente, desviar o foco para os fenômenos de ruptura.

Or à peu près à la même époque, dans ces disciplines qu'on appelle histoire des idées, des sciences, de la philosophie, de la pensée, de la littérature aussi (leur spécificité peut être négligée pour un instant), dans ces disciplines qui, malgré leur titre, échappent en grande partie au travail de l'historien et à ses méthodes, l'attention s'est déplacée au contraire des vastes unités qu'on décrivait comme des "époques" ou des "siècles" vers des phénomènes de rupture (FOUCAULT, 1969, p. 10)

As diferenças estabelecidas entre a história “dos historiadores” e as histórias das idéias compartilhavam um eixo comum: a crítica documental. Logo, uma bifurcação de perspectivas e não um paralelismo que anularia o diálogo entre ambas as formas de história. Afinal, “en fait ce sont les mêmes problèmes qui se sont posés ici et là, mais qui ont provoqué en surface des effets inverses” (FOUCAULT, 1969. p13). História dos historiadores e história das idéias se renovaram a partir da transformação do conceito de documento, desvinculando-se da “história tradicional”. É necessário destacar que Foucault entende por “história tradicional” um conjunto de perspectivas semelhante àquelas atribuídas aos metódicos por Febvre, associando-a inclusive às filosofias da história. Assim,

D'abord parce qu'on voit jusqu'à que point il s'est affranchi de ce qui

constituait, naguère encore, la philosophie de l'histoire, et des questions qu'elle posait (sur la rationalité ou la téléologie du devenir, sur la relativité du savoir historique, sur la possibilité de découvrir ou de constituer un sens à l'inertie du passé, et à la totalité inachevée du présent) (FOUCAULT, 1969, p. 20).

Para Foucault, a história “tradicional” legava aos historiadores o papel de coletores de vestígios que buscavam aplicar uma leitura estritamente objetiva ao documento. Essa forma de “submissão” tornava os documentos uma mera matéria inerte animada pelos historiadores profissionais, “le document n'est donc plus pour l'histoire cette matière inerte à travers laquelle elle essaie de reconstituer ce que les hommes ont fait ou dit, ce qui est passé et dont seul le sillage demeure” (FOUCAULT, 1969, p. 14). Para além da reconstituição de fatos, aceitando o documento como verdade, a história nova, ao contrário, efetua uma leitura relacional dos documentos, que deveriam ser pensados como uma massa de elementos singulares cuja análise só é possível por meio da formulação de séries.

(...) de nos jours, l'histoire, c'est ce qui transforme les documents en monuments, et qui, là où on déchiffrait des traces laissées par les hommes, là où on essayait de reconnaître en creux ce qu'ils avaient été, déploie une masse d'éléments qu'il s'agit d'isoler, de grouper, de rendre pertinents, de mettre en relations, de constituer en ensembles (FOUCAULT, 1969, p. 15).

Esta concepção ampliada de documento, decorrente, por parte dos historiadores, das concepções dos Annales, transformou o modo de crítica documental. As análises quantitativas passaram a focar mais a constituição de séries o que permitiu multiplicar as possibilidades em termos de métodos, objetos e temporalidades. Encontramos aqui o exato oposto da perspectiva metódica, afinal se tratava agora de ampliar as perspectivas que um documento pode oferecer, exauri-lo e não limitá-lo. Desta forma, longe de representar um retorno à filosofia da história, os historiadores dos Annales permitiram uma leitura mais analítica dos documentos ao estabelecê-los na forma de séries, ocasionando o surgimento

des séries à repères larges constituées d'événements rares ou d'événements répétitifs. L'apparition des périodes longues dans l'histoire d'aujourd'hui n'est pas un retour aux philosophies de l'histoire (...) c'est l'effet de l'élaboration, méthodologiquement concertée, des séries (FOUCAULT, 1969, p. 16).

A descontinuidade constituiu um conceito operativo não só para os filósofos,

mas, principalmente, para os historiadores. Para a história tradicional, o descontínuo era o elemento impertinente que deveria ser integrado a uma perspectiva total. Os historiadores tradicionais, ao estabelecer a análise do documento, buscavam “apará-lo”, suprimir suas incongruências para integrá-lo a um evento. Assim, “la discontinuité, c'était ce stigmate de l'éparpillement temporel que l'historien avait à charge de supprimer de l'histoire” (FOUCAULT, 1969, p. 16).

Desta forma, a segunda consequência da revolução documental para a história foi a inserção do conceito de descontinuidade no vocabulário dos historiadores. Tornou-se, portanto, um instrumento primordial de análise, na medida em que “elle constitue d'abord une opération délibérée de l'historien (et non plus ce qu'il reçoit malgré lui du matériau qu'il a à traiter).” (FOUCAULT, 1969, p. 16). Têm-se a consciência de que o objeto de trabalho e a documentação se fazem por opções conscientes do pesquisador, que deve “au moins à titre d'hypothèse systématique, distinguer les niveaux possibles de l'analyse, les méthodes qui sont propes à chacun, et les périodisations qui leur conviennent” (FOUCAULT, 1969, p.16-7). Afinal, a liberdade para a construção de um fato não é a base da história-problema de Febvre: “elaborar um fato é construir. Se se quiser é fornecer resposta a uma pergunta. E se não há pergunta, só há o nada” (FEBVRE, 1976, p. 21)?

A ampliação do domínio documental possibilitou aos historiadores elaborar novas noções de temporalidade. A pesquisa serial não era mais necessariamente focada em regularidades, evidenciando descontinuidades: procede através da elaboração da pergunta, da seleção de fontes e de formas de analisar essas fontes, respeitando a temporalidade na qual estão inclusas. A descontinuidade, tão cara ao filósofo, está profundamente ligada à história dos historiadores e aos seus métodos. O problema da descontinuidade também está ligado, portanto, aos trabalhos de história serial, campo principal dos Annales da fase de Braudel.

Por fim, destacamos uma passagem da história *global* para a história *geral*. A história *global* empreende pesquisas que buscam “la signification commune à tous les phénomènes d'une période, la loi qui rend compte de leur cohésion” (FOUCAULT, 1969, p.18). Aspira apreender a totalidade de uma época através da união de elementos dispersos numa linha contínua. Ora, na historiografia francesa da época tal empreitada certamente se refere a trabalhos não apenas de “história tradicional”, mas também à ambição de Braudel. Para Foucault

Le projet d'une histoire globale, c'est celui qui cherche à restituer la forme d'ensemble d'une civilisation, le principe - matériel ou spirituel - d'une société, la signification commune à tous les phénomènes d'une période, la loi qui rend compte de leur cohésion. (FOUCAULT, 1969, p. 18)

Em oposição a essa historiografia “macro”, Foucault propôs estabelecer uma história *geral* que deveria delimitar quais as relações possíveis entre as diversas séries documentais analisadas, desdobrando, assim, “l'espace d'une dispersion” (FOUCAULT, 1969 p. 19). Desta forma, o olhar se desloca das grandes pesquisas para as empreitadas “micro”, para estudos de caso, para a multiplicação das séries documentais e temporais.

Le problème qui s'ouvre alors - et qui définit la tâche d'une histoire générale - c'est de déterminer quelle forme de relation peut être légitimement décrite entre ces différentes séries (...) bref, non seulement quelles séries, mais quelles 'séries de séries' - ou en d'autres termes, quels 'tableaux' il est possible de constituer (FOUCAULT, 1969, 18-19)

Observamos a importância da noção de série para o filósofo. Reflexão oriunda da NH, “ce sont ces postulats que l'histoire nouvelle met en question quand elle problématise les séries, les découpes, les limites, les dénivellations” (FOUCAULT, 1969, p. 18). Por fim, ele refletiu acerca do impacto das teses estruturalistas sobre a história, propondo-lhes que encarassem os problemas teóricos que uma história de cunho serial apresenta, tais como definição de nível de análise, o estabelecimento de escolhas voluntárias em torno do objeto a ser trabalhado, seleção de fontes, etc.

À ces problèmes on peut bien donner si on veut le sigle du structuralisme. Sous plusieurs conditions cependant: ils sont loin de couvrir à eux seuls le champ méthodologique de l'histoire, ils n'en occupent qu'une part dont l'importance varie avec les domaines et les niveaux d'analyse (FOUCAULT, 1969. p.20).

No entanto, conforme afirmamos anteriormente, não foi ao estruturalismo antropológico a que Foucault aqui se referiu, mas a problemas oriundos do campo da história econômica, logo, dos estudos de história serial: “mais ils ont pris naissance dans le champ de l'histoire économique et à l'occasion des questions qu'elle posait” (FOUCAULT, 1969. 13). Estrutura, portanto, não é aqui compreendida sob o ponto de vista etnográfico, sincrônico e avesso à ruptura, mas sob a égide da

história serial, dos agrupamentos entre séries de documentos e as questões que ela suscita (flutuações de preços, curvas estatísticas) e que “enfin ils n'autorisent aucunement à parler d'une structuralisation de l'histoire, ou du moins d'une tentative pour surmonter un 'conflit' ou une 'opposition' entre structure et devenir” (FOUCAULT, 1969, p. 20)<sup>27</sup>. Alinhava-se, portanto, a um pensamento de estrutura não como Lévi-Strauss, mas semelhante à visão de Febvre, que, de acordo com Reis, resistiu à aplicação do termo estrutura mas

Reconhecia que o estudo das relações contemporâneas sustenta o estudo das relações entre elementos que se sucedem. O estudo dessas relações sincrônicas e sucessivas só se poderia fazer a partir da colocação de problemas e da construção de hipóteses e não de uma narrativa que organize os eventos a partir de um epílogo pré-dado (REIS, 2000, p. 71).

Antes de submeter a história à corrente estruturalista, Foucault convidou os historiadores a refletirem acerca das consequências metodológicas abertas pelas análises estruturais. Logo, não se tratava de “estruturalizar” a história, mas de analisar, a partir da lente do historiador, os problemas trazidos pelos estruturalistas. Ele também buscava se afastar desta corrente na época de *A arqueologia do saber* e afirmou que analisava as estruturas do próprio estruturalismo:

Ce que j'ai essayé de faire, c'est d'introduire des analyses de style structuraliste dans des domaines où elles n'avaient pas pénétré jusqu'à présent, c'est-à-dire dans le domaine de l'histoire des idées, l'histoire des connaissances, l'histoire de la théorie. Dans cette mesure, j'ai été amené à analyser en termes de structure la naissance du structuralisme lui-même (FOUCAULT, 2001, )

Foucault foi bem sucedido neste diálogo com os historiadores. Para Ladurie, “a introdução à *Arqueologia do Saber* é a primeira definição da história serial” (LADURIE, apud, DOSSE, 2003: 272). Todos os conceitos analisados na arqueologia guardam uma relação íntima com a história. Ao definir seu sistema de pesquisa como arqueologia, Foucault se posicionou em meio ao debate teórico, aproximando-se, por um lado, de uma leitura mais estrutural da história por meio da história serial, por outro, buscando evidenciar a distância que separava seu modo de

---

<sup>27</sup> A relação entre Foucault, estruturalismo e história é vasta. François Dosse enxergava em Foucault uma forma de estruturalismo que o próprio Dosse não soube definir. Se de fato, na obra Foucaultiana há uma desvalorização da ação individual, por outro, esse “estruturalismo” foucaultiano está, portanto, distante dos antropólogos, se assemelhando mais às propostas de Febvre (como vimos) e de

pesquisa daquele dos historiadores.

Ele se concentrava não nas ciências consolidadas, mas, principalmente, nos conhecimentos que não se firmaram como ciência, formas de saber que exerceram um efeito de realidade, mas que foram suplantadas “d’abord parce que, dans la vie historique réelle des hommes, ces fameuses sciences empiriques que les historiens ou les épistémologues négligent ont une importance colossale” (FOUCAULT, 2001, p. 805). Assim, a arqueologia se preocupou menos com as formas de saber “consagradas”, como a história da filosofia ou a própria História, do que com o que o filósofo definiu como ‘saberes empíricos’, formas de saber que tiveram um impacto pontual em algum momento na história, mas que foram deixadas de lado, esquecidas. A arqueologia foi “une sorte de théorie pour une histoire du savoir empirique” (FOUCAULT, 2001, p. 806).

Ian Hacking observou que o termo *saber* recebeu diferentes contextos na *Arqueologia do saber*, mais precisamente três: *épistème* como um conceito utilizado em *As palavras* e que representa uma determinada configuração histórica - seria possível dizer mesmo estrutura que reúne as possibilidades de um dado momento; *connaissance* como uma forma mais geral, representando os saberes não formalizados; *savoir*, por sua vez, surge como discurso teórico estruturado

Savoir não é conhecimento no sentido de um punhado de proposições sólidas. Esse conhecimento ‘de nível profundo’ é mais como um postulado de regras que determina que tipos de asserções vão contar como verdadeiras ou falsas em algum domínio (HACKING, 2009, p.37)

Como um todo, notamos na introdução da *Arqueologia do saber* a possibilidade de diálogo, a despeito do paralelismo, entre a produção de uma história das ideias e a história dos historiadores. Por um lado havia coincidências entre as teses na medida em que compartilhavam um interesse comum pelo documento e pelo estabelecimento de séries documentais, bem como a recusa a uma concepção unitária de temporalidade. As semelhanças, contudo, paravam por aí:

Or je me suis obstiné à avancer. Non pas que je sois certain de la victoire ni sûr de mes armes. Mais parce qu’il m’a paru que là, pour l’instant, était l’essentiel: affranchir l’histoire de la pensée de sa sujétion transcendente.

Le problème n'était absolument pas pour moi de la structuraliser, en appliquant au devenir du savoir ou à la genèse des sciences des catégories qui avaient fait leurs preuves dans le domaine de la langue. Il s'agissait d'analyser cette histoire, dans une discontinuité qu'aucune téléologie ne réduirait par avance; de la repérer dans une dispersion qu'aucun horizon préalable ne pourrait refermer; de la laisser se déployer dans un anonymat auquel nulle constitution transcendantale n'imposerait la forme du sujet; de l'ouvrir à une temporalité qui ne promettrait le retour d'aucune aurore. Il s'agissait de la dépouiller de tout narcissisme transcendantal (FOUCAULT, 1969, p. 264-265).

No capítulo final de *A Arqueologia do saber*, Foucault apresentou uma narrativa curiosa: ele respondia a questões formuladas por um autor anônimo e que o inquiria acerca das teses apresentadas ao longo do livro, e por meio desses questionamentos hipotéticos sintetizou suas idéias.

Uma das principais inquietações do filósofo, expressa na voz de seu interlocutor invisível, era justamente a definição de um campo de saber no qual se enquadrasse: “vous êtes tenu de nous dire ce que sont ces discours que vous vous obstinez depuis dix ans bientôt à poursuivre, sans avoir jamais pris le soin d'établir leur état civil. D'un mot, que sont-ils: histoire ou philosophie?” (FOUCAULT, 1969, p. 267). Foucault não respondeu diretamente à questão optando antes por não se ater a qualquer campo de conhecimento, “Si la philosophie est mémoire ou retour de l'origine, ce que je fais ne peut, en aucun cas, être considéré comme philosophie; et si l'histoire de la pensée consiste à redonner vie à des figures à demi effacées, ce que je fais n'est pas non plus histoire” (FOUCAULT, 1969, p.268).

No fim do balanço teórico, Foucault já apontava os limites de seu sistema de pensamento ao inquirir acerca da posição da política nesta arqueologia tão centrada em saberes e discursos, “à cette question, je pense bien qu'il n'y a guère de réponse que politique. Tenons-la, pour aujourd'hui, en suspens. Peut-être faudra-t-il bientôt la reprendre et sur un autre mode” (FOUCAULT, 1969, p. 273). E, de fato, ele não demoraria a estabelecer novamente um balanço teórico de suas teses visando, inserir o elemento político na trama discursiva que se delineava na crítica documental.

Pouco tempo depois do lançamento de *Arqueologia do saber*, Foucault recebeu uma cadeira no prestigiado Collège de France, instituição de ensino que privilegiava mais a pesquisa do que a docência<sup>28</sup>. Este sistema o permitiu dedicar a

---

<sup>28</sup> Sobre o Collège de France, seu sistema de ensino ver: CATANI, Afranio; MARTINEZ, PAULO (orgs.), *Sete ensaios sobre o Collège de France*, São Paulo, Cortez, 1999.

maior parte de sua carreira acadêmica como pesquisador elaborando pesquisas inéditas anualmente. Aliás, se tomarmos a carreira profissional de Foucault notamos que ele teve uma trajetória bastante particular de mais tempo de pesquisa do que de docência.

O biógrafo de Fernand Braudel, Pierre Daix, lembra que o historiador da longa duração desempenhou um papel fundamental para a eleição do arqueólogo no Collège de France; Foucault, por sua vez, reconheceu o papel desempenhado por Braudel<sup>29</sup>, mas sempre fez questão de deixar nítida a diferença de seu projeto, de sua concepção particular de história, daquela desenvolvida pelo teórico da longa duração.

Foucault intitulou sua cátedra como “História dos sistemas de pensamento”. Em sua aula inaugural, publicada sob o título *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 1971), ele reformulou seu projeto arqueológico, considerado insuficiente para efetuar uma análise do discurso por minimizar a instância prática deste. O filósofo passou a se incomodar com o fato de que os discursos apresentados em *A arqueologia do saber* manteriam excessiva distância do “real”. O conceito de arqueologia que, menos de um ano antes, ele mesmo havia definido como o foco de suas teses passou a ocupar uma posição secundária, em prol do sistema denominado genealogia.

Para empreender suas análises em torno da “História dos sistemas de pensamento”, Foucault propôs a adoção de dois conjuntos, o “crítico” e o genealógico. O conjunto crítico referia-se aos aspectos oriundos da *Arqueologia do saber* e teria por função “l'analyse des instances du contrôle discursif” (FOUCAULT, 1971, 67). Ao conjunto crítico cabem, portanto, a análise dos discursos, seu controle e limites, os processos de reagrupamento e de unificação. O conjunto crítico permanece atrelado à dimensão da análise discursiva arqueológica.

Já o conjunto genealógico abordaria os efeitos que os discursos (analisados por si no conjunto crítico) impõem ao real, a partir de que agrupamentos se formam e qual sistema de coação podem deflagrar; enfim, em relação aos discursos “la

---

<sup>29</sup> Logo após ser aprovado no CF, Foucault escreveu a Braudel. um excerto desta carta pode ser lido no livro de Eribon, “Michel Foucault y sus contemporaneos”: “Foucault le escribe después de la votación del 30 de noviembre de 1969: “Querría expresarle cuan agradcido estoy por todo lo que usted ha hecho por mí durante el año que acaba de transcurrir. Y me he sentido tanto más conmovido cuanto que esta benevolencia me venía de alguien por quien tengo una gran admiración (Carta de Michel Foucault a Fernand Braudel, 27 de diciembre de 1969.)” (FOUCAULT, in ERIBON, 1995, p.

généalogie étudie leur formation à la fois dispersée, discontinue et régulière” (FOUCAULT 1971, p. 67). No entanto, apesar de distinguir seus conjuntos de análise, ele salientou que a arqueologia e a genealogia deveriam se complementar, por um lado questionando as formas de limitação discursiva e por outro detectando as marcas que tais discursos aplicam ao real:

Les notions fondamentales qui s'imposent maintenant ne sont plus celles de la conscience et de la continuité (avec les problèmes qui leur sont corrélatifs de la liberté et de la causalité), ce ne sont pas celles non plus du signe et de la structure. Ce sont celles de l'événement et de la série, avec le jeu des notions qui leur sont liées; régularité, aléa, discontinuité, dépendance; transformation; c'est par un tel ensemble que cette analyse des discours à laquelle je songe s'articule non point certes sur la thématique traditionnelle que les philosophes d'hier prennent encore pour l'histoire «vivante» (FOUCAULT, 1971, p.58-59).

Por isso, salientamos que, no momento preciso da emergência da genealogia no pensamento foucaultiano, ocorreu o diálogo com os historiadores de ofício. Aproximamos, assim, as ressonâncias entre o projeto de uma nova “história dos sistemas de pensamento” e a NH dos historiadores. Antes de encontrar suas bases em Nietzsche, Foucault desenvolveu a genealogia como reflexão histórica, ainda que paralela à história dos historiadores, mas que guardava com eles preocupações de caráter conceituais e metodológicos:

toute tâche critique, mettant en question les instances du contrôle, doit bien analyser en même temps les régularités discursives à travers lesquelles elles se forment; et toute description généalogique doit prendre en compte les limites qui jouent dans les formations réelles. Entre l'entreprise critique et l'entreprise généalogique la différence n'est pas tellement d'objet ou de domaine, mais de point d'attaque, de perspective et de délimitation. (FOUCAULT, 1971, p.68-69).

No entanto, a despeito desta aparente aproximação com os historiadores “de ofício”, a genealogia funciona a partir de uma apropriação singular dos conceitos e métodos utilizados por historiadores, sem a preocupação em articulá-la a um todo seja o social, seja o econômico, sejam as mentalidades.

Por fim, dando prosseguimento a nosso recorte, chegamos a 1971, data de publicação de mais um texto basilar para as bases da genealogia: trata-se de “Nietzsche, a genealogia, a história” (FOUCAULT, 2001). Neste artigo, dedicado a seu falecido orientador, Jean Hyppolite, Foucault passou a se apropriar de idéias de

Nietzsche, em especial em sua tarefa de traçar uma genealogia da moral, e o diálogo com os historiadores se modificou.

O genealogista parte da oposição “à la recherche de l'origine'.” (FOUCAULT, 2001, p.1005, p. 261). Para Foucault, o conceito de *origem* em Nietzsche esbarrava em problemas de tradução já que termos tão diferentes entre si, como *Ursprung*, *Entstehung* e *Herkunft*, recebiam a denominação comum de *origem*, “Des termes comme Entstehung ou Herkunft marquent mieux que Ursprung l'objet propre de la généalogie. On les traduit d'ordinaire par ‘origine’, mais il faut essayer de restituer leur utilisation propre” (FOUCAULT, 2001, p. 1008). A *Ursprung* refere-se ao começo histórico, à suposta origem estável das coisas:

Rechercher une telle origine, c'est essayer de retrouver «ce qui était déjà», le «cela même» d'une image exactement adéquate à soi; c'est tenir pour adventices toutes les péripéties qui ont pu avoir lieu, toutes les ruses et tous les déguisements; c'est entreprendre de lever tous les masques, pour dévoiler enfin une identité première. (Foucault, 2001, p. 1006)

A estratégia do filósofo neste artigo foi distanciar-se da história dos historiadores utilizando-se de Nietzsche para embasar sua forma particular de escrever história. Com a história, a genealogia compartilha a crítica documental e o foco no acontecimento, mas compreendem esses aspectos de modo bastante diverso.

A genealogia, ao recusar a *Ursprung* multiplica as construções, as invenções, pois admite que os objetos de pesquisa “sont sans essence, ou que leur essence fut construite pièce à pièce à partir de figures qui lui étaient étrangères” (FOUCAULT, 2001. p. 1006). A loucura, por exemplo, apresentou inúmeras formas de classificação, de tratamento ao longo da história, sem apresentar um núcleo, uma origem. Para Foucault, era necessário fragmentar a noção de origem, pois “Des termes comme Entstehung ou Herkunft marquent mieux que Ursprung l'objet propre de la généalogie. On les traduit d'ordinaire par ‘origine’, mais il faut essayer de restituer leur utilisation propre” (FOUCAULT, 2001, p.1008). A *Herkunft* foi aqui traduzida como *proveniência*, termo que designa o elemento de dissociação da origem. Afinal, para demonstrar que não existe uma origem estável, é necessário enumerar a confusão dos acontecimentos no ponto em que se imaginava um começo: “Là où l'âme prétend s'unifier, là où le Moi s'invente une identité ou une cohérence, le généalogiste part à la recherche du commencement” (FOUCAULT,

2001, p. 1009). Trata-se, portanto, de multiplicar as possibilidades em torno de um mesmo objeto para mostrar que a *origem* não passa senão de uma escolha, enfim “la généalogie ne prétend pas remonter le temps pour rétablir une grande continuité par-delà la dispersion de l'oubli” (FOUCAULT, 2001, p. 1009).

A *proveniência* (Herkunft) trata diretamente do corpo. Sobre ele encontram-se estigmas de acontecimentos passados, da mesma maneira que dele nascem desejos, desfalecimentos e erros. A proveniência não trata de uma evolução, de um destino, de uma ininterrupta continuidade, mas, justamente ao contrário, da procura dos acidentes, dos desvios, “maintenir ce qui s'est passé dans la dispersion qui lui est propre” (FOUCAULT, 2001, p. 1009); enfim, é a procura pela *origem instável do acontecimento* e não pelo começo sem arestas. O corpo é, então, lugar da dissociação do Eu, pois “Elle doit montrer le corps tout imprimé d'histoire, et l'histoire ruinant le corps” (FOUCAULT, 2001, p. 1011). Nessa passagem, o corpo adquire dimensão histórica, visto que ele é o lugar de aplicação das tecnologias políticas.

*Entstehung*, por sua vez, foi traduzido como *emergência*, como “le point de surgissement” (FOUCAULT, 2001, p. 1011). A emergência refere-se ao ponto específico no qual localizamos a inversão de relação de forças, o ponto de partida da análise dos objetos. Por isso, o saber é também um campo de luta; campo no qual o perdedor é condenado ao esquecimento. A função da genealogia, neste caso, seria a de questionar esses modos de produção da história

histoire des morales, des idéaux, des concepts métaphysiques, histoire du concept de liberté ou de la vie ascétique, comme émergences d'interprétations différentes, Il s'agit de les faire apparaître comme des événements au théâtre des procédures. (FOUCAULT, 2001, p. 1014).

O filósofo então questionou quais as possíveis relações entre a história e a genealogia, traçando seus pontos de afastamento. Para ele, os historiadores tentam “effacer ce qui peut trahir, dans leur savoir, le lieu d'où ils regardent, le moment où ils sont, le parti qu'ils prennent” (FOUCAULT, 2001, p.1018). O genealogista, ao contrário, deve arcar com o peso de suas escolhas, definindo como sua ética de pesquisador expor as regras técnicas com as quais trabalha. A genealogia se configura como um modo particular de escrita da história,

une histoire qui aurait pour fonction de recueillir, dans une totalité bien refermée sur soi, la diversité enfin réduite du temps; une histoire qui nous

permettrait de nous reconnaître partout et de donner à tous les déplacements passés la forme de la réconciliation; une histoire qui jetterait sur ce qui est derrière elle un regard de fin du monde (FOUCAULT, 2001, p. 1014).

Essa definição de história é semelhante àquela denominada “história global” em *A Arqueologia do saber*, uma história que buscava estabelecer uma identificação com o passado. A genealogia, ao contrário, valoriza a ruptura. Para isso, foca sua pesquisa em torno do acontecimento buscando analisar sua emergência – compreendida como ponto no qual uma determinada idéia, um determinado valor, se legitima, cristaliza-se como uma verdade – e sua proveniência, o contexto que possibilitou que este objeto possa ter emergido em meio a uma série de possibilidades, de alternativas que lhes eram contemporâneas.

Ao analisar esses três textos, e as entrevistas que ocorreram no ínterim, destacamos uma mudança no tom do diálogo que Foucault empreendeu com os historiadores. Na introdução de *A arqueologia do saber*, notamos um tom de aproximação, de demarcar os caminhos comuns entre a arqueologia e os historiadores para justificar os delineamentos do projeto arqueológico. Em *A ordem do discurso*, observamos a emergência da genealogia sistematizada, à época, como um dos elementos metodológicos para se tratar da história dos sistemas de pensamento, ainda dialogando com o campo historiográfico. Já em “Nietzsche, a genealogia, a história” ele se distanciou da história dos historiadores, associando Nietzsche às matizes teóricas de seu trabalho. A genealogia surgiu como bifurcação da história que tinha por objetivo estabelecer uma “contramemória”, a valorização dos rastros que não foram integrados ao fluxo da “História”.

Foucault, ao definir as bases de sua genealogia, dialogou com a história e os historiadores dos Annales. Mais do que isso, extraiu desse diálogo a delimitação teórica de seu sistema de pesquisa. Elementos tão caros à genealogia, como a descontinuidade, a nova concepção de documento e a reconceitualização do acontecimento estão ligados à historiografia. A genealogia pode não ser um discurso propriamente historiográfico, mas sua constituição certamente deve muito à história.

É evidente o peso desempenhado por Nietzsche neste caso, o próprio termo “genealogia” é tomado de empréstimo do projeto nietzschiano de empreender uma genealogia da moral. No entanto, o que buscamos destacar foi o papel decisivo do debate com a historiografia, notadamente com a história desenvolvida pelos

Annales, no momento preciso da emergência do conceito de genealogia. O filósofo reconheceu a importância desse diálogo em uma entrevista na qual declarou que fazia pela história das idéias o que os historiadores ligados aos Annales fizeram pela história de ofício:

Les historiens savent bien maintenant que la masse des documents historiques peuvent être combinés selon des séries différentes qui n'ont ni les mêmes repères ni le même type d'évolution. L'histoire de la civilisation matérielle (techniques agricoles, habitat, instruments domestiques, moyens de transport) ne se déroule pas de la même façon que l'histoire des institutions politiques ou que l'histoire des flux monétaires. Ce que Marc Bloch, Febvre et Braudel ont montré pour l'histoire tout court, on peut le montrer, je crois, pour l'histoire des idées, de la connaissance, de la pensée en general (FOUCAULT, 2001, p. 815)

Por seu turno, os autores ligados aos *Annales* estiveram atentos às ponderações de Foucault sobre a história. À época, diretor do periódico, Jacques Le Goff afirmou no livro *História e memória* (LE GOFF, 1990) que Foucault representa o teórico da NH produzida pela terceira geração, a despeito da recusa explícita dos Annales em dialogar com a filosofia. Para o historiador francês, o teórico da arqueologia foi “um grande intelectual contemporâneo que é ao mesmo tempo um grande historiador e um grande filósofo e que desempenhou um papel de primeiro plano na renovação da história: Michel Foucault” (LE GOFF, 1990, p. 77). A análise da recepção de Le Goff permite-nos delimitar melhor o impacto desta genealogia sobre o campo dos historiadores, mapeando o ponto em que um pensamento filosófico voltou a delimitar os fundamentos teóricos da historiografia sobre novos termos.

### **2.3 Jacques Le Goff, a sistematização das leituras de Foucault e seu impacto na Nova História**

A partir dos dados que levantamos torna-se mais claro a maneira como Foucault foi alçado como teórico da Nova História. Ele sintetizou teoricamente as perspectivas que a historiografia dos Annales tomou, da transição das pesquisas seriais em direção a análises culturais, expondo as contribuições e os limites da história serial e apontou seus possíveis desdobramentos. Nas palavras de Peter Burke: “A recente virada em direção à ‘história cultural’, (...), deve muito à obra de

Foucault” (BURKE, 1997, p.99).

Ao mesmo tempo, observando o periódico pela perspectiva política, a publicação de *A Arqueologia do saber* e o interesse mais aguçado pelo pensamento foucaultiano se inscrevem num período extremamente sensível: a mudança na direção devido à saída de Braudel, após treze anos à frente da direção dos *Annales*. Alguns historiadores argumentam que o mestre foi “defenestrado” (Cf. BARROS, 2010, p.19) por seus seguidores, já os seguidores em questão, como Jacques Le Goff, afirmavam trazer sangue novo a um periódico desgastado pela centralidade em torno de seu diretor. Seja como for, a designação NH foi cunhada pelo próprio Braudel para designar aqueles que o sucederiam na direção do periódico. Esta mudança se deu na terceira edição de 1969 e foi anunciada numa pequena nota introdutória assinada por Braudel, sugestivamente intitulada “Les ‘nouvelles’ *Annales*” (BRAUDEL, 1969) na qual o filósofo de longa duração afirmava que o periódico passava por uma nova “troca de pele”, mas que se mantinha fiel às suas raízes, “les *Annales* font peau neuve, une foi de plus. Ainsi elles restent fidèles à l'esprit de Lucien Febvre et de March Bloch, qui les fondèrent il y a quatante ans déjà” (BRAUDEL, 1969, p. 3), e ainda professava um voto de confiança a seus novos editores, “je suis sûr que les jeunes directeurs auxquels nous avons fait appel assureront le rayonnement des nouvelles *Annales*” (BRAUDEL, 1969, p. 3)

Desta forma, Braudel deixou claro que aqueles que assumiriam seu lugar dariam início a uma nova era, se colocando entre Febvre e Bloch. A direção seria ocupada por um conselho formado inicialmente por Emmanuel Le Roy Ladurie, Jacques Le Goff e Marc Ferro. Embora tenha cedido a direção do periódico, Braudel se manteve como diretor da EPHE até 1975, quando foi substituído por Le Goff.

O principal articulador das teses do filósofo à NH foi, justamente, seu membro mais ativo, Jacques Le Goff que, à época, passou a assumir a direção do periódico e foi responsável por seu apogeu editorial. Com Le Goff e a geração da NH, a história francesa virou “produto de exportação”, alcançando uma recepção ainda maior fora da França. Boa parte desses trabalhos, sucessos editoriais, foram trabalhos coletivos nos quais Le Goff surgia como organizador, como *Faire l'histoire* (LE GOFF, 1977) ou o *A nova história* (LE GOFF, 1988). Foi justamente nesses textos de ampla repercussão entre os historiadores que Le Goff apresentou Foucault como um teórico da NH.

A recepção de Le Goff permite compreender a maneira como as teses foucaultianas foram englobadas na estratégia de interdisciplinaridade da NH. *História e memória*, organizado em 1989, constituiu uma coleção dos artigos sobre teoria da história escritos por Le Goff e originalmente publicados na *Enciclopédia Einaudi* em 1984. Neles Le Goff sintetizou suas posições teóricas, tentando definir o papel da NH na historiografia.

Nossa análise se pautará em dois capítulos que destacamos como essenciais para nossa discussão, posto que tangem diretamente tanto à relação filosofia/história quanto à apropriação do discurso foucaultiano por parte da NH. Em primeiro lugar, o artigo *Documento/monumento* no qual Le Goff indica novas diretrizes para a crítica documental a partir da revolução documental apontada na introdução de *Arqueologia do saber*. O outro artigo é *História* no qual Le Goff elaborou uma história da historiografia estabelecendo os *Annales* como “crista da onda” da produção historiográfica.

Para Foucault a mudança em torno da concepção de documento se dava pela inversão da relação entre documento e monumento. Para ele, a historiografia tradicional transformava o passado em monumento, um colosso lido por si só, com uma inteligibilidade própria que eliminava os acidentes de seu percurso. A história “monumental” pode ser associada às perspectivas positivistas e metódicas do início do século XX. Já a segunda metade do século XX foi marcada por uma inversão nessa relação, “de nos jours, l'histoire, c'est ce qui transforme les documents en monuments” (FOUCAULT, 1969, p. 15). Jacques Le Goff prestou atenção nesta nova leitura sobre o conceito de documento, aproximando-o das perspectivas teóricas da NH “é claro que me servi abundantemente de uma idéia de Michel Foucault estabelecendo uma distinção e uma relação entre o conceito de documento e o de monumento” (LE GOFF, 1982, p. 88).

Para Le Goff, documento e monumento são materiais da memória que apresentam distinções claras: “*monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador” (LE GOFF, 1990, p. 535). A definição do documento acolhe, portanto, a autonomia do historiador e se estabelece como uma produção ativa, que abarca um princípio de descontinuidade, afinal, “em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua” (LE GOFF, 1990, p. 542). Esse

novo conceito de acontecimento aproximou Foucault e Febvre. História-problema e arqueologia dialogam neste caso para estabelecer uma das principais bases teóricas da NH. Para Judith Revel, a concepção de história do filósofo esteve sempre próxima à ideia de problematização, de acordo com Revel,

Foucault a recours à la notion de problématisation pour distinguer radicalement l'histoire de la pensée à la fois de l'histoire des idées et de l'histoire des mentalités. Alors que l'histoire des idées s'intéresse à l'analyse des systèmes de représentation qui sous-tendent à la fois les discours et les comportements, et que l'histoire des mentalités s'intéresse à l'analyse des attitudes et des schémas de comportement, l'histoire de la pensée s'intéresse, elle, à la manière dont se constituent des problèmes pour la pensée (REVEL, 2002, p. 50)

Foucault associou a transformação da concepção do documento a duas tradições teóricas distintas – história das idéias e historiografia –, Le Goff, por sua vez, traçou a história da relação documento/monumento exclusivamente pelo lado da historiografia, ou melhor, de uma corrente historiográfica, obviamente, a produzida pelos Annales. Essa leitura foi constituída por três momentos capitais: o primeiro momento foi a sujeição dos historiadores ao documento. Para Le Goff, os historiadores positivistas partiam de uma postura passiva em relação à documentação que seria textual e oficial (logo portadoras de uma verdade intrínseca) na qual

o documento triunfa. O seu triunfo, como bem o exprimiu Fustel de Coulanges, coincide com o do texto. A partir de então, todo o historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso do documento. (LE GOFF, 1990, p. 539)

O segundo momento foi marcado pela renovação trazida por Bloch e Febvre os quais “davam início a uma crítica em profundidade da noção de documento” (LE GOFF, 1990, p. 544). De fato, como vimos, Bloch e Febvre buscaram a ampliação das fontes documentais, abarcando fontes diferenciadas não necessariamente escritas, mas, fundamentalmente, a textos que escapavam à época do olhar dos historiadores, interessados em reduzir a massa documental. Temos aí as condições de possibilidade para a emergência da história serial, que utilizava documentos geralmente desconsiderados e que tangiam o cotidiano (registros de cartório, registro paroquial, balanços) e que, analisados em série, produziram dados importantes. Para Le Goff, “o registro paroquial, em que são assinalados, por

paróquia, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marca a entrada na história das ‘massas dormentes’ e inaugura a era da documentação de massa” (LE GOFF, 1990, p. 541).

Contudo, a ampliação das categorias documentais trazida pelos “pais fundadores” dos *Annales* não terminou na primeira metade do século XX. A transformação da crítica documental culminaria nas teses do próprio Le Goff e de seus companheiros no periódico, “este alargamento do conteúdo do termo documento foi apenas uma etapa para a explosão do documento que se produz a partir dos anos 60 e que levou a uma verdadeira revolução documental” (LE GOFF, 1990B, p. 541-542).

Essa nova concepção de documento culminava, nos anos 1970, em uma revolução teórica sintetizada pela arqueologia foucaultiana. A partir desta leitura o documento deixou de ser uma “matéria inerte” e passou a ser tomado como manifestação de práticas, como instrumento de poder: “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1990, p. 546).

Ao analisar a revolução documental, Le Goff estabeleceu um distanciamento para com a história quantitativa e serial, sem, no entanto, refutá-la. A concepção de “documento/monumento” permitiu o desvio do modelo histórico proposto por Braudel e o cristalizou como um passo na direção da NH, em suma, “o novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a história quantitativa é pertinente – em dado deve ser tratado como documento monumento” (LE GOFF, 1990, p. 549).

No artigo *A história*, Le Goff traçou uma história da historiografia na qual tinha por objetivo “situar a própria ciência histórica nas periodizações da história” (LE GOFF, 1990, p. 17). Embora Le Goff tenha sempre reforçado sua postura de desconfiança na articulação entre filosofia e história, o historiador saudou Foucault como um importante renovador da disciplina. Segundo Le Goff “ao mesmo tempo um grande historiador e um grande filósofo e que desempenhou um papel de primeiro plano na renovação da história” (LE GOFF, 1990, p. 77).

De fato, das teses foucaultianas a questão da segregação dos desviados, que remete a *A História da Loucura* (FOUCAULT, 1962) foi a que mais repercutiu nos

estudos de Le Goff, que tratou do tema tanto em *O nascimento da Europa*<sup>30</sup> (LE GOFF, 2005, p. 90), quanto em *Civilização medieval* (LE GOFF, 1999, p.216-286). A questão do encarceramento para Le Goff abria duas questões importantes: a primeira era a questão do poder, das redes de poder que podem ser abordadas mediante a análise do discurso histórico: “a produção da história é sempre uma forma do poder. Creio que numa sociedade o poder se exprime, em particular, como tentativa consciente ou inconsciente de imprimir uma imagem sobre o futuro” (LE GOFF, 1982, p. 88).

Para Le Goff, Foucault superou esta oposição por não produzir um pensamento puramente metodológico, mas, antes, em refletir acerca da operação historiográfica, levando os historiadores a refletirem acerca de seus parâmetros. A relevância do filósofo para a historiografia, de acordo com Le Goff, reside primeiramente na abertura a novas temáticas, tais como a loucura, a punição, e a sexualidade, até então postas em segundo plano pela historiografia e que se tornaram, gradativamente, territórios férteis de pesquisa,

Historiador da loucura, da clínica, do mundo do cárcere, da sexualidade, introduziu alguns dos novos objetos "provocadores" da história e pôs em evidência uma das grandes viragens da história ocidental, entre o fim da Idade Média e o século XIX: a segregação dos desviados (LE GOFF, 1982, p.104).

Essa abertura a temáticas até então marginais no campo acadêmico também situou o filósofo como referência para as abordagens históricas relacionadas à análise do(s) cotidiano(s). Para Tânia Navarro Swain, foi a análise micro e relacional que permitiu a ampliação da história a campos até então silenciados:

A análise dos micropoderes, anunciada por Foucault, desvenda a imensa força das representações e das imagens na construção dos papéis e do intercâmbio social, na naturalização de situações/relações que, de outro modo, não seriam sequer questionadas (SWAIN, 1994, p.45).

Não é à toa que os (anti)heróis de Foucault em sua genealogia foram *homens infames*, personagens como o hermafrodita Herculine Barbin ou o parricida Pierre Rivière. Não infames apenas por terem construído sobre si uma “má reputação”,

---

<sup>30</sup> “It was believed that lepers were marked as the children of sin, having been conceived by parents who did not respect the periods when sexual relations were forbidden. As Michel Foucault has shown, the general reaction to them was to shut them away. From the twelfth century on, many leper-houses

como Sade, por exemplo, mas infames no sentido literal do termo, privadas de fama, de fala e de memória. Vidas obliteradas pelo poder e esquecidas pelo tempo, anônimas. No entanto, este mesmo anonimato só é quebrado pelo próprio poder que registra sua história, ao menos sua sentença. Acerca desses discursos encontramos a irônica risada de Foucault ao afirmar que

Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder (FOUCAULT, 2006, p. 219-220)

Além da abertura para análise de temas até então marginais, Le Goff caracterizou a introdução da *Arqueologia do saber* como um *diagnóstico da renovação histórica* (Cf. LE GOFF, 1990, p. 103). Le Goff sintetizou essa renovação, iniciada pelos primeiros autores dos *Annales*, em quatro pontos, a saber: uma nova forma de abordar o documento; a introdução da reflexão sobre a descontinuidade no discurso histórico; a passagem de uma história global para uma história geral, que estabelecia um jogo de escalas temporais múltiplas; finalmente, a formulação de novos métodos, a arqueologia, e objetos de pesquisa histórica, como a loucura e o encarceramento.

Dentre todos esses tópicos, já previamente abordados ao longo do capítulo, destacamos a importância da transição da história global para a história geral. Não apenas uma orientação técnica, essa passagem mudou a lógica editorial do periódico e foi fundamental para sua difusão. Ao recusar projetos “globais” os historiadores ligados aos *Annales* passaram a lidar com temáticas mais específicas distante da análise vertical da longa duração braudeliana. Poderíamos citar neste caso o exemplo do livro de Ladurie *Montaliou, povoado occitano, 1294-1324* (LADURIE, 1997) no qual o autor buscou estudar a sociedade da vila de Montaliou como um antropólogo analisa uma cultura distante, buscando não estabelecer uma linha de continuidade entre essa sociedade e o presente, mas delimitando de um modo preciso o que significava a vida cotidiana de uma sociedade distante em seis séculos da nossa.

Emmanuel Le Roy Ladurie descreveu em Montaliou sobre os processos inquisitoriais dos católicos contra os cátaros numa pequena aldeia situada ao sul da

---

were built in which to confine them” (LE GOFF, 2005, p. 90).

França. O estilo narrativo de Montalliou era sensivelmente diferente daquele proposto na longa-duração de Braudel, principalmente por se tratar de uma tentativa de etno-história na qual o olhar seria mais aprofundado nas relações sincrônicas da sociedade da pequena aldeia. Questionando a pesquisa de seus antecessores, como Febvre e Duby, Ladurie apontou a necessidade de extrapolar o campo explicativo, e ir dos dados estatísticos à compreensão do outro “O que falta, por vezes, é o olhar direto: o testemunho, sem intermediário, que o camponês dá de si próprio” (LADURIE, 1997, p. 15). Assim, ao longo das mais de 450 páginas que compõe sua pesquisa Ladurie apresenta o universo dessa aldeia tal qual os etnógrafos apresentavam uma sociedade diferente: a partir de seus costumes, suas atitudes perante a vida, a morte, seus valores, sua alimentação, enfim buscando estabelecer uma relação compreensiva com o *outro* histórico. Assim, a função do tempo, neste caso, impede a indistinção do ofício do historiador em relação ao do antropólogo,

Devemos entender, todavia, que Ladurie não pretende de modo algum chegar a uma ausência de movimento na História, com o que esta perderia sua identidade mínima e terminaria por se converter em mera antropologia estrutural aplicada ao passado. Na verdade, o que Le Roy Ladurie sustenta é que, em relação à história de alguns aspectos, o historiador pode identificar “longas faixas de imobilidade”, que parecem por um período considerável suspender a história por alguns instantes até que ela recomeça com novos ritmos (BARROS, 2012, p. 181)

Por fim, a presença de Foucault nos *Annales* torna-se ainda mais consequente ao atentarmos para um congresso datado de 1995, no qual Le Goff apresentou um artigo intitulado “Foucault e a Nova História” (LE GOFF, 2003). De acordo com Le Goff o interesse do filósofo pela NH ocorreu no ínterim que analisamos na segunda parte do capítulo, após a publicação de *As palavras e as coisas* até o desenvolvimento da genealogia com Nietzsche. Le Goff deixou de lado, voluntariamente, quase a totalidade dos escritos do filósofo, inclusive suas produções históricas. “Eu não levo em conta nem *Historia da loucura*, nem *O nascimento da clínica*, nem *História da sexualidade* antes e depois, nem mesmo as iluminações que se pode encontrar nos *Ditos e Escritos*” (LE GOFF, 2003, 198). Neste ponto, ele nos informou que seu maior desconforto para com a abordagem de Foucault à história se dava justamente porque “Foucault não buscou analisar bem as relações entre memória e história” (LE GOFF, 2003, p.200). E, de fato, como

vimos em “Nietzsche, a genealogia, a história” o projeto genealógico trata do estabelecimento de uma “contramemória” buscando fragmentar o fluxo linear sob a qual se apoia a memória. Ao apontar o caráter historicista presente na forma “tradicional” de fazer história, Foucault se aproximou da NH na recusa aos historiadores metódicos e aos filósofos da história (Cf. FOUCAULT, 1969, p.13) a “história tradicional”,

É para Foucault uma corrente que se interessa pelas 'positividades'. Essa concepção era interessante e útil para nós nos Annales, onde éramos então, sobretudo, os herdeiros de Marc Bloch e de Lucien Febvre (...) Creio que tivemos em Foucault um aliado que mostrou o quanto estávamos fundamentados em empregar o termo positivismo (LE GOFF, 2003, p. 201)

Essa aliança vai além. Le Goff recorreu à memória e narrou um evento que ocorreu na década de 60 para demonstrar essa proximidade. À época, responsável por programas de rádio que transmitiam conteúdo de história, Le Goff foi contatado por Foucault que pediu para participar das transmissões numa série intitulada *História da dor*. Neste encontro, ele teria dito: "Você sabe que, no fundo, a história pela qual me interesse é a sua". E ele prosseguiu "É aquela dos Annales, aquela de Braudel, aquela de Emmanuel Leroy Ladurie, a sua" (LE GOFF, 2003: p.202). E assim Le Goff prosseguiu identificando as semelhanças entre o pensamento de Foucault e dos primeiros autores dos Annales trazendo à tona os nomes de Marc Bloch e Lucien Febvre:

o pensamento e a obra de Foucault foram para nós de enorme importância. Ele nos trouxe uma justificativa suplementar ao que nós havíamos apreendido de uma lição dos Annales e em particular de Marc Bloch: partir do presente para nossa reflexão, pois a genealogia parte do presente. Este é um procedimento histórico fundamental. A genealogia, segundo Foucault, desce, mas sobe de novo, e essa concepção está ligada à questão e à crítica das origens. (LE GOFF, 2003: p. 203).

Destacamos neste ponto um aspecto crucial desta apropriação de Le Goff: a aproximação das teses foucaultianas às ideias dos “pais fundadores” dos Annales. As ressonâncias de pensamento entre Foucault e Bloch esclarecem o porquê de sua elevação ao papel de teórico da NH. Se, como vimos anteriormente, Braudel o aproximou das teses de Lucien Febvre, Le Goff ampliou esta via de diálogo ao associá-lo a Marc Bloch.

Esta aproximação se revela na desconfiança quanto à noção de origem.

Como vimos anteriormente, Foucault associou a crítica à noção de origem aos usos que Nietzsche propôs da história. Le Goff, no entanto, destaca que Bloch trilhou o mesmo caminho posto que o modo de pesquisa que propunha se pautava em dois elementos: crítica do ídolo das origens, já que “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento” (BLOCH, 2001, p. 60) e o desenvolvimento da pesquisa histórica a partir da articulação passado/presente, afinal, “não há senão uma ciência dos homens no tempo e que incessantemente tem necessidade de unir o estudo dos mortos ao dos vivos” (BLOCH, 2001, p. 67). A partir desses elementos, Le Goff identificou em Bloch um autêntico precursor da genealogia “sem que a palavra existisse em March Bloch, mas a idéia ali estava, é a genealogia” (LE GOFF, 2003, p. 203).

É verdade que todas estas relações são viáveis e que, de fato, ao longo deste capítulo afirmamos que Foucault estava muito próximo da NH. No entanto, algumas idéias de Le Goff neste texto nos soam excessivas. A começar pelo tom. Ao abordar a questão da revolução documental, aludida por Foucault na introdução da *Arqueologia do saber*, Le Goff afirmou

Foucault, generoso como era frequentemente, a atribuía a nós. Ele diz que são os historiadores da nova história que profundamente modificaram a concepção metodológica da história transformando o documento em monumento (LE GOFF, 2003, p.205)

O trecho de *A Arqueologia do saber* que trata do documento não condiz com tal afirmação: “Or, par une mutation qui ne date pas d'aujourd'hui, mais qui n'est pas sans doute encore achevée, l'histoire a changé sa position à l'égard du document” (FOUCAULT, 1969, p. 14). O que se salientou aqui foi uma *mudança em curso* e não um ponto de chegada. Até por que as mudanças na concepção de documento não tangem apenas aos historiadores de ofício, afinal se estes abriam novas possibilidades a partir da serialização, por outro lado a revolução documental também se encontra nas “histórias das ciências” ao enfatizar a ruptura e as discontinuidades do discurso. Talvez Le Goff pudesse ter sido mais preciso se afirmasse que os historiadores *também* exerceram um papel fundamental na nova concepção de documento.

No entanto, a despeito de alguns excessos, o texto de Le Goff apresenta dados cruciais para se traçar a relação entre Foucault e a NH. Fundamentalmente,

Le Goff reforçou o papel central desempenhado pelo filósofo para a delimitação teórico-metodológica da história. Em seguida, o medievalista ressaltou o interesse de Foucault nas múltiplas temporalidades, se afastando da perspectiva de tempo tripartido. O historiador afirmou que, em conversas pessoais, o filósofo:

Havia feito uma certa crítica da noção braudeliana de 'longa duração', remontando a um texto de March Bloch em Apologia da história, em que este dizia que a multiplicidade e a heterogeneidade dos tempos da história não se limitavam a esses três grandes ritmos que definia Braudel (LE GOFF, 1995, p.205)

Os limites da leitura de Le Goff também merecem destaque. A recepção de Le Goff é extremamente limitada, principalmente se levarmos em conta a quantidade de obras que do filósofo que ele desconsiderou voluntariamente. Salvo *A história da loucura*, como vimos anteriormente, Le Goff não citou qualquer outro texto histórico de Foucault, optando por ater-se aos delineamentos teóricos da *Arqueologia do saber*.

Os limites deste diálogo evidenciam que o projeto principal da terceira geração, a constituição de uma história das mentalidades, apesar de algumas ressonâncias, ia de encontro às idéias de Foucault. Os historiadores ligados às mentalidades interpretavam as atitudes, os gestos, as linguagens inserindo-os em categorias (classe social, cultura erudita/popular etc.). Para Foucault tratava-se ao contrário, de desnaturalizar estes elementos sociais, fragmentando a memória e não a interpretando. Rojas apontou para os limites desse diálogo:

Pues al definir por ejemplo, las diferencias entre la historia y la genealogia, lo que Foucault hace es acotar varios de los perfiles fundamentales de esa historia esencialmente crítica, vinculandose ciertamente com los autores que él mismo refiere. Entonces, frente a la continuidad lineal y simple de la historiografia tradicional, Foucault va a defender una historia o genealogia cuya clave es la discontinuidad, y em consecuencia, una historia compleja y llena de encrucijadas sucesivas, em la que el pasado que "há acontecido" lo há hecho solamente sobre la negacion y derrota de muchos otros pasados posibles Del devenir histórico en un momento dado, han terminado por ser dejados de lado, luego de sucumbir dentro Del conflicto, frente a esa línea Del presente/pasado que há resultado finalmente dominante y victoriosa (AGUIRRE ROJAS, 2006, p. 175).

Foucault ocupou uma posição estratégica na NH, não apenas por seu papel de teórico, mas pelo fato de suas ideias terem permitido a Le Goff e à terceira geração sair das densas teses da história serial e focalizar seus objetos em termos

do cotidiano e das micro-relações. Sua recepção por parte da NH contribuiu para suavizar esta transição, tornando-a menos traumática; afinal, à história quantitativa e serial coube o papel de momento de consolidação, como um estágio necessário e que precisaria ser superado. Logo essa recepção também consolidou o filósofo na agenda dos historiadores.

Poderíamos caracterizar os primeiros contatos entre Foucault e os historiadores ligados aos *Annales* como amistosos e esperançosos, a despeito dos distanciamentos teóricos que já despontavam desde a *Arqueologia do saber*. Distanciamento que se aprofundou com a formulação da genealogia como sistema teórico que substituiu a arqueologia. Neste período, início da década de 1970, notamos uma retração no diálogo entre Foucault e os historiadores dos *Annales* marcado pela dupla decepção: por um lado Foucault discordava profundamente do projeto de história das mentalidades, principal corrente teórica defendida pelos historiadores ligados à NH; por outro, os autores dos *Annales* percebiam que a leitura genealógica diferia demais de seus programas e passaram a questionar a maneira como o filósofo tratava a história em suas pesquisas. O tom ríspido e debates polêmicos deram o tom deste segundo momento da recepção das teses do filósofo.

### III. A década de 1970 e a transformação do diálogo

Asseguramos, no capítulo anterior, que os primeiros contatos de Foucault com os historiadores ligados aos *Annales* foram fundamentados no diálogo teórico, cada qual buscando delimitar seu espaço de atuação. O teor geral desses diálogos foi razoavelmente amistoso, guardadas as distâncias entre os projetos do filósofo e o dos historiadores da NH. Nesse intervalo entre 1966 (publicação de *As palavras e as coisas*) e 1971 (publicação do artigo “Nietzsche, a genealogia, a história”) Foucault passou a se referir à história de “ofício”, visando com isto esclarecer os limites de seu projeto pessoal: “Foucault va tomando posición respecto de la historia, esclareciendo de esta manera el sentido de su proyecto intelectual dentro del horizonte de la producción historiográfica en curso” (AGUIRRE ROJAS, 2002, p. 175).

A década de 1970 marcou uma fase mais crítica nesta relação, momento no qual o filósofo afastou-se da história “dos historiadores” ao direcionar seu trabalho como uma genealogia do poder, movimento censurado pelos historiadores. Este modo de responder a questionamentos filosóficos por meio da pesquisa histórica pautada em documentos, procurava delimitar séries e estabelecer relações possíveis entre essas séries, associando-se, segundo Rojas, à tradição da história crítica, “y entonces, va a definir su trabajo como un eslabón nuevo AGUIRRE ROJAS de una vieja cadena, que es precisamente la tradición de la historia crítica” (ROJAS, 2002, p. 174).

Foucault permaneceu como autor recorrente entre os historiadores ligados aos *Annales*, alguns saudando a importância de suas idéias, como Paul Veyne, que lhe conferiu o estatuto de “revolucionário” (Cf. VEYNE, 2012) ao passo em que Pierre Vilar (Cf. VILAR, 1973) e Michel de Certeau (Cf. CERTEAU, 1990), desconfiaram do caminho pelo qual o filósofo francês enveredou após definir sua pesquisa como genealogia. Em geral, denunciaram o caráter iconoclasta do sistema genealógico aplicado à história. De acordo com Dosse, na década de 1970, Foucault

Envereda então por um caminho singular ao sugerir uma nova aliança surpreendente com os historiadores, os da nova história, com os herdeiros dos *Annales*. Por meio dessa aproximação, Foucault vai doravante instalar-se no território dos historiadores, e trabalhar com eles. Mas essa orientação será a fonte de numerosos mal-entendidos, já que Foucault se empenha na disciplina histórica como Canguilhem tratava a psicologia, isto

é, para desconstruí-la de dentro para fora, à maneira de Nietzsche. (DOSSE, 1994, p. 267).

Esse momento da desconfiança mútua também correspondeu ao período de expansão da figura de Foucault como intelectual, tanto no meio acadêmico francês quanto em outros países como Itália, com a rejeição ao livro *Eu Pierre Riviere* (FOUCAULT, 1977) por Carlos Ginzburg (GINZBURG, 1987), e Estados Unidos, com os artigos de Hayden White (WHITE, 1973) e Georges Huppert (HUPPERT, 1974). Mesmo nesses diferentes contextos as rejeições às teses históricas de Foucault apresentam contornos semelhantes: a falta de um local de produção de suas teses, na medida em que a postura do filósofo de não se engajar em nenhum campo foi vista como uma forma de escapar dos debates; o modo seletivo como Foucault tratava suas fontes e a falta de compromisso com o social.

Entre os opositores da história foucaultiana destacamos Michel de Certeau, que apontou para importância de suas teses, mas salientou sua oposição ao projeto do filósofo. Certeau destacou duas características importantes das reflexões históricas de Foucault: em primeiro lugar, sua posição na renovação da epistemologia dos historiadores, sua influência teórica, ideias apresentadas no livro *A escrita da história* (CERTEAU, 1982). Em segundo lugar, Certeau questionou os limites da genealogia para a história em *A invenção do cotidiano* (CERTEAU, 1990), denunciando o caráter totalitário e incortornável do conceito de disciplina.

O filósofo, por sua vez, não se manteve indiferente a esses ataques e buscou refutá-los. A defesa contra tais questionamentos não se limitou a conversas e entrevistas, também a percebemos no direcionamento das pesquisas nos cursos do CF, onde Foucault pôde trabalhar com pesquisas e corpus documentais bastante particulares – uma abordagem histórica, não apenas em suas ideias, mas em seus modos de execução.

### **3.1 Entre a estagnação do diálogo e a consolidação de Foucault como teórico da Nova História**

Na introdução de seu *O queijo e os vermes*, Carlos Ginzburg denunciou a suposta falta de compromisso com a dimensão social nos textos de Foucault “o que

interessa sobretudo a Foucault são os gestos e os critérios da exclusão; os excluídos um pouco menos” (GINZBURG, 1987, p. 22). O comentário foi endereçado ao livro *Eu, Pierre Rivière* (FOUCAULT, 1977), uma pesquisa coletiva coordenada por Foucault acerca dos arquivos do caso um jovem parricida, Rivière, condenado à prisão perpétua. Embora o crime não fosse incomum à época, ao analisar os arquivos do caso Foucault espantou-se com a quantidade de discursos produzidos sobre o caso, médicos, psiquiátricos e jurídicos, mas particularmente, com o depoimento do próprio Rivière.

por uma espécie de veneração e talvez também de terror por um texto que devia arrastar com ele quatro mortes, não queríamos sobrepor nosso texto ao memorial de Rivière. Fomos subjugados pelo parricida dos olhos avermelhados (FOUCAULT, 1977, p. XIV).

O intuito do filósofo consistiu em demonstrar que a arbitrariedade contida nesses discursos oficiais pode falar por si, que o poder se expõe em sua superfície e, por isso, não se deveria buscar os efeitos do poder nas entrelinhas dos discursos, mas em sua superfície, em sua evidência, no impacto que eles suscitam.

Para Ginzburg, “é no irracionalismo estetizante, portanto, que vai desembocar esta linha de pesquisa” (GINZBURG, 1987, p. 23), pois ao recusar a interpretação, segundo Ginzburg, perde-se também o sentido da pesquisa histórica em si (Cf. GINZBURG, 1987, p. 23).

Foucault discordou de tal posição e, por sua vez, procurou justificar a recusa da interpretação: primeiramente, porque permite ao leitor medir a distância entre os discursos oficiais e o memorial redigido pelo próprio Rivière; além disso, porque seria impossível falar dele sem retomá-lo num desses discursos.

Apesar dessa distância inicial, contudo, há pontos de aproximação entre o historiador e o filósofo, na medida em que ambos apresentam discursos de enfrentamento, de resistência a uma forma de poder. Para Ramos, “porém, nem tudo é diferença, Menocchio e Rivière são dois combatentes do status quo, tanto o historiador quanto o filósofo destacam a resistência dos dominados e concebem a história como luta” (RAMOS, 2012, p. 6).

A crítica de Ginzburg serve para evidenciar a mudança de tom que seguiria entre o filósofo e os historiadores. A partir de meados da década de 1970, o diálogo aberto na introdução de *A Arqueologia do saber* arrefeceu, dando espaço a um

debate eivado de desconfianças de ambas a partes. Momento em que se tornava mais evidente o distanciamento dos projetos da genealogia e o da NH. Trata-se, também, do período de expansão da influência do filósofo, o que Allan Megill denominou de início de sua assimilação pelos historiadores

Rather, once they began to suspect that his work might be relevant to their own, they began to take account of particular points within it, where they had ignored it before. Around 1970 in France, and five or six years later outside France, this "assimilation" of Foucault began (MEGILL, 1987, p. 130)

Para Megill, os historiadores dos Annales passaram a tratar o filósofo como um autor "citável": "Nonetheless, whatever specific motivations animated the Annalists, they indisputably saw Foucault as a citable author, whereas there is no evidence that they had done so before" (MEGILL, 1987, p.130). E de fato, se atentarmos para as publicações no periódico, o número de artigos que citavam Foucault na década de 1970 nos Annales foi substancial. Entre 1960 e 1969 o filósofo foi citado em oito, artigos, já entre 1970 e 1979 este numero subiu para 36 artigos<sup>31</sup>, sem contar notas, resenhas etc.

Além disso, houve uma mudança notável quanto ao uso dos trabalhos do filósofo. Na década de 1960 a maioria – seis em oito – debatia o impacto de *A história da loucura*, seja em sua recepção (BRAUDEL, 1962), seja no questionamento dos limites entre história e psicologia (CERTEAU, 1969). Os anos 1970 acrescentariam uma extensa lista de temas aos quais Foucault foi associado. Dos incendiários no século XVIII (ABBIATECI, 1970) ao amor em Roma (VEYNE, 1979), passando pela história da NH (REVEL,1979). Esta fase de maior difusão marcou também a distância entre o projeto da genealogia foucaultiana e da NH.

No segundo volume da *História do estruturalismo* (DOSSE, 1994), François Dosse levantou alguns detalhes que nos ajudam a compreender a mudança desse diálogo e que essa recepção não foi tão aleatória quanto supôs Megill. De acordo com Dosse, na década de 1970 a relação entre o filósofo e os Annales "passa, sobretudo por um homem, Pierre Nora, uma editora, Gallimard" (DOSSE, 1994, p. 292). Foucault sempre manteve estreitos laços editoriais com autores ligados aos Annales. Phillipe Ariès foi peça chave para a publicação de *A história da loucura* em

---

<sup>31</sup> As informações referentes a recepção de Foucault no periódico Annales se encontram no apêndice desta tese.

1961. Pouco depois, o mesmo recebeu elogios acalorados de historiadores dos *Annales* como Mandrou e Braudel, conforme destacamos no segundo capítulo. Antes mesmo de sua entrada no CF, Foucault firmou contrato com a editora Gallimard e teve como editor Pierre Nora, conhecido pela organização de diversas pesquisas coletivas.

A relação entre Nora e Foucault foi marcada por desconfortos, dada a tendência de montar projetos e abandoná-los com desconcertante facilidade. Conforme relatamos no capítulo anterior, ainda em 1965 ele já havia desistido de elaborar dois projetos depois de firmado o contrato: um sobre a história da histeria, para uma série dirigida por Fernand Braudel, e outro sobre a ideia de decadência (Cf. ERIBON, 1995, p. 215).

Na década de 1970, ele desenvolveu alguns projetos coletivos; alguns bem sucedidos como *L'impossible prison* (PERROT, 1980), com Michelle Perrot, outros abortados, como relatou o historiador Daniel Roche, “tive até possibilidade de trabalhar algumas sessões com Michel Foucault nos arquivos do Arsenal sobre os documentos dos presos e nunca vim a saber por que ele havia abandonado o projeto” (ROCHE, 1998, p. 32).

Por fim, nessa linha de projetos abandonados pelo filósofo, destacamos a *história da sexualidade*, previsto originalmente para ser publicado em seis volumes, sendo reduzido para três e um quarto volume pronto, mas não editado, em função do desejo expresso em testamento de vetar a publicação de textos não revisados.

Em 1971, Pierre Nora publicou uma coleção intitulada “Bibliothèque des histoires”, deixando claro já no título a inclinação ao projeto de Foucault de fragmentar as totalidades já que a palavra história surge em minúsculo e no plural, ou seja, marca do abandono dos grandes projetos de civilização material em prol das análises “micro”. Segundo Dosse, “Pierre Nora elabora um texto de apresentação da coleção muito marcado pela filosofia foucaultiana” (DOSSE, 1994, p.294). Essas ideias foram o germe da coletânea *Faire l'histoire* (LE GOFF, 1974), que apresentava os caminhos pelos quais os historiadores ligados aos *Annales* pretendiam trilhar a partir de então em termos de novos objetos, problemas e abordagens.

A primeira grande ruptura entre Foucault e os *Annales* se deu justamente em torno dessa coletânea, *Faire l'histoire*. No artigo “História marxista, história em

construção”, publicado originalmente no primeiro volume do ano de 1973 do periódico *Annales*, Pierre Vilar denunciou os “vícios” nas teses do filósofo. Para Vilar,

Foucault a généralisé dans de grands ouvrages une méthode qui laisse mieux voir ses vices et moins ses vertus. Au départ, des hypothèses autoritaires. Vient la démonstration, et, sur les points où l'on a quelques clartés, voici qu'on découvre les dates mêlées, les textes sollicités, les ignorances si grosses qu'il faut les croire voulues, les contresens historiques multipliés (catégorie redoutable). (VILAR, 1973, p. 182).

Para Vilar, a genealogia não alcançaria um estatuto epistemológico “sério”, ao pretender não se fixar em qualquer ponto, tornando o ecletismo teórico do filósofo em nada além de literatura: “Michel Foucault (...) se perd, en matière économique, dans sa propre chronologie et dans la chronologie tout court, il ne fait plus ni archéologie, ni histoire, ni science, ni epistemologie, mais littérature” (VILAR, 1973, p. 180). As observações de Vilar matizaram o teor das críticas que partiram de vários historiadores, dentro e fora da França, atacando principalmente a generalização e o modo impreciso com que Foucault tratava suas fontes o que conduzia o filósofo a produzir “hypothèses autoritaires” (VILAR, 1973, p. 182). Em suma, para Vilar, “dès la lecture du premier Foucault, j'éprouvai une angoisse d'«enfermement», convenable à l'objet, mais due aussi à son découpage” (VILAR, 1973, p. 182).

Em uma entrevista posterior, datada de abril de 1992 (Cf. VILAR, 1994, p. 284) Vilar manteve sua rejeição à história foucaultiana afirmando que o filósofo não mantinha compromisso com a verdade, tampouco com o caráter social da história ao desenvolver suas análises, oferecendo perguntas mais sólidas do que suas respostas. Para Vilar,

Quando os textos não diziam o que ele tinha vontade de ouvir, então não os tomava todos, fazia suas seleções. Para dizer a verdade, não creio que ele tenha tratado como um verdadeiro historiador as excelentes questões que propôs. Não penso, tampouco, que o historiador possa propor essas questões como simples problemas, separados dos conjuntos históricos nos quais se inserem. (VILAR, 1994, p.284)

Do outro lado do oceano Atlântico, livros como *A arqueologia do saber* e, principalmente, *As palavras e as coisas* também chamaram a atenção de historiadores, em especial daqueles ligados à teoria da história. As primeiras

recepções de Foucault entre historiadores estadunidenses ocorreram por meio de textos publicados na então recém-fundada revista *Theory and History* – periódico dedicado à teoria e metodologia da história que procurava seu espaço em debates que não se limitavam ao seu país de origem –, fato que chamou a atenção de Alan Megill,

The venue is significant. In the early seventies a discussion of Foucault in a mainstream Anglo-American historical journal like the *Journal of Modern History* or the *American Historical Review* was out of the question: the editors of these journals did not know who Foucault was. *History and Theory's* openness to perspectives coming from outside the discipline made it the right (and perhaps the only) place to publish (Megill, 1987, p. 128)

Entre 1973 e 1974 foram publicadas no *History and Theory* dois artigos sobre *As palavras e as coisas*. O primeiro da autoria de Hayden White, intitulado “Foucault decoded notes from the underground”, publicado em 1973; a segunda do historiador George Huppert, da Universidade de Chicago, intitulada “Divinatio et eruditio: notes of Foucault”, publicada na edição seguinte, no ano de 1974.

Hayden White definiu Foucault como um “estruturalista irônico” (WHITE, 1986, p. 232), na medida em que o filósofo, embora desenvolvesse várias idéias do estruturalismo em suas teses, estas, ao invés de confirmar os resultados das análises estruturais, as colocariam em xeque. Os estruturalistas compartilhavam algumas características como "an interest in the deep structures of human consciousness, a conviction that study of such deep structures must begin with an analysis of language, and a conception of language which has its origins in (...) Ferdinand de Saussure" (WHITE, 1986, p.230).

Já Foucault não se enquadraria nestes termos à medida em que usava as estratégias discursivas do estruturalismo contra o próprio estruturalismo "what makes him a post-Structuralist, not to say anti-Structuralist, thinker is the fact that he turns this interpretative strategy upon the human sciences in general and on Structuralism itself in particular" (WHITE, 1986, p. 131). Neste sentido, o filósofo questionou os limites das ciências humanas em sua ambição de alcançar o real por meio da linguagem. Para White,

as the last phase of a development in the human sciences which began in the sixteenth century, when Western thought fell prey to the illusion that 'the order of things' could be adequately represented in an 'order of words', if

only the right order of words could be found. The illusion on which all of the modern human sciences have been founded is that words enjoy a privileged status among the order of things as transparent icons, as value-neutral instruments of representation (WHITE, 1986, p. 232)

Ao questionar os pilares das ciências humanas, Foucault punha em xeque a posição do estruturalismo, na medida em que este não passaria de mais uma das várias tentativas de organizar os saberes acerca do homem sob um denominador comum. Essa tendência a colocar em dúvida a eficácia das teses estruturalistas, se daria graças a uma abordagem nietzschiana da história, desta forma “Foucault celebrates the spirit of creative disordering, deconstruction, unnamings. His whole effort as a historian can be characterized as a sustained promotion of the disrememberance of things past” (WHITE, 1986, p. 233). White apresentou a mesma ressalva feita por Vilar, ao contrário de fazer história, ele a decompunha, a desacreditava: “Foucault writes 'history' in order to destroy it, as a discipline, as a mode of consciousness, and as a mode of (social) existence” (WHITE, 1986, p. 234).

Não se tratava de um mero impulso destrutivo ou provocador, mas da descrença do filósofo de que seria possível articular, sob qualquer pressuposto científico os saberes acerca do homem. À desilusão em torno dessa impossibilidade seguiu-se a crença na apreensão do homem por meio da linguagem: “proceed in the full recognition of the opacity, the thingness of language, and in such a way as to render suspect to their followers the adequacy of their own linguistic characterizations of the 'humanity' which they study” (WHITE, 1986, p.245).

Embora reconheça os limites desta leitura histórica, Hayden White saudou a originalidade das análises do filósofo francês em *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber*, dada sua capacidade de superar o paradigma estruturalista que dominava os debates na França: “in my view the principal contention of *Le mots et les choses* is correct and illuminating” (WHITE, 1986, p. 251). White argumentou que, a despeito das fragilidades teóricas de seu projeto, o filósofo francês teria como mérito o fato de ter proposto uma leitura singular das formações das ciências humanas:

What Foucault has done is to rediscover the importance of the projective or generational aspect of language, the extent to which it not only "represents" the world of things but also constitutes the modality of the relationships among things by the very act of assuming a posture before them (WHITE, 1986, p. 254)

Georges Huppert (HUPPERT, 1974, p. 191-207) – um historiador de matriz teórica profundamente científica, racionalista –, por sua vez, apresentou uma tese que, embora não discordasse dos argumentos, contrariava a conclusão de White, denunciando os males da postura irônica em relação à história. De acordo com Huppert, Foucault não possuiria um estatuto de “seriedade” em suas ideias que, em termos epistemológicos, não alcançariam outro patamar senão o de literatura; a começar pela ambição do filósofo que se apresentava, como um inovador,

Quite simply, and daringly, Foucault proposes to apply the "structural" method to the study of intellectual history. His subject is nothing less than the making of the modern mind. Disregarding all his predecessors, Foucault wipes the slate clean: no one had ever understood anything about the origins of our culture. All the scholarship of the past century or two was wasted effort, for lack of the method which alone can supply the answers. Once freed of the errors of the historical method, the application of his own "archaeological method" leads to stupendous and totally unexpected results - the discovery, first of all, that man is a recent invention. (HUPPERT, 1974, p. 191)

Para Huppert, Foucault confundia o leitor com um linguajar singular, poético repleto de reviravoltas em seu argumento; suas ideias se perdiam em meio àquilo que o filósofo mais desejava evitar: a totalização. Ao tentar caracterizar a configuração geral do sistema de pensamento de uma época, inevitavelmente se incorreria no erro, na medida em que “one can hardly treat the history of science only within its French context, when one claims to be discovering the epistemological system of an entire epoch. (HUPPERT, 1974, p. 196)

Huppert também discordou dos critérios adotados pelo filósofo para construir a episteme clássica, que teria o peso maior de autores obscuros e de campos não científicos, como a alquimia de Paracelso, por exemplo, do que a autores ligados a formas de pensamento científicas e racionais. Esses pensamentos místicos, de fato, foram aludidos em *As palavras e as coisas*, “il nous semble que les connaissances du XVI siècle étaient constituées d'un mélange instable de savoir rationnel, de notions dérivées des pratiques de la magie” (FOUCAULT, 1966, p. 47). Em outras palavras, e daí o título do artigo – *Divinatio et erudito* – Foucault teria misturado conhecimentos místicos com saberes eruditos, dando ênfase a formas de conhecimento que, na visão de Huppert, não seriam necessariamente expressivas

em seu contexto histórico.

What I should like to establish on firm ground, however, is that there was in the sixteenth century, in France, a tradition of humanist learning which scoffed at magic, at the hermetic doctrines, at Paracelsus, signatures, correspondences, astrology, and all the other faces of the "system" glorified by Foucault as the epistémè of the age, and that this tradition was the dominant and respectable one. (HUPPERT, 1974, p. 204)

Huppert conclui que Foucault seria o exemplo de uma moda passageira entre os intelectuais, cujas teses não resistiriam a um esforço analítico sério, caracterizando os textos do filósofo como artifícios literários, mais próximo do divino, do metafísico, do que do racional: "I am forced to conclude that divinatio and eruditio must not be allowed to mix, in the sixteenth century or in the twentieth" (HUPPERT, 1974, p. 207).

O tom das críticas levantadas aponta para algumas insatisfações comuns em relação à forma como Foucault abordava, ou manipulava, segundo seus críticos, a história em seus escritos. No geral, não diferem da leitura de Vilar, mas aprofundam seus questionamentos.

Já o filósofo sentiu o peso dessas repreensões e passou a adotar uma postura de indiferença em relação aos historiadores. Segundo Nora, ele se interessava profundamente pela história, mas, ao mesmo tempo, "considerava os historiadores uns imbecis que não se interrogam o bastante sobre o que fazem" (NORA in DOSSE, 1994, p. 295). Os historiadores, por sua vez, passaram a repreendê-lo por não valorizar o elemento social em suas pesquisas, por lidar de maneira despojada com dados, datas e documentos, enfim, pelo que poderíamos definir como uma forma iconoclasta de utilizar a história. Mesmo uma recepção mais "positiva" – como poderíamos classificar a de Hayden White – seria marcada pela distância entre a genealogia e a história "propriamente dita".

Em 1977 ocorreu uma mesa redonda, intitulada "A História – uma paixão nova" (LE GOFF, 1991), composta por historiadores ligados aos Annales que debateram as mudanças pelas quais passava a historiografia. Os historiadores em questão foram Philippe Ariès, Michel de Certeau, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Paul Veyne. Em dado momento desta entrevista, os cinco historiadores se propuseram a refletir acerca da ligação entre Foucault e a história.

O primeiro a se posicionar foi Paul Veyne, para quem "Foucault é historiador"

(VEYNE, in LE GOFF, 1991, p. 37). Para Veyne, tal estatuto era consequente, pois apontava os limites da história como disciplina a partir do ponto de vista da filosofia; ou seja, não se tratava mais de se fazer, por exemplo, uma “história da morte”, mas das “atitudes perante a morte” (Cf. ARIÈS, 1975; 1983), proporcionando uma abordagem mais subjetiva e filosófica para a história: “a própria Filosofia, tornando-se um historicismo radical, assimila, recupera, ou transforma a História e é este o significado essencial do fenômeno Foucault” (VEYNE, in LE GOFF, 1991, p. 37).

Já Michel de Certeau retomou a leitura de Vilar ao denunciar a forma literária como Foucault tratava a história para confirmar suas teses. Para Certeau a “erosão teórica” (CERTEAU IN LE GOFF, 1991, p. 38) provocada por uma genealogia nietzschiana anulava o elemento social da história legando aos historiadores apenas categorias frias, nas quais não se tratava da ação humana:

As obras de Foucault pulverizaram, reduziram a uma poeira de práticas, fizeram desaparecer as unidades lentamente adquiridas e tidas por evidentes em nossas sociedades: a razão, o poder, o corpo, etc. Um trabalho imenso de erosão. O que é que ficou? A escrita, ela própria discursiva, disseminada, analítica, decomponente (CERTEAU IN LE GOFF, 1991, p. 41).

Jacques Le Goff, por sua vez, saudou a originalidade e a fecundidade das ideias de Foucault, mas ressaltou o ponto de afastamento entre suas teses: a falta de um local de produção, de enunciação do discurso do filósofo que pretendia expor suas ideias livremente, sem um suporte social de produção.

Desde há uns quinze anos, estabeleceu-se um diálogo excepcional entre Foucault e os historiadores. Foucault ensinou aos historiadores, entre outras coisas, que o discurso histórico faz parte da História, mas continua a ser verdade que nós só podemos verdadeiramente considerar Foucault como um historiador se ele entender que o suporte desse discurso não é inapreensível ou inexistente (LE GOFF, 1991, p. 93-94).

Essas críticas constantes, como vimos com Vilar, Huppert, Certeau, Ginzburg e Le Goff, também ressoaram em Braudel. O historiador mais influente dos Annales que afirmou que após inserir seu nome entre os historiadores, Foucault passou a “falar demais”

We should not be surprised to see Braudel, in a comment dating from the mid-seventies, identify Foucault as a "non-historian," as one among those "philosophers" who "speak out on history with the greatest vehemence" and

who in the process "declaim loudly, perhaps even too loudly" (MEGILL, 1987, p. 127).

Essas críticas voltaram à tona em 1978, a partir da resenha do historiador Jacques Leonard a *Vigiar e punir*, na qual Leonard (Cf. PERROT, 1980) ironizou a operação desenvolvida por Foucault, inclusive atacando os mesmos "vícios" e a falta de compromisso com o social, como vimos no artigo de Vilar e no comentário de Certeau. Para Leonard, o filósofo confundia-se constantemente em suas fontes e datas; inexatidão às vezes ingênua, às vezes estratégica para amarrar seus argumentos: "Le premier reproche sérieux se rapporte à la rapidité fulgurante de l'analyse. M. Foucault parcourt trois siècles, à bride abattue, comme un cavalier barbare" (LEONARD, 1980, p. 11). Além disso, Foucault carregaria nas tintas ao executar suas leituras, criando um monstro em torno da ideia de racionalização dos saberes "Michel Foucault exagère la rationalisation et la normalisation de la société française dans la première moitié du XIXe siècle" (LEONARD, 1980, p.12)

Foucault não ignorou tais comentários e manifestou sua irritação ao responder duramente ao texto de Jacques Leonard com o artigo "A poeira e a nuvem" (FOUCAULT, 1980). Neste artigo, o filósofo respondeu à maior parte das críticas que assinalamos até o momento tratando de forma mordaz as duas principais: a falta de precisão e de referências à "realidade social". O texto é marcado pela postura irônica em relação aos historiadores. De certa forma confirmando a fala de Nora de que Foucault não os tinha em grande estima, o filósofo retrucou asperamente as censuras que recebeu, por meio de três figuras paródicas de historiadores, cada uma correspondia às críticas que lhe foram dirigidas: a inexatidão, a inexistência de uma base social e a falta de uma leitura do real.

Avec un peu de cruauté peut-être, il lui fait jouer les grands rôles ingrats du répertoire: le chevalier vertueux de l'exactitude ('Je n'ai peut-être pas beaucoup d'idées, mais, au moins, ce que je dis est vrai'), le docteur aux connaissances inépuisables ('vous n'avez pas dit ceci, ni cela, et ça encore que je sais et que certainement vous ignorez'), le grand témoin du Réel, lui (...) le savant désolé qui pleure sur son petit domaine que les sauvages viennent de saccager. (FOUCAULT, 1980, p. 29)

Para além da ironia, é necessário entender que Foucault caracterizou sua forma particular de utilizar a história como uma ferramenta intelectual destinada à resolução de um determinado problema. Essa "história-problema" almejava construir

hipóteses para a resolução de um questionamento, ou seja, a pesquisa não tinha por objetivo abarcar todos os fenômenos de um determinado período, mas a resolução de uma questão pontual. No caso de *Vigiar e punir*, por exemplo, a interrogação pairava sobre a velocidade com que o sistema de encarceramento se tornou a forma de punição universal. Não se tratava, portanto, de uma história da prisão, ou mesmo do sistema punitivo, mas da interrogação em torno da aceitação coletiva e quase total do encarceramento como forma universal de punição,

En somme, essayer d'étudier la métamorphose des méthodes punitives à partir d'une technologie politique du corps où pourrait se lire une histoire commune des rapports de pouvoir et des relations d'objet. De sorte que par l'analyse de la douceur pénale comme technique de pouvoir, on pourrait comprendre à la fois comment l'homme, l'âme, l'individu normal ou anormal sont venus doubler le crime comme objets de l'intervention pénale; et de quelle manière un mode spécifique d'assujettissement a pu donner naissance à l'homme comme objet de savoir pour un discours à statut "scientifique" (FOUCAULT, 1975, p. 28-9)

Portanto, seu projeto não foi o de traçar “o nascimento da prisão” ou “a origem do encarceramento”, mas os efeitos nas práticas e nos discursos que a emergência do sistema prisional suscitou. Poderíamos argumentar que Foucault traçou aqui uma “genealogia-problema”, uma análise histórica que guarda muitas ressonâncias com as propostas de Febvre (conforme observamos no capítulo anterior), mas deslocando o olhar do contexto social para o jogo de práticas e estratégias, “pour qui en effet voudrait étudier une période, ou du moins une institution pendant une période donnée, deux règles parmi d'autres s'imposeraient: traitement exhaustif de tout le matériau et équitable répartition chronologique de l'examen” (FOUCAULT, 1980, p. 32). Esses princípios ligados à pesquisa opõem-se às alusões de imprecisão, de manipulação do uso de documentos para formar teses. Ora, argumentou Foucault, trata-se antes de uma genealogia-problema, de uma pesquisa histórica que parte de uma reflexão filosófica, mas que respeita certas “regras técnicas” que coincidem com aquelas obedecidas também pelos historiadores.

Qui, en revanche, veut traiter un problème, apparu à un moment donné, doit suivre d'autres règles: choix du matériau en fonction des données du problème; focalisation de l'analyse sur les éléments susceptibles de le résoudre; établissement des relations qui permettent cette solution. Et donc indifférence à l'obligation de tout dire, même pour satisfaire le jury des spécialistes assemblés (FOUCAULT, 1980, p. 32)

A segunda crítica analisada pelo filósofo diz respeito à condição do real em suas pesquisas, que, como vimos com Vilar, Huppert e White, teriam um caráter mais literário do que propriamente científico. Foucault abordou o princípio de realidade dentro de suas pesquisas históricas mediante a análise documental, recusando interpretações produzidas por outros autores, do “júri de especialistas”.

De fato, se atentarmos para as fontes e notas de textos da genealogia, não apenas em *Vigiar e punir*, mas também em *Os anormais*, *Em defesa da sociedade*, *O nascimento do biopolítica*, percebemos que foram citados, no geral, apenas documentos contemporâneos ao recorte proposto, dando pouca margem para comentaristas, sejam historiadores, sejam filósofos. Essa proposta remete à discussão em torno da interpretação, na medida em que Foucault se recusava a utilizar a interpretação de outros autores, buscando a resposta para os problemas que encontrava exclusivamente nas fontes levantadas. Contudo, se analisarmos mais atentamente algumas fontes do filósofo, encontramos algumas referências a historiadores; dentre elas, alguns artigos publicados nos *Annales*. Em *Vigiar e punir* foram citados dois artigos, muito famosos, publicados no periódico francês: trata-se de “História do clima”, de Le Roy Ladurie (LADURIE, 1974), e “Tempo da igreja, tempo dos comerciantes”, de Le Goff (LE GOFF, 1973). Sobre tais artigos, é interessante a afirmação de Le Goff:

Ele começava enfim a observar uma nova geração de historiadores com Emmanuel Le Roy Ladurie e um pouco comigo. Perdoem-me por me citar, mas eu sei que o que o havia interessado era, notadamente, meu artigo “Temps de l'Église et temps du marchand” e, em Emmanuel Le Roy Ladurie, a história da climatologia (LE GOFF, 2003, p.204).

Esta rejeição a interpretações e o foco nos discursos contemporâneos ao problema levantado são fundamentais para compreendermos os elementos de historicidade dentro da genealogia. Observamos que o olhar de Foucault se concentra nos discursos contemporâneos à emergência da prática analisada; ou seja, ele tentava evitar o anacronismo ao buscar o peso do discurso no momento em que ele entra no jogo, da luta entre diferentes posicionamentos. O foco nas práticas recusa inclusive a reconstituição “da vida cotidiana”, uma instância necessariamente global. A genealogia trata, portanto, dos efeitos dos sistemas de pensamento, sem ter a ambição de reconstituir a “realidade”; afinal, “il faut démystifier l'instance

globale du réel comme totalité à restituer. Il n'y a pas 'le' réel qu'on rejoindrait à condition de parler de tout ou de certaines choses plus 'réelles' que les autres” (FOUCAULT, 1980, p. 34). Desse modo, a genealogia se caracteriza como um estudo pontual da emergência de práticas e do modo como estas práticas se articulam, criando relações de poder e saber:

Je conçois très bien et je trouve excellent qu'on fasse la sociologie historique de la délinquance, qu'on essaie de reconstituer ce qu'étaient la vie quotidienne des détenus ou leurs révoltes. Mais puisqu'il s'agit de faire l'histoire d'une pratique rationnelle ou plutôt de la rationalité d'une pratique, c'est à une analyse des éléments qui ont joué réellement dans sa genèse et sa mise en place qu'il faut procéder. (FOUCAULT, 1980, p. 34).

Por fim, Foucault distinguiu sua tese de seu objeto de análise, relação que a leitura de Leonard teria embaralhado. O argumento de *Vigiar e punir* não se refere propriamente à prisão, mas à prática do encarceramento e aos efeitos que esta prática propagou por campos diversos (educação, ciências humanas, etc.). Já o objeto de análise também não se referiu especificamente à prisão, mas ao próprio jogo das práticas, em suas relações, suas exclusões e sua reciprocidade. Foi nessa rede que ele encontrou o ponto nodal de análise dos micropoderes. O rigor cronológico e a “falta de leituras” se dão justamente pela recusa de constituir uma realidade global em prol da análise pontual de práticas e de seus efeitos, discursivos ou não. Com isso ele distanciou suas teses, seu sistema de pesquisa, da produção dos historiadores “de ofício”.

Quanto ao local de produção de seus discursos foi enfático ao afirmar que se movia nas fronteiras entre história e filosofia: “il me semble que c'est cette notion et son usage possible qui pourraient permettre non pas une 'rencontre interdisciplinaire' entre 'historiens' et 'philosophes', mais un travail en commun de gens qui cherchent à se 'dé-disciplinariser'” (FOUCAULT, 1980, p. 839).

Pouco tempo depois da publicação de “A poeira e a nuvem” ainda em 1978, foi realizada uma mesa redonda, composta por historiadores, com o intuito de sabatar o filósofo acerca da função da história em seus trabalhos. Estiveram presentes: Maurice Agulhon, Nicole Castan, Catherine Duprat, François Ewald, Arlette Farge, Alexandre Fontana, Carlo Ginzburg, Remi Gossez, Jacques Léonard, Pascal Aquino, Michelle Perrot e Jacques Revel, contando, portanto, com a presença de quatro autores ligados aos Annales (Farge, Perrot, Revel e Agulhon).

No entanto, a rispidez do diálogo entre Foucault e historiadores se fez presente novamente, desta vez sob a forma de uma discussão generalizada que ocasionou a interrupção do debate e levou à desistência da publicação do áudio original em prol de uma edição que tentou salvar as linhas gerais da discussão. De acordo com Michelle Perrot,

Os historiadores, salvo Jacques Revel, que conhecia muito bem a obra de Foucault, e Arlette Farge, que trabalhava com ele, formulavam perguntas a Foucault, que tentava responder-lhes. Mas o que houve foram dois discursos paralelos e quando se encontraram com François Ewald diante da gravação, concluíram que era impubescível tal como se encontrava (MICHELLE PERROT, IN, DOSSE, 1994, p. 289).

A solução encontrada pelos editores foi compilar as várias intervenções dos historiadores em uma voz única, um historiador coletivo, transformando a polifonia do debate num texto coerente. Assim, ao invés de termos claramente quem perguntou o que, a edição do texto criou um diálogo virtual entre o filósofo e um historiador coletivo e anônimo, guardando muitas semelhanças com a “auto-entrevista” presente no último capítulo de *Arqueologia do saber*, como vimos no capítulo anterior. O texto, de certa forma, retoma a maior parte das posições e interrogações trazidas em “A poeira e a nuvem”.

A primeira questão do “historiador coletivo” foi sobre o problema das causalidades, da inexistência de um sistema de articulação em um projeto que se propunha descontínuo, e quanto à eliminação do elemento “social” nas pesquisas. Foucault respondeu menosprezando a ambição de globalidade em suas análises: pretendia que seus estudos formassem quadros articuladores da produção discursiva e da instância prática. Por meio desta posição ele pretendeu evidenciar a distância entre sua genealogia e as práticas dos historiadores, que tencionavam delimitar totalidades, sejam elas sociais ou mentais. Por isso, o filósofo francês reafirmou que sua genealogia tinha por objetivo não a história da prisão, “non pas des 'institutions', non pas des 'théories' ou une 'idéologie', mais des 'pratiques'” (FOUCAULT, 2001B, 841), mas a ideia de que as práticas não são apenas compostas pelas instituições e ideologias, mas possuem uma racionalidade, uma regularidade própria. Ele concedeu, portanto, certa independência à dimensão das práticas,

Il s'agit de faire l'analyse d'un 'regime de pratiques' - les pratiques étant considérées comme le lieu d'enchaînement de ce qu'on dit et de ce qu'on fait, des règles qu'on fait, des règles qu'on s'impose et des raisons qu'on se donne, des projets et des évidences (FOUCAULT, 2001, p. 841).

Não é a uma totalidade, à definição do “rosto de uma época” que a genealogia aspira. Ao contrário, tratou-se de estabelecer pesquisas bem delimitadas sempre usando a história para responder a inquietações filosóficas. O elemento social encontra-se (aparentemente) fora dessa genealogia em função do foco em torno desse regime de práticas. De fato, a genealogia ocupa-se de práticas, no entanto essas práticas também são um produto social; são produzidas por agenciamentos sociais, bem como são sua condição de possibilidade.

Outra questão do historiador coletivo interrogava o filósofo acerca da função do acontecimento na genealogia. Como vimos no segundo capítulo, no artigo “Nietzsche, a genealogia, a história”, Foucault definiu a genealogia como a busca da emergência e da proveniência de um determinado acontecimento. Esta concepção de acontecimento ressalta a ruptura com uma ordem pré-existente, uma inversão no jogo de poder. A partir dessas rupturas, seria possível captar o regime de práticas proposto pelo filósofo.

Tomemos um exemplo do curso de 1975, no CF, intitulado *Os anormais* (FOUCAULT, 2001), acerca dessa relação entre práticas, saber e poder. Ao analisar os tratamentos dispensados aos onanistas, considerados portadores de um comportamento patológico, Foucault não viu nos discursos relativos à exclusão dos onanistas mais um ponto numa série que poderia incluir os loucos, os criminosos, etc., mas a aplicação pontual de um regime de práticas mediante as quais diversos saberes (psiquiátricos, jurídicos, anatômicos) foram aplicados sobre o corpo de indivíduos, extraíndo saberes que, por sua vez, delimitavam os poderes que poderiam ser aplicados sobre os sujeitos desviantes. Essas práticas seriam observáveis mediante suas rupturas, por meio das mutações que esses discursos apresentavam. Foucault definiu como a primeira função do acontecimento romper com o que poderia ser considerado evidente,

Une rupture d'évidence, d'abord. Là où on serait assez tenté de se référer à une constante historique ou à un trait anthropologique immédiat, ou encore à une évidence s'imposant de la même façon à tous, il s'agit de faire surgir une 'singularité' (FOUCAULT, 2001B, p. 842).

A segunda função do acontecimento é a de multiplicação de causas e fatores ligados ao problema selecionado. Mais uma vez, encontramos a rejeição da simplificação, do apego à necessidade única. A genealogia funciona, ao contrário, a partir do desdobramento dos elementos. Por exemplo, ao se pensar a prática do encarceramento penal, se percebe que ela não se encerra em si; ao contrário, se desdobra em funções diversas (pedagógicas, organizacionais, punitivas, psicológicas, biopolíticas). Foucault caracterizou essas diversas funções que circundam um dado acontecimento como um “poliedro de inteligibilidade” “dont le nombre de faces n'est pas défini à l'avance et ne peut jamais être considéré comme fini de plein droit” (FOUCAULT, 2001B, p. 843). Tal perspectiva enfatiza a função dissociadora da genealogia, sua capacidade de multiplicar as temporalidades e os acontecimentos. Os “regimes de práticas”, descritos em seus textos amparam-se nas noções de poder e verdade:

Si j'ai étudié des 'pratiques' comme celles de la séquestration de fous, ou de la médecine clinique, ou de l'organisation des sciences empiriques, ou de la punition légale, c'était pour étudier ce jeu entre un 'code' qui règle des manières de faire (...) et une production de discours vrais qui servent de fondement, de justification de raisons d'être et de principe de transformations à ces mêmes manières de faire. Pour dire les choses clairement: mon problème, c'est de savoir comment les hommes se gouvernent (...) à travers la production de vérité. (FOUCAULT, 2001, p. 846)

Portanto, um problema filosófico que orienta uma pesquisa histórica. A genealogia foucaultiana remete fundamentalmente a Nietzsche porque articula a relação entre valores e história, colocando em jogo a relação entre o verdadeiro e o falso, “je voudrais, en somme, replacer le régime de production du vrai et du faux au coeur de l'analyse historique et de la critique politique” (FOUCAULT, 2001B p. 846). A questão da verdade se tornou uma dimensão prática do saber, não mais inserida apenas nos discursos teóricos, mas no centro da interrogação: como uma determinada concepção foi alçada à posição de verdadeira? Que outras ideias concorrentes foram desacreditadas, desvalorizadas, para que uma, especificamente, pudesse emergir com o valor de verdade?

As últimas interrogações do “historiador coletivo” dizem respeito a um “efeito anestesiante” que a operação histórica empreendida por Foucault teria exercido, tanto sobre psicólogos e agentes penitenciários quanto sobre os próprios historiadores. Sobre as categorias de psicólogos, pedagogos e agentes

institucionais, ele afirmou que seu trabalho foi antes provocativo do que anestesiante, posto que desde a publicação da *A História da loucura* (FOUCAULT, 1961) o que seguiu-se foi a explosão de debates, de idéias e de alternativas, sendo que algumas produziram efeitos reais (como os movimentos anti-manicomiais, de desmedicalização, etc.). Para Foucault, seus textos deveriam ser lidos sob um viés de desafio, de provocação política e não de formulação de leis, “elle n'a pas à faire la loi à la loi. Elle n'est pas une étape dans une programmation. Elle est un défi par rapport à ce qui est” (FOUCAULT, 2001B, p. 851). Ele também lembrou que as posições contrárias ao sistema de internação, seja psiquiátrica, seja prisional, já existiam há algumas décadas na França, ironizando a idéia de anestésiar, de obliterar o trabalho de outros profissionais.

Quanto aos historiadores, Foucault não os via tão anestesiados, “pareciam mais ‘extasiados’, ‘irritados’” (FOUCAULT, 2001B, p. 852). O filósofo tinha a noção do distanciamento de suas análises genealógicas e da história produzida pelos historiadores e buscava sempre ampliar o abismo entre ambos para melhor caracterizar seu projeto pessoal.

Irrités par quoi? Par un schéma? Je ne pense pas, car justement il n'y a pas 'schéma'. Si 'irritation' il y a (et quelque chose me dit que, dans telle ou telle revue, quelques signes en ont été discrètement donnés, n'est-ce pas?), c'est plutôt à cause de l'absence de schéma. (FOUCAULT, 2001B, p.852)

Apesar do caráter repetitivo, as críticas que analisamos são fundamentais para nossa pesquisa por dois motivos: primeiramente porque nos permite detectar o rumo tomado pelo diálogo aberto em *A Arqueologia do saber*, em especial com os historiadores ligados aos *Annales*; em seguida, porque essas debates irromperam num momento importante da genealogia que passou a enfatizar uma “histoire du présent” (FOUCAULT, 1975, p. 35).

Os elementos com que trabalhamos no capítulo nos permitem elucidar melhor a genealogia como uma forma de operação histórica baseada em questionamentos filosóficos do presente, cujo foco foram os “regimes de práticas”, ou seja, o conjunto de discursos que permite a emergência de certos acontecimentos. Assim, suas análises deixaram de contemplar apenas os discursos, como na fase arqueológica, e passaram a ser demarcadas pelos conjuntos de práticas, que, em sua formação, evidenciam o binômio poder-saber. O encarceramento, por exemplo, deixou de ser

analisado como um ponto em meio à longa e contínua história das punições tornando-se uma singularidade, uma prática cujo objetivo remete a uma economia de poder – extrair mais força de trabalho com menos esforço –, economia esta que se reflete no Panóptico de Jeremy Bentham<sup>32</sup>. Mais do que simplesmente vigiar, o sistema panóptico permite gerenciar indivíduos e extrair deles o máximo de suas forças produtivas.

A despeito das críticas mútuas o final da década de 1970 também marcou a consolidação de Foucault como teórico da NH. Em 1978, Jacques Le Goff dirigiu uma pesquisa coletiva, intitulada *A nova história* (LE GOFF, 1988), em conjunto com Jacques Revel e Roger Chartier. Os resultados desta pesquisa foram publicados como um dicionário e, posteriormente, lançado em uma edição condensada, e dividida por temas, e não mais verbetes. Foi justamente com o objetivo de fixar um programa coletivo que Le Goff e seus associados editaram *A nova história*, cujo balanço das produções historiográficas da década de 1970 serviria para fixar um programa próprio, pautado não num sistema, mas num conjunto de reflexões que alicerçaram a tríade de *Faire l'histoire* (LE GOFF, 1974): novos problemas, abordagens, e perspectivas.

Sobre esta transição é necessário retomarmos alguns elementos do capítulo anterior. Como vimos, a partir de 1969, o periódico passou por uma profunda mudança de direcionamento marcada pela saída de Braudel e pela ascensão de um diretório coletivo no comando do periódico. Para José D'Assunção Barros (BARROS, 2012, p. 303-312), essa transição, de certa forma, refletiu os impactos dos eventos de 1968 na historiografia. A crítica aos poderes centralizados, aos professores, patrões, diretores, se refletiria nos *Annales* com a ruptura com o programa braudeliano de uma história total,

Na França, a 'revolução inesperada de 1968', que eclodira de repente nas ruas, nas universidades, nas fábricas, nos teatros, e que rapidamente se dissipara, parece ter também inspirado os jovens historiadores dos *Annales* a fazerem a sua própria 'revolução inesperada' contra aquele que até então fora líder absoluto, o velho Braudel. Algo mudava a ritmos muito rápidos. Não tardaria muito para que, em fins dos anos de 1970, todo um modelo historiográfico predominante apresentado pelo movimento dos *Annales* comece a ser veementemente contestado, particularmente no que se refere ao padrão de cientificidade que era prometido pela História Serial e pelas abordagens quantitativas. (BARROS, 2012, p. 307)

---

<sup>32</sup> Sobre a questão do panóptico sugerimos a edição francesa do livro de Bentham, ampliado com o texto “L'oeuil du pouvoir” de Foucault e um posfácio de Michele Perrot (BENTHAM, 1977)

O modelo de história serial e quantitativa surgia para esses novos historiadores como muito personalista, ou seja, as longas sínteses eram consideradas ineficazes em prol de novos modelos de escrita e operação histórica que, contudo, não obedeciam a um programa comum.

Os dois primeiros textos do livro são de autoria de Jacques Le Goff e possuem um caráter introdutório: o primeiro, “A história, uma ciência na infância”, constitui a apresentação geral do livro e o segundo, “A nova história”, uma análise da evolução da história praticada pelos Annales dos “pais fundadores” Bloch e Febvre, passando pela fase mais “estrutural” com Braudel e, por fim, coloca a NH como etapa final desse processo de renovação historiográfica.

No artigo de apresentação da coleção, Le Goff inseriu Foucault como parte da “linhagem” dos Annales, “Michel Foucault, enfin, dont l'importance pour le renouvellement de l'histoire n'a pas encore été apprécié à sa juste valeur, aussi bien du point de vue de la méthodologie que de sa propre contribution d'historien” (LE GOFF, 1988, p.27). Suas ideias permitiram aos historiadores escapar das grandes monografias, que caracterizaram o período de Braudel à frente da diretoria, em prol de pesquisas mais pontuais, localizadas, “cette notion d'histoire 'globale' pouvait être contaminée par de sous-entendus traditionnels et paralysants: ceux d'une cohérence, d'une continuité qui ne correspondent pas aux discontinuités que l'historien rencontre dans son métier” (LE GOFF, 1988, p. 27). Para o medievalista, o abandono das totalidades em história teria a vantagem de revelar as particularidades, os detalhes que antes passavam despercebidos no turbilhão da História (com maiúscula e no singular).

La réalité pionnière de la recherche historique aujourd'hui c'est le Beauvais, Montailou, la mort, la peur, l'alphabétisation des Français, etc. les objets d'une histoire-problème qui force l'histoire à sortir, pour reprendre le mot de Michel Foucault, de sa vieille citadelle (LE GOFF, 1988, p.28).

Para François Dosse, essa ligação entre Foucault e a NH seria o marco de transição de uma história global para uma “história em migalhas”, excessivamente especializada e incapaz de emitir juízos. Dosse distinguiu alguns momentos em relação à evolução do periódico. O primeiro seria marcado pelo rompimento entre os fundadores Bloch e Febvre e a história metódica; o segundo, personalizado por

Braudel, foi caracterizado por meio da noção de longa duração; por fim, a terceira geração não seguiria a orientação das duas anteriores, mas seria marcada pela decomposição, pelo esmigalhamento, “l'autre grande rupture avec la première génération d'historiens se situe dans la déconstruction de l'histoire, qui ne serait plus un savoir totalisant. L'histoire s'écrivait encore il y a peu avec une majuscule et au singulier.” (DOSSE, 1983, p. 55).

Para Dosse, Foucault seria o equivalente desta tendência ao esmigalhamento na filosofia, “cet éclatement de l'objet historique trouve son répondant chez des philosophe comme M. Foucault qui nous donne une véritable définition de l'histoire sérielle annaliste” (DOSSE, 1983, p. 58). As análises do filósofo seriam responsáveis por afastar os historiadores de questões mais gerais, desviando o foco para a construção de micro-relações fragmentárias, “la synthèse globale, il préfère les fragments du savoir, les institutions et pratiques étudiées pour elles-mêmes, comme isolats. Au centre, il préfère la marge, au révolté, le marginal, à l'endroit, l'envers” (DOSSE, 1983, p. 58).

A apresentação de Le Goff, contudo, fornece uma justificativa diferente: o abandono do projeto de história global se daria como uma forma de evolução da história como “ciência em marcha”, “je ne crois pas que, s'il y a un certain 'éclatement de l'histoire' comme le pense Pierre Nora, celle-ci en soit réduite à une 'histoire en miettes'” (LE GOFF, 1988, p. 27). Desse modo, Le Goff tentou justificar a fragmentação do projeto historiográfico da NH como a tentativa de equilibrar dois pólos: de um lado a multiplicação do campo do historiador e os desafios que esses objetos traziam em termos de teoria e de aplicação; por outro lado a fidelidade, ainda que bastante transfigurada, à noção de longa duração. De acordo com Le Goff

L'histoire nouvelle, en effet, si elle postule la nécessité d'une réflexion théorique, ne relève d'aucune orthodoxie idéologique. Elle affirme au contraire la fécondité des approches multiples, la pluralité des systèmes d'explication par-delà l'unité de la problématique (...) elle s'inscrit aussi dans la longue durée - loin des modes et des nouveautés éphémères de circonstance. (LE GOFF, 1988, p. 30)

No artigo “A história nova”, Le Goff traçou a justificativa dessa posição da NH em relação à tradição a que pretendia se associar, “Surtout, l'histoire nouvelle a déjà une tradition à elle, celle des fondateurs de la revue 'Annales d'histoire économique et sociale'” (LE GOFF, 1988, p. 39). Esse percurso seria baseado na divisão clássica

de períodos da revista: o rompimento dos fundadores dos Annales, na década de 1930, com a história metódica; a ampliação deste projeto a partir da dialética das durações elaborada por Braudel; a geração de Le Goff, como herdeira dessa tradição<sup>33</sup>. Na leitura do medievalista, não ocorreu ruptura entre as gerações dos Annales, na medida em que atribuiu o termo NH também para os fundadores do periódico: “L'histoire nouvelle est née en grande partie d'une révolt contre l'histoire positiviste du XIX<sup>e</sup> siècle” (LE GOFF, 1988, p.38)

Foucault foi inserido nessa linhagem como um teórico que definiu “lês tâches de la nouvelle histoire” (LE GOFF, 1988, p. 63). Essas tarefas seriam: uma nova concepção de documento, embasada na relação, que já tratamos anteriormente, entre monumento e documento. Para Le Goff, “C'est à partir de la notion de document/monument proposée par Michel Foucault dans "l'Archéologie du savoir" qu'il faut chercher. En même temps, il faut cerner, expliquer les lacunes, les silences de l'histoire” (LE GOFF, 1988, p. 63).

Outra tarefa da NH seria a de “Un 'retraitement' de la notion de temps” (LE GOFF, 1988, p. 63), ou seja, uma ampliação da reflexão histórica sobre a temporalidade, que partia da longa duração proposta por Braudel mas que não se fixava no esquema de três durações (estrutura, conjuntura, acontecimento). Era necessário, antes, “Briser l'idée d'un temps unique, homogène et linéaire. Construire des concepts opérationnels des divers temps d'une société historique” (LE GOFF, 1988, p. 64); proposta que absorve a concepção foucaultiana de tempo que, como vimos no capítulo anterior, propôs que “L'histoire, ce n'est donc pas une durée, c'est une multiplicité de durées qui s'enchevêtrent et s'enveloppent les unes les autres” (FOUCAULT, 2001, p. 1147).

Se Le Goff cuidou de fixar as teses do “arqueólogo do saber” entre as diretrizes da NH, os demais autores da coletânea seguiram quase à risca essas orientações. Jean Claude-Schimidt, Evelyn Patlagean, Phillipe Áries e André Burguière em seus artigos descrevem uma figura comum: um Foucault meio filósofo, meio historiador, cujas ideias deveriam ser levadas mais consideradas em função das questões

---

<sup>33</sup> Sobre a forma como os autores da NH construíram sua tradição, ver “História da Historiografia” (SILVA, 2001), em que Rogério Forastieri da Silva traçou os meandros da construção do “mito” por seus autores: “Os desdobramentos da investigação, entretanto, levaram-nos a constatar que a Nova História estava comprometida com um determinado relato da história geral da historiografia na qual os elos importantes eram: ‘história positivista – ‘escola dos Annales’ – ‘Nova História’. De uma maneira geral esta ‘história da historiografia’ que culminava com a Nova História era pouco questionada e tida

levantadas do que das respostas produzidas. Evelyn Patlagean, cujo artigo se refere à “História do imaginário” (PATLAGEAN in LE GOFF, 1988), apontou a importância do filósofo para a caracterização do limite entre o real e o imaginário na medida em que “Michel Foucault a montré comment le système culturel occidental a posé cette limite à l'intérieur de lui-même en précisant, du XVe au XIXe siècle, les contours assignés à la folie” (PATLAGEAN in LE GOFF, 1988, p. 319).

Além de teórico da relação entre o real e o imaginário, Foucault também foi pensado como historiador de temáticas marginais por Jean-Claude Schmitt no artigo “A história dos marginais” (SCHIMITT in LE GOFF, 1990). Neste artigo *A História da loucura*, permaneceu como destaque o conceito de “internamento”, segundo Schmitt, “L'Age classique est en effet celui du 'renfermement'. L'expulsion des mediants ne suffit plus à exorciser la peur du crime, ni à satisfaire le désir d'hygiène sociale: ils sont désormais enfermés” (SCHIMITT in LE GOFF, 1988, p. 292). Trata-se de uma relação bastante próxima entre imaginário, mentalidades e as teses foucaultianas.

Tal foi a leitura de Phillipe Ariès no artigo “A história das mentalidades” (ARIÈS in LE GOFF, 1990). Para Ariès seria fundamental compreender que Foucault nunca foi “historiador”, de fato, “Né philosophe il est devenu, pour rester philosophe, historien par le mouvement de sa pensée, pour des raisons pas très différents de celles qui assurent aujourd'hui la popularité de l'histoire des mentalités” (p.177).

É perceptível nos exemplos citados de *A nova história* uma visão de Foucault para os historiadores que foi bastante fixada e reproduzida: o filósofo foi apresentado como um pensador que por vezes resvalou na história, mas nunca se tornou historiador. Sua relevância para a NH se deu na abertura a campos de análise e a formulação de conceitos, como a crítica documental, descontinuidade e a oposição entre história total e geral. Nesta leitura, as disciplinas, os discursos, pouco têm lugar: o que seria válido ler de histórico em suas teses seria a abertura para as mentalidades e para os problemas de ordem “marginal”. Assim, o filósofo francês é caracterizado a partir da própria proposta da NH: novas abordagens, novos objetos, novos problemas. Segundo Rojas,

Este modelo completamente original, associado a certos trabalhos de Michel Foucault como *A história da loucura na época clássica*, *As palavras e as coisas* ou *vigiar e punir*, recusa explicitamente o conceito de mentalidades e também o objetivo de reconstruir um problema a partir de uma sequência histórica linear e cronológica. Prolonga, em alguma medida o tipo de história das mentalidades proposto por Lucien Febvre em *"Rabelais"*. É mais que evidente a proximidade entre a utensilagem mental febvriana e a episteme foucaultiana, conceitos utilizados para discernir o que é possível e o que é impossível pensar e conceber em uma época qualquer. (AGUIRRE ROJAS, 2001, p. 179)

Por outro lado, embora o diálogo com os historiadores tenha tomado uma direção mais tortuosa a partir da década de 1970, essa fase de debates também marcaria a inclusão de Foucault entre os teóricos da chamada NH. Acreditamos que esta ambiguidade seja muito importante na medida em que criou uma imagem recorrente do filósofo: para os historiadores, ele seria muito original e útil em seus questionamentos, em suas interrogações, mas não tão efetivo como historiador. Tal posição, como vimos, foi muito bem refletida na mesa-redonda "A história uma paixão", na qual alguns (Veyne e Ariès) valorizaram a genealogia histórica, ao passo em que outros (Ladurie e Certeau) enfatizaram a distância entre as teses do filósofo e a historiografia.

Mais do que simplesmente críticas ou recepções, percebemos neste período uma transformação importante quanto à relação entre filosofia e história: ao refletir sobre as ideias de Foucault, ao torná-las relevantes para o discurso historiográfico, os historiadores ligados aos *Annales* mudaram sensivelmente sua postura em relação à filosofia. Embora ainda recusassem a filosofia da história, que por sua vez, também foi rejeitada em *A arqueologia do Saber*, observamos uma leitura mais aberta em relação aos pressupostos metodológicos da disciplina.

A questão do documento/monumento, da multiplicação das temporalidades, da valorização de aspectos inconscientes do social são marcas dessa mudança de diálogo entre história e filosofia. Outro ponto de transformação da NH que associamos a Foucault foi a mudança de estatuto do homem como referencial principal da história – como vimos na análise sobre Bloch e Febvre – para a condição de objeto a ser interrogado. Jacques Revel em seu artigo sobre a história dos *Annales* "Histoire et sciences sociales : les paradigmes des Annales" (REVEL, 1979) sintetizou essa mudança de estatuto do homem entre a NH,

L'homme figure centrale du dispositif précédent cesse être le réfèrent

fondateur pour devenir objet transitoire daté un agencement particulier du discours scientifique Il est significatif à ce point de vue que dans l'oeuvre obstinée ravageuse de Michel Foucault Les mots et les choses tiennent une place emblématique publié en 1966 le livre propose précisément une archéologie est-à-dire une déconstruction des sciences humaines (REVEL, 1979, p. 1373)

Fica mais clara a inclusão de Foucault como teórico dos Annales a partir da análise dessa série de diálogos, na medida em que observamos a constituição de um Foucault mais teórico do que historiador, cujas teses balizariam a NH, fato repetido em praticamente todas as produções coletivas que analisamos como *Faire l'histoire*, *A nova história*, etc. Acreditamos que as teses do filósofo foram fundamentais para a superação da fase braudeliana do periódico e para a constituição da identidade da NH.

Notamos o periódico sofrer, ao longo da década de 1970, uma importante transformação: menos trabalhos sobre economia e demografia e uma maior ênfase em processos mentais e em campos até então “marginalizados” pela história, como a violência<sup>34</sup>, o divórcio<sup>35</sup>, o corpo feminino<sup>36</sup>. Encontramos entre Foucault e os Annales uma relação de mão dupla: por um lado a NH o utilizou para justificar as transformações de suas perspectivas após Braudel; por outro, a história “dos historiadores” teve um peso decisivo nas teses do filósofo que, embora não tivesse por costume citá-los, passou a se interrogar cada vez mais acerca de temáticas históricas a partir da década de 1970, o que se torna evidente em seus cursos no CF.

Cabe-nos, antes, analisar mais uma importante leitura deste período, no caso a de Michel de Certeau, na medida em que ele produziu uma imagem mais precisa do período genealógico, englobando não apenas o Foucault “teórico”, mas, também, o pesquisador.

### **3.2 Genealogia e Hermenêutica: formas de resistência e práticas cotidianas.**

Michel de Certeau e Michel Foucault representam, sem dúvidas, dois dos melhores exemplos do diálogo entre história e filosofia na historiografia francesa.

---

<sup>34</sup> FARGE, Arlette; ZYSBERG, André Les théâtres de la violence Paris au XVIII<sup>e</sup> siècle (ANNALES ESS, 1979,) (rever essas referencias nas notas)

<sup>35</sup> PHILLIPS Roderick G. Le divorce en France la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle (ANNALES ESS, 1979,)

<sup>36</sup> KNIBIEHLER, Yvonne: Les médecins et la nature féminine au temps du Code civil (ANNALES

Autores de grande talento com as palavras, ambos trouxeram grandes contribuições ao campo da história, seja na teoria, seja na prática nas pesquisas documentais. Citamos, neste caso, alguns textos que aproximam os dois teóricos e que fornecem elementos para nosso diálogo: o artigo “Certeau and Foucault: the other and pluralism” (MARKS, 1999), que apesar de trazer alguns dados não trata diretamente de historiografia, do filósofo britânico John Marks: quanto a uma aproximação dos teóricos com a historiografia citamos os artigos de Willem Frijhoff (1999) e Renilson Ribeiro (RIBEIRO, 2007), ambos enfatizando a aproximação entre os teóricos e a história cultural; arrolamos também a biografia escrita por François Dosse (DOSSE, 2003) sobre Certeau, bem como o artigo de João Ohara (OHARA, 2012) sobre a operação histórica de Certeau. As presentes referências nos permitem afirmar que a aproximação entre os dois teóricos em relação à teoria da história representa um tema conseqüente. Para Marks essa aproximação se daria por quatro razões:

Initially, Certeau and Foucault both contributed to what might be termed as 'historiographical turn' in French thought which was inaugurated in the 1960s. They share an interest in historiographical themes - amongst other - concerning epistemological rupture, the use of historical 'fictions', a suspicion of histories based on ideology, a 'weariness with the monotony of commentary', and the attempt to bring historical writing into contact with repressed or neglected 'others'. (MARKS, 1999)

Foucault e Certeau fizeram parte do movimento de renovação epistemológica na França após os eventos de maio de 1968, marcado pelo questionamento das operações que envolvem a narrativa e a pesquisa histórica. No entanto, se é possível traçar alguns pontos em comum em termos da operação histórica, ambos se distanciam largamente quanto à aplicação de seus modos de pesquisa. Foucault construiu uma genealogia, utilizando-se da história para responder a questões filosóficas, Certeau, por sua vez, concentrou-se nas práticas cotidianas por meio da hermenêutica. Foi a partir desta chave teórica que Certeau definiu o conceito de consumo, termo marcado pelo ato de refiguração, ou seja, pela maneira como os indivíduos se apropriam de algo – um produto em uma loja, ou um ingrediente na cozinha – e o transformam a partir de suas necessidades.

Destacaremos os dois pólos da leitura de Michel de Certeau ao modo foucaultiano de escrever a história: no primeiro momento a constante referência à

posição de Foucault na renovação da historiografia a partir da publicação de *Arqueologia do saber*. Tal posicionamento se encontra no livro *A escrita da história* (CERTEAU, 1982), especificamente na primeira parte “As produções do lugar” (CERTEAU, 1982, p. 23-108), composta pelos artigos “Fazer História” e “A operação historiográfica”. O segundo momento consiste na crítica da noção foucaultiana de poder, considerada totalitária e inescapável. Certeau contrapõe a esse sistema totalitário a resistência por meio das práticas cotidianas no livro *A invenção do cotidiano* (CERTEAU, 1994).

Em *A escrita da história*, Certeau cunhou a expressão “operação historiográfica” que consiste na análise dos elementos diversos (tempo, local de produção, condições de pesquisa) que possibilitam e influenciam a escrita da história, “A partir de um corte entre um sujeito e um objeto de operação, entre um querer escrever e um corpo escrito (ou a escrever) fabrica a história ocidental. *A escrita da história* é o estudo da escrita como prática histórica” (CERTEAU, 1982, p 09).

No primeiro capítulo de *A escrita da história*, intitulado “Fazer história”, Certeau elaborou uma análise da história religiosa a partir de suas ressonâncias com a “história das idéias”, ressaltando os problemas epistemológicos comuns, tanto para os teólogos quanto para os historiadores. A ênfase em nossa leitura recai sobre as problemáticas propriamente teóricas/epistemológicas em função de nosso recorte temático. Certeau afirma que tanto teologia quanto historiografia implicam uma ideologia por parte do autor, um local de onde se fala: “a evidenciação da particularidade deste lugar de onde falo, efetivamente prende-se ao assunto de que se vai tratar e ao ponto de vista através do qual me proponho examiná-lo”(CERTEAU, 1982, p.31-32). Certeau propõe, portanto, que se deve delimitar “de onde” se fala antes de iniciar a pesquisa; afinal, se é impossível evitar uma ideologia ao escrever, o pesquisador pode problematizar a própria ideologia ao não escondê-la – ao contrário, torná-la objeto de pesquisa.

Essa problematização da ideologia aproxima-se daquilo que Foucault denominou como “ética” da genealogia: “o principal desta ética é, antes de tudo, respeitar essas regras técnicas e dar a conhecer aquelas que foram utilizadas” (FOUCAULT, 2010, p. 366-367). Desta forma, tanto Certeau quanto Foucault problematizaram o local de produção do discurso questionando assim os próprios

## modelos teóricos

O exame desses “modelos” (dos quais se poderia prolongar a lista e a análise) revela dois problemas conexos: a evanescência da ideologia como realidade a explicar, e sua reintrodução como referência em função da qual se elabora uma historiografia (CERTEAU, 1982, p. 40).

Para Certeau, a crítica desses modelos e dessas “ideologias” passaria pelo questionamento das noções de autor e obra, conceitos a serem decompostos para evitar a constituição de uma unidade, uma linearidade entre um indivíduo e um texto. Autor e obra por sinal também representavam para Foucault as principais unidades discursivas a serem problematizadas. No primeiro capítulo da *Arqueologia do saber* ele afirmou, “as unidades que é preciso deixar em suspenso são as que se impõem da maneira mais imediata: as do livro e da obra. (FOUCAULT, 1987, p. 25)”. Certeau, por sinal, reconheceu o impacto da concepção foucaultiana de unidades discursivas, “as ambiguidades desses sistemas de interpretação foram vigorosamente criticadas, particularmente por Michel Foucault” (CERTEAU, 1982, p.39). Para Ohara, tais críticas a uma história ideologicamente construída refletiria uma preocupação ética com o ofício do historiador, “na tensão entre aquilo que diz a fonte e aquilo que o historiador faz com que ela diga por uma série de cortes e deslocamentos, a análise do objeto encontra um imperativo ético” (OHARA, 2012, p. 77). Talvez a maior ressalva de Certeau em relação ao filósofo, neste primeiro momento, tenha sido o questionamento do uso do termo descontinuidade, fundamental para Foucault e para a NH, contrapondo-o ao termo “limite”, mais adequado para a tarefa do historiador,

Falemos antes de limite ou de diferença do que de descontinuidade (termo muito ambíguo porque parece postular a evidência de um corte na realidade). É preciso dizer, então, que o limite se torna, “ao mesmo tempo instrumento e objeto de pesquisa”. Conceito operatório da prática historiográfica, ele é o instrumento do seu trabalho e o lugar do exame metodológico (CERTEAU, 1982, p. 52)

Assim, ao definir a história como uma *prática* que envolve um *dizer* e um *fazer*, baseada num determinado local de produção e com intenções, inclinações ideológicas bem definidas, Certeau, reconheceu em Foucault uma importante contribuição em relação às bases até então intocadas da historiografia, valorizando os elementos que “ficaram para trás” no turbilhão da modernidade,

Essa relação do discurso com um *fazer* é interna ao seu objeto, já que, de um modo ou de outro, a história fala sempre de tensões, de redes de conflitos, de jogos de força. Mas é também externo, na medida em que a forma de compreensão e o tipo do discurso são determinados pelo conjunto sócio-cultural mais amplo que designa à história seu lugar particular. As sociedades estáveis do lugar a uma história que privilegia as continuidades e tendem a dar valor de *essência* humana a uma ordem solidamente estabelecida. Nas épocas de movimento ou de revolução, as rupturas de ação coletiva ou individual se tornam o princípio de inteligibilidade histórica” (CERTEAU, 1982, p.51)

Tais ideias sobre a prática historiográfica foram ampliadas no segundo capítulo de *A Escrita da história*, e talvez o texto mais emblemático escrito por Michel de Certeau. Trata-se de “A operação historiográfica”. Neste artigo – escrito originalmente após o Maio de 1968 e publicado nos *Annales* – Certeau enfatizou a *práxis* do historiador em sua função de pesquisa. Os questionamentos de Certeau giravam em torno da história como um produto de uma *operação*; operação que envolve diversos elementos, tais como; local de produção e escrita; instituição à qual pertence o historiador; contexto regional e nacional, etc. Para Certeau,

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana". (IBID, p.66).

O primeiro ponto analisado por Certeau foi o local social da produção historiográfica. A pesquisa histórica se refere antes de tudo a um conjunto socioeconômico, cultural e político que tem implicação direta sobre seus resultados. Assim, Certeau aprofundou o flanco, já aberto por Febvre, em suas idéias acerca da história-problema, como vimos no primeiro capítulo, ao enfatizar a importância da liberdade de pesquisa do historiador.

Mas até que ponto esta liberdade constitui uma categoria efetiva? Pensar o lugar social de produção significa refletir sobre o impacto da categoria (historiador profissional, professor, estudante), da instituição, sobre a pesquisa. Este conjunto pesa diretamente não só sobre as temáticas selecionadas, mas também, e talvez fundamentalmente, sobre os métodos e sobre as fontes a serem utilizadas. A combinação estratégica desses elementos corresponde ao resultado da operação historiográfica.

Este aspecto é o primeiro. É o essencial numa pesquisa científica. Um

estudo particular será definido pela relação que mantém com outros, contemporâneos, com um "estado da questão", com as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos que constituem, com os postos avançados e os vazios determinados como tais ou tornados pertinentes com relação a uma pesquisa em andamento. Cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado (IBID, p. 72)

Portanto, para Certeau, o local de produção é determinante para a constituição de métodos históricos (e de critérios de validação historiográfica). De maneira semelhante, na *Arqueologia do saber*, observamos a importância do jogo de regras que regem as formações discursivas, inclusive do discurso histórico. Para Foucault, "Ce n'est pas le choix théorique qui a réglé la formation du concept; mais il l'a produit par l'intermédiaire des règles spécifiques de formation des concepts, et par le jeu des relations qu'il entretient avec ce niveau" (FOUCAULT, 1969, p. 97). Mas apesar de reconhecer a função do jogo de regras para a formação dos conceitos, o filósofo sempre fez questão de afastar o problema do local de produção, de negar-se a dizer de onde falava, "C'est que pour l'instant, et sans que je puisse encore prévoir un terme, mon discours, loin de déterminer le lieu d'où il parle, esquivé le sol où il pourrait pendre appui" (FOUCAULT, 1969, p. 267).

Logo, o primeiro elemento que extraímos desse diálogo entre Foucault e Certeau é a crítica dos modos de se pensar e escrever história, como lembrou Ribeiro "Foucault, ao questionar a quimera da origem, e De Certeau, ao pensar a escrita como prática discursiva oferecem importantes instrumentos para pensar o nosso fazer" (RIBEIRO, 2007, p. 37). Em termos teóricos, portanto, reconhecemos algumas ressonâncias entre as teses dos dois teóricos, quanto à desconfiança da ideologia e à análise da operação histórica. As pesquisas dos dois teóricos, contudo, apontaria para caminhos bastante distintos.

Publicado em 1980 e oriundo de uma pesquisa iniciada uma década antes, *A invenção do cotidiano* (CERTEAU, 1998) buscou mapear a ação dos indivíduos perante um poder massificante, destacando as possibilidades de enfrentamento, de escape deste poder por meio das práticas do cotidiano. Já na introdução do texto encontramos uma referência clara a Foucault. O conjunto de pesquisas que constitui *A invenção do cotidiano* "nasceu de uma interrogação sobre as operações dos usuários supostamente entregues à passividade e à disciplina" (CERTEAU, 1998, p. 37). O conceito de "disciplina" foi a base da genealogia, em especial na primeira

metade da década de 1970, funcionando como instrumento para a análise das relações de poder em instituições fechadas. Para Foucault,

Ces méthodes qui permettent le contrôle minutieux des opérations du corps, qui assurent l'assujettissement constant de ses forces et leur imposent un rapport de docilité-utilité, c'est cela qu'on peut appeler les 'disciplines'. (FOUCAULT, 1975, p. 139).

A proposta de Certeau foi demonstrar que a saída para esta “sujeição constante” se efetiva em práticas comuns, em um uso tático do cotidiano. Certeau identifica esta tática ao termo “consumo”; ou seja, a apropriação de um determinado sujeito (um leitor, um cozinheiro) sobre um objeto (um texto, um alimento) que resulta numa fabricação (ler, cozinhar), numa produção na qual o sujeito, dentro de suas limitações, age sobre o mundo que o circunda. Para Certeau,

A 'fabricação' que se quer detectar é uma produção, uma poética - mas escondida, porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas de 'produção' (...) e porque a extensão sempre mais totalitária desses sistemas não deixa aos 'consumidores' um lugar onde possam marcar o que fazem com os produtos. (CERTEAU, 1998, p. 39)

Esse trecho se refere diretamente à publicação de *Vigiar e Punir*. Para Certeau, a microfísica do poder ali desenvolvida “privilegia o aparelho produtor da disciplina” (CERTEAU, 1998, p. 41), deixando a resistência em segundo plano. Certeau considerou importante a análise desta rede de poder, mas “mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela” (CERTEAU, 1998, p. 46). Sob tal perspectiva, as disciplinas teorizadas por Foucault engessariam a ação dos sujeitos mediante uma postura passiva, impossibilitando o enfrentamento das estruturas.

Certeau questionou a *operação* empreendida por Foucault para justificar seus argumentos. Assim como Vilar e Huppert, ele denunciou a tendência do filósofo à constante manipulação dos dados e das bibliografias utilizadas para confirmar suas teses, mesmo que as fontes nem sempre correspondessem a tais ideias.

Essa operação cirúrgica consiste em remontar a história a partir de sistema contemporâneo proliferante – uma tecnologia judiciária e científica – isolar do campo inteiro a formação cancerosa que o invadiu, e explicar seu funcionamento atual por sua Gênese no curso dos dois séculos precedentes (CERTEAU, 1998, p. 114).

Foucault teria deslocado toda a análise para um eixo explicativo único, desprezando as “práticas menores”, aquelas que não se organizam em discurso, mas que exercem sua presença sobre o todo social, perdidas no anonimato cotidiano. Certeau sugeriu que Foucault buscasse nas práticas dos “pequenos consumidores” a trama que constitui as relações de poder. Esse foco, num eixo explicativo, introduz a segunda ressalva: a coerência evolutiva do panótico e seu funcionamento perfeito se dão através da operação executada por Foucault,

A coerência é o efeito de um sucesso particular, e não a característica de todas as práticas tecnológicas. Sob o monoteísmo aparente a que se poderia comparar o privilégio que garantiram para si mesmos os dispositivos panóticos, sobreviveria um “politeísmo” de práticas disseminadas mas não apagadas pela carreira triunfal de uma entre elas (CERTEAU, 1998, p. 115)

Em suma, à *estratégia* panóptica, fundamental para a constituição das disciplinas, Certeau opôs as *táticas* cotidianas como práticas que não se organizam como discursos por não possuírem um local próprio (ao contrário das disciplinas sempre centradas em instituições: escola, quartel, hospital, presídio). Neste ponto, constatamos o afastamento fundamental da hermenêutica trilhada por Certeau e da genealogia foucaultiana. A hermenêutica de Certeau se baseia na análise do uso tático do cotidiano a partir da prática de consumo, de apropriação. O percurso hermenêutico de Certeau é, portanto, baseado na função de refiguração guardando explícitas semelhanças com o projeto, por exemplo, de Paul Ricoeur que também centra o foco na leitura como refiguração por meio da tríplice mimese<sup>37</sup>, ambos ilustrando os três momentos da hermenêutica: campo de configuração, escrita e leitura.

As críticas de Certeau são cruciais, pois tocam na metodologia do sistema genealógico apontando para seu limite: o excesso de poder, o poder onipresente, desvirtua a própria análise do poder pois o engloba apenas em sua faceta negativa, repressora, e não naquilo que os indivíduos *fazem* com esse poder que se lhe impõe.

De fato, esta crítica foi ouvida por Foucault que passou a desconfiar do sistema que havia criado. Em *A vontade de saber* (FOUCAULT, 1976) ele transferiu

---

<sup>37</sup> “Seguimos, pois, o destino de um tempo prefigurado em um tempo refigurado, pela mediação de um tempo configurado” (RICOEUR, 1994, p.87).

seu foco da disciplina massificante em locais fechados para uma nova forma de estratégia, ampla, aberta, que veio preencher, justamente, as lacunas deixadas pelas disciplinas, tratava-se da resistência ao poder:

Ces points de résistance sont présents partout dans le réseau de pouvoir. Il n'y a donc pas par rapport au pouvoir un lieu du grand Refus (...) Mais des résistances qui sont des cas d'espèces (...) Les résistances ne relèvent pas de quelques principes hétérogènes; mais elles ne sont pas pour autant leurre ou promesse nécessairement déçue (...) Elles sont l'autre terme, dans les relations de pouvoir (...) Elles sont donc, elles aussi, distribuées de façon irrégulière (FOUCAULT, 1976, p. 126-127)

*Vigiar e punir* e o curso ministrado no CF em 1974, *O poder psiquiátrico*, tratam da difusão das disciplinas a partir de instituições fechadas e dos efeitos dessa “modulação” sobre os indivíduos. A partir do curso *Os anormais*, contudo, as tecnologias de constituição do indivíduo mudaram de foco: da alteridade das instituições para a maleabilidade das leis e para as configurações estratégicas das formas de governo. Esta temática também é encontrada nos cursos de 1975-1976, *Em defesa da sociedade*; de 1976-1977, *Segurança, território e população*; 1977-1978 *O nascimento do biopoder*.

Compreendemos melhor a afirmação de Certeau de que Foucault suprimiu a função de historiador após sê-lo. Apesar de manter-se próximo à história em sua proposta de arqueologia das ciências humanas, suas pesquisas como genealogista teriam suprimido a função do historiador, perdido entre imprecisões, conceitos mal elaborados – o quiproquó que Certeau atribui a profusão de sinônimos em *Vigiar e Punir*: estratégia, tática, dispositivo, máquina, etc. – e o esvaziamento da categoria social em suas análises.

De fato, as pesquisas em torno da disciplina, especialmente nesta fase de *Vigiar e punir* focaram nas estratégias de disseminação dos sistemas que buscam aumentar a potencialidade produtiva do indivíduo através da disciplina. No entanto, a análise do poder de Foucault não se resumiu à apresentação das disciplinas. Ao contrário, os mecanismos de resistência ao poder também foram exaustivamente analisados na genealogia, principalmente a partir do deslocamento da análise das disciplinas para o questionamento dos “regimes de verdade” e das práticas de si, que se articulam de maneira análoga à idéia de consumo, posto que tais práticas não se formam de maneira necessariamente consciente. Da mesma maneira que o poder nos rege sem estarmos cientes dele, também resistimos ao poder diariamente

e, muitas vezes, inconscientemente. Afinal, se o poder é aberto e relacional também o é sua resistência.

Assim, observamos incompatibilidades nos princípios teóricos de ambos, na medida em que embora tratassem de tópicos muito semelhantes, partiram de caminhos opostos. Foucault escreveu a história como genealogia, profundamente influenciada por Nietzsche e com uma verve mais “iconoclasta”, em seu ímpeto de interrogar os jogos de poder numa sociedade sem posicionar-se sobre o que seria verdadeiro ou falso. Já Certeau optou pela via da tradição hermenêutica, da leitura profunda do texto, acreditando que, embora os indivíduos fossem cercados por redes de poder e saber, as práticas cotidianas permitiriam-lhes, se não escapar, ao menos inventar o novo. No entanto, como afirmou Dosse, ainda que a genealogia apresente incompatibilidades com o projeto hermenêutico, as leituras de Certeau auxiliaram a disseminação das teses foucaultianas entre os historiadores: “Certeau contribuye en este grupo, no sólo a darlo a conocer, sino a mostrar el alcance de su contribución.”(DOSSE, 2003, p.222).

As críticas de Certeau nos permitem identificar a mudança no diálogo entre Foucault e os historiadores. Suas reflexões de cunho epistemológico atraíram historiadores que buscavam novas soluções teóricas, perspectivas renovadoras. Por outro lado, os textos da genealogia passam a sofrer censuras em dois pontos: em primeiro, pela forma como Foucault conduzia sua operação histórica, mesclando dados e datas, ignorando algumas leituras ou cometendo supostos anacronismos; em segundo lugar, por não levantar o elemento social em suas análises.

Acreditamos que a análise dos cursos ministrados no CF na década de 1970 nos permite trazer algumas reflexões acerca da forma como Foucault encarava a história e dos impactos que a história dos “historiadores de ofício” trouxe às suas teses. Estes cursos, publicados após o falecimento do filósofo, nos permitem acompanhar detidamente os meandros de seu pensamento e as diferentes formas como pensou a história.

### **3.3 A genealogia como história crítica**

Tratamos até o momento da maneira como as teses de Foucault foram recebidas por historiadores ligados aos Annales ao longo da década de 1970

atestando o afastamento mútuo, mas, também, focos de contato. Observamos nestas leituras o acolhimento dos aspectos teóricos de suas pesquisas, mas a recusa das histórias produzidas pelo filósofo.

Para trilhar o percurso das diferentes leituras de Foucault acerca da história nos propomos a analisar os cursos ministrados por Foucault no CF em função de algumas de suas peculiaridades. A princípio porque as transcrições dos cursos no CF criam um caráter bastante particular: as aulas foram compiladas a partir dos esboços escritos por Foucault para cada aula bem como a partir da transcrição oral das aulas, garantidas pelos inúmeros gravadores em sua mesa. Por isto, como notam Salma Tannus Muchail e Marcio Alves da Fonseca nessas aulas que se tornam livros “a função professor é transformada em função autor” (MUCHAIL; FONSECA In FOUCAULT, 2006, p. xxi). Os cursos são mais longos que os livros e apresentam um caráter de exposição didática no qual termos complexos como disciplina, governo, cuidado de si, *parrhésia* são analisados de forma mais detida, eliminando a sensação de ruptura entre tais conceitos.

Em seguida pela variedade de problemas e áreas de pesquisa, afinal, conforme regra geral da instituição cada professor deveria empreender uma pesquisa inédita anualmente. Tais pesquisas funcionam como um verdadeiro campo de experiências, de laboratório histórico-filosófico e possibilidades nos quais foram apresentadas, e também aposentadas, inúmeras teses que figuram entre livros como *Vigiar e punir* e a trilogia da *História da sexualidade*. Esse caráter experimental leva a pesquisas bastante diversas entre si, acerca dos discursos históricos do século XIX, da formação da psiquiatria, da dobra entre discursos médico e jurídico, da emergência do liberalismo, do cuidado de si etc., mas sempre devidamente amarradas por Foucault que, como ressaltou Chartier foi sempre seu primeiro leitor

Nas entrevistas, nos prefácios, nas conferências, nos cursos, hoje reunidos em *Dits et écrits*, Michel Foucault manifesta uma preocupação constante: inscrever em uma coerência global o trabalho já feito e as investigações em andamento. Através de múltiplos retrocessos, Foucault revela-se assim o primeiro leitor de Foucault. (CHARTIER, 2002, p. 181).

Por fim, porque os cursos, que ainda não foram totalmente editados, apresentam se não uma linha contínua ao menos pontos bastante estreitos de contato. Os livros “oficiais” de Foucault apresentam muitas diferenças entre si, ao

passo que nos cursos essa transformação é mais lenta e a idéia de ruptura dá lugar à dobra.

Desta forma, para citar os conceitos levantados anteriormente, a análise das disciplinas (*O poder psiquiátrico; os anormais*) engendrou questões sobre relações de governo (*Em defesa da sociedade; Segurança, território, população; O nascimento da biopolítica*); o governo por sua vez deixou de ser pensado como um fato exercido, a ação do estado sobre o indivíduo, para o governo do indivíduo (*Do governo dos vivos*); o governo do indivíduo levou ao problema do cuidado de si, da constituição do sujeito (*Hermenêutica do sujeito e O governo de si e dos outros*); por fim em seu último curso (*A coragem da verdade*) o cuidado de si conduziu à questão da pahrresia, da coragem de dizer a verdade.

Essa linha temática é apenas uma entre as várias (teóricas, metodológicas) que se entrelaçam nos cursos e nos permitem detectar certas configurações. Assim, se trata menos de estabelecer uma linha de continuidade que demonstre como determinados aspectos de sua pesquisa seriam inevitáveis, do que se surpreender pela complexidade de cada transformação, de cada passagem.

*O poder psiquiátrico* (FOUCAULT, 2000), ministrado em 1973, pode ser considerado a primeira pesquisa genealógica desenvolvida por Foucault. O curso ocorreu cerca de 10 anos após a publicação de *História da loucura* e retornava à relação entre discurso e loucura, em especial sobre o desenvolvimento das instituições de reclusão no século XIX. Foucault à época estava bastante insatisfeito com a maneira como havia tratado a emergência dos hospícios alegando que havia abordado o problema por uma perspectiva distorcida. Foi em torno dos dispositivos de poder que Foucault buscou, desta vez, analisar a emergência das instituições psiquiátricas no século XIX. Apesar da precisão de seus recortes, postos em dúvida pelos historiadores como vimos ao longo deste capítulo, Foucault buscava datar os “pontos de emergência”, o momento em que uma dada configuração de poder se altera e deixa vestígios sob a forma de documentos.

Conforme salientamos anteriormente, Foucault já havia desenvolvido algumas reflexões sobre a questão do documento *A Arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1969) mas foi apenas no curso de 1973 ele passou a trabalhar empiricamente com um recorte documental mais preciso, de acordo com sistema de pesquisa que vinha desenvolvendo. Ao contrário de *História da loucura* e *As palavras e as coisas* no

qual foram trabalhadas inúmeras fontes (literárias, históricas, artísticas), a partir de *O poder psiquiátrico* Foucault passou a trabalhar com corpos mais específicos de documentos, neste caso principalmente com texto dos reformadores psiquiátricos (Pinel, Esquirol) e com arquivos de processos médicos, jurídicos e psiquiátricos em um dado recorte temporal fixo, meados do século XIX.

Este “primeiro momento” da genealogia culminou com *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 1975), publicado em 1975 que apresentou muitas das idéias desenvolvidas em *O poder psiquiátrico*, como, por exemplo, o foco em torno de uma instituição, a transformação do poder de soberania em poder disciplinar e a análise do panóptico de Bentham. *Vigiar e punir* começa com a tensão entre dois discursos que Foucault associou a dispositivos de poder distintos: por um lado o suplício infligido a Demiens, descrito em todo o seu horror e relacionado ao *poder de soberania*; por outro a descrição de um internato de jovens infratores e a monotonia de suas regras que buscavam delimitar precisamente o tempo dos internos e torná-lo “produtivo”.

O que chamou a atenção de Foucault foi a proximidade temporal entre as duas formas de punição, cerca de 20 anos entre ambas, fato que o levou a questionar como o encarceramento, que à época era uma entre as possíveis formas de punição (ao lado dos suplícios e castigos físicos, deportação etc.), nesse curto íterim tomou a forma de punição universal. Logo, uma análise das práticas punitivas, mas também do jogo discursivo que permitiu que uma determinada prática emergisse como discurso aceito e privilegiado. Mais do que isso, compreender como esse discurso exerceu efeitos sobre os indivíduos, marcando suas existências.

Foucault definiu a empreitada de analisar a emergência e a proveniência do dispositivo disciplinar como uma “histoire du présent” (FOUCAULT, 1975, p. 40). De fato, se nos debruçarmos atentamente sobre o conteúdo do livro e o contexto de sua produção é possível notar uma profunda imbricação entre a emergência da disciplina e as lutas políticas travadas por Foucault ao longo dos anos 1970, em especial sua atuação ativa no GIP<sup>38</sup>.

Logo, esse primeiro momento da genealogia acentuou também a função de diagnosticar o presente. Os primeiros cursos de Foucault foram centrados em um recorte temporal comum: do fim do século XVIII ao final do século XIX. Ao longo

---

<sup>38</sup> Groupe d' information sur les prison, grupo que reuniu acadêmicos e presidiários e pretendia estabelecer um

destas pesquisas Foucault buscou argumentar que foi nesse ínterim que se formaram boa parte das redes de poder-saber que operavam ainda na década de 1970, por isso uma “história do presente” já que se tratava de analisar instituições em transformação.

Um exemplo interessante neste sentido está no curso de 1975 *Os anormais*, que começa com a exposição de dois casos jurídicos, um de 1955 e outro de 1973, no qual Foucault argumentou que os discursos formados sobre os indivíduos foram mais decisivos em suas condenações do que seus atos propriamente. Foi na interrogação acerca da produção desse discurso, que mistura o ato com a análise da personalidade do infrator, que Foucault buscou encontrar as origens, pesquisa que o levou às instituições manicomiais do século XIX e ao conceito de “anormalidade”, simultaneamente jurídico e médico. Logo, observamos que se trata de uma história-problema nos moldes de Lucien Febvre, pois partia de uma interrogação precisa (“como se construiu a noção de anormalidade”) para interrogar uma formação histórica.

Além de estabelecer uma “história-problema” o uso das fontes também ocupa posição central em *Os anormais*. A partir de *O poder psiquiátrico* observamos uma transformação fundamental no *modus operandi* do filósofo: antes, em *As palavras e as coisas* por exemplo, havia uma preocupação maior em se traçar os elementos mais gerais de uma época, as características de sua episteme. Já a partir da genealogia notamos a colocação em prática dos pressupostos estabelecidos em *A arqueologia do saber*, trata-se de construir séries e quadros (Cf. FOUCAULT, 1969, p. 8) a partir de um determinado problema, guiado por fontes que também oferecem o padrão de série. Ainda utilizando o curso *Os anormais* como exemplo, nele Foucault elaborou um levantamento documental organizado na forma de “dossiês” sobre processos jurídicos e médicos do século XIX e XX (Cf. FOUCAULT, 2001, p.428-436). Não se trata, portanto, de como vimos em *As palavras e as coisas* de se definir as estruturas gerais do saber (episteme) de uma época, mas da incursão pontual em torno de um problema bem delimitado.

Por fim, destacamos nesta primeira fase da genealogia a relação entre política e sociedade. Como vimos nos capítulos anteriores, os historiadores ligados aos *Annales* acusaram o filósofo de “falta de compromisso com o social”. Contudo

não é bem isso quando vamos aos textos e às idéias do filósofo. Acreditamos que essa rejeição ao social evidencia mais o caráter político das teses de Foucault, caráter esse que dificilmente seria assimilado pelos Annales, que se importavam mais com as longas estruturas mentais do que com as vicissitudes do presente.

Elaborar uma “história do presente” pressupõe um vínculo social que não pretende “esclarecer” o que ocorreu no passado, mas apontar soluções para o presente. Ora, ao denunciar o esgotamento do modelo penal centrado nas disciplinas, ao denunciar o esgotamento de um modelo jurídico preconceituoso, no qual a classe social, ou mesmo a sexualidade do réu, contavam mais do que seus atos em seu julgamento, não haveria nessas lutas um compromisso com a sociedade<sup>39</sup>?

Desta forma, apresentamos três elementos que caracterizam as pesquisas históricas da primeira fase da genealogia: recorte temporal e temático baseado em problemas (história-problema); formação e articulação de séries documentais (dossiês); foco na política, a história como reflexão do presente. Temas que ressoam no debate teórico que temos proposto com os Annales.

O curso ministrado no ano seguinte, 1976-1977, intitulado *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 2005) representou um novo ponto de partida para a genealogia. Foucault se distanciou da análise das instituições, dos locais fechados para os governos e seus projetos para o gerenciamento dos indivíduos enquanto um povo, uma *população*. Na aula inaugural de *Em defesa da sociedade* o filósofo elaborou uma nova organização geral de suas teses. Nela, explicou a necessidade de “prestar contas” de suas pesquisas “Nesta medida, considero-me absolutamente obrigado, de fato, a dizer-lhes aproximadamente o que estou fazendo, em que ponto estou, em que direção [...] vai este trabalho” (FOUCAULT, 2005, p. 4). Esse desabafo se deu na medida em que, para ele, as pesquisas desenvolvidas nos anos anteriores (entre 1971 e 1975) incorriam sobre a mesma temática:

Eram pesquisas muito próximas umas das outras, sem chegar a formar um conjunto coerente nem uma continuidade; eram pesquisas fragmentarias, nenhuma das quais chegou finalmente a seu termo, e que nem sequer tinham seqüência; pesquisas dispersas e, ao mesmo tempo, muito repetitivas, que caíam no mesmo ramerrão, nos mesmos temas, nos mesmos conceitos. (FOUCAULT, 2005, p. 7)

---

<sup>39</sup> Além disso, se levarmos em conta o engajamento pessoal, Foucault esteve muito mais próximo de questões políticas do que os historiadores dos Annales, abrigando estudantes tunisienses da polícia em meio às manifestações em 1968, bem como quanto às condições de vida dos presidiários (Cf. MACEY, 2004, p. 94)

Ele estava insatisfeito com a forma como a disciplina se tornava, gradativamente, um discurso fechado e esquemático. De fato, tanto *Vigiar e punir* quanto os cursos ministrados em meados da década de 1970 apresentaram as mesmas características: análises voltadas para os discursos disciplinares produzidos em instituições de reclusão: o hospício em *O poder psiquiátrico*, a prisão em *Vigiar e punir*, a junção entre sistema jurídico e psiquiatria em *Os anormais*. Foucault estava centrado na faceta produtora do poder, em como a análise do poder como conceito meramente “repressor” impossibilitava perceber como o poder operava em nível tão capilar, tão difundido entre a sociedade. Neste sentido, as análises desse “primeiro momento” refletem o famoso conceito de “microfísica do poder”.

Alguns desses elementos caros às pesquisas anteriores foram repensados drasticamente no curso *Em defesa da sociedade*. A “microfísica” dos poderes continuava como um elemento importante, mas seus efeitos passaram a ser incorporados a uma escala mais global, no caso o problema do governo, das guerras discursivas através das quais determinados governo se institucionalizam, se legitimam.

A mudança mais marcante nesta transformação se refere ao conceito de descontinuidade, que surgiu em *As palavras e as coisas*, foi alçado a “conceito multiforme” na *Arqueologia do saber*, e como tarefa do genealogista em “Nietszche, a genealogia e a história”. Para Foucault, o foco na descontinuidade havia transformado a genealogia em uma ferramenta de combate discursivo que se perdia em sua própria fragmentação, era necessário estabelecer os termos que ordenassem esses pedaços. Assim, ele ironizou o excesso de descontinuidades contidas em suas pesquisas:

Questão: então por que não se continuaria com uma teoria tão bonita - e provavelmente tão pouco verificável - da descontinuidade? Por que é que eu não continuo, e por que é que não pego também alguma coisa pequena, que estaria no campo da psiquiatria, no campo da teoria da sexualidade, etc.?. (FOUCAULT, 2005, p. 18).

Até o momento observamos a transformação das diretrizes teóricas da genealogia a partir da transição da análise das disciplinas para o governo restando a questão, de que forma a história surge nesta nova configuração? A análise da

“economia dos poderes” passou necessariamente pelas disputas entre as formas de se narrar a história. *Em defesa da sociedade* gira em torno da relação entre guerra e política

Eu gostaria de tentar ver em que medida o esquema binário da guerra, da luta, do enfrentamento das forças, pode ser efetivamente identificado como o fundamento da sociedade civil, a um só tempo o princípio e o motor do exercício do poder político (FOUCAULT, 2005. p. 26)

A estratégia do filósofo neste curso foi colocar a guerra, enquanto modelo mais contundente de disputa, de antagonismo, no eixo da microfísica dos poderes. Assim, a lógica da guerra sai da beligerância, do último recurso para a resolução de conflitos para tornar-se seu ponto de partida. Por isso ele inverteu o aforismo de Clausewitz de que a guerra seria a continuação política por outros meios. Ao contrário, diria Foucault, a política é a continuação da guerra por outros meios, ou melhor,

O poder político, nessa hipótese, tem como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, ate nos corpos de uns e de outros (FOUCAULT, 2005, p.23)

É neste ponto que entra a história: de acordo com Foucault a história é um elemento fundamental para a proliferação dessas “guerras silenciosas”, ao mesmo tempo produtora e produzida por tais discursos. O restante do curso segue o programa de análise das lentas transformações das guerras entre raças e as diferentes “verdades” históricas que permeiam o tema. Essas análises vão de clássicos histórico-políticos como Maquiavel e Hobbes (Cf. FOUCAULT, 2005, p. 70), até a constituição das políticas racistas no século XIX e totalitárias no século XX. Da análise do “racismo de estado” que, no início do século XX culminou com a emergência dos governos totalitários, surgiu o conceito que será a chave desse segundo momento da genealogia: o biopoder.

Conforme já destacamos, um dos elementos mais importantes da genealogia é a capacidade de detectar a dobra entre diferentes formações de poder e a série de fenômenos desencadeados por tais “dobras”. Até então a “dobra” que Foucault levantava era bastante repetitiva, baseada na articulação entre discursos jurídicos e

médico-psiquiátricos. O Biopoder surgiu como uma dobra mais ampla amparada na capacidade de um governo de gerir uma população através de uma estratégia social. Essa estratégia social funcionaria por meio de uma tecnologia regulamentadora da vida e de tecnologias disciplinares que incidem sobre o corpo, desta forma “é da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, e disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder” (FOUCAULT, 2005, p. 292).

Logo após o curso de 1976, Foucault publicou *A vontade de saber* (FOUCAULT, 1976), primeiro volume do projeto de História da sexualidade. O livro funciona como uma introdução geral ao projeto completo da *História da sexualidade* que à época estava previsto para se desenvolver ao longo de 7 volumes<sup>40</sup>. *A vontade de saber* não traz, como nos outros livros de Foucault, uma pesquisa completa, mas apontamentos empíricos e metodológicos para balizar o projeto como um todo. Mas afinal, qual era a forma de articulação, ou melhor, o ponto de dobra entre genealogia e da história neste momento?

*A vontade de saber* é muito mais próxima das teses desenvolvidas em *Em defesa da sociedade* do que em *Vigiar e punir*. Neste sentido não se trata de pesquisar a evolução das sanções impostas sobre a sexualidade dos indivíduos, mas de como a sexualidade tornou-se um dispositivo de produção de verdade e subjetividade.

A história da sexualidade a ser desenvolvida pelo filósofo não se pautaria na idéia da repressão (bem como *Em defesa da sociedade* a idéia de dominação assumia um contexto diferenciado), do sexo reprimido, apontando, pelo contrário, para a *explosão discursiva* referente à sexualidade a partir do século XIX. Não que o sexo não tenha sido reprimido, como acentuou Foucault, mas nota-se uma certa obsessão em categorizar, em enquadrar o sexo, em extrair do sexo diversos usos e inseri-lo em discursos distintos (médico, jurídico, histórico, psiquiátricos). Deste modo, a característica da sociedade moderna “não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo” (FOUCAULT, 1999b, p.36).

Observamos algumas mudanças expressivas neste “segundo momento” da genealogia representado pelo Biopoder. Em relação aos aspectos que delimitamos

---

<sup>40</sup> Projeto que, como vimos anteriormente, foi redimensionado para três livros publicados e um manuscrito

anteriormente (história-problema/fontes/foco na política) a transformação foi bastante significativa. O biopoder surgiu como um alargamento das disciplinas, como reflexo de seus efeitos na sociedade como um todo e não apenas em espaços institucionais. As estratégias de poder tornam-se uma rede social, alimentada e pensada nas instituições, mas cujos efeitos se fazem presentes em todas as dimensões da sociedade, já que o biopoder envolve questões como raça, economia, governabilidade, saber etc. As pesquisas pontuais deram espaço à análise de problemas mais abrangentes, que envolviam toda a sociedade. Para Senellart, “Tout se passe en effet comme si l'hypothèse du bio-pouvoir, pour devenir véritablement opératoire, requérait d'être resituée dans un cadre plus large.” (SENELLART in FOUCAULT, 2004B, p. 381)

Quanto ao uso das fontes notamos uma ampliação no escopo, antes mais fixo nas instituições. O biopoder se estabelece em uma rede social muito mais complexa e abrangente, por isso os dossiês que balizaram as pesquisas anteriores foram substituídos por uma estratégia mais dispersa em termos de bibliografia.

Contudo, esse maior número de fontes também foi associado a um recorte temporal mais restrito. Ao invés de mover-se entre um ou dois séculos constantemente, quando o filósofo tratou de biopolítica abordou períodos menores. Já quanto à política, talvez esta seja a maior inovação deste período, ele apresentou uma proposta bastante interessante: a história dos modos de governar.

O tema do biopoder foi o eixo dos dois cursos seguintes no CF. No primeiro, ministrado em 1977-1978 (o intervalo entre 1976-1977 foi ano sabático do filósofo) intitulado *Segurança, território, população (Sécurité, territoire, population*, FOUCAULT, 2004) Foucault tentou retomar o ponto imediato no qual *Em defesa da sociedade* terminava no caso a conceitualização da biopolítica, neste momento definida enquanto “l'ensemble des mécanismes par lesquels ce qui, dans l'espèce humaine, constitue ses traits biologiques fondamentaux va pouvoir entrer à l'intérieur d'une politique (...), d'une stratégie générale de pouvoir” (FOUCAULT, 2004, p. 3). A idéia central girava em torno da análise da emergência desse poder a partir do século XVII e a emergência da noção de população como um conjunto de indivíduos que obedecem a um determinado código de leis e que precisa ser *gerida*.

O desenvolvimento dessa busca da emergência do biopoder sobreviveu a

apenas quatro aulas do curso, já que a partir da quinta uma questão diferente surgiu e passou a tomar toda atenção de Foucault que decidiu redimensionar todo o curso em torno da temática do governo, compreendido como uma forma particular de gerenciamento, diferente, por exemplo de “reinar” ou

Est-ce qu'on peut parler de quelque chose comme une 'gouvernementalité', qui serait à l'État ce que les techniques de ségrégation étaient à la psychiatrie, ce que les techniques de discipline étaient au système pénal, ce que la biopolitique était aux institutions médicales? Voilà un petit peu l'enjeu de ce cours (FOUCAULT, 2004. p.124)

A idéia de governo surge como uma aplicação das técnicas analisadas anteriormente a um nível disciplinar aplicadas às estratégias estatais que transformam o indivíduo em um ponto singular dentro de uma população. Assim como as disciplinas, as formas de governo variam historicamente e para demonstrar essa maleabilidade Foucault usou o exemplo do “governo pastoral”: “le pastorat est un type de rapport fondamental entre Dieu et les hommes et le roi participe en quelque sorte à cette structure pastorale du rapport entre Dieu et les hommes” (FOUCAULT, 2004, p.128). Ao passo que a o modo de governo capitalista, cujo modo de atuação corresponde à biopolítica, transforma o povo em população, a pastoral caracteriza o povo enquanto “rebanho”, um ajuntamento de seres que precisam de um guia, simultaneamente político e religioso. Desta forma fica mais claro como a noção de governo surge neste primeiro momento: o conjunto de técnicas e estratégias para gerenciar uma determinada multiplicidade de indivíduos. Portanto, o problema da biopolítica é recolocado não mais como tática de disciplina, mas como estratégia de governo.

Para Foucault, essa configuração se inicia com a derrocada do sistema de pastorado e o início do sistema de “conduta” (Cf. FOUCAULT, 2004, p. 195), quando o poder atribuído ao líder passa a ser diluído em meio à emergência de diversas instituições que focalizam a idéia de como *conduzir*: como conduzir a si mesmo, as crianças, as famílias? É em meio à prática de “conduta” que Foucault procura “replacer l'émergence de l'État comme enjeu politique fondamental à l'intérieur d'une histoire plus générale qui est l'histoire de la gouvernementalité” (FOUCAULT, 2004, p. 253).

Desta forma, *Segurança território e população*, começou como uma análise do biopoder que Foucault considerou como insuficiente em si, e se tornou uma

introdução à noção de governo compreendida como o conjunto de práticas para a gestão de um conjunto de indivíduos. Em suma,

On peut faire la généalogie de l'État moderne et de ses différents appareils à partir d'une histoire de la raison gouvernementale. Société, économie, population, sécurité, liberté: ce sont les éléments de la nouvelle gouvernamentalité dont nous connaissons, je pense, encore maintenant les formes sous ses modifications contemporaines (FOUCAULT, 2004, p. 362)

A temática do governo, portanto, associa o que Foucault havia delimitado em suas pesquisas anteriores como “micropoderes” a uma rede maior de poder, caracterizada pelo Estado, estabelecendo assim uma ligação entre micro e macro (Cf. FOUCAULT, 2004, p. 365-366). Do lado dos historiadores encontramos alguns ecos de pesquisas dos Annales neste sentido, em especial de Philippe Ariès em seu estudo sobre as atitudes dos homens perante a morte (CF. ARIÈS, 1975) e de Paul Veyne sobre o amor em Roma (VEYNE, 1978). Neste sentido, a dimensão filosófica da pesquisa de Foucault não minimiza a originalidade historiográfica em tomar como objeto de pesquisa não um determinado sistema político, mas as *práticas* de governo, as estratégias mediante as quais os governantes se afirmavam sobre os governados.

O segundo curso ligado ao tema do biopoder foi *O nascimento da biopolítica* (FOUCAULT, 2008) que apresenta já em seu título uma importante distinção: não se trata de biopoder, mas de biopolítica compreendendo assim um sistema de governamentalidade pautado no aproveitamento do corpo dos indivíduos enquanto capacidade de produção. O curso se baseou na dobra entre a biopolítica e o desenvolvimento do liberalismo tendo um objetivo bastante “arqueológico”: analisar a relação entre essas práticas de governo e seus efeitos sobre o real, “reconstruir a história do que poderíamos chamar de arte de governar” (FOUCAULT, 2008, p. 03).

Atenção para a expressão “arte de governar”, nela nota-se a ruptura com o conceito de micropoderes afinal não se trata de uma “estratégia” ou de uma “tática”, mas de arte de governo compreendida enquanto “o domínio da prática do governo, seus diferentes objetos, suas regras gerais, seus objetivos de conjunto, a fim de governar da melhor maneira possível” (FOUCAULT, 2008, p. 04). Estamos a uma longa distância do primeiro momento da genealogia, aquele definido pela análise das disciplinas e das instituições. Notamos essa distância até mesmo no vocabulário do filósofo que diminui os termos bélicos tão comuns anteriormente e os substituiu

por termos políticos: monopólio, governo, gestão. A associação entre micro e macro poder atingiu seu ponto culminante já que se trata de compreender como o liberalismo (compreendido enquanto um acontecimento histórico delimitável) produz efeitos sobre os indivíduos. Mais uma vez, o sujeito, o elemento ontológico, surge indissociado de uma configuração de saber e de uma prática.

Essa análise é, fundamentalmente, histórica, mas histórica de uma maneira genealógica. De acordo com Foucault a distância de suas pesquisas para aquelas empreendidas pelos historiadores “de ofício” se dava na rejeição dos universais, ou seja, na desnaturalização completa dos objetos problematizados. Sendo assim, não há uma “loucura” universal, tampouco um “governo”, mas práticas que engendram determinados discursos sobre loucura e governo<sup>41</sup>.

Neste sentido não se tratava de “interrogar os universais utilizando como método crítico a história, mas partir da decisão da inexistência dos universais para indagar que história se pode fazer” (FOUCAULT, 2008, p. 06). Apesar da supressão de alguns elementos metodológicos (como a descontinuidade) a genealogia ainda se manifestava na pesquisa foucaultiana sob a forma de questionamento das origens e na busca da emergência e da proveniência do acontecimento, no caso deste curso da dobra entre liberalismo e biopolítica.

O recorte cronológico permanece o mesmo ao qual nos acostumamos a ler em Foucault, séculos XVII a XIX, mas o objetivo do curso já aponta para aquilo que seria intitulado “ética”, no caso a pesquisa em torno dos dispositivos de “verdade” “a emergência desse regime de verdade com o princípio de autolimitação do governo, o objeto que eu gostaria de tratar este ano” (FOUCAULT, 2008, p. 26). A questão da verdade é talvez uma das temáticas mais comuns às pesquisas desenvolvidas pelo filósofo, mas até então surgia como um elemento mais acessório, enquanto condição de possibilidade de afirmação de um discurso. A partir deste curso a noção de verdade passou a ser o eixo de suas pesquisas, posição que havia pertencido antes às práticas discursivas e depois aos micropoderes. Uma nova configuração, um novo arranjo das pesquisas em torno da idéia de verdade,

O objeto, de todos esses empreendimentos concernentes a loucura, a doença, a delinquência, a sexualidade e aquilo, de que lhes falo agora é

---

<sup>41</sup> A recusa dos “universais” em história marca um primeiro diálogo entre Foucault e Paul Veyne, diálogo que veremos refletido na segunda edição de “Comment Écrit l’histoire” de Veyne, mais precisamente no artigo “Foucault revolutionne l’histoire” do qual tratamos no próximo capítulo.

mostrar como o par "série de práticas/regime de verdade" formam um dispositivo de saber- poder que marca efetivamente no real o que não existe e submete-o legitimamente a demarcação do verdadeiro e do falso (FOUCAULT, 2008, p. 27)

Assim como no curso anterior, *O nascimento da biopolítica* sofreu uma longa mudança de perspectiva, desta vez em direção à análise da emergência do liberalismo posto que "Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica" (FOUCAULT, 2008, p. 30). Foucault traçou então o percurso de uma forma de liberalismo bastante particular: o modelo alemão que "parece teoricamente mais importante que os outros, no que concerne ao problema da governamentalidade" (FOUCAULT, 2008, p. 106).

Essa pesquisa, entretanto, apresenta muitas diferenças em relação aos cursos anteriores. Em primeiro lugar, ocorreu a transição da teoria dos micropoderes para a teoria do governo. Em segundo lugar há um deslocamento em termos de recorte temporal. Longe da genese dos aparelhos coercitivos a partir do século XIX *O nascimento da biopolítica* constitui, de fato, uma história do presente, pois se propõe a analisar o liberalismo pós-Weimar, entre 1928 e 1968.

Apesar de parecer bastante deslocada, em vista dos temas abordados nos cursos e livros anteriores, a escolha de Foucault pela análise do liberalismo não é tão surpreendente assim se tivermos em mente que o modelo arquitetônico-filosófico símbolo da análise microfísica do poder é justamente o panóptico de Jeremy Bentham e sua lógica de maior produtividade a partir de menos investimento (a idéia de que apenas um indivíduo numa torre circular daria conta de vigiar vários pavilhões). Portanto, Foucault já em suas análises sobre a microfísica do poder levantava a questão do liberalismo, que se tornou incontornável a partir da reflexão acerca do biopoder, mas sob uma perspectiva diferente, não mais a forma como se poderia maximizar a produção minimizando os custos, mas questionando o próprio cerne da idéia do governo: A partir deste momento "trata-se de como maximizar a capacidade econômica e produtiva minimizando a necessidade de governo partindo do princípio que "sempre se governa demais" (FOUCAULT, 2008. p. 433).

Foucault se apoiou "nas reflexões de Paul Veyne a propósito dos universais históricos e da necessidade de testar um método nominalista em história." (FOUCAULT, 2008. p. 432). Acreditamos que o *governo* seja um tópico central no

desenvolvimento da genealogia na medida em que possibilitou o trânsito das disciplinas e da análise dos micropoderes em direção à ética a partir do momento em que a idéia de “governo”, gradativamente, suplanta a de batalha, dobra sintetizada pela inversão do aforismo de Clausewitz: já não é a guerra que é a continuação da política, mas a política que se constitui como um campo de batalha, de disputas discursivas que se efetivam em formas governamentalidade. Ora, o vocabulário de Foucault durante a genealogia era bastante bélico: tática, estratégia, máquina, guerra, batalha.

Com a concepção de governo notamos um distanciamento em relação à maquinaria disciplinar denunciada por Certeau: já não se trata mais da submissão dos indivíduos a um sistema mas às formas de condução que este sistema impõe. Os modos de governo substituiriam as relações de poder transferindo as pesquisas das maquinarias disciplinares para os modos de resistência ao poder.

Nos cursos do Collège de France Foucault sempre esteve bastante atento à recepção de seus trabalhos, atenção esta que se reflete nas constantes mudanças de percurso em meio aos cursos. Além disso, a genealogia talvez apresente as mais sólidas pesquisas históricas de Foucault sempre dentro de seu recorte temporal mais usual: todas as análises do período da genealogia centravam-se no ínterim entre os séculos XVII e XIX.

A dobra do governo em direção à verdade inaugurou uma fase de mudanças nitidamente evidentes nas pesquisas foucaultianas, marcada pela adoção de um recorte temporal até então apenas mencionado em alguns momentos, a antiguidade clássica, e pelo aprofundamento na dimensão ética da histórica. Essa dobra se realizaria entre o início da década de 1980 até o falecimento de Foucault em 1984. Nesse período o filósofo publicou dois livros, os dois últimos volumes da *História da sexualidade* (FOUCAULT, 1983;1984), e ministrou mais quatro cursos no CF, todos lidando com questões sobre governo e subjetividade.

Na década de 1980 Foucault manteve seu estatuto de teórico da NH, mas a partir de novas bases. Uma nova geração do periódico representada por historiadores como Jacques Revel, Paul Veyne e Roger Chartier trariam leituras distintas das polêmicas que observamos no capítulo anterior com Certeau, Le Goff e Vilar. Estes diálogos são a base do próximo capítulo no qual pretendemos fechar nossa tese demonstrando as diferentes leituras que o Foucault recebeu dos

historiadores ligados aos Annales entre as décadas de 1960 e 1980, consolidando o filósofo como teórico da história.

#### IV. Os últimos diálogos: a década de 1980

Se a década de 1970 foi marcada por debates a primeira metade da década de 1980 marcaria a consolidação de Foucault como teórico dos Annales, através de um dos maiores sucessos editoriais dos Annales, a coleção *A história da vida privada* (DUBY, 1985). Período também de um afastamento substancial do debate teórico da parte de Foucault, que passou a se dedicar mais a manifestações políticas do que polêmicas acadêmicas. Nas palavras de seu biógrafo Didier Eribon, “Foucault amarga o sentimento de ter sido mal lido, mal compreendido. Mal amado, talvez (...) o sucesso também pode ser nocivo: este leva Foucault a uma ‘crise’. Crise pessoal, crise intelectual” (ERIBON, 1990, p. 256). Observamos este sentimento de incompreensão nas respostas irônicas que o filósofo dispensou a seus críticos nos últimos debates da década de 1970.

A publicação de *A vontade de saber*, primeiro volume do projeto *História da sexualidade*, teve recepção semelhante à de *Vigiar e punir*. De um lado um grande sucesso editorial e de público; de outro, reações fortes da parte de intelectuais que, como vimos com Certeau, atribuíram aos projetos foucaultianos um caráter estruturalista que anulava a ação do indivíduo. Para seus críticos, ele construiria máquinas (de vigilância, de sexualidade) monstruosas e inescapáveis; estruturas inconscientes que governariam os homens em sociedade (*Vigiar e punir*) e até mesmo em sua subjetividade (a vontade de saber).

Em meio a essa “crise” Foucault vivenciou uma verdadeira revolução, pessoal e teórica: passou a residir cada vez mais nos Estados Unidos, e a se fixar na Califórnia. O ambiente californiano o agradava e parecia um espaço no qual suas idéias políticas encontravam mais espaço<sup>42</sup>. Essa mudança também se refletiu na produção do filósofo que abandonou o curso de boa parte das pesquisas que fizeram sua fama ao longo da década de 1970 em prol de uma nova empreitada que o levou à antiguidade e ao campo das práticas de si. Ao invés de instituições, de poderes, ele passou a trabalhar com a subjetividade e as práticas de si.

As cronologias adotadas pelo filósofo também mudaram. Na década de 1960, ele transitava com certa liberdade pelo espaço de 4, 5 séculos, na *História da*

---

<sup>42</sup> Sobre F. na Califórnia ver as biografias escritas por David Macey (MACEY, 2004) e de Didier Eribon

*loucura* e em *As palavras e as coisas*. Já na década de 1970 passou a fazer incursões mais pontuais, precisas, que dificilmente ultrapassavam o espaço cronológico de um ou dois séculos – *Vigiar e punir*, *Os anormais*, *A vontade de saber*.

Nessas duas décadas, as principais transformações sociais apontadas pelo filósofo – encarceramento; surgimento de instituições de saber/poder; biopoder – datavam do final do século XVIII e início do século XIX. Já nos anos 1980 essa cronologia sofreu uma transformação radical: Foucault abandonou os jogos de poder que deram início à modernidade ocidental e passou a se concentrar nas concepções de verdade e de moral da história antiga, dos pré-socráticos – em *A Hermenêutica do sujeito* (FOUCAULT, 2006) – ao proto-cristianismo – História da sexualidade.

Esse mergulho, definido pelo filósofo como uma “trip Greco-romana” (Cf.FOUCAULT, 2011), trouxe novos elementos para sua relação com a história, bem como teve o auxílio fundamental de um historiador que à época passou a integrar o *staff* dos *Annales*, Paul Veyne. Aliás, é importante ressaltar que, embora tenha se afastado do cenário intelectual francês os principais colaboradores de Foucault nos anos 1980 mantiveram vínculos estreitos com os *Annales* como Paul Veyne, Arlette Farge, Michelle Perrot, Philippe Ariès e Jacques Revel.

Neste período os *Annales* também passaram por uma nova “mudança de pele”, representada pela atualização seu diretório: Ladurie, Ferro, Burguière e Le Goff deram lugar a jovens historiadores como Jacques Revel e Roger Chartier uma geração que havia crescido em meio à ascensão e a queda do estruturalismo e carregavam uma forte influência das perspectivas foucaultianas. As transições no periódico foram marcadas por uma nova reafirmação de suas bases, mediante a dois textos publicados no volume 6 de 1979, “Histoire d'une histoire : la naissance des *Annales*” (BURGUIÈRE, 1979) de André Burguière e “Histoire et sciences sociales : les paradigmes des *Annales*” (REVEL, 1979) de Jacques Revel.

O final da década de 1970 consolidou o apogeu da NH, apogeu representado pelo sucesso comercial e midiático de suas produções coletivas. Contudo, esse mesmo sucesso passou a colocar a jovem NH em xeque. Críticas oriundas de diversos autores, em diversos países, passaram a minar o “carro-chefe” desses historiadores, as mentalidades (Cf. DOSSE, 1991, BOURDÉ, 1983).

Neste capítulo recuperaremos estes últimos encontros entre Foucault e os historiadores, ressaltando o papel da história em suas últimas publicações e cursos assim como sua consolidação como teórico dos Annales após seu falecimento em 1984. Tal leitura nos permite fechar o arco que começou em 1962 com a resenha de Braudel e Mandrou. Acreditamos, com esse conjunto, desfazer a imagem de uma única forma de diálogo com os Annales enfatizando a multiplicidade dos encontros que permearam esta relação.

#### **4.1 Da subjetividade à coragem da verdade: a concepção de história nos últimos textos de Foucault**

Entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 Foucault se afastou bastante da França e passou a se fixar mais nos Estados Unidos, mais precisamente na Califórnia, palco de importantes manifestações políticas e culturais, das quais destacaríamos a contracultura do final da década de 1960 e o crescimento político do movimento homossexual, marcada pela eleição de Harvey Milk, primeiro cidadão assumidamente homossexual a ocupar um cargo político no país em 1979<sup>43</sup>. A boa recepção de suas teses entre os intelectuais estadunidenses, a rápida adaptação ao ambiente da Califórnia e a qualidades das bibliotecas e universidades levaram o filósofo a viver a maior parte de seu tempo no país, mantendo-se na França durante o período dos cursos no CF.

Esse distanciamento em relação à França e aos intelectuais franceses passou pelo sentimento de incompreensão do filósofo em relação a seus pares. Entre essas divergências citamos o rompimento com um de seus principais interlocutores na década de 1970, seu editor Pierre Nora. Como vimos no capítulo anterior, Nora havia sido editor de Foucault desde a publicação de *As palavras e as coisas*, mas as relações entre ambos se mantiveram estremecidas já a partir de 1973, com a polêmica em torno do artigo de Pierre Vilar. Em 1980 haveria o rompimento definitivo após a Nora fundar o periódico *Le débat* criticando o filósofo no editorial de lançamento. Segundo Eribon “Ele mesmo se sente visado por diversas passagens do texto. Segue-se uma altercação violenta entre os dois, e

---

<sup>43</sup> Sobre Harvey Milk, sua trajetória e seu assassinato sugerimos a biografia escrita por Randy Shilts: SHILTS, Randy. *The Mayor of Castro Street: The Life and Times of Harvey Milk*. New York, St. Martin's Press, 1988

Foucault resolve publicar em outra editora a continuação de *A história da sexualidade* (Cf. ERIBON, 1990, p. 272), contudo uma conversa com o dono da editora, Claude Gallimard, fez o filósofo refrear seu ímpeto e publicar novamente com Nora. Contudo, tornou-se evidente o mal-estar e Foucault parecia cada vez menos interessado no cenário intelectual francês.

Se a relação com Nora, principal editor ligado aos Annales, havia estremecido, Foucault passou a se aproximar de outros historiadores, mais favoráveis às suas teses e com quem produziria trabalhos coletivos, em especial com Michelle Perrot com que desenvolveu *L'impossible prison* (PERROT, 1980) e com Arlette Farge com que publicou *Le désordre des familles* (FOUCAULT, 1982).

O principal colaborador do filósofo nestes últimos anos da década de 1970 e início dos anos 1980 foi outro historiador, Paul Veyne, que no mesmo período se tornou colaborador assíduo dos Annales. Essa colaboração que surgiu nos corredores do CF se transformou em uma amizade intelectual sempre explicitada em entrevistas e, mais recentemente, no livro *Foucault, sua pessoa, seu pensamento* (VEYNE, 2010), no qual Veyne fez uma homenagem e uma apresentação do conjunto da obra do filósofo. Ambos teriam se conhecido em 1954, conforme o relato de François Dosse (Cf. DOSSE, 1992, p.155), mas teriam se afastado e trilhado caminhos bastante particulares: Foucault foi para a Suécia, depois Argélia e finalmente se fixou em Paris quando foi aprovado no CF; Paul Veyne, por sua vez, após terminar os estudos foi lecionar no interior da França, se mantendo afastado dos debates entre historiadores até o início da década de 1970.

Em 1971 Paul Veyne publicou um livro singular, dado o contexto epistemológico francês. *Como se escreve a história* (VEYNE, 2012) certamente trazia elementos dos “pais fundadores” dos Annales, mas se aproximava muito mais de Raymond Aron e Max Weber, logo de uma tese propriamente sobre teoria e filosofia da história. Seu livro também representou uma reflexão diferenciada sobre a epistemologia da história em relação aos Annales. Jacques Le Goff, posteriormente publicou *História e memória* (LE GOFF, 1991), mas este constitui muito mais uma miscelânea de artigos relacionados à teoria da história do que uma pesquisa bem acabada como a conduzida por Veyne.

Diferentemente dos autores ligados aos Annales, que quando falavam em historiografia utilizavam em sua maior parte exemplos tirados dos próprios Annales,

Veyne tinha por referencial outras fontes, como os filósofos nominalistas e a sociologia de Max Weber. Assim, embora trate algumas vezes de Marc Bloch ou Lucien Febvre, o conteúdo de *Como se escreve a história* ia totalmente de encontro com o modelo de história dos Annales: para Veyne a história não seria um discurso científico, mas uma narrativa com núcleos de cientificidade. Já os Annales tinham constituído nas ciências sociais e na idéia de história como ciência uma de suas bases teóricas, elementos que trabalhamos no primeiro capítulo. Por sinal Veyne utilizou exemplos de teses consagradas dos Annales para justificar a idéia de que a história é narrativa,

Les faits n'existent pas isolément, en ce sens que le tissu de l'histoire est ce que nous appellerons une intrigue, un mélange très humain et très peu 'scientifique' de causes matérielles, de fins et de hasards; une tranche de vie, en un mot, que l'historien découpe à son gré et où les faits ont leurs liaisons objectives et leur importance relative: la genèse de la société féodale, la politique méditerranéenne de Philippe II ou un épisode seulement de cette politique, la révolution galiléenne (VEYNE, 2012, p. 51)

Veyne operou na história um “rebaixamento científico” e uma “elevação narrativa” associando a ideia de *intriga* à narrativa historiográfica. Rebaixamento científico, pois não tem ilusões de que a historiografia possa se aproximar do modelo “forte” de ciências, evidenciando, ao contrário, os “núcleos de cientificidade” contidos na narrativa histórica. Elevação narrativa posto que restituiu à história seu caráter narrativo desfazendo a querela francesa em torno da ideia do conceito de acontecimento. Assim o acontecimento se constitui como elemento fundamental na tese de Veyne que afirmou “A história é uma narrativa de eventos” (VEYNE, 1995, p. 12).

A definição do conceito de “acontecimento” foi à época, uma das principais divergências entre a tese de Veyne e a história ligada aos Annales. Uma das principais críticas dos Annales desde sua fundação se deu em torno da história denominada *évènementiel*, da história narrativa dos fatos, associada, como vimos no primeiro capítulo, aos positivistas por Febvre e Bloch e posteriormente combatida como tempo curto em Braudel. Esse tipo de história tinha por base uma narrativa que tentava reviver os acontecimentos, narrá-los do modo como se passaram. Os historiadores dos Annales, por sua vez, aproximaram a história da metodologia e das reflexões das ciências sociais justamente para substituir a narrativa de eventos

como modo principal de explicação da história.

Veyne propôs uma nova concepção de acontecimento, legando-lhe uma definição inédita que em menos de dez anos mudaria totalmente de estatuto entre os Annales. Contudo, em 1971, mantinha-se a rejeição ao conceito. Para Veyne a função da narrativa de um acontecimento não é revivê-lo como temiam os autores dos Annales, mas elaborar uma síntese que envolva, por meio da de uma trama, causa materiais, fins (necessidades) e acasos. “Comme le roman, l'histoire trie, simplifie, organise, fait tenir un siècle en une page” (VEYNE, 2012, p.14).

Veyne refutou a materialidade como condição do acontecimento, pois este pode repetir-se materialmente, “(...) a matéria não associa diretamente o acontecimento com uma característica que o singulariza”.(CARDOSO JR., 2003, p. 29). Por exemplo, uma crise não se explica apenas pelo aumento de preços, pela inflação ou pela ruptura de um sistema político, mas pela conjunção destes elementos materiais somados à necessidade de um povo e de um momento propício. Mas se o acontecimento não é definido pelo critério material, como defini-lo? De acordo com Veyne, o acontecimento é caracterizado pela diferença: “Un événement se détache sur fond d'uniformité; c'est une différence, une chose que nous ne pouvions connaître a priori” (VEYNE, 2012, p. 16 [19]).

Mas se os acontecimentos não são naturais posto que “um fato não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis” (VEYNE, 2012,p. 30), então o que permite agrupá-los em uma narrativa coerente? Veyne responde que essa síntese narrativa se dá através da noção de “trama” (*Intrigue*). A trama não organiza, necessariamente, uma seqüência cronológica, já que abarca diversos planos podendo assim “se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral” (p.28). Em suma o historiador produz uma *narrativa verdadeira* partindo das fontes nas quais destaca os *acontecimentos* ordenando-os em uma seqüência coerente a partir do desenvolvimento da *trama*. Para Cardoso Jr. “O campo da história é o lugar do entrecruzamento de séries não hierarquizadas e também dependentes da escolha do historiador, séries cujo encadeamento causal deve ser apresentado” (CARDOSO JR. p. 39).

A primeira edição de *Como se escreve a história*, de 1971 foi publicada na mesma época em que Foucault iniciou sua “fase genealógica”. Podemos, nestes termos, traçar um paralelo com as reflexões acerca do conceito de acontecimento

que analisamos no capítulo anterior. No pensamento genealógico o acontecimento supõe uma ruptura evidente que faz emergir a singularidade. O acontecimento representa uma inversão nas relações de força, a emergência de uma singularidade no momento e local de sua produção.

Uma ruptura, portanto, com uma verdade estabelecida como algo tomado como uma constante histórica. Ora, nos diz o filósofo, não era tão evidente assim que todos os criminosos deveriam ser encarcerados. E de fato, ao retomar os projetos de punição que concorreram com o encarceramento notamos que a prisão já sofria críticas desde sua emergência (aglomeração de indivíduos; massificação penal) e que as mesmas críticas, de modo até não tão surpreendente, permanecem em nossa sociedade. Constituímo-nos enquanto sujeito a partir de uma infinidade de feixes de poder, que nos atravessam, de discursos que nos afetam. Pensar no acontecimento é, sobretudo, romper com evidências.

Essa concepção do acontecimento como diferença é um ponto central tanto nas teses de Foucault quanto nas de Veyne. A filosofia relacional foucaultiana se afasta de modo radical de qualquer elaboração positivista a partir do momento em que pretende expandir ao máximo as possibilidades do acontecimento (emergência), ao passo que o historicismo tendia a uniformizar o acontecimento, a situá-lo num fluxo.

Assim como Foucault, Veyne surgiu no cenário intelectual dos historiadores como um *outsider*, sendo inclusive alvo de críticas semelhantes às endereçadas ao filósofo. Duas delas foram publicadas nos *Annales* na seção *Debats et combats* logo após a edição de *Como se escreve a história*, uma de Raymond Aron e outra de Michel de Certeau.

A primeira leitura provém de um autor pouco ligado aos *Annales*, Raymond Aron, cujas pesquisas se deram no campo da filosofia da história. A resenha intitulada “Comment l'historien écrit l'epistemologie: A PROPOS DU LIVRE DE PAUL VEYNE” (ARON, 1971) destacava a independência de Veyne, de lançar-se no debate com uma proposta inovadora, no caso a da reflexão epistemológica entre os historiadores, sem referir-se à tradição historiográfica vigente. De acordo com Aron,

cet historien, impitoyable dans la polémique, érudit et chantre de l'érudition, appartient à la troisième génération de l'École des Annales, la génération de quarante à cinquante ans, et pourtant il démystifie en toute candeur les temps longs et les temps courts, il critique le concept de mentalité (ARON,

O que mais chamou atenção de Aron no livro de Veyne foi seu estilo propositalmente ingênuo e cheio de ironias, mas bem dosado. Sobre as conseqüências das teses desse historiador provinciano para a historiografia, Aron apontou dois elementos principais: primeiramente um desafio aos defensores de uma história total, posto que, para Veyne, a singularidade do acontecimento invalida a busca por totalidades e as desfaz em diferentes “globalidades”. Segundo Aron, “Cette première distinction de l'unicité et de la singularité en appelle une autre: une fois l'Histoire décomposée, sans atome ni totalité, il va de soi que l'objet, construit par l'historien, se situera à différents niveaux de ‘globalité’ ”. (ARON, 1971, p. 1348)

Em segundo lugar, um desafio direto à história produzida pelos Annales, “De plus, P. Veyne, personnellement, n'aime guère le récit et, tout en critiquant les sciences humaines, il appartient à l'école des Annales par ce que celle-ci a de meilleur : l'effort pour historiciser le non événementiel, multiplier les topoi” ( ARON, 1971, p. 1350). Em linhas gerais, a longa resenha de Aron destacou a originalidade de Veyne e as conseqüências de suas teses para a história dos Annales, com ênfase na mudança de totalidades para globalidades, elementos que, como vimos nos capítulos anteriores, Foucault já destacava em *A arqueologia do saber*.

A segunda resenha a *Como se escreve a história* publicada nos Annales surgiu um ano após a de Aron e também foi enquadrada na seção Debats et combats. O texto assinado por Michel de Certeau e intitulado “Une épistémologie de transition : Paul Veyne” (CERTÉAU, 1972) retomou alguns pontos da leitura de Aron mas se caracteriza como uma crítica mais contundente, menos amistosa que a do filósofo da história.

Segundo Certeau o livro de Veyne correspondeu a um exercício de retórica erudita, cujo objetivo era mais questionar o stablishment historiográfico parisiense do que abrir propriamente um debate intelectual, segundo Certeau “Paul Veyne a levé le drapeau de la Provence. Son épistémologie est d'abord un Cheval de Troie” (CERTÉAU, 1972, p. 1317). Esse “cavalo de tróia” seria apoiado na leitura de “esqueletos do passado”, na medida em que Veyne deixou de lado boa parte das produções mais recentes de historiografia, utilizando como referenciais autores muito antigos, o que levou Certeau a ironizá-lo “Je disais qu'il y a beaucoup de cadavres dans les notes de cette epistemologie. Mais ce sont de vieux morts. Fallait-

il se donner tant de mal pour les retuer ou pour les exhumer un instant ?” (CERTEAU, 1972, p. 1319). Um dos pontos mais interessantes nessa resenha de Certeau foi, justamente, a aproximação das teses de Veyne às de Foucault

Paradoxalement, il rejoint à sa manière propre, la réflexion de R. Barthes ou de M. Foucault 28 lorsqu'ils abordent l'histoire comme un discours et, dans la ligne où M. Foucault travaille actuellement, comme une organisation textuelle articulée sur un « vouloir savoir » — sur le désir de savoir (CERTEAU, 1972, p. 1323)

Observamos nestas resenhas publicadas nos *Annales* a aproximação de Paul Veyne e Michel Foucault em vários aspectos, embora à época ainda não houvessem estabelecido diálogo. As críticas à história total, a valorização do acontecimento e a definição da história como um saber não apenas científico dão o tom das similaridades entre o pensamento de ambos. Após a publicação de *Como se escreve a história* Veyne passou a ter maior aceitação entre os historiadores, inclusive abandonando seu posto de professor da província em prol do CF em 1976. Sua candidatura foi apoiada por Raymond Aron, que acabou cortando relações com Veyne após sua aula inaugural.

No CF Veyne se aproximou de Foucault bem como do diretório dos *Annales*. Após sua entrada no CF Veyne que foi tão criticado nas primeiras resenhas de *Como se escreve a história* passou a ser colaborador constante do periódico, publicando artigos<sup>44</sup>, bem como se inserindo também nas obras coletivas dos *Annales*, com destaque para a direção do primeiro volume da coleção *A história da vida privada*, que será abordado mais adiante.

Em 1978 Veyne reeditou *Como se escreve a história* adicionando um artigo em homenagem a seu amigo no CF intitulado “Foucault revoluciona a história” (Cf. VEYNE, 2012). Trata-se de um artigo muito interessante no qual Veyne indicou participar dos cursos do filósofo no CF já que os temas e exemplos levantados no texto se referem às pesquisas do filósofo sobre formas de governo e o conceito de práticas, temas desenvolvidos nos cursos de 1976 e 1978 e que não apareceram de forma evidente em livros como *Vigiar e punir* e *A vontade de saber*

Se, como vimos anteriormente, vários historiadores ligados aos *Annales*, atacaram veemente o modo genealógico de escrever a história, Veyne fez o

---

<sup>44</sup> Veyne publicou seu primeiro artigo nos *Annales* em 1961 e so publicaria novamente um artigo em 1978.

contrário e elegeu o filósofo como “(...) o historiador acabado, o remate da história” (VEYNE, 1998, p.239). Para justificar sua posição Veyne propôs expor o modo como Foucault utilizou a história a partir do exemplo da suspensão da gladiatura.

Os combates entre gladiadores cessaram progressivamente a partir do século IV a.C. coincidindo com o reinado dos imperadores cristãos. Ora, se perguntássemos o porquê desta suspensão teríamos uma resposta óbvia: a gladiatura teve seu fim dado à ética cristã, dominante à época. Nesse momento, Veyne nos convida para rompermos com o evidente, ou seja, transformar a suspensão da gladiatura em um acontecimento.

Segundo Veyne, o teatro e sua inclinação lasciva era mais ultrajante aos olhos dos cristãos da época do que o espetáculo sanguinário da gladiatura. Entretanto, o teatro não foi abolido. Tampouco deveríamos buscar a explicação dessa abolição em alguma forma de humanitarismo, pois “é no poder político que se oculta a explicação para a gladiatura e para sua supressão e não no humanitarismo ou na religião” (VEYNE, 1998, p. 154). Para compreendermos o que suscitou a suspensão da gladiatura, nos diz Veyne, precisamos nos desviar dos “objetos naturalizados” e procurar a economia das práticas.

Para que os governados sejam percebidos pelo Mestre unicamente como objetos que devam ser despolitizados (...) é preciso que tenham sido objetivados como povo-rebanho; Para que o Mestre só seja percebido como devendo fazer-se popular junto ao seu rebanho, é preciso que tenha sido objetivado como guia e como rei-pai ou rei sacerdote (VEYNE, 1998, p. 158).

Veyne atribuiu a suspensão da gladiatura à mudança nas práticas políticas, na substituição da prática de “guiar rebanhos” pela de “mimar crianças”. O rei deixa de ser guia para tornar-se pai, “Os imperadores tornaram-se (...) cristãos, já que paternais e acabaram com a gladiatura, já que paternais” (VEYNE, 1998, p. 248). De certa forma, Veyne “acontecimentalizou” a questão da gladiatura, rompendo com o que era evidente e fazendo emergir o novo. Mas o que significa, nesse caso, a prática para Veyne? Nada mais que o cotidiano, “A prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas” (IBID, p. 158).

Por serem justamente as atitudes mais cotidianas as práticas acabam não

sendo conceitualizadas tornando-se a “ponta oculta do iceberg”, contudo “a parte escondida de um iceberg não é uma instancia diferente da parte emersa: é de gelo (...) está abaixo da linha de visibilidade e isso é tudo” (IBID, p. 160). Foi justamente pelo destaque às práticas que Veyne expôs a importância das teses de Foucault para os historiadores,

A história-genealogia à Foucault preenche, pois, completamente o programa da história tradicional; não deixa de lado a sociedade, a economia etc., mas estrutura essa matéria de outra maneira: não os séculos, os povos nem as civilizações, mas as práticas; as tramas que ela narra são a história das práticas em que os homens enxergaram verdades e das lutas em torno dessas verdades. (VEYNE, 1998, p. 180).

É interessante relacionar estas afirmações de Veyne com a análise dos cursos do filósofo no CF. O curso de 1978, *Segurança território e população*, foi, como vimos anteriormente, o ponto de metamorfose da genealogia. Nele o filósofo deixou de focar as redes de poder-saber produzidas pelas instituições em prol de uma análise dos modos de governo. Neste curso Foucault se refere algumas vezes ao artigo que Veyne dedicou-lhe bem como a outro artigo publicado nos Annales sobre o conceito de amor entre os romanos (Cf. VEYNE, 1979). Foucault tratou dos comentários de Veyne em sua aula de 15 de fevereiro de 1978, na qual refletia acerca do modo de governo cristão. Ele utilizou o mesmo exemplo do governante visto como o pastor de um rebanho de almas.

Ceci étant, je crois que l'on peut dire ceci: c'est que la véritable histoire du pastoral, comme foyer d'un type spécifique de pouvoir sur les hommes, l'histoire du pastoralat comme modèle, comme matrice de procédures de gouvernement des hommes, cette histoire du pastoralat dans le monde occidental ne commence guère qu'avec le christianisme. Et sans doute ce mot « christianisme » -là, je me rétere à ce qu'a dit souvent Paul Veyne -, le terme « christianisme » n'est pas exact, il recouvre en vérité toute une série de réalités différentes. (FOUCAULT, 2004, p. 151)

As conversas com Veyne foram fundamentais para a última mudança nas pesquisas desenvolvidas por Foucault: a virada para a antiguidade clássica. Como um guia para uma época desconhecida Veyne ajudou o trajeto do filósofo pela antiga Roma e pela Grécia clássica, que reconheceu esta ajuda na introdução do segundo volume da história da sexualidade

Paul Veyne constantemente me ajudou durante esses anos. Ele sabe o que é pesquisar o verdadeiro, como historiador de verdade; mas também conhece o labirinto em que se entra quando se deseja fazer a história dos jogos do verdadeiro e do falso; ele é daqueles (...) que aceitam enfrentar o perigo, para todo e qualquer pensamento, que a questão da história da verdade traz consigo. Seria difícil tentar circunscrever sua influência sobre essas páginas (FOUCAULT, 2006, p. 196)

Paul Veyne, por sua vez minimizou sua suposta influência sobre o filósofo e afirmou que não fez mais do que confirmar as leituras que ele lhe apresentava, “Qual tinha sido pois a minha contribuição? Pouca coisa, digo-o com toda simplicidade: por que razão exporia eu falsa modéstia? As idéias eram dele” (VEYNE, 2010, p. 30). Poderíamos argumentar que as duas principais contribuições de Veyne para Foucault seriam seu auxílio na imersão do filósofo na antiguidade e a análise relação entre prática e história.

Outros historiadores embasaram os passeios de Foucault pela história antiga, e é fundamental citá-los. Peter Brown, que na década de 1970 frequentou os seminários de Foucault em Berkeley, e com quem o filósofo manteve conversas regulares sobre história antiga<sup>45</sup>; Pierre Vidal-Naquet, um dos membros mais ativos do GIP. Outro pensador francês, cuja obra foi marcada pelas pesquisas em filosofia da história e da história antiga, que apresentou com os elementos que Foucault trabalharia em suas últimas obras. O interesse de Foucault na obra de Hadot se deu, em especial, quanto à questão dos “exercícios espirituais”<sup>46</sup>, temática trabalhada nos três últimos cursos no CF e nos dois volumes finais da *História da sexualidade*.

A questão do Biopoder conduziu as pesquisas de Foucault à questão do governo, da possibilidade de governabilidade. Esta questão foi esmiuçada no curso de 1979-1980 intitulado *Do governo dos vivos*. Tal como a forma da genealogia

---

<sup>45</sup> Em uma breve autobiografia intelectual Peter Brown descreveu seu encontro com o filósofo “As for Michel Foucault, a lively two-hour argument on the relation between Augustine's notion of concupiscence and John Cassian 's notion of the spiritual struggle in the Bear's Lair at Berkeley, in late 1980, formed the basis of an intellectual friendship, which led to further encounters at the Coffee Shop of University Books on Bancroft and at the French Hotel on Shattuck” (BROWN, 2003, p. 4)

<sup>46</sup> O filósofo norte americano Arnold Davidson, que trabalhou com Foucault em sua estadia na Califórnia, nos apresenta indícios dessa leitura. “I believe it was in 1982 that Michel Foucault first mentioned Pierre Hadot to me. Struck by Foucault's enthusiasm, I photocopied a number of Hadot's articles, but, to my regret, never got around to reading them until several years after Foucault's death. I immediately understood, and shared, Foucault's excitement, for Hadot's work exhibits that rare combination of prodigious historical scholarship and rigorous philosophical argumentation that upsets any preconceived distinction between the history of philosophy and philosophy proper”(DAVIDSON, in HADOT, 1989, p. 1)

desenvolvida em *O poder psiquiátrico*, esse deslocamento da biopolítica, calcado na dobra poder-saber, em direção à governabilidade passou por uma mudança bastante radical de percurso, no caso o abandono da dobra poder-saber em função da estética da existência, dos modos de constituição de si.

Essa guinada ocorreu no curso de 1979-1980 intitulado *Do governo dos vivos* (FOUCAULT, 2012). Foucault abandonou a questão do biopoder para pesquisar outras formas de governo, mais precisamente, neste caso, a forma de governo dos homens por “regimes de verdade”. Com regime de verdade Foucault se refere ao conjunto de regras gerais aceitas como verdadeiras e compartilhadas por uma dada sociedade, “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (Foucault, 2004 VERDADE E PODER: 12). Essa adoção do conceito de verdade como eixo da pesquisa se deu em substituição à noção de poder, que segundo o filósofo teria sido muito associado à idéia de repressão,

Lequel thème, savoir-pouvoir, n'était lui-même qu'une manière de déplacer les choses par rapport à un type d'analyse, dans le domaine de l'histoire de la pensée, qui était plus ou moins organisé, ou qui tournait autour de la notion d'idéologie dominante. Deux déplacements successifs, si vous voulez: l'un allant de la notion d'idéologie dominante à celle de savoir-pouvoir, et puis maintenant, second déplacement, de la notion de savoir-pouvoir à la notion de gouvernement pas vérité (FOUCAULT, 2012, p. 12)

Ao adotar as formas de governo como foco da genealogia Foucault buscou distanciar a noção de poder de seu conteúdo apenas crítico, negativo. “Je dirai qu'il s'agit essentiellement, en passant de la notion de savoir-pouvoir à la notion de gouvernement par la vérité, de donner un contenu positif et différencié à ces deux termes de savoir et de pouvoir” (FOUCAULT, 2012, p. 13).

*Do governo dos vivos* apresenta uma pesquisa que poderíamos caracterizar como mais experimental do que todas que Foucault havia feito antes no CF. A análise da relação entre governo e verdade marcou o abandono dos recortes temporais e dos dossiês documentais: o filósofo cruzou Édipo com a história do cristianismo e a Grécia de Platão. Essa dispersão é descrita no elemento que o filósofo denominou como central no caso “l'élément du 'je' (...) du 'moi-même' dans ce qu'on dit ce qu'on pourrait appeler l'aléthurgie ou la véridiction ou les rites et procédures de véridiction” (FOUCAULT, 2012, p. 48). Em um momento de ironia, ele

afirmou que neste curso retomaria a produção de um grande esquema e afirmou “D'une façon a tout à fait schématique, arbitraire, qui horrifierait tout historien un peu sérieux, dison tout de mêche Ceci” (FOUCAULT, 2012, p. 48). Esse sistema geral foi denominado *Anarqueologia*<sup>47</sup>, talvez ironicamente, afinal o filósofo nunca mais repetiria o termo, contudo, descreve bem as ideias em *Do governo dos vivos*, ao qual atribuímos um caráter de transição, de busca de um campo de análises específicas

Essa forma “anarqueológica” cessaria no curso de 1981-1982 intitulado *A hermenêutica do sujeito* (FOUCAULT, 2006), no qual encontramos de forma mais incisiva o resultado do diálogo entre Foucault e Paul Veyne. Nele encontramos uma pesquisa mais precisa e também de maior caráter historiográfico do que *Do governo dos vivos*. Em termos de método havia o questionamento dos universais em história na forma da análise minuciosa das diferentes formas de cuidados de si apresentadas na tradição filosófica grega, por meio da crítica de textos filosóficos.

*Hermenêutica do sujeito* parte de um ponto preciso: o conceito grego *epiméleia heautou, cura sui* em latim, que diz respeito ao cuidado de si. Esse cuidado é contraposto ao termo gnôthi seautón, o famoso “conhece-te a ti mesmo” do oráculo de Delfos. O ato de se conhecer, de se interrogar leva à necessidade de estabelecer um padrão ético de comportamento. Notamos neste ponto uma transformação fundamental com as análises em torno do binômio poder-saber: o cuidado de si constitui uma forma de governo que não provém de uma obrigação exterior, mas de um desejo pessoal. Poderíamos traçar neste caso um paralelo com as leituras de Michel de Certeau que analisamos no capítulo anterior: Foucault deixou de lado as maquinarias disciplinares e passou a enfatizar o modo como os indivíduos se constituem como sujeito.

A idéia do cuidado de si extrapola a dimensão filosófica e se impunha, na antiguidade, como uma questão prática que envolvia a constituição do indivíduo enquanto sujeito: “Podemos dizer que, em toda a filosofia antiga, o cuidado de si foi considerado ao mesmo tempo um dever e uma técnica, uma obrigação fundamental e um conjunto de procedimentos cuidadosamente elaborados” (FOUCAULT, 2006, p. 600).

Foi no *Alcebíades* de Platão que Foucault encontra o exemplo mais cabal da

---

<sup>47</sup> Nildo Avelino vê trabalho com precisão sobre este termo, ver (AVELINO, 2010)

*epiméleia heatou*. Ele lembra que antes de surgir como a recomendação filosófica bradada por Sócrates a idéia de “ocupar-se consigo mesmo” era, para os gregos, “um princípio sem dúvida bastante corriqueiro, de modo algum filosófico, ligado, entretanto (...) a um privilégio político, econômico e social” (FOUCAULT, 2006, p. 42). Era, portanto, tarefa para indivíduos privilegiados que tinham tempo (Foucault não hesita em comparar a *epimeléia* com o *otium*, o ócio romano) sendo uma atividade ligada ao exercício de poder. E é justamente nestes termos que Sócrates estabelece a importância de cuidar de si e das técnicas (Tékhnē) necessárias para tal empreendimento. Para Sócrates, aqueles que não possuíam riqueza ou educação privilegiada só poderiam afrontar alguém mais privilegiado munidos de certas técnicas que o permitiriam governar aos outros e a si. Estabelecer uma ética pessoal, cuidar de si, neste caso, seria uma forma de resistir de enfrentar os poderes exercidos por outros indivíduos e instituições. Logo, duas questões: a quem se deve cuidar, quem é o sujeito desses cuidados e em que consistem essas técnicas de si? Antes de responder a tais questões Foucault insiste na anterioridade do problema do cuidado de si em relação ao texto de Platão:

Enfim, faço estas indicações para lhes dizer que, antes mesmo da emergência da noção de *epiméleia heatou* no pensamento filosófico de Platão, está atestada, de modo geral e, particularmente nos pitagóricos, uma série de técnicas que concernem a algo como o cuidado de si (FOUCAULT, 2006. p. 62)

O primeiro aspecto do curso foi, portanto, a análise da emergência do conceito de cuidado de si, e representou uma introdução geral do problema que passou a ser analisado a partir de sua propagação na filosofia dos séculos I e II de nossa era. Foucault explica que esse recorte temporal não se refere à emergência, mas ao auge de uma longa evolução da idéia de cuidado de si, assimilando, portanto, uma linha evolutiva ainda que bastante “quebrada”

Se tomo os séculos I-II, não é tanto, repito, porque situo neste período todos os fenômenos e a emergência de todos os fenômenos que busco descrever. Tomo este período na medida em que representa o ápice de uma evolução, sem dúvida muito longa, no decorrer de todo o período helenístico (FOUCAULT, 2006. p. 156).

A linha evolutiva do cuidado de si começou com os pré-socráticos e seguiu até as técnicas cristãs de confissão, sempre embasadas pelo entrelaçamento entre

o sujeito e a verdade de si. Contudo, não é possível o cuidado de si não é uma prática solitária, pois o sujeito é incapaz de alcançar a verdade de si sozinho, necessitando da orientação seja do filósofo, seja de um amigo, seja de um sacerdote, a verdade e o cuidado de si passam pelo outro. Assim, Foucault afirmou:

É um traço geral, um princípio fundamental, que o sujeito enquanto tal, do modo como é dado a si mesmo, não é capaz de verdade. E não é capaz de verdade, contudo, a não ser que ele efetue em si mesmo certas operações, certas transformações e modificações que o tornarão capaz de verdade. (FOUCAULT, 2006, p. 234)

A interrogação em torno da função do guia espiritual no cuidado de si conduz ao segundo elemento principal, juntamente com o próprio cuidado de si, de *Hermenêutica do sujeito*: o conceito de *Parrhêsia* (Cf. FOUCAULT, 2006, p. 449). Em termos gerais, parrhêsia quer dizer “Tudo-dizer”, um conceito ligado à liberdade da fala, do falar a verdade. Se o primeiro momento do curso foi dedicado ao cuidado de si, a segunda parte e todo o curso seguinte serão dedicados à questão da parrhêsia em relação ao cuidado de si, ou seja, do dizer a verdade como prática fundamental para a constituição do sujeito. De modo semelhante ao cuidado de si, o filósofo retomou os textos clássicos, no caso a tradição epicurista, e segue a linha de transformações do conceito até o cristianismo primitivo e a idéia de liberdade. Em ambas há, portanto, a preocupação de Foucault em detectar formas distintas na qual o sujeito se constitui e se relaciona com a verdade, dos outros e de si.

A primeira forma de parrhêsia analisada por Foucault se refere à desenvolvida pelos estóicos. Nem apologia, nem disputa discursiva, a parrhêsia estóica se baseia na relação entre mestre e alunos e é uma mistura de ética de vida e prática, uma

“prática verbal, explícita, desenvolvida e regrada pela qual o discípulo deve responder a esta parrhêsia da verdade do mestre com uma certa parrhêsia, uma certa abertura de coração que é a abertura de sua própria alma colocada em comunicação com a dos outros” (p. 471).

Após a análise dos estóicos, Foucault identificou a noção de parrhêsia com a idéia cristã dos primeiros séculos de *libertas*, também associada a uma necessidade de se dizer a verdade. A *libertas* cristã é, portanto, *parrhêsia*, no sentido em que se baseia na idéia de tudo dizer e que constitui uma prática à qual Foucault sempre

aludiu: a confissão. Ora, com o cristianismo, dizer toda verdade se liga por um lado, a um exame ético da consciência, e por outro a uma prática representada pelo modelo de confissão que exerce inúmeros efeitos sobre a subjetividade dos indivíduos afinal “na espiritualidade cristã é o sujeito guiado que deve estar presente no interior do discurso verdadeiro como objeto de seu próprio discurso verdadeiro” (FOUCAULT, 2006, p. 495).

O último curso de Foucault, *A coragem da verdade* (FOUCAULT, 2011) aprofundou esta dimensão da coragem da verdade na história da subjetividade. A análise da parrhesía permanece, mas muda de foco, pois ele percebeu que o conceito abarca uma outra dimensão fundamental: a parrhesía não é simplesmente o “tudo dizer”. Essa atitude antes de designar uma simples tagarelice envolve muita coragem, coragem de enunciar uma verdade independentemente das conseqüências desse ato “ela (a parrhesía) implica uma certa forma de coragem, coragem cuja forma mínima consiste em que o parresiasta se arrisque a desfazer, a deslindar essa relação com o outro que tornou possível precisamente seu discurso” (p. 12). Logo, o dizer a verdade envolve uma ética, um sistema prático e uma coragem de enunciação.

Parece-me que examinando a noção de parresía podemos ver se ligarem entre si a análise dos modos de veridicção, o estudo das técnicas de governamentalidade e a identificação das formas de prática de si. A articulação entre os modos de veridicção, as técnicas de governamentalidade e as práticas de si é, no fundo, o que sempre procurei fazer. (FOUCAULT, 2011, p. 9)

Os últimos escritos de Foucault, portanto, vão além de incursões pontuais e se caracterizam por uma completa imersão no campo ético da antiguidade. Em todas as configurações do sistema da genealogia há sempre uma recusa em torno do sujeito, tendo como o foco de análise as formações discursivas a partir da tensão na relação saber-poder-verdade. O recuo de Foucault em direção à antiguidade não representa a necessidade de achar um modelo ideal, uma época de ouro, ou um suposto retorno ao sujeito identificado por diversos autores (Cf. DOSSE, 1992; CHARTIER, 2002). Ao contrário, Foucault afirmou que boa parte da moral sexual contemporânea, que posteriormente seria definida enquanto *sexualidade*, já se encontrava presente na sociedade grega.

Antes da busca de um modelo ou de uma suposta redenção em face da morte iminente, argumento usado de forma bastante rasa por François Dosse (CF.

DOSSE, 2002), observamos nesse desvio para a antiguidade a tentativa de estabelecer uma diferença, de mostrar que os códigos e regras que nos são contemporâneos tiveram um desenvolvimento histórico. Trata-se, portanto, de um aprofundamento da filosofia da diferença e de um passo decisivo em uma constituição bastante original de uma genealogia histórica da moral.

A presença da história nas teses do filósofo pode ser confirmada, uma última vez, em uma das últimas entrevistas concedidas por Foucault, quatro meses antes de seu falecimento. Semanas após a morte de Phillippe Ariès, ocorrido em oito de fevereiro de 1984, Foucault e Arlette Farge foram convidados pelo jornal *Le Matin* para tratarem do “estilo da história” praticada por Ariès. Nesta entrevista Foucault acabou discorrendo novamente sobre sua relação com os historiadores, e notamos neste caso um tom bem menos combativo do que aquele que encontramos na época da genealogia. Para o filósofo, a história seria a disciplina que teria produzido os trabalhos mais interessantes em se tratando de conhecimentos sobre o homem,

Dans l'université française d'ailleurs dans les disciplines littéraires et les sciences humaines, c'est en histoire surtout que s'est fait le travail le plus fécond, et le plus intéressant. Ce qu'on appelle à l'étranger l'école historique française est quelque chose dont on ne retrouve pas l'équivalent dans d'autres disciplines... L'histoire a été, depuis le XIX siècle, la grande institution de savoir dans l'université littéraire (FOUCAULT, 2002, p. 1470)

A mudança no tom é substancial se lembrarmos da declaração de Nora de que Foucault considerava os historiadores “uns imbecis” (NORA, in DOSSE, 1992). Além disso, Foucault fez questão de estabelecer a diferença entre seu trabalho e o dos historiadores firmando suas pesquisas ao redor da filosofia, confirmando as declarações de Ariès no artigo sobre mentalidades, “Ariès était historien, a voulu faire oeuvre d'historien. Alors que moi, au fond, je faisais de la philosophie” (FOUCAULT, 2001, p. 1471).

A particularidade de suas pesquisas estaria, de acordo com o próprio Foucault, no modo preciso e analítico com que tratava de história. Para Foucault, os filósofos, em especial os marxistas tratavam a história com displicência, com excessiva intimidade “pusqu'on était marxiste, on n'avait pas à savoir l'histoire; on la connaissait comme on connaît un vieux secret de famille dont le chiffre depuis longtemps a été revele” (FOUCAULT, 2001, p. 1471). Já a genealogia tinha por objetivo, justamente, romper com essa familiaridade, percebendo a história como um

jogo em constante transformação. É neste sentido, portanto, que suas teses se distanciaram do marxismo:

peut-on réfléchir philosophiquement sur l'histoire des savoirs comme matériel historique, plutôt que de réfléchir sur une théorie ou une philosophie de l'histoire. D'une façon un peu empirique et maladroite, j'ai envisagé un travail aussi proche que possible de celui des historiens, mais pour poser des questions philosophiques, concernant l'histoire de la connaissance. J'attendais la bonne volonté des historiens (FOUCAULT, 2001, p. 1471)

Assim, não se trata apenas de uma retrospectiva da função da história em seus escritos, mas, da afirmação de um local de produção que permite distinguir as operações referentes à genealogia daquelas atribuídas aos historiadores. Especificamente sobre os *Annales*, Foucault apontou as suas diferenças. Como vimos, o filósofo afirmou que sua forma particular de análise era distinta da abordagem marxista da história e introduziu os *Annales* como uma atualização do modo marxista de tomar as idéias históricas como a priori. Para Foucault “Alors qu'il est bien évident que les Annales, tout en modifiant de façon continue leur méthode, leurs problèmes, etc., s'enracinaient dans cette forme d'histoire profondément apparentée au marxisme” (FOUCAULT, 2001, p. 1470).

Se de fato Foucault, como a maior parte dos comentaristas até o momento analisados afirmaram, empreendeu uma pesquisa histórica cujo objetivo era responder questões filosóficas, a fase da estética da existência representa um aperfeiçoamento desse projeto em ambas as direções: do lado histórico, Foucault traçou uma leitura das relações éticas entre os gregos cujos ecos ressoaram durante séculos (Cf. FOUCAULT, 2010), demonstrando não a continuidade, mas as vicissitudes da moral. Quanto ao empreendimento filosófico, foi na fase estética que Foucault desenvolveu de modo mais contundente a questão da genealogia da moral. Essa junção entre história e filosofia foi destacada por Paul Veyne em seu último livro,

Mais ainda, o filósofo Foucault não faz mais do que praticar o método de qualquer historiador que consiste em abordar cada questão histórica em si mesma e nunca como um caso particular de um problema geral, e menos ainda de uma questão filosófica. De tal modo que os livros de Foucault constituem uma crítica que visa menos o método dos historiadores do que a própria filosofia, cujos grandes problemas se dissolvem, de acordo com ele, em questões de história (VEYNE, 2009, p. 26).

Foucault afirmou em seu último curso *A coragem da verdade* (FOUCAULT, 2011) que suas pesquisas desde 1981 constituíram uma “*trip* greco-latina” (FOUCAULT, 2011, p. 3) e que pretendia “voltar a alguns problemas contemporâneos que tratarei na segunda parte do curso” (FOUCAULT, 2011, p. 3). Como foi habitual nas projeções de Foucault sobre seus cursos, esse cronograma não se concluiu desta vez em função de seu falecimento em 1984. A intenção de Foucault, entretanto, de retomar temáticas contemporâneas deixa claro que essa *trip* não representa um mero capricho estético, mas um deslocamento conseqüente da idéia de sujeito, uma maneira profunda e radical de se historicizar o sujeito, colocando seu sentido não em uma essência, mas nas práticas que o indivíduo engendra em relação a si.

Tais práticas são propriamente “históricas”, no sentido que não apenas se transformam, mas que são inteligíveis mesmo em um salto temporal enorme como o desvio para a antiguidade. Em *Hermenêutica do sujeito*, por exemplo, não se trata de uma, mas de inúmeras formas de cuidado de si. Assim, a história da relação do indivíduo com as verdades, marca de Foucault em quase todas as suas pesquisas, se deslocou da segurança dos séculos XVIII e XIX, aos quais Foucault se referiu até 1981, para uma antiguidade clássica na qual se buscou menos padrões e mais possibilidades de formação do sujeito em sua relação imprescindível com um dado sistema de verdades.

Para os historiadores a “fase ética” apresenta dificuldades na medida em que a imersão de Foucault na história antiga é profunda e parece bastante díspar em relação às suas pesquisas anteriores. Para se compreender a historicidade desses cursos e necessário colocar como objeto de pesquisa histórica um elemento pouco usual entre os historiadores: a verdade. Nem história das idéias, nem dos conceitos, mas das práticas de si, de acordo com Foucault

Parece-me que examinando a noção de *parresía* podemos ver se ligarem entre si a análise dos modos de veridicção, o estudo das técnicas de governamentalidade e a identificação das formas de prática de si. A articulação entre os modos de veridicção, as técnicas de governamentalidade e as práticas de si é, no fundo, o que sempre procurei fazer. (FOUCAULT, 2011, p. 9)

Nem propriamente história, nem propriamente filosofia, as pesquisas de Foucault se movem nesse espaço fronteiro e saltam aos olhos. Por um lado

mostram aos filósofos que o edifício de sua empreitada não se encontra em um ponto além senão na história; por outro, os historiadores são convocados a pensarem o sujeito e suas formas de constituição, para além de sua relação com categorias tradicionais (instituições, classes, etc.) para a forma como o indivíduo se constrói historicamente, que forma práticas de si as configurações históricas possibilitaram aos indivíduos, enfim, para a relação entre a verdade e sujeito. Para Chartier, esta seria o principal questionamento legado pelos últimos textos do filósofo, “A originalidade do ‘último Foucault’ deve-se essencialmente a essa centralidade retrospectivamente dada à questão do verdadeiro e do falso” (CHARTIER, 2002, p. 196).

#### **4.2 Da hegemonia às migalhas: os Annales na década de 1980**

Em 1979 os Annales mudariam novamente de pele, conforme a expressão utilizada por Braudel para descrever sua saída da direção do periódico, e a geração de Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e André Burguière daria lugar a mais um diretório coletivo, desta vez tendo à frente Jacques Revel. A mudança de geração nos Annales foi conduzida por autores cujos debates já não remetiam ao estruturalismo, mas à questão da linguagem e da narrativa. Revel descreveu sua relação com o estruturalismo e o impacto sobre sua geração em uma entrevista concedida em 1997 a Marieta Moraes Ferreira (Cf. REVEL, 1997)

Reagi contra a idéia estruturalista de que o ponto de vista a-histórico era a melhor solução. Para simplificar, pode-se dizer que havia na época duas tendências opostas. De um lado, os jovens que pensavam que a história do movimento político era relevante - era o meu caso -, e de outro, aqueles que pensavam que existe um corte eterno entre falso e verdadeiro, teoria e ideologia - era a posição dos althusserianos. Eu era a favor dos processos históricos, inclusive como cidadão - era a época da guerra da Argélia, da descolonização. No fundo, estudei história menos por interesse acadêmico do que por convicção política (REVEL, 1997, p. 122)

Revel substituiu Burguière na direção do periódico, enquanto Le Goff e Ladurie dividiam seu tempo entre o Collège de France e a EHESS. Este período trouxe mais uma mudança crucial: em 1975 a EHESS foi elevado ao estatuto de École pratique de Hautes études scientia sociales. Com isso o alcance e a influência do periódico aumentaram consideravelmente já que contava com uma faculdade,

com a possibilidade de emitir diplomas de graduação. Em entrevista, Revel explicitou este percurso entre a direção dos *Annales* e a ascensão à EPHESS,

Na *Annales*, era eu quem tomava conta da revista. Todo dia eu conversava com o conselho editorial, mas era eu o responsável pela redação e por toda a política editorial, isso até 1980, 1981. Além disso, eu estava aqui, no boulevard Raspail, já que naquela época a redação da *Annales* estava instalada no primeiro andar deste edifício, perto dos pesquisadores do Centre de Recherche Historique e da École des Hautes Études. Em parte foi por isso que ocorreu a minha transição: em 1977 deixei o CNRS, pois me propuseram o cargo de *maître de conférences* na École des Hautes Études (REVEL, 1997, p. 125)

O período de Revel à frente do periódico representou o auge da influência intelectual dos *Annales*, que não eram apenas o periódico de história mais representativo da França à época, mas também contava com uma faculdade – um espaço institucional – e a presença massiva de seus historiadores ligados a meios de comunicação<sup>48</sup>.

O tema mais recorrente no periódico na década de 1980<sup>49</sup> foi a história social e agrária, nos moldes de pesquisas de Emmanuel Le Roy Ladurie, especialmente em *Montaliou, povoado occitano, 1294-1324* (LADURIE, 1997), cujas vendas surpreendentes<sup>50</sup> auxiliaram a difundir o estilo da história dos *Annales* entre um vasto público. O livro de Ladurie é muito importante porque seguiu o abandono das pesquisas seriais em prol de uma análise que levava em conta a vida social e os elementos culturais e mentais dos aldeões da pequena vila occitânica<sup>51</sup>. Além desta influência de Ladurie destacamos também um aumento no número de artigos cuja temática envolvia o mundo cotidiano. Temas como história das mulheres, das crianças, e da família passaram a ocupar um espaço cada vez maior nas páginas do periódico. Até mesmo a história econômica se mesclava à história cultural, como em

---

<sup>48</sup> A chamada “mídiação” dos *Annales*, bastante criticada por seus opositores, inclui a presença de historiadores como Duby, Ladurie e Le Goff em programas no rádio e na televisão, bem como nos jornais de grande circulação.

<sup>49</sup> Utilizamos como base para referências os resumos publicados na última edição de cada ano nos *Annales*.

<sup>50</sup> Mais de 300 mil exemplares, representando o maior êxito editorial na França de um livro de história acadêmica (Cf. SILVA, 2011, p. 354).

<sup>51</sup> De acordo com Philippe Daileader: “Montaliou marked both the expansion of Le Roy Ladurie’s readership and a shift in the orientation of his research. Historians of the *Annales* school were often accused of being obsessed with the accumulation of serial data whose interpretation yielded results that were dry and inaccessible to non-specialists. While regional studies might begin with lush evocations of sun, soil, and sheep, these were soon lost in abstract formulae and diagrams. With Montaliou, Le Roy Ladurie single-handedly showed that the history of premodern, rural France could win a large and appreciative audience.”

um artigo sobre a mentalidade dos comerciantes em relação à falência de seus negócios<sup>52</sup>.

Trata-se, portanto, do período de consolidação da nova história e da ênfase dos aspectos culturais sobre a sociedade e a economia. Se analisarmos em termos estatísticos a presença de Foucault no periódico ao longo da década de 1980 manteve-se praticamente igual à década anterior, sendo citado em 36 artigos. Ao contrário da década anterior, na qual os artigos que utilizavam o filósofo se dividiram em muitos temas distintos, nos anos 1980 ele foi citado em relação às histórias do cotidiano. Prova disto são os artigos sobre história das mulheres, sobre conflitos familiares e sobre o imaginário

Foucault também foi presença marcante nas obras coletivas editadas por autores ligados aos Annales. Em meio a estas coleções podemos compreender de fato em que medida Foucault foi o teórico da NH. Como vimos no capítulo anterior, Foucault surgira nas pesquisas coletivas da década de 1970, como *A história nova*, com um estatuto de teórico. Já na década de 1980 o filósofo passou a ser mais assimilado nas pesquisas em torno do cotidiano e das mentalidades, não mais apenas como um teórico.

Observamos, portanto, na década de 1980 uma abertura maior à produção histórica do filósofo. Tal postura surge de forma contundente na coleção de maior sucesso elaborada pelo grupo ligado aos Annales: *A história da vida privada* (DUBY, 1992). Coleção que, sem dúvida, representa o divisor de águas da geração que se auto-intitulou NH. Por um lado, o sucesso editorial desta coleção exportou os Annales pelo mundo de uma forma até então impensável; por outro, este mesmo sucesso esteve atrelado a uma narrativa menos científica e mais comercial, elementos que dariam o tom das críticas ao periódico a partir da metade da década de 1980.

O abandono das teses densas e a escolha de temáticas agradáveis ao grande público, leia-se os interessados mas não especializados em história, levou muitos autores a denunciar uma submissão ao mercado da parte dos “herdeiros” dos Annales. Para Bourdieu e Martin

Depois de um século passado a elaborar cronologias e vinte e cinco anos

---

<sup>52</sup> Sobre o tema ver o artigo de Jean-Clement Martin (Cf. MARTIN, 1980) no qual o autor buscou relacionar a história da economia às reações perante a falência.

consagrados às séries numeradas, a história mergulha numa atmosfera neo-romântica: os espectros correm a lande, Satã multiplica os seus malefícios, a feiticeira é senhora da aldeia, a chegada do Anticristo está iminente... a história tornou-se um show permanente onde as produções de forte carga fantasmática se sucedem a uma cadeia acelerada e onde as vedetes no estilo mais brilhante arriscam gastar-se em poucos anos (BOURDÉ, 1983, p. 152)

*A história da vida privada*, contudo, levou essa dualidade entre sucesso editorial e rejeição pelos pares a seus extremos. Além das vendas espetaculares na França, dez anos após sua primeira edição vimos o projeto ser levado a cabo em outras partes do mundo como Portugal, Argentina e no Brasil<sup>53</sup>, em todos esses diferentes países a série foi sucesso, comercializada tanto em sua versão integral (com imagens) como em edições de bolso.

A coleção foi idealizada por Phillippe Ariès que contou com a ajuda de Georges Duby para levar o projeto adiante. Entre os autores que escreveram artigos na coleção identificamos muitos dos que dialogaram com Foucault: Paul Veyne, Jacques Revel, Arlette Farge, Michelle Perrot, Phillippe Ariès, Jacques Le Goff.

A presença de Foucault na coleção é evidente tanto nas temáticas selecionadas, bem como no próprio corpo teórico do projeto, caracterizado pela rejeição à história total e a adoção de um modelo de história global, ou seja, da análise de vários campos visando constituir “séries de séries”. Quanto às temáticas, conforme afirmou Vainfas (VAINFAS, 1996) a questão da sexualidade é central na coleção, “o sexo e o corpo estão presentes, na verdade, em boa parte desta obra, apesar de, curiosamente, quase não mostrarem suas faces nos títulos dos artigos” (VAINFAS, 1996, p. 22). Embora Foucault não tenha sido o primeiro a publicar sobre a história da sexualidade ou das prisões, como bem lembrou Ladurie<sup>54</sup>, seus livros colocaram tais temáticas em evidência e muitos historiadores que não concordavam com suas teses buscavam enumerar contrapontos. No prefácio de abertura de *A história da vida privada* (DUBY; ARIÈS, 1985) Georges Duby aludia ao Foucault arqueólogo para justificar as pesquisas da coleção. Segundo Duby

---

<sup>53</sup> Em Portugal: MATTOSO, José. *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011; na Argentina CICERCHIA, Ricardo. *Historia de la vida privada en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Troquel, 1998.

<sup>54</sup> “Penso que Flandrin Flandrin é o nosso maior historiador do sexo. Conduziu um combate corajoso ao princípio, sob a ironia geral, e tem hoje por detrás de si uma obra considerável. Penso que é legítimo situar Foucault no conjunto desta corrente” (LADURIE In LE GOFF, 1991).

Il nous fallait ouvrir ici et là, dans l'embroussaillement, de premières percées, piqueter le terrain, et, comme ces archéologues qui, sur un espace inexploré qu'ils savent d'une grande richesse, mais qui s'avère beaucoup trop vast pour être dans toute son étendue systématiquement fouillé, se limitent à creuser quelques tranchées de repérage, nous devions nous résoudre à de semblables coups de sonde sans nourrir l'illusion de pouvoir pousser jusqu'à dégager des ensembles (DUBY, 1985, p. 10)

Logo, os historiadores ligados aos Annales moveram-se nesta coleção “tal qual um certo arqueólogo” que afirmou que para a história o desafio não seria mais definir todas as possibilidades de uma época, mas de estabelecer quadros a partir de relações difusas. Não mais totalidade, mas globalidade. A coleção *A história da vida privada* marcou a maneira pela qual a geração da nova história seria lembrada, em um primeiro momento pelas temáticas ligadas ao cotidiano e ao imaginário, as mentalidades coletivas e ainda pelo abandono da concepção de história total que balizou as matrizes teóricas do periódico sob a duração de Bloch, Febvre e Braudel.

A presença de ideias foucaultianas pode ser detectada em todos os volumes da série, e se caracteriza, em especial, mediante os temas da sexualidade e das relações entre indivíduos e instituições. No primeiro volume da coleção, por exemplo, Paul Veyne utilizou reflexões de Foucault sobre o amor em Roma para embasar seu artigo sobre a vida cotidiana dos romanos “Michel Foucault pense que Le role dês hommes, dês mâles, change lorsque l'Empire succède à La République et aux cités grecques indépendantes” (VEYNE, 1985, p. 48).

O quarto volume apresenta muitas referências a Foucault, todas acerca da história da sexualidade. Suas teses foram utilizadas nos textos de Michelle Perrot e Alain Corbin. Michelle Perrot tratou da família e da constituição da moral burguesa na transição entre os séculos XIX e XX,

Michel Foucault mostrou como se construiu um ideal de conjugalidade moderada em Roma, na época dos Antoninos e em torno dos estóicos. O século XIX não inventou nada de novo, e os republicanos frequentemente invocam essa moral antiga. (PERROT, 1999, p. 115)

Alain Corbin, por seu turno, tratou das diversas práticas de punição e formação de saberes no século XIX e atentou para a importância do estudo das práticas de poder: “Do mundo confuso da libertinagem, destaca-se um tipo humano, curioso produto de uma determinação biológica. Inaugura-se deste modo a

‘dispersão das sexualidades’ estudada por Foucault” (CORBIN, 1999, p. 586) VOL 4

No quinto volume da série Gerard Vincent também trabalhou com o conceito foucaultiano de sexualidade. Vincent chamou a atenção para a definição da enciclopédia Larousse do termo sexualidade em 1979 "l'ensemble des caracteres spéciaux internes ou externes que présentent les individus et qui sont déterminés par leur sexe" (VINCENT, 1999, p.313). Tal definição, por demais abstrata poderia ser enriquecida, na visão de Vincent, com as teses foucaultianas: "Discour abstrait qui n'incite guère les lycéens à rêver. Mais Michel Foucault nous somme de réfléchir sur la loquacité des silences" (VINCENT, 1999, p. 313). Assim, o filósofo contribuiria decisivamente para a história ao romper com o que considerávamos evidente e apontar para a construção dos regimes de práticas, "la sexualité socialisée dans la famille nucléaire ou l'amour lie indissolublement les époux entre eux et à leurs enfants est une 'pratique' au sens que Michel Foucault donne à ce mot" (VICENT, 1999, 346). Logo, percebemos nestes artigos sobre a vida privada um uso das teses de Foucault que não se limitou a seu estatuto de teórico, valorizando suas pesquisas históricas e os desafios que estas trouxeram ao ofício do historiador.

A mudança em relação a seus antecessores e o sucesso editorial das grandes produções coletivas dos Annales da terceira geração, como *Faire l'histoire* (LE GOFF, 1974) e *A nova história* (LE GOFF, 1978) deixou seus autores na berlinda entre a comunidade dos historiadores que passaram a denunciá-los como excessivamente midiáticos. Duby defendeu-se desta acusação afirmando que não se tratava de submissão ao mercado, mas de um modo diferente de produzir história, na medida em que se Ladurie, por exemplo, publicou um livro de leitura "fácil" como *Montaliou* foi porque havia produzido outro livro "denso" *L'histoire Du climat*. Para Duby "no fundo, isto se liga talvez ao que vocês tinham em vista ao dizer que é uma certa imagem da Ciência que faz desejar cada vez mais uma parte e ficção na História" (DUBY in LE GOFF, 1990, p. 42). A amplitude dos Annales à época ultrapassava em muito os limites do periódico e seus principais colaboradores ocupavam posições de destaque em várias instituições, Sorbonne, Collège de France, bem como dividiam a direção da EPHE. Para Rojas,

A história dos terceiros Annales (1968-1989) caracterizou-se por uma série de permanentes paradoxos, que definiriam todas as suas tensões específicas: foram os mais difundidos em todo o mundo e, simultaneamente, os mais criticados de toda a história da corrente, ao

mesmo tempo em que são representativos de uma época em que a historiografia francesa perde sua hegemonia dentro dos estudos históricos da Europa e do Ocidente (AGUIRRE ROJAS, 2001, p.40)

A despeito do aumento de vendas e da popularidade de seus historiadores o início da década de 1980 marcou o crescimento de posições contrárias ao periódico e a identificação de uma crise de identidade: os projetos da chamada terceira geração abdicariam totalmente de muitas das bases que os fundadores dos *Annales* e Braudel forjaram<sup>55</sup>. Apesar das tentativas de Le Goff, como vimos nos capítulos anteriores, de traçar uma linha de continuidade entre a geração dos fundadores e a sua, um paradoxo se tornava cada vez mais claro: como ser portar como hegemonia, como projeto intelectual dominante dentro de uma escola que sempre destacou seu lado marginal?

Essa contradição latente passou a ser explorado no início da década de 1980. Em 1983 Guy Bourdé e Hervé Martin em seu livro *As escolas históricas* (BOURDE, 1983) já apontavam esse distanciamento entre as diferentes gerações dos *Annales*. Os autores dedicaram dois capítulos distintos para falar da história dos *Annales* em meio à historiografia: o primeiro trazia a narrativa da fundação dos *Annales*, de Bloch e Febvre à consolidação do projeto do periódico com Braudel. No primeiro artigo o tom dos autores é mais favorável aos *Annales*, apresentando-os como um projeto histórico inovador e bem fundamentado, “De uma maneira geral F. Braudel permanece fiel às orientações de L. Febvre e de M. Bloch: louva a unidade das ciências humanas, tenta edificar uma ‘história total’ e mantém a ligação entre passado e presente” (BOURDE, 1983, p. 131). Ao tratar da NH, o tom de Bourdé e Martim foi diferente do utilizado com os primeiros *Annales*.

A história nova, eis um nome controlado, lançado no mercado em 1978 por algumas grandes figuras da escola dos *Annales* (...) que está longe de ter unanimidade no mundo dos historiadores. Em primeiro lugar no seio da escola dos *Annales* (...) em seguida entre os marxistas (...) Finalmente nos grandes batalhões da corporação histórica, onde se denunciam, misturados, o lado publicitário da iniciativa, as concessões à linguagem ‘mediática’, o aventureirismo de determinadas investigações conduzidas como etno-história ou psico-história, e sobretudo o imperialismo intelectual. (BOURDÉ, 1983, p. 136)

O excesso de textos auto-referentes lançados pelos autores ligados à nova

---

<sup>55</sup> Sobre as diferenças entre as gerações dos *Annales*, poderíamos citar o livro de Aguirre Rojas (ROJAS, 200?), José D’assunção Barros (BARROS, 2012, p. 328)

história<sup>56</sup> foi interpretado como a tentativa de legitimação de um discurso duvidoso. Associado a esta identidade frágil os Annales da nova história também “pecariam” por seu excesso de exposição, “a história tornou-se um show permanente, onde as produções de forte carga fantasmática se sucedem a uma cadência acelerada e onde as vedetas no estilho mais brilhante arriscam gastar-se em poucos anos” (BOURDE, 1983, p. 152)

Dois anos depois de Bourd e e Martin apontarem para o distanciamento entre as gerações dos Annales e sua rendição ao mercado editorial François Dosse publicaria um breve artigo que seria a semente do maior ataque desferido contra a geração da *nova história*. O artigo intitulado “L'histoire en miettes: des Annales militantes aux Annales triomphantes” (DOSSE, 1985) foi publicado na revista *Espaces Temps* e representou um ataque muito mais direto do que as críticas mais contidas que vimos com os autores de *As escolas históricas*. Para Dosse

L'historien nouveau s'est fait commerçant en même temps que savant, démarcheur, publicitaire et gestionnaire pour contrôler tous les niveaux des réseaux de diffusion des travaux historiques. Les responsables des collections d'histoire de la plupart des maisons d'édition sont annalistes. Ils occupent ainsi le lieu d'un pouvoir essentiel, celui de sélectionner les ouvrages considérés comme dignes d'être édités et de jeter au rebut les autres. (DOSSE, 1985, p. 47)

A presença massiva dos historiadores dos Annales em todos os meios, institucionais, midiáticos, editoriais etc, levou Dosse a associar a geração da Nouvelle Histoire com os historiadores metódicos combatidos por Bloch e Febvre. O texto de Dosse não difere muito do de Bourd e e Martin em termos de conteúdo, mas a forma escolhida chamou atenção. Dosse utilizou um estilo que poderíamos considerar influenciado por Lucien Febvre, mais de combate do que de debate intelectual.

Dosse apontou duas grandes linhas que opõe a NH a seus antecessores, linhas essas que evocam a influência de Foucault sobre estes historiadores. Em primeiro lugar o abandono da noção de totalidade histórica, a fragmentação do território do historiador, segundo dosse “L'école des Annales, à chaque étape de son évolution, a toujours été à la fois héritière et novatrice, mais aujourd'hui le noyau

---

<sup>56</sup> Além dos textos de Le Goff em *A nova história*, também podemos levantar neste caso a edição de 1979 que contou com duas historiografias dos Annales feitas por dois diretores do periódico, André Burguière (BURGUIÈRE, 1979) e Jacques Revel (REVEL, 1979), assim como os *Ensaio de Ego-história* (NORA, 1989) organizado por Nora e no qual diversos historiadores ligados aos Annales delimitaram seus percursos acadêmicos.

dominant tend à abandonner le socle même de l'historien, sa fonction de synthèse, de globalité” (DOSSE, 1985, p. 57). Essa fragmentação do campo do historiador teria para Dosse um efeito anulador, relegando o historiador a uma posição de recolher fragmentos, migalhas de acontecimentos, ao invés de buscar o impacto social destes.

Em segundo lugar, essa fragmentação do campo da história conduz a uma “desracionalização do real” (Cf. DOSSE, 1985, p. 57), segundo Dosse, na medida em que passa a considerar o real como uma instancia não apreensível pelo historiador “La seconde ligne de fracture entre le discours annaliste des années trente et celui d'aujourd'hui se situe dans une remise en cause de la capacité de l'historien à saisir le réel comme totalité intelligible.” (DOSSE, 1985, p. 58). Assim, ao valorizar objetos históricos fragmentários os historiadores da NH trairiam seus antecessores, posto que quebravam o vínculo social que figura até mesmo no título do periódico. Para Dosse essa fragmentação da história estaria diretamente ligada às teses de Foucault “Cet éclatement de l'objet historique trouve son répondant chez des philosophe comme M. Foucault” (DOSSE, 1985, p. 58).

O texto de Dosse, para além de sua linguagem combativa à Febvre, atingia pontos nevrálgicos dos Annales que já haviam sido expostos por Bourdieu e Martin. Dosse foi, contudo, bem menos incisivo ao tratar de Bloch, Febvre e Braudel, ampliando uma narrativa que vinte anos depois se manteria razoavelmente consistente: elogios aos primeiros Annales e a Braudel e críticas incisivas à nova história<sup>57</sup>. Foucault também figura como protagonista nesta narrativa, como o filósofo que teorizou a fragmentação da história. No mesmo ano da publicação de seu artigo-manifesto contra a nova história, Dosse publicou também um artigo falando sobre a relação entre Michel Foucault e a historiografia francesa intitulado “Foucault face à l'histoire” (DOSSE, 1985B).

Ao tratar de Foucault neste artigo Dosse foi bem menos incisivo do que em relação à NH. Apesar de criticar o filósofo por sua falta de compromisso com o social<sup>58</sup>, Dosse não usou um estilo combativo contra o filósofo, preferindo, ao

---

<sup>57</sup> Além do próprio Dosse dos já citados Bourdieu e Martin em *As escolas históricas*, poderíamos arrolar muitos outros livros que trabalham com uma leitura semelhante como Aguirre Rojas, (AGUIRRE, 2001), Ronaldo Vainfas (VAINFAS, 1997),

<sup>58</sup> “Le champ social n'est pas présent dans la grille d'analyse de M. Foucault. Il est pourtant question de pouvoir, de stratégie, de technique, de tactique, de dispositif... mais ceux-ci ne sont jamais référés à un sujet, à une catégorie sociale spécifique” (DOSSE, 1985B, p. 21)

contrário, ater-se aos efeitos teóricos de suas teses sobre os historiadores. Neste caso, ele elogiou o que havia condenado na nova história, a abertura a novos campos da história e a novos modos de abordagem, distintos dos fundadores dos Annales. Segundo Dosse,

Néanmoins, au-delà de ces limites, M. Foucault nous aura permis de découvrir les jardins interdits de la culture occidentale, son enfer dans les profondeurs de son refoulé. Il aura tracé les grandes lignes de partage, les conditions d'apparition de la folie, de la sexualité, du crime, de la prison en historicisant ces objets tabous de notre pensée ou plutôt de leur impensé. Il nous a restitué à chaque moment les lieux et modes de validation des dits qui se donnent pour vrai, les limites de ce qui est pensable (DOSSE, 1985B, p. 21-22)

A ligação entre Foucault e a nova história surgiria de uma forma mais crítica no livro de maior sucesso publicado por Dosse, *A história em migalhas* (DOSSE, 1987). O livro repetiu o título do artigo que acabamos de analisar e constitui uma ampliação de suas teses. Em *A história em migalhas* Dosse elaborou uma história crítica dos Annales, destacando os jogos institucionais mediante os quais o periódico fundado por Bloch e Febvre tornou-se uma verdadeira instituição que monopolizava o campo acadêmico da história na França, afirmando que “seu sucesso é resultado de uma estratégia de captação dos procedimentos, das linguagens das ciências sociais vizinhas, de uma capacidade notável de apoderar-se das roupagens dos outros, para revestir uma velha dama que tornou-se antropofágica” (DOSSE, , p. 15).

Os movimentos dessa estratégia de captação foram diferentes de acordo com cada geração. Na primeira, dos fundadores Bloch e Febvre, Dosse destacou a influência da Universidade de Estrasburgo e seu ambiente de interdisciplinaridade para a formação do periódico. Além disso, os fundadores dos Annales também foram lembrados por propor uma forma de análise histórica científica e mais pontual, menos abrangente que seus antecessores metódicos, “Lucien Febvre e Marc Bloch tentam substituir a história geral tradicional por uma história experimental, que não tenha por objeto o conhecimento imediato, mas o conhecimento mediado por muitos estudos de caso” (DOSSE, p. 36).

Não se tratava, contudo, de uma fragmentação do conhecimento histórico na medida em que o homem e a sociedade constituíam os pólos de inteligibilidade dessa história científica. “O homem permanece no centro do discurso dos Annales,

ele é o objeto da história, como diz Lucien Febvre, no mesmo plano em que a rocha está para o mineralogista, o animal para o biólogo ou a estrela para a astrofísica” (DOSSE, 1991, p. 97). Assim, embora fragmentassem os objetos históricos os fundadores dos Annales teriam instituído ao menos duas sólidas pilastras para apoiar suas pesquisas: em primeiro lugar, o homem como objeto de estudo, em segundo a ciência como método a ser alcançado. Foi justamente a erosão destas pilastras que caracterizam a distancia entre os fundadores dos Annales e a nova história, segundo Dosse,

Entretanto, o discurso dos Annales de hoje está, em muitos pontos, em contradição, em oposição ao de Lucien Febvre e ao de Marc Bloch. A geração atual não hesita em se desvencilhar do pedestal histórico preservado pelos dois fundadores da escola e se alinham de tal forma no terreno das ciências sociais que a história se arrisca a perder sua identidade (DOSSE, 1994, p. 97-98)

A relação com o estruturalismo seria o elemento corrosivo da pilastra erguida pelos fundadores dos Annales. Segundo Dosse, após os debates entre Braudel e Lévi-Strauss muitos historiadores viram nas mentalidades uma resposta ao estruturalismo etnológico. Os estruturalistas colocaram a história e a diacronia em uma posição subalterna em prol da análise sincrônica das sociedades. Para Dosse, “àqueles que relegam a história à simples descrição dos fenômenos conscientes, os Annales respondem com a constituição dessa história das mentalidades que tem por fundamento o nível inconsciente das práticas sociais” (DOSSE, 1994, p. 173).

Ao deslocar as pesquisas da sociedade para os fenômenos das mentalidades os Annales teriam fragmentado os dois pilares erigidos por seus fundadores: em primeiro lugar, o homem deixou de ser o ponto de referencia desses historiadores que passaram a focar os fenômenos inconscientes:

A influência da etnologia no discurso histórico corresponde a esse poder invasor dos meios de comunicação de massa, que impõe sua lei e suas normas e é portador de uma história cultural. O homem em série, ao sofrer o poder dos meios de comunicação de massa, torna-se um indivíduo impotente, passivo e sua participação social desaparece (DOSSE, 1994, p. 180)

A NH também teria abdicado do projeto científico mantido pelas gerações anteriores. As críticas de Dosse englobaram não apenas os Annales, mas todo o establishment intelectual formado após o maio de 1968. Pouco tempo depois de

lançar *A história em migalhas* Dosse publicou *A história do estruturalismo* (DOSSE, 1993) no qual utilizou novamente o estilo de Febvre para denunciar os efeitos negativos da geração estruturalista para as ciências humanas na França. Para Dosse foi a adesão às teses foucaultianas<sup>59</sup> que permitiu à nova história dialogar com o estruturalismo e extrair desse diálogo suas bases teóricas,

Cet éclatement de l'histoire peut être saisi comme effet à retardement, sur la discipline historique, du structuralisme triomphant des années 1960 qui, par son antihumanisme théorique, a décentré la place de l'homme au profit d'une déconstruction qui a été au mieux théorisée par Michel Foucault dès l'après-Mai (DOSSE, 1989, p. 51)

Desta forma, Dosse se apresenta exatamente como Lucien Febvre, de quem utilizou o estilo agressivo de debate, como aquele que denunciava os historiadores “falsos” e “vendidos”, bem como as ciências sociais “irracionalistas”, em prol de uma concepção correta, a sua. Contudo, a visão de Dosse não era tão distante assim da dos *Annales* ou mesmo de Foucault. Ao longo de seu percurso intelectual Dosse buscou amenizar as polêmicas de seus primeiros textos e hoje se dedica a escrever biografias, de enorme sucesso comercial, de intelectuais franceses como Michel de Certeau (DOSSE, 2003), Félix Guattari e Giles Deleuze (DOSSE, 2007) e Pierre Nora (DOSSE, 2011).

Após essa série de questionamentos os autores ligados à NH passaram a afastar-se do periódico, até mesmo devido a suas idades avançadas, abrindo caminho para uma nova geração assumir a direção da revista. Em 1988 o editorial

---

<sup>59</sup> A primeira referência, cronologicamente falando, que encontramos em Dosse acerca de Foucault está na “História em migalhas”, publicada originalmente em 1987. Dosse trata rapidamente da relação entre Foucault e os *Annales*, focando-se na questão da história serial (Cf. DOSSE, 1992, p. 183-186). Entretanto, podemos afirmar que a base da crítica à Foucault está contida em três livros, sendo estes uma tese e duas coletâneas de artigos. A tese em questão é “A história do estruturalismo v.2” (DOSSE, 1994), publicada em 1991. Neste livro, Dosse enfoca todas as fases do pensamento Foucaultiano em três capítulos, a saber “Foucault e a desconstrução da história: 1. L'Archéologie du savoir”, “Foucault e a desconstrução da história: 2. Surveiller et punir” e “Michel Foucault: do biopoder à estética de si”. Nestes três textos encontramos a base que, posteriormente, será simplificada e publicada em forma de capítulos ou artigos. Por exemplo, o artigo “Michel Foucault estruturalismo e pós-estruturalismo” é uma simplificação de “Foucault e a desconstrução da história: 2. Surveiller et punir”.

A seguir vemos novamente menção a Foucault em “A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido”, coletânea de artigos publicada em 1999. Nesta coletânea, Dosse aborda Foucault em vários artigos, no caso “Michel Foucault, estruturalismo e pós-estruturalismo”, “Clio no exílio”, “O sol negro do estruturalismo: o oxímoro” e “Barthes, Lacan, Foucault”. Destes destacamos “Michel Foucault, estruturalismo e pós-estruturalismo” onde Dosse faz uma crítica geral à obra de Foucault, sendo quase todo o artigo derivado do que foi escrito no segundo volume da “História do estruturalismo”, e “O oxímoro: o sol negro do estruturalismo”, no qual o historiador francês nos mostra como os “estruturalistas” usaram da figura de linguagem para justificar suas teses.

do periódico foi, mais uma vez, o local de expressão de sua transformação. Acoissados pelas diversas guinadas teóricas e pelas críticas ao excesso de mediatização de seus autores a segunda edição de 1988 contou com um editorial intitulado “Histoire et sciences sociales. Un tournant critique?” (ANNALES, 1988). O texto chama atenção por carregar uma assinatura coletiva, ao passo que as demais transformações, como vimos, foram assinadas pelo diretor à época. Esse “prefácio coletivo” tinha por objetivo situar o periódico em meio ao turbilhão de críticas que enfrentava e reassestar suas bases.

Aujourd'hui, le temps semble venu des incertitudes Le reclassement des disciplines transforme le paysage scientifique remet en cause des primautés établies affecte les voies traditionnelles par lesquelles circulait innovation Les paradigmes dominants que on allait chercher dans les marxismes ou dans les structuralismes aussi bien que dans les usages confiants de la quantification perdent de leurs capacités structurantes (ANNALES, 1988, p. 291)

A partir da década de 1990 os Annales ingressaram em uma nova fase marcada pela rejeição ao status construído em torno da NH e do retorno de vários temas que haviam sido deixados em segundo plano pela terceira geração: a história política, a economia e a biografia. Para Aguirre Rojas "Esses quartos Annales vão, ao mesmo tempo, romper com o virtual abandono que os terceiros Annales haviam feito da história econômica e social, reivindicando, ao contrário, uma nova história demográfica, quantitativa, urbana, econômica e social" (AGUIRRE, 2001, p.43). Talvez a melhor definição desta nova empreitada tenha sido cunhada por Roger Chartier ao afirmar que esses novos Annales manteriam uma relação de “fidelidade crítica” em relação a seus antecessores: “Tout au contraire, dans la fidélité critique la tradition des Annales elles voudraient aider reformuler la manière arrimer la compréhension des œuvres des représentations et des pratiques aux divisions du monde social” (CHARTIER, 1989, p. 1518).

Traçamos o caminho pelo qual a NH passou de uma escola hegemônica ao principal alvo de críticas por seus pares. A despeito de todas as ressalvas e críticas que citamos ao longo deste percurso, a NH trouxe à história

A história dos terceiros Annales (1968-1989) caracterizou-se por uma série de permanentes paradoxos, que definiriam todas as suas tensões específicas: foram os mais difundidos em todo o mundo e, simultaneamente, os mais criticados de toda a história da corrente, ao

mesmo tempo em que são representativos de uma época em que a historiografia francesa perde sua hegemonia dentro dos estudos históricos da Europa e do Ocidente (AGUIRRE, 2001, p.40)

O cerne da maioria destas críticas, conforme buscamos ressaltar esteve ligado a elementos foucaultianos: a recusa da totalidade em prol de análises mais específicas e complementares, a ênfase em temas até então marginais entre os historiadores. Embora possamos discordar de alguns excessos contidos em algumas pesquisas, não podemos negar os efeitos que esse contato mais próximo com a filosofia trouxe à história.

Buscamos nesta tese recuperar a singularidade deste encontro entre história e filosofia, demonstrando sua potencialidade por meio do diálogo entre dois dos maiores representantes de cada campo. Do lado da história, enfatizamos o percurso que se iniciou em 1929 com a crítica à história metódica e a filosofia da história, até 1990 quando o diálogo com a filosofia passou a ser considerado não mais acessório, mas elemento contundente de reflexão do historiador sobre sua prática e sua epistemologia. Essa abertura à filosofia se deu, certamente, por meio do diálogo com Michel Foucault.

Já para este, buscamos enfatizar as transformações que seus trabalhos sofreram a partir do diálogo com os historiadores de ofício, num caminho que progressivamente envolveu história e filosofia, numa perspectiva singular, um aprofundamento histórico do projeto nietzschiano de genealogia da moral. Desta forma, ressaltamos que Clio e Sophia podem e devem caminhar juntas, em benefício de seus admiradores.

## Conclusão – Entre historiadores e filósofos

Esta tese partiu de um encontro bastante propagado, mas pouco analisado com precisão: afinal, de que forma se deu o contato entre o filósofo arqueólogo/genealogista Foucault e os historiadores ligados aos Annales? Poderíamos arrolar entre os que já discorream acerca do assunto historiadores como Aguirre Rojas, François Dosse, José Carlos Reis. Contudo, nos trabalhos de todos eles tem-se a impressão de um movimento esquemático, mecânico: O diálogo entre o filósofo e os historiadores seria curto, embora intenso, e não iria muito além do período que se estendeu dos meados de 1960 ao início de 1970. Aguirre Rojas, por exemplo, argumentou que embora impactante as teses de Foucault não encontrariam seguidores entre os historiadores:

Modelo, pois, de arqueologia e genealogia dos discursos, apoiado em uma complexa síntese de filosofia, linguística, e história das ciências, que foi aludido e reverenciado por esses terceiros Annales, mas que, fora da obra do próprio Michel Foucault, praticamente não teve imitadores ou seguidores importantes (AGUIRRE ROJAS, 2001, p. 125)

Acreditamos que com os dados levantados nesta tese podemos pensar tal afirmação de um modo pormenorizado. Primeiramente, concordamos com Rojas, à medida que não existiu uma escola ou um movimento propriamente “foucaultiano”, até em função da dificuldade de se encontrar um ponto de estabilidade em meio a tantas transformações, como destacamos na análise do CF. Mas talvez seja este, justamente, o elemento que singulariza o filósofo perante a história e o torna um autor ainda profícuo após tantos anos e pesquisas sobre seu pensamento. A presença de Foucault entre os historiadores não se nota por meio de um movimento, de uma escola, de um “foucaultianismo”, mas pela presença pontual, pelo jogo da citação.

Michel Foucault desenvolveu uma influência fundamental sobre a historiografia cujos ecos permanecem fortemente audíveis quase três décadas após sua morte. De fato, é como se a cada publicação póstuma uma nova dimensão inédita fosse adicionada, uma nova engrenagem até então oculta passasse a fazer girar de forma mais precisa um mecanismo cujas interrogações se sobressaem: dos espaços institucionais dedicados aos desviantes aos exercícios do dizer a verdade,

da pesquisa em torno da episteme de uma época ao cuidado de si.

Buscamos demonstrar que longe de se encerrar em apenas uma década ou a tangir apenas um ou dois pontos o diálogo entre Foucault e os historiadores ligados aos *Annales* foi decisivo para o percurso intelectual da NH. Poderíamos, neste sentido, falar não de uma, mas de ao menos três recepções distintas: em primeiro lugar um começo que denominamos de esperançoso. Da resenha de Braudel às entrevistas de Foucault no final da década de 1960 observamos a expectativa de um diálogo aberto, a despeito de certo paralelismo entre seus projetos, mas que ainda não tomava a forma de oposição.

Esse primeiro momento de aproximação foi seguido de um afastamento brusco e marcado pelos embates da década de 1970. A desconfiança quanto às produções históricas do filósofo como *Vigiar e punir* levou muitos historiadores a se voltarem exclusivamente a seu estatuto como teórico. A despeito destas oposições essa fase não foi marcada apenas por disputas e polêmicas : Foucault, como vimos, foi tema constante nos livros, nas entrevistas, nas mesas-redondas e nas produções coletivas desses historiadores.

A década de 1980 foi marcada por diálogos menos ríspidos do que na década anterior. Antes mesmo da morte prematura de Foucault, ocorrida em de junho de 1984, observamos em uma de suas últimas entrevistas a atenuação do tom destinado aos historiadores que deixou de ser o embate e a ironia para a consideração ponderada da presença dos *Annales* em suas teses. Já os historiadores

As leituras de Foucault produzidas pelos autores ligados aos *Annales* auxiliaram a firmar o filósofo na agenda dos historiadores para além do território francês. Não é incomum, neste sentido, encontrarmos Foucault como teórico de uma história marginal e cotidiana, próxima às mentalidades. Esta leitura cruzada, este amálgama entre a recepção das teses de Foucault e da NH é certamente um tema que chama a atenção e que requer uma análise minuciosa, dada sua presença não apenas em livros, mas nos próprios programas de graduação e de pós-graduação.

Sob o risco de recair sob todas as censuras do filósofo, acreditamos poder traçar nestas análises do CF um caminho dos pontos de mutação de suas teses e perceber muito mais do que o Foucault de três fases – arqueologia, genealogia, estética –, percebendo que esses três sistemas de pesquisa sempre se

complementaram, seja em um curso que poderíamos caracterizar como mais propriamente “histórico” como *Os anormais*, seja em um curso mais teórico e de transição como *Do governo dos vivos*.

Todo este processo foi marcado pela pesquisa histórica, a qual também delimitou suas principais transformações: a forma de análise documental, os recortes temporais, os campos e objetos de pesquisa e a função da política. O modo de história praticado por Foucault não se resumiu a Nietzsche ou à história das idéias, mas a uma maneira bastante original de associar esses dois referenciais às pesquisas dos historiadores da NH. Neste sentido, não importa tanto tentar defini-lo propriamente como filósofo ou como historiador, sua maior contribuição foi seu caráter de *passer* que criticava documentos e formulava conceitos com a mesma desenvoltura.

Quanto ao “esmigalhamento” da história operado pela NH, acreditamos que revele mais do que os erros de uma história midiaticizada, recaindo em uma característica fundamental do debate em ciências humanas na França: a falsa polêmica. Dosse e a “geração de 1988”, representa assim como os próprios *Annales*, a “cortina de fumaça” que permeia os debates teóricos. Poderíamos utilizar neste caso uma expressão foucaultiana e afirmar que os chamados “combates” não passaram de jogos de poder. As críticas constantes, a troca de acusações leva mais a recepções confusas do que instaura debates contundentes. Em menos de cinco anos após lançarem o periódico *Annales* seus fundadores ocupavam cargos nas principais instituições acadêmicas francesas. Aliás, todos os seus diretores ocuparam altas posições, no Collège de France, na Sorbonne, na EHEES, na EPHE, ou seja, seria ingenuidade acreditar que em algum momento os *Annales* tenham realmente sido constituídos por historiadores marginais.

Da maneira semelhante, os críticos da NH enveredaram pelo mesmo caminho que denunciaram quanto a seus opositores: depois de lançar seus ataques à terceira geração midiaticizada Dosse provou do mesmo sucesso: *A história em migalhas* foi um sucesso de vendas, público e crítica e seu autor atualmente não busca escrever uma história empenhada na análise social, seus últimos livros, de excelente vendagem, foram biografias de intelectuais franceses de destaque na segunda metade do século XX, como por exemplo, sobre a amizade entre Gilles Deleuze e Félix Guattari e sobre Pierre Nora. História em migalhas, combates pela história ou

jogos de poder institucional, bem menos altruístas do que se propuseram.

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi ir além desta cortina de fumaça, ressaltando que, mesmo entre os embates e as posturas de rejeição podemos extrair considerações importantes acerca do que significa a confecção de uma pesquisa histórica. Buscamos, neste sentido trazer uma contribuição ao campo da teoria da história, na qual filosofia e história caminham juntas, oferecendo a seus pesquisadores problemas e ideias que levem-nos a questionar os meandros de nosso ofício.

## Fontes e bibliografia

### I. Fontes

FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Paris, Fr: Gallimard, 1966

\_\_\_\_\_. *Archeologie du savoir*. Paris, Fr: Gallimard, 1969.

\_\_\_\_\_. *Résumé des cours 1970-1982*. Paris, Fr: Julliard, 1989

\_\_\_\_\_. *La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976

FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours. Leçon Inaugurale du Collège de France, 2 décembre 1970*. Paris: Gallimard, 1971.

\_\_\_\_\_. *Surveiller et punir*. Paris, Fr: Gallimard, 1975

\_\_\_\_\_. *Dits et écrits I (1954-1975)*. Paris: Éditions Gallimard, 2001.

\_\_\_\_\_. *Dits et écrits II (1976-1988)*. Paris: Éditions Gallimard, 2001b.

\_\_\_\_\_. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Securité, territoire, population: curso no Collège de France (1975-1976)*. Paris, Fr: Gallimard, 2005.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *A hermenêutica do sujeito: curso no Collège de France (1981-1982)*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. *Le gouvernement de soi et des autres*. Paris, Fr: Seuil/Gallimard, 2008.

\_\_\_\_\_ *A coragem da verdade* curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_ *Du gouvernement des vivants*. Paris, Fr: Gallimard, 2012.

## II . Annales

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire, ou Métier d'historien*. Paris : Colin, 1949

CERTEAU, Michel. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª edição, 1996. 351p.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editora presença, 1989.

DUBY, Georges. *Histoire de la vie privée, tome 1, De l'Empire romain à l'an mil*, Seuil, 1985

LE GOFF, Jacques (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. "História do cotidiano" in: *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a história*. Lisboa: Edições 70, 1982.

\_\_\_\_\_. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_ (Org.). *La nouvelle histoire*. Paris, Editions Complexe, 1988

\_\_\_\_\_. "Foucault e a Nova História" in: *Plural*; Sociologia USP São Paulo. 10: 197-209, 2º Sem 2003.

PERROT, Michelle (org) *A história da vida privada volume 4: Da Revolução à Grande Guerra*. Editora Schwarcz São Paulo, 1999.

PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. Histoire de la vie privée "de la première guerre mondiale à nous jours". Paris, Éditions du Seuil, 1999.

VEYNE, Paul. "Foucault revoluciona a História" in: Como se escreve a História. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

\_\_\_\_\_. *Comment on écrit l'histoire*. Paris, Fr: Éditions du Seuil, 2012.

\_\_\_\_\_. *Foucault, sua pessoa, seu pensamento*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2010.

## II. Bibliografia geral

AGUIRRE ROJAS, Antonio Carlos. *Uma história dos Annaes (1901-2001)*. Maringá: Eduem, 2004.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Historiografia Contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: EDUSC, 2007.

\_\_\_\_\_. *Retratos para la historia. Ensayos de contrahistoria intelectual*. México D.F.: Editorial Contrahistorias, 2006.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *História: A arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ARON, Raymond. *Introduction à la philosophie de l'histoire*. Paris, Fr: Gallimard, 1981.

BARROS, José D'Assunção "A escola dos Annales: considerações sobre a história do movimento" IN: *Revista História em Reflexão*: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010

\_\_\_\_\_. *Teoria da história V: A escola dos Annales e a Nova história*. Petrópolis, RJ:

Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. *Teoria da história I: princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, 3ed.

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire, ou Métier d'historien*. Paris : Colin, 1949

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa,: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *À Beira da falésia*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRS, 2002.

COMTE, Auguste. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DAIX, PIERRE. *Fernand Braudel: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Paris, Les Éditions de Minuit, 2004.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à nova história*. Bauru: EDUSC, 1991.

\_\_\_\_\_. *A história do estruturalismo volume 2: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Michel de Certeau: el caminante herido*. México D.F.: Ed. Universidad Iberoamericana, 2003.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense

Universitária, 1995.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011

GARDNER, Patrick. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

HAN, Béatrice. "Analytique de la finitude et histoire de la subjectivité" in BLANC, Guillaume le; TERREL, Jean. *Foucault au Collège de France: un itinéraire*. Bordeaux, Fr: Presses Universitaires de Bordeaux, 2003.

HACKING, Ian. *Ontologia histórica*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

HUPPERT, George. "Divinatio et Eruditio: Thoughts on Foucault" in *History and Theory*, Vol. 13, No. 3. Blackwell Publishing, 1974, pp. 191-207.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2007.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou, povoado occitano, 1294-1324*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Editora Renascença, 1946.

MACEY, David. *Michel Foucault*. Londres: Reaktion Books, 2004.

MARKS, John. "Certeau & Foucault: the other and pluralism" in *Paragraph*. UK: Edinburgh University Press, Volume 22, 1999. p. 118-132

MEGGIL, Allan. "The Reception of Foucault by Historians" in *Journal of the History of Ideas*, Vol. 48, No. 1, Pennsylvania, 1987.

NOIRIEL, Gerard. "Foucault and History: Lessons of a disillusion" in *The Journal of Modern History*, vol 66, n 3, Chicago, 1994.

O' BRIEN, P. "A história da cultura de Michel Foucault" in: HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PALTÍ, Elias. "Beyond Revisionism: The Bicentennial of independence, the early republican experience, and intellectual history in Latin America" In: *Journal of the History of Ideas*, Volume 70, número 4. Chicago, 2009

PALTÍ, Elias. "THE 'RETURN OF THE SUBJECT' AS A HISTORICO-INTELLECTUAL PROBLEM" in *History and Theory*, número 43. Wesleyan University 2004, p. 57-82

PALTÍ, Elias. "É possível pensar a história em uma era pós-subjetiva?" in *Topoi*, v. 11, n. 20. 2010, p. 4-14.

PERROT, Michelle (org.) *L'impossible prison*. Paris Éditions du Seuil, 1980.

OLABARRI, Ignácio. "New" New History: A Longue Duree Structure" in *History and Theory*, Vol. 34. Wesleyan University, 1995, pp. 1-29

RAMOS, Igor Guedes. "SERÁ FOUCAULT UM HISTORIADOR? REFLEXÕES SOBRE ALGUNS MOMENTOS DE CONTROVÉRSIA" in RANGEL, Marcelo; ARAUJO, Valdei (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. *Escola dos Annales: A inovação em história*. Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. *História e teoria: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. *História da consciência histórica ocidental contemporânea*. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2011.

RICOEUR, Paul. *Histoire et Vérité*. Paris, Éditions du Seuil, 1955.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "A renovação historiográfica francesa após a guinada crítica" in: ROJAS, Carlos A. (Org.) *Historiografia Contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: EDUSC, 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Dosse, François: Pierre Nora - Homo historicus" in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 354-357 – 2011

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia: Capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. "História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas" In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Volume 4, p.9-27, 1996.

VILAR, Pierre. Entrevista com Pierre Vilar. In: BOUTIER, K., JULIA, D. *Passados Recompuestos, campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro : UFRJ, 1997

### **III – Artigos dos Annales**

ARON, Raymond. Comment l'historien écrit l'épistémologie : à propos du livre de Paul Veyne In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 26e année, N. 6, 1971. pp. 1319-1354

BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien. À nos lecteurs. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 1e année, N. 1, 1929. pp. 1-2.

BRAUDEL, Fernand. Histoire et Sciences sociales : La longue durée In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 13e année, N. 4, 1958. pp. 725-753.

BRAUDEL, Fernand. Trois clefs pour comprendre la folie à l'époque classique In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 17e année, N. 4, 1962. pp. 761-772.

BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire : la naissance des Annales In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 34e année, N. 6, 1979. pp. 1347-1359.

CERTEAU, Michel. Une épistémologie de transition : Paul Veyne In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 27e année, N. 6, 1972. pp. 1317-1327.

FEBVRE, Lucien. À nos lecteurs, à nos amis In: Annales d'histoire sociale. 1e année, N. 4, 1939. pp. 353-354.

FEBVRE, Lucien. Propos d'initiation : vivre l'histoire In: Mélanges d'histoire sociale, N°3, 1943. pp. 5-18.

FEBVRE, Lucien. Face au vent : manifeste des Annales nouvelles In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 1e année, N. 1, 1946. pp. 1-8.

FOUCAULT, Michel. Le Mallarmé de J.-P. Richard In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 19e année, N. 5, 1964. pp. 996-1004.

HARTOG, François. Paul Veyne naturaliste : l'histoire est un herbier In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 33e année, N. 2, 1978. pp. 326-330.

HAUSER, Henri. Un précurseur : Jean Bodin In: Annales d'histoire économique et sociale. 3e année, N. 11, 1931. pp. 379-387.

RENAUDET, Augustin. Mr Benedetto Croce, Storia d' Italia dal 1871 al 1915

In: Annales d'histoire économique et sociale. 2e année, N. 6, 1930. pp. 258-266.

REVEL, Jacques. Histoire et sciences sociales : les paradigmes des Annales In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 34e année, N. 6, 1979. pp. 1360-1376.

VEYNE, Paul. La famille et l'amour sous le Haut-Empire romain

In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 33e année, N. 1, 1978. pp. 35-63.

VEYNE, Paul. Rome devant la prétendue fuite de l'or : mercantilisme ou politique disciplinaire ? In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 34e année, N. 2, 1979. pp. 211-244.

VILAR, Pierre. Histoire marxiste, histoire en construction. Essai de dialogue avec Althusser. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 28e année, N. 1, 1973. pp. 165-198.

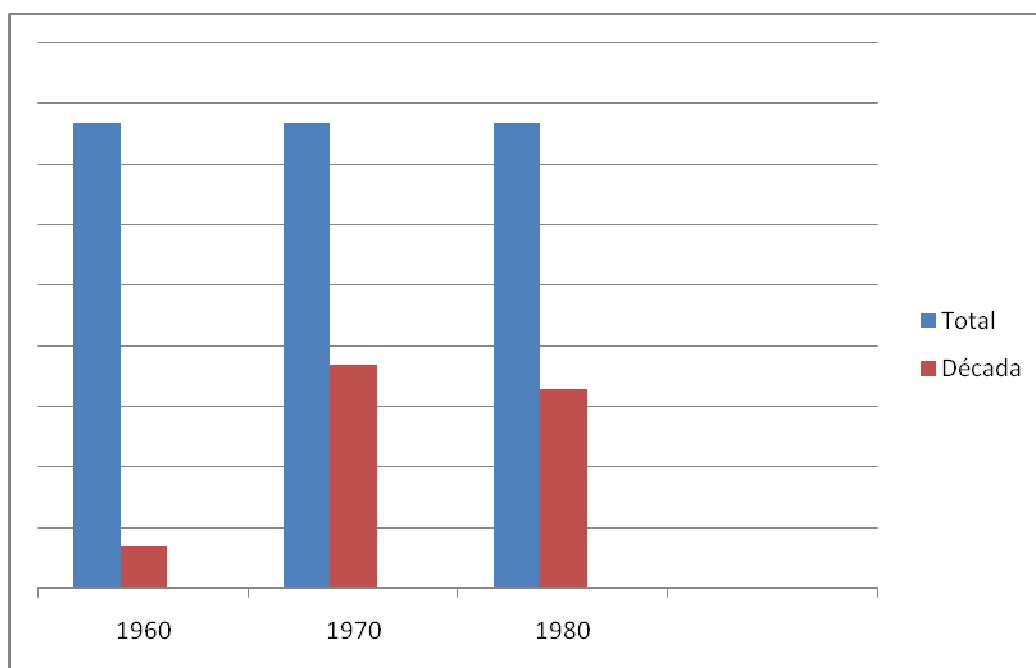
## **APÊNDICE – A recepção de Foucault na revista dos Annales entre os anos de 1962 e 1989**

Com a era da digitalização e da internet a pesquisa no periódico Annales foi facilitada pelas ferramentas digitais. Seu acervo foi digitalizado na íntegra e está disponível para livre acesso em duas bases de dados: no Gallica - <http://gallica.bnf.fr/> - encontramos a versão integral da primeira coleção, da época dos fundadores, dos anos de 1929 até o período de suspensão da publicação em 1938; já no banco de dados Persée – <HTTP://persee.fr> – encontramos a totalidade dos arquivos entre 1943 e 2002. A disponibilidade destes bancos de dados nos permite trazer informações mais precisas acerca da recepção de Foucault, especificamente na revista. Este balanço foi feito mediante a consulta dos respectivos sites e das edições disponíveis na Biblioteca Florestan Fernandes na USP e na biblioteca da FCL UNESP Assis.

Foucault foi um autor recorrente no periódico dos Annales. Entre 1962, data da primeira citação, e 1989, data do último “tournant critique” da revista, ele foi citado 77 vezes em artigos (Cf.FOUCAULT, 1964). Com base nesses dados, Foucault foi o segundo filósofo mais citado neste período nos Annales, atrás apenas de Karl Marx que figurou em 185 artigos. Outros pensadores tiveram um espaço mais reduzido, tais qual Paul Ricoeur, citado em sete artigos ou Jean Paul Sartre, citado em trinta artigos.

Chama a atenção a distribuição destes artigos, o que nos permite confirmar alguns aspectos de sua recepção: na década de entre 1962 e 1969 Foucault foi citado em oito artigos; na década seguinte este número saltou para trinta e sete e apresentou uma pequena queda na década de 1980 com trinta e três artigos. Esses números confirmam os dados que ressaltamos na tese acerca da recepção do filósofo: de início menos impactante e centrada na relação entre história e psicologia, seguido de um aumento considerável no número de referências na década de 1970 e certa estabilidade da década de 1980.

**Gráfico 1: A recepção de Foucault em artigos dos Annales por décadas**



Em termos de conteúdo esta recepção também nos traz dados interessantes. Devido a variedade dos assuntos abordados pelos autores que evocaram as teses do filósofo francês – os exemplos vão da história de incendiários à culinária, do amor à imigração – definiremos 6 temáticas gerais que englobaram os temas foucaultianos: Epistemologia e teoria, Cotidiano, Imaginário, Ciência e Medicina, Linguagem e signo, Instituições. Lembramos que esta divisão tem o mero intuito de ilustrar de forma mais apurada essa recepção, posto que vários artigos poderiam se encaixar em dois, em alguns casos três dos campos que delimitamos.

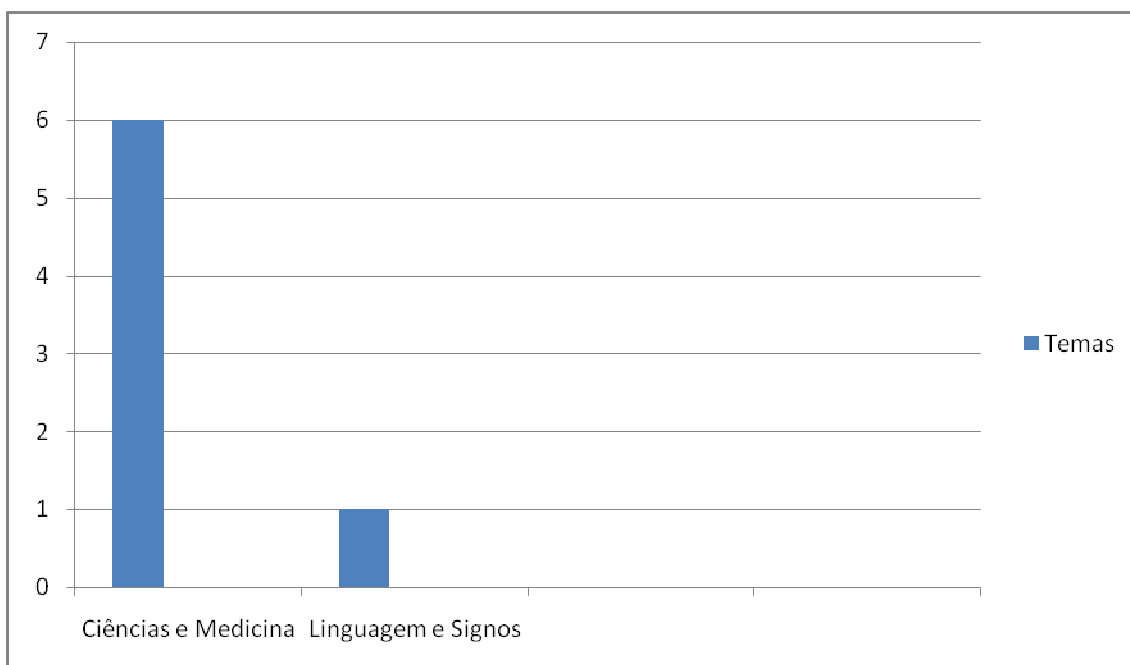
Na década de 1960 Foucault foi citado em oito artigos e duas notas críticas, além de ter publicado a nota crítica sobre o Mallarmé de J.P. Richards cuja análise executamos no segundo capítulo de nossa tese. A primeira menção ao filósofo ocorreu em 1962 com a nota crítica de Braudel e Mandrou sobre *A história da loucura*.

Em relação aos artigos, o tema da loucura e da psicologia representa a maioria das citações ao filósofo nesse período. Neste recorte poderíamos incluir os

artigos; Alain Besançon (BESANÇON, 1964;1969); Lévy-Valensi, sobre história e psicanálise (LÉVY-VALENSI, 1965); Jean-Claude Perrot (PERROT, 1968, p. 266); Jean-Pierre Peter sobre a história das doenças no século XVIII (PETER, 1967); artigo de Jean Ehard (EHARD, 1964) sobre o pensamento científico no século XVI;

Destacamos também dois artigos sobre a relação entre história e linguagem cujo foco eram as teses de *As palavras e as coisas*: O artigo de Marc Soriano cita a relação ente história e lingüística em (SORIANO, 1969,p.965), já Evelyne Patlagean tratou da questão da linguagem na produção de hagiografias (PATLAGEAN, 1968)

**Gráfico 2. A recepção de Foucault nos Annales na década de 1960 por tema**



**Artigos publicados na década de 1960 no periódico Annales. Économies, Sociétés, Civilisations que citam Michel Foucault:**

BESANÇON, ALAIN Histoire et psychanalyse. À propos de Metabletiea In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 19e année, N. 2, 1964. pp. 237-249.

BESANÇON, Alain. Vers une histoire psychanalytique In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 24e année, N. 3, 1969. pp. 594-616.

EHARD, Jean Au XVIIIe siècle : sciences de la vie et pensée française In: Annales.

Économies, Sociétés, Civilisations. 19e année, N. 5, 1964. pp. 947-952.

LÉVY-VALENSI, Éliane-Amado. Histoire et psychologie ? In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 20e année, N. 5, 1965. pp. 923-938.

PATLAGEAN, Evelyne. À Byzance : ancienne hagiographie et histoire sociale In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 23e année, N. 1, 1968. pp. 106-126.

PERROT, Jean-Claude. Rapports sociaux et villes au XVIIIe siècle In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 23e année, N. 2, 1968. pp. 241-267.

PETER, Jean-Pierrra. Une enquête de la Société royale de médecine : malades et maladies à la fin du XVIIIe siècle In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 22e année, N. 4, 1967. pp. 711-751.

SORIANO, Marc. Burlesque et langage populaire de 1647 à 1653 : sur deux poèmes de jeunesse des frères Perrault In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 24e année, N. 4, 1969. pp. 949-975.

Na década de 1970 ocorreu um aumento substancial no número de referências ao filósofo. Se entre 1962 e 1969 sete artigos o citavam, esse número cresceu para trinta e quatro entre 1970 e 1979. O que mais chama a atenção neste caso é a diversidade dos temas. Se na década de 1960, como vimos, a maior parte dos diálogos com o filósofo foi em torno dos temas da loucura e da psicanálise, na década de 1970 detectamos uma verdadeira “explosão temática”, trabalhando desde a história dos Annales, com Jacques Revel (REVEL, 1979) e André Burguière (BURGUIÈRE, 1979), passando pelos incendiários na França do século XVIII (ABBIAATECI, 1970), e a egiptomania (SOIE, 1972).

O tema mais recorrente entre os que citaram Foucault na década de 1970 foi a história da medicina e das ciências: Laplassote citou a concepção foucaultiana de loucura na idade clássica em seu artigo sobre a evolução da fisiologia (LAPLASSOTTE, 1970, p. 604); Claire Salomon-Bayet dissertou acerca da história da ciência e saudou as contribuições de Foucault para o campo “pas avec elles malgré la similitude des types de discursivité qui vont de un aux autres On sait la fécondité une telle elucidation de la folie la clinique de histoire naturellede histoire naturelle à l'univers carcéral” (SALOMON-BAYET, 1975, p. 1029); Yvonne Knibiehler também se referiu ao conceito de “internação” para tratar da relação entre medicina e o corpo feminino (Cf. KNIBIEHLER, 1976, p. 840). A edição de 1977 trouxe um

dossiê sobre medicina no qual quatro artigos citam o filósofo, produzidos por Daniel Roche (Cf. ROCHE, 1977, p. 876), Arlette Farge (FARGE, 1977, p. 1006), Jean-Pierre Goubert (Cf. GOUBERT, 1977, p. 923) e Marie-France Morel (MOREL, 1977, p.1023)

O segundo bloco é constituído por artigos sobre epistemologia e teoria. Neste caso incluem-se: Michel de Certeau abordou as possibilidades da leitura freudiana para a história e discordou de conceitos (Cf. CERTEAU, 1970, p. 656) tratados em *A história da loucura*; o artigo de Maurice Godelier sobre a questão do pensamento selvagem de Lévi-Strauss no qual abordou a concepção de símbolo e analogia (GODELIER, 1971, p.554) em *As palavras e as coisas*; o de Michel de Certeau sobre o livro *Como se escreve a história* de Paul Veyne, na qual aproximou o filósofo do historiador como autores que “desracionalizaram” a história (cf. CERTEAU, 1972, 1323); o artigo de François Hartog sobre trabalho (HARTOG, 1978, p. 328) com as teses de Veyne e Foucault; o artigo de Pierre Vilar sobre história e marxismo que contém críticas ao modo como Foucault utilizou a história (Cf. VILAR, 1973, p. 180); por fim eleamos os textos de Jacques Revel e André Burguière que na última edição de 1979 publicaram dois textos sobre a história dos Annales no qual destacaram a posição de Foucault para a terceira geração (cf. REVEL, 1979, p. 1369; BURGUIÈRE, 1979, p.1358).

A história do cotidiano foi o terceiro tema com mais citações: Françoise Choay tratou da questão do urbanismo e usou a arqueologia foucaultiana para tratar da relação entre espaço urbano e nostalgia (CHOAY, 1970, p. 1153); Claudine Herzlich tratou das atitudes perante a morte, tema ligado às mentalidades e dialogou com *O nascimento da clínica* quanto à questão das exumações (cf. HERZLICH, 1976, p.2000); Jean-Claude Bonnet escreveu sobre a idéia de culinária contida na *Encyclopedia* de Diderot e Dalember e trabalhou com o conceito de história natural desenvolvido em *As palavras e as coisas* (Cf. BONNET, 1976, p. 903); Jean-Claude Schmitt em seu artigo sobre o suicídio na idade média utilizou a idéia foucaultiana de “internação” (SCHIMITT, 1976, p. 11); Paul Veyne publicou dois artigos sobre o cotidiano romano nos quais tratava de temas foucaultianos como a questão da moral e das práticas de governo (Cf. VEYNE, 1979, p.229) e dos discursos acerca da sexualidade em Roma (VEYNE, 1978, p. 52).

A questão da linguagem e dos signos suscitou sete artigos que trabalharam

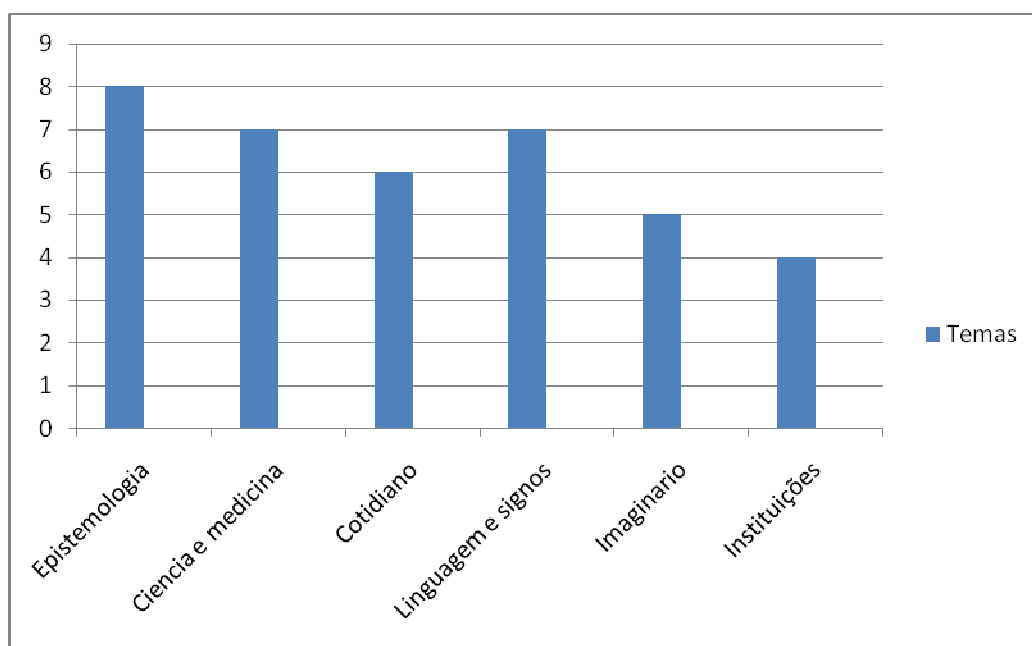
com Foucault: Louis Marin escreveu sobre a gramática de Port-Royal e discordou da abordagem foucaultiana sobre o tema (Cf. MARIN, p.28); Julia Kristeva tratou da formação da semiótica a partir da gramática de Port-Royal (cf. KRISTEVA, 1510); Gayot e Pécheux abordaram a relação entre linguagem e iluminismo citando Foucault em suas conclusões (GAYOT, 1971, p. 704); Mansuy e Eisenstein discorreram sobre os efeitos da Reforma e da tecnologia da impressão e trataram da questão da difusão de textos religiosos e da propaganda de temas como o mal e a loucura (cf. EISENSTEIN & MANSUY, 1971, p. 1373); Peter Burke tratou da história social da revistas e afirmou que *A história da loucura* levou os historiadores a se apropriarem de um novo campo de pesquisas (BURKE, 1973, p. 329); por fim, Pierre Malandain publicou sobre a questão do signo entre a pintura e a escrita e referiu-se à leitura de que Foucault elaborou do quadro *As meninas* de Velazques (Cf. MALANDAIN, 1974, p. 357); por fim arrolamos o artigo de Marc Ferro sobre história e cinema

Outro bloco importante se refere à questão do imaginário. Arrolamos neste caso: o artigo de Jacques Solé que buscou aplicar o método arqueológico de Foucault para investigar a questão da egiptomania (Cf. SOLÉ, p. 473). Robert Muchembled tratou de feitiçaria no século XVIII e dialogou com a relação entre loucura e morte (cf. MUCHEMBLED, 1973, p. 275). Outro autor que trabalhou com feitiçaria foi Alfred Soman que citou a punição aos acusados de feitiçaria (Cf. SOMAN, p. 804;814). Marie-Noelle Bourguet trabalhou com a relação entre raça e folclore e tratou do conceito foucaultiano de história natural (Cf. BOURGUET, 1976, p. 806); por fim tivemos o artigo de Jacques Le Goff sobre o imaginário medieval e a divisão da sociedade em três ordens (Cf. LE GOFF, 1979, p. 1212).

O problema das instituições emergiu em quatro artigos no período citado: André Abbiateci trata dos incendiários na França no século XVIII e trata da questão da internação e do conceito de “medicalização” em *A história da loucura* (ABBIATECI, 1970, p. 234); Michelle Perrot, colaboradora de Foucault em diversas ocasiões, trabalhou com a questão dos presídios no século XIX (Cf. PERROT, 1975, p.67); o surgimento dos asilos manicomiais na França foi tema do artigo de Bleandonu e Gaufey, os autores trabalharam tal perspectiva a partir do caminho aberto pelo filósofo “Histoire de la folie de Michel Foucault eu éclatant mérite ouvrir unchamp de recherches sur le geste constitutif du visage du fou que les différentes

histoires de la psychiatrie se contentaient de prendre pour une figure naturelle” (BLEANDONU, 1975, p. 93); já Muriel Jeorger trabalhou com uma outra instituição, o hospital, e aludiu à questão do internamento no antigo regime (Cf. JEORGER, 1977, p. 1025)

**Gráfico 3: A recepção de Foucault nos Annales na década de 1970 por conteúdo**



**Artigos publicados na década de 1970 no periódico Annales. Économies, Sociétés, Civilisations que citam Michel Foucault:**

ABBIATECI, André. Les incendiaires en France au XVIIIe siècle. Essai de typologie criminelle In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 25e année, N. 1, 1970. pp. 229-248.

BARRET-KRIEGEL, Blandine. Histoire et politique, ou l'histoire science des effets In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 28e année, N. 6, 1973. pp. 1437-1462.

BLEANDONU, Gérard; GAUFEY, Guy. Naissance des asiles d'aliénés (Auxerre-Paris) In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 30e année, N. 1, 1975. pp. 93-121.

BONNET, Jean-Claude. Le réseau culinaire dans l'Encyclopédia. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 31e année, N. 5, 1976. pp. 891-914.

BOURGUET, Marie-Noelle. Race et folklore. L'image officielle de la France en 1800

In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 31e année, N. 4, 1976. pp. 802-823.

BURKE, Peter. L'histoire sociale des rêves In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 28e année, N. 2, 1973. pp. 329-342.

CERTEAU, Michel. Ce que Freud fait de l'histoire. À propos de « Une névrose démoniaque au XVIIe siècle » In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 25e année, N. 3, 1970. pp. 654-667.

CERTEAU, Michel de. "Une épistémologie de transition : Paul Veyne" In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 27e année, N. 6, 1972. pp. 1317-1327.

CHOAY, Françoise. L'histoire et la méthode en urbanisme In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 25e année, N. 4, 1970. pp. 1143-1154.

EISENSTEIN, Elizabeth; MANSUY, Gérard. L'avènement de l'imprimerie et la Réforme In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 26e année, N. 6, 1971. pp. 1355-1382.

FARGE, Arlette. Les artisans malades de leur travail In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 32e année, N. 5, 1977. pp. 993-1006.

FERRO, Marc. Le film, une contre-analyse de la société ? In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 28e année, N. 1, 1973. pp. 109-124.

GAYOT, Gérard; PÉCHEUX, Michel. Recherches sur le discours illuministe au XVIIIe siècle : Louis- Claude de Saint-Martin et les « circonstances » In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 26e année, N. 3-4, 1971. pp. 681-704.

GODELIER, Maurice. Mythe et histoire : réflexions sur les fondements de la pensée sauvage In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 26e année, N. 3-4, 1971. pp. 541-558.

GOUBERT, Jean-Pierre. L'art de guérir. Médecine savante et médecine populaire dans la France de 1790 In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 32e année, N. 5, 1977. pp. 908-926.

HARTOG, François. Paul Veyne naturaliste : l'histoire est un herbier In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 33e année, N. 2, 1978. pp. 326-330.

HERZLICH, Claudine. Le travail de la mort In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 31e année, N. 1, 1976. pp. 197-217.

JEORGER, Muriel. La structure hospitalière de la France sous l'Ancien Régime In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 32e année, N. 5, 1977. pp. 1025-1051.

KNIBIEHLER, Yvone. Les médecins et la « nature féminine » au temps du Code civil

In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 31e année, N. 4, 1976. pp. 824-845.

LAPLASSOTTE, François. Quelques étapes de la physiologie du cerveau du XVIIe au début du XIXe siècle In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 25e année, N. 3, 1970. pp. 599-613.

MALANDAIN, Pierre. « L'histoire qui se prend par les yeux... » : Michelet et Rubens In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 29e année, N. 2, 1974. pp. 349-367.

MARIN, Louis. Signe et représentation : Philippe de Champaigne et Port-Royal In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 25e année, N. 1, 1970. pp. 1-29.

MOREL, Marie-France. Ville et campagne dans le discours médical sur la petite enfance au XVIIIe siècle In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 32e année, N. 5, 1977. pp. 1007-1024.

MUCHEMBLED, Robert. Sorcellerie, culture populaire et christianisme au XVIe siècle, principalement en Flandre et en Artois In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 28e année, N. 1, 1973. pp. 264-284.

PERROT, Michèle. Délinquance et système pénitentiaire en France au XIXe siècle In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 30e année, N. 1, 1975. pp. 67-91.

REVEL, Jacques. Histoire et sciences sociales : les paradigmes des Annales In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 34e année, N. 6, 1979. pp. 1360-1376.

ROCHE, Daniel. Talents, raison et sacrifice In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 32e année, N. 5, 1977. pp. 866-886.

SALOMON-BAYET, Claire. L'institution de la science : un exemple au XVIIIe siècle In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 30e année, N. 5, 1975. pp. 1028-1044.

SCHIMITT, Jean-Claude. Le suicide au Moyen Âge In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 31e année, N. 1, 1976. pp. 3-28.

SOIÉ, Jacques. Un exemple d'archéologie des sciences humaines : l'étude de l'égyptomanie du XVIe au XVIIIe siècle In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 27e année, N. 2, 1972. pp. 473-482.

SOMAN, Alfred. Les procès de sorcellerie au parlement de Paris (1565-1640) In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 32e année, N. 4, 1977. pp. 790-814.

VEYNE, Paul. La famille et l'amour sous le Haut-Empire romain In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 33e année, N. 1, 1978. pp. 35-63.

VEYNE, Paul. Rome devant la prétendue fuite de l'or : mercantilisme ou politique

disciplinaire ? In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 34e année, N. 2, 1979. pp. 211-244.

VILAR, Pierre. Histoire marxiste, histoire en construction. Essai de dialogue avec Althusser In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 28e année, N. 1, 1973. pp. 165-198.

Na década de 1970 assinalamos a expansão das teses foucaultianas entre os *Annales*. Na década seguinte o número de citações se manteve estável com uma leve queda de trinta e sete para trinta e três artigos, menos dispersos tematicamente do que na década anterior: a epistemologia, o cotidiano e o imaginário representam vinte e seis dos trinta e três artigos.

A Epistemologia foi o tema que mais contou com citações extraídas do filósofo, onze ao total: Veyne usou o conceito foucaultiano de “discurso” para tratar da questão do real no pensamento platônico (VEYNE, 1982, p. 904); François Walter abordou a episteme clássica definida por Foucault em *As palavras e as coisas* para trabalhar com a relação entre história e espaço social (WALTER, 1984, p. 7); Fabiani traçou uma história do ensino da filosofia na França e discordou da afirmação foucaultiana de que a filosofia se encaminharia para seu fim após o século XIX (Cf. FABIANI, 1985, p.401); Laplanche tratou das transformações sociais da França em sua entrada na modernidade e se referiu ao conceito de episteme (Cf. LAPLANCHE, 1985, p. 483); Emmanuel Le Roy Ladurie em uma homenagem a Mandrou lembrou que este foi um dos pioneiros em inserir Foucault sob uma perspectiva histórica (Cf. LADURIE, 1985, p. 242); Georges Dumezil publicou um artigo em resposta a algumas críticas de Ginzburg no qual explicou sua filiação teórica com Foucault (Cf. DUMEZIL, 1985, p. 989); em 1986 ocorreu uma mesa redonda sobre história das mulheres e historiografia organizada por Michelle Perrot na qual foi discutida a concepção foucaultiana de sexualidade (PERROT, 1986, p. 286) Noiriel tratou da distância entre as teses de Foucault e a sociologia em um artigo no qual demonstrou a importância do diálogo entre história e sociologia (NOIRIEL, 1989, p. 1439); Aziz Al-Azmeh dissertou acerca das diferenças entre a narrativa histórica ocidental e a árabe (AL-AZMEH, 1986, p.412); Boureau em seu artigo buscou renovar as bases da história das mentalidades e assinalou o uso que os historiadores fizeram da fase

arqueológica de Foucault (Cf. BOUREAU, 1989, p. 509); Chartier alinhou as teses foucaultianas ao conceito de representação (Cf. CHARTIER, 1989, p. 1511)

O segundo tema que mais aproximou os historiadores do filósofo foi o cotidiano: o artigo de Jean-Clement Martin tratou da economia e dos efeitos da falência no século XIX, e abordou a relação entre falência e encarceramento (Cf. MARTIN, 1980, 1265); Alain Collomp tratou de história da família e se referiu ao caso de Pierre Rivière (COLLOMP, 1981, p. 425); Giulia Sissa utilizou o conceito foucaultiano de sexualidade para abordar a história das mulheres na Grécia antiga (Cf. SISSA, 1984, p. 1122); Gérard Noiriel tratou dos obstáculos para se escrever a história da imigração e lembrou que Foucault havia apontado para as dificuldades de trabalhar com documentos "oficiais", produzidos por governos (Cf. NOIRIEL, 1986, p. 768); Mohand Hamoumou trabalhou com a idéia de "tecnologias de exclusão" em seu artigo sobre a história de famílias de imigrantes argelinos (HAMOUMOU, 1986, p. 786); Maurice Daumas lembrou dos documentos compilados por Foucault e Arlette Farge sobre história da família para embasar seu artigo sobre conflitos familiares no século XVIII.; Marcel Benabou também escreveu sobre a história da família e usou conceitos foucaultianos para explicar a relação entre casamento e amor (BENABOU, 1987, p.1261); a história da família na Roma antiga também foi tema do artigo de Corbier que trabalhou com o conceito de cuidado de si entre os romanos (Cf. CORBIER, 1987, p.1273);

O imaginário foi tema dos seguintes artigos: Bossy e Wane-Touzeau diz respeito à história das missas (Cf. BOSSY, 1981, p. 59) Jean-Paul Demoule abordou a questão do imaginário acerca da Pré-história (DEMOULE, 1982, p. 754); Michel Bée dissertou acerca dos espetáculos criados em torno das execuções de criminosos, os gestos e os discursos (BÉE, 1983 p. 857); Bernard Cottret rejeitou o conceito de episteme clássica e apontou sua discordância a partir da leitura de Calvino (COTTRET, 1984, p.282); Jérôme Baschet utilizou o conceito foucaultiano de poder para abordar as representações do inferno no século XIV (BASCHET, 1985, p. 203); Zappieri tratou da internação dos loucos em seu artigo sobre iconografia e imaginário (Cf. ZAPPIERI, 1985, p. 324); François Hartog usou o conceito de cuidado de si em seu artigo sobre o imaginário dos egiptologistas na Grécia antiga (Cf. HARTOG, 1963)

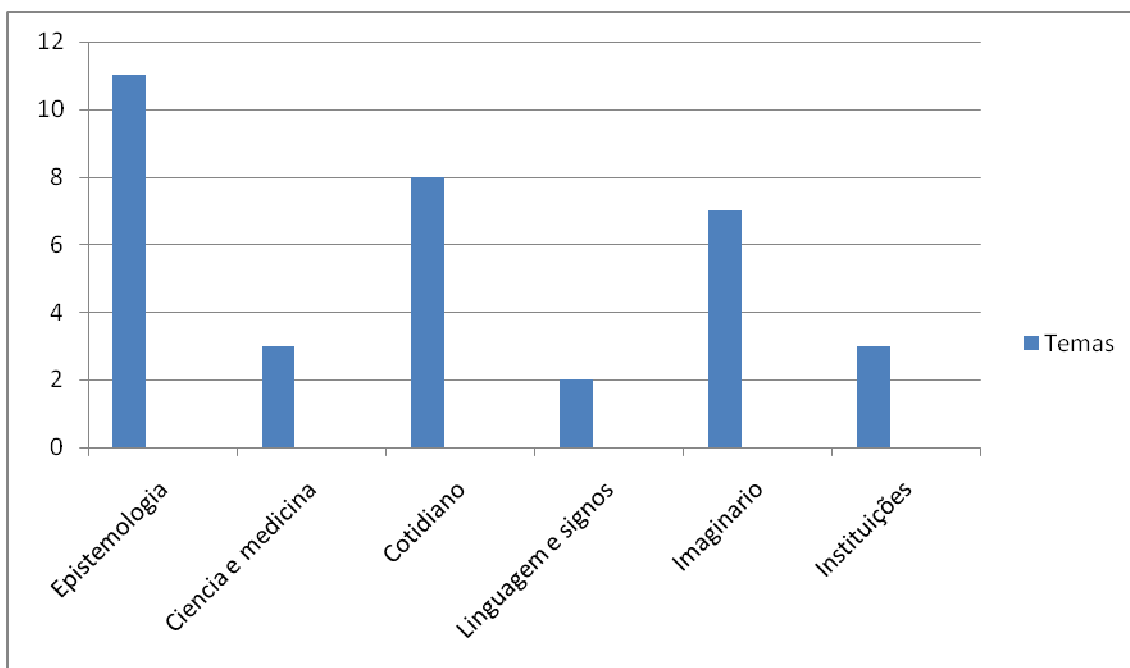
História das ciências e medicina foi bem menos representativa na década de

1980 com três artigos: Legendre trabalhou com história do direito e citou a associação que Foucault elaborou entre direito e medicina(LEGENDRE, 1983, p. 511); Alain Guery tratou da economia no Antigo Regime (cf. GUERY, 1984, p. 1241); G. Jorlando abordou a análise que Foucault desenvolveu sobre Adam Smith em um artigo sobre a história da economia (JORLAND, 1984, p. 846);

Sobre as instituições citamos: o artigo no qual Lévy e Roberts trataram do sistema punitivo e carcerário e abordaram a questão do suplício (LÉVY, 1984, p. 409); Johansen e Setevensborg trataram da questão do direito penal trazendo menções às teses de Vigiar e Punir (Cf. JOHANSEN, 1986, p. 621); Jochen Hoock apresentou elementos de história do direito nas quais alertou para imprecisões em teses foucaultianas (Cf. HOOCK, 1989, p. 1484)

A questão da linguagem foi tema de apenas um artigo na década de 1970 (contra sete na anterior): Joel Blanchard falou da relação entre a parresia e a ética dos poetas, em um artigo no qual defendeu que a linguagem poética foi a base da linguagem política (Cf. BLANCHARD, 1986, p. 60).

**Gráfico 4: A recepção de Foucault nos Annales na década de 1980 por temas**



**Artigos publicados na década de 1980 no periódico Annales. Économies, Sociétés, Civilisations que citam Michel Foucault:**

AL-AZMEH, Aziz. Histoire et narration dans l'historiographie arabe In: Annales.

Économies, Sociétés, Civilisations. 41e année, N. 2, 1986. pp. 411-431.

BASCHET, Jérôme. Les conceptions de l'enfer en France au XIVe siècle : imaginaire et pouvoir In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 40e année, N. 1, 1985. pp. 185-207.

BÉE, Michel. Le spectacle de l'exécution dans la France d'Ancien Régime In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 38e année, N. 4, 1983. pp. 843-862.

BENABOU, Marcel. Pratique matrimoniale et représentation philosophique : le crépuscule des stratégies In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 42e année, N. 6, 1987. pp. 1255-1266.

BLANCHARD, Joel. L'entrée du poète dans le champ politique au XVe siècle In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 41e année, N. 1, 1986. pp. 43-61.

BOSSY, John; WANE-TOUZEAU, Marie-Solange. Essai de sociographie de la messe, 1200-1700 In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 36e année, N. 1, 1981. pp. 44-70.

BOUREAU, Alain. Propositions pour une histoire restreinte des mentalités In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 44e année, N. 6, 1989. pp. 1491-1504.

CHARTIER, Roger. Le monde comme représentation In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 44e année, N. 6, 1989. pp. 1505-1520.

COLLOMP, Alain. Conflits familiaux et groupes de résidence en haute Provence In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 36e année, N. 3, 1981. pp. 408-425.

CORBIER, Mireille. Les comportements familiaux de l'aristocratie romaine (Ile siècle avant J.-C.- IIIe siècle après J.-C.) In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 42e année, N. 6, 1987. pp. 1267-1285.

COTTRET, Bernard. Pour une sémiotique de la Réforme : le Consensus Tigurinus (1549) et la Brève résolution... (1555) de Calvin In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 39e année, N. 2, 1984. pp. 265-285.

DAUMAS, Maurice. Les conflits familiaux dans les milieux dominants au XVIIIe siècle In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 42e année, N. 4, 1987. pp. 901-923.

DEMOULE, Jean-Paul. La préhistoire et ses mythes In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 37e année, N. 5-6, 1982. pp. 741-759.

DUMÉZIL, Georges. Science et politique. Réponse à Carlo Ginzburg In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 40e année, N. 5, 1985. pp. 985-989.

FABIANI, Jean-Louis. Enjeux et usages de la « crise » dans la philosophie

universitaire en France au tournant du siècle In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 40e année, N. 2, 1985. pp. 377-409.

GUERY, Alain. Le roi dépensier. Le don, la contrainte et l'origine du système financier de la monarchie française d'Ancien Régime In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 39e année, N. 6, 1984. pp. 1241-1269.

HAMOUMOU, Mohand. L'honneur perdu : les relations parents-enfants dans les familles d'immigrés algériens In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 41e année, N. 4, 1986. pp. 771-788.

HARTOG, François. Les Grecs égyptologues In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 41e année, N. 5, 1986. pp. 953-967.

HOOCK, Jochen. Dimensions analytiques et herméneutiques d'une histoire historique du droit In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 44e année, N. 6, 1989. pp. 1479-1490.

JOHANSEN, Jens C.; STEVNSBORG, Henrik. Hasard ou myopie. Réflexions autour de deux théories de l'histoire du droit In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 41e année, N. 3, 1986. pp. 601-624.

JORLAND, Gérard. Le problème Adam Smith In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 39e année, N. 4, 1984. pp. 831-848.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. Robert Mandrou (1921-1984) In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 40e année, N. 2, 1985. pp. 241-243.

LAPLANCHE, François. Tradition et modernité au XVIIe siècle. L'exégèse biblique des protestants français In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 40e année, N. 3, 1985. pp. 463-488.

LEGENDRE, Pierre. Les maîtres de la Loi. Étude sur la fonction dogmatique en régime industriel In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 38e année, N. 3, 1983. pp. 507-535.

LÉVY, René; ROBERT, Philippe. Le sociologue et l'histoire pénale In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 39e année, N. 2, 1984. pp. 400-422.

MARTIN, Jean-Clément. Le commerçant, la faillite et l'historien In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 35e année, N. 6, 1980. pp. 1251-1268.

NOIRIEL, Gérard. L'immigration en France, une histoire en friche In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 41e année, N. 4, 1986. pp. 751-769.

NOIRIEL, Gérard. Pour une approche subjectiviste du social In: Annales. Économies,

Sociétés, Civilisations. 44e année, N. 6, 1989. pp. 1435-1459.

PERROT, Michelle (Org) Culture et pouvoir des femmes : essai d'historiographie In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 41e année, N. 2, 1986. pp. 271-293.

SISSA, Giulia. Une virginité sans hymen : le corps féminin en Grèce ancienne In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 39e année, N. 6, 1984. pp. 1119-1139.

VEYNE, Paul. Critique d'une systématisation : les Lois de Platon et la réalité In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 37e année, N. 5-6, 1982. pp. 883-908.

WALTER, François. Perception des paysages, action sur l'espace : la Suisse au XVIIIe siècle In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 39e année, N. 1, 1984. pp. 3-29.

ZAPPERI, R. Arrigo le Velu, Pietro le Fou, Amon le Nain et autres bêtes : autour d'un tableau d'Agostino Carrache In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 40e année, N. 2, 1985. pp. 307-327.